



PENSATA | REVISTA DOS ALUNOS DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.4 N.1 | DEZEMBRO DE 2014

DOSSIÊ
SEXUALIDADES POSSÍVEIS

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA PENSATA

ALESSANDRA GUERRA | CLAYTON GUERREIRO | FERNANDO CAMARGO | LUCIANA PEREIRA
MARCELA VASCO | MARTA MILITÃO | RAMON BRANDÃO | RODRIGO DOMENECH

PENSATA



004

EDITORIAL

DOSSIÊ

D

- 009 **SOBRE GERAÇÕES E TRAJETÓRIAS: UMA BREVE GENEALOGIA DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE (HOMO)SEXUALIDADES NO BRASIL**
BRUNO PUCCINELLI, MILTON RIBEIRO DA SILVA FILHO, RAMON PEREIRA DOS REIS E THIAGO BARCELOS SOLIVA
- 048 **ARQUITETURA MATERIAL-SIMBÓLICA DOS BANHEIROS: FUNCIONALIDADE A QUEM?**
KESSILA MARIA DA SILVA, GENI DANIELA NÚÑEZ LONGHINI E FELIPE BRUNO FERNANDES
- 069 **AS REPRESENTAÇÕES DAS(OS) TRANSEXUAIS NAS ALDEIAS ARQUIVOS DO TJRS: O PODER DA NOMEAÇÃO, EIS A GRANDE QUESTÃO**
VIVIAN M. M. ZAHRA E SIMONE BECKER
- 093 **O NACIONAL É SEXUAL: AS DELAÇÕES SEXUAIS NA DITADURA STRONISTA**
CLARA ELIANA CUEVAS
- 112 **PORNOGRAFIA COM MULHERES GORDAS: O REGIME ERÓTICO DOS CORPOS DISSONANTES**
NATÁLIA LIMA FIGUEIROA

ARTIGOS

A

- 127 **OCTAVIO IANNI E A QUESTÃO RACIAL: O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA DE INTERPRETAÇÕES**
RAFAEL TRUILL
- 146 **SIMBIOSE COMERCIAL ENTRE SUJEITOS E OBJETOS: A INTERFERÊNCIA DE ESPAÇOS E MERCADORIAS NA ASCENSÃO DA IDENTIDADE DE LOJISTA NO CAMELÔDROMO DE PORTO ALEGRE/RS**
ANDRESSA N. SOILO
- 164 **REFLEXÕES SOBRE O MODELO ETNO-FICÇÃO PENSADO NO DOCUMENTÁRIO TRANSFIÇÃO**
FERNANDO JOSÉ FILHO

RESENHA

R

180

O CORPO UTÓPICO, AS HETEROTOPIAS
RAMON T. P. BRANDÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Soraya Soubhi Smaili

Vice-reitora: Valéria Petri

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Daniel Arias Vasquez

Vice-diretora: Marineide de Oliveira Gomes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Cynthia Andersen Sarti

Vice-coordenadora: Gabriela Nunes Ferreira

PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v. 4, n. 1, ano 4. 2014. Semestral. ISSN: 2237-678X.

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Alessandra Guerra, Clayton Guerreiro, Fernando Camargo, Luciana Pereira, Marcela Vasco, Marta Militão, Ramon Brandão, Rodrigo Domenech

CONSELHO EDITORIAL

Adrian Gurza Lavalle (USP), Adriano Codato (UFPR), Alberto Groisman (UFSC), Alvaro Bianchi, (Unicamp), Andréia Galvão (Unicamp), Anita Simis (Unesp), Bernardo Ricupero (USP), Bernardo Sorj, Iudcovsky (UFRJ), Bruno Wilhelm Speck (Unicamp), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert, (UFRGS), Cynthia Sarti (UNIFESP), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Flávio Rocha de Oliveira (UNIFESP), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp) e Sergio Adorno (USP)

DESIGN GRÁFICO

Fábio Pontes Rachid

WEBMASTER

Eduardo Palazzo

ENDEREÇO PENSATA: <http://www.unifesp.br/revistas/pensata>

CONTATO: pensata@unifesp.br

Editorial

Clayton Guerreiro, Fernando Camargo, Luciana Pereira, Marcela Vasco

É com muita satisfação que apresentamos aos leitores a sexta edição da *Pensata* – Revista de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. Temos trabalhado muito para aprimorar o processo de avaliação dos manuscritos submetidos e com isso melhorar a qualidade de nossas publicações. A revista tem como política editorial trazer textos que busquem contribuir para a reflexão acerca de fatos atuais vinculados a tradição das ciências sociais. Neste número, apresentamos o Dossiê “Sexualidades Possíveis”, além de três artigos de demanda espontânea e uma resenha.

O Dossiê, organizado por Bruno Puccinelli, Milton Ribeiro da Silva Filho, Ramon Pereira dos Rei e Thiago Barcelos Soliva, traz uma seleção de cinco artigos que abordam o tema de gênero e sexualidades no Brasil. Segundo os organizadores, o Dossiê é uma produção do que eles denominam de quinta geração em estudos de gênero e sexualidade.

Em seguida, apresentamos os artigos de demanda espontânea. O artigo escrito por Rafael Marchesan Tauil faz uma análise de parte da corrente de pensamento político-social brasileiro através da trajetória de pesquisa de Otávio Ianni e das contribuições deste autor para os estudos sobre a questão racial no Brasil no período entre 1957 e 1961. O trabalho reúne uma reconstrução histórico-sociológica na intenção de entender as diferentes perspectivas metodológicas utilizadas por Ianni em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado.

Andressa Nunes Solio escreve sobre sua pesquisa com camelôs de Porto Alegre, analisando a política de Estado e a organização dos trabalhadores autônomos em um espaço próprio. A autora faz uma reflexão, a partir de Bruno Latour, Mary Douglas & Baron Isherwood e Henri Lefebvre, sobre a questão da identificação desses trabalhadores com o novo espaço e com as mercadorias, mostrando como essa relação pode configurar novas identidades.

O último artigo apresentado nesta edição, de autoria de Fernando Filho, analisa o filme etnográfico *Transficção* (2007), de Johannes Sjöberg, que é protagonizado por um grupo de travestis e transexuais residentes em São Paulo. Produzido como parte da tese de doutorado de Sjöberg, o filme explora o modelo de produção cunhado por Jean Rouch dando ênfase no uso de improvisações projetivas, que são imaginadas, propostas e encenadas pelas próprias interlocutoras, borrando as fronteiras entre realidade e ficção. Dessa forma, Sjöberg, ao se utilizar da etnoficção, consegue explorar não só a identidade, a

performance e a discriminação sofrida por esse grupo, mas também, e principalmente, alcança e nos mostra na tela parte de seu imaginário, construído através do ato de “fabular” o próprio cotidiano.

A *Pensata* publica ainda nesta edição uma resenha do livro “O Corpo Utópico, as Heterotopias”, de Michel Foucault, escrita por Ramon Brandão. O livro reúne duas conferências radiofônicas proferidas por Foucault em 1966 e um posfácio assinado por Daniel Defert.

Esperamos que as reflexões aqui publicadas possam colaborar para a pesquisa acadêmica e para o debate social, como também para que possamos fomentar novas iniciativas e ideias.

Agradecemos a todos os autores, avaliadores e colaboradores que trabalharam para esta publicação e desejamos a todos uma boa leitura!

DOSSIÊ: SEXUALIDADES POSSÍVEIS

Apresentação

Bruno Puccinelli
Milton Ribeiro da Silva Filho
Ramon Pereira dos Reis
Thiago Barcelos Soliva

Com imensa satisfação apresentamos o Dossiê Sexualidades Possíveis, uma seleção de trabalhos de jovens pesquisadoras/es que foram apresentados em diferentes eventos acadêmicos com nossa coordenação, sendo um recorte do que tem sido produzido de mais recente na área de gênero e sexualidades no Brasil. Além dessa seleção, temos uma pequena contribuição na tentativa de periodicizar a produção acadêmica sobre (homo)sexualidades no país, o que, devido à sua diversidade disciplinar, sofreu um recorte da abordagem a partir da Antropologia e em trabalhos de cunho etnográfico. Nosso artigo, “Sobre gerações e trajetórias: uma breve genealogia das pesquisas em Ciências Sociais sobre (homo)sexualidades no Brasil”, abre o dossiê e apresenta parte das preocupações teórico-metodológicas presentes nos outros artigos.

Esse dossiê é um exemplo da produção alocada no que chamamos de quinta geração em estudos de gênero e sexualidades, e mostra a diversidade de temas e possibilidades analíticas nesta área de pesquisa. A quinta geração tem sido marcada por essa amplitude, o que pode ser observado, por exemplo, no artigo de Silva, Longhini e Fernandes sobre a arquitetura generificada dos banheiros públicos. O que a um primeiro olhar pode parecer simplesmente a edificação de espaços exclusivos para “homens” e para “mulheres”, em separado, para a garantia da privacidade na evacuação, é mostrado como um intrincado mecanismo de controle e conformação de corpos normatizados. As/os autoras/es descortinam os banheiros de seu próprio espaço de convivência estudantil, a universidade, como estopim arquitetônico para a reflexão sobre espaço e corpos sexualmente produzidos e adequados à sua genitália. Num experimento criativo de pesquisa, quando um corpo não conformado com sua genitália adentra o espaço do banheiro produz um ruído que escancara a constante produção (artificial) de uma pretensa natureza corpórea e sexual.

O texto seguinte, de Becker e Zahra, também reflete sobre as imposições sociais à conformação da identidade de gênero a pessoas que estão no processo jurídico de transexualização. Partindo de dentro das instâncias do próprio judiciário nas decisões sobre alteração do prenome das/os transexuais que requerem este direito, as autoras demonstram como os tribunais ainda hoje mantêm uma dinâmica de avaliação dos casos com base em

preceitos biomédicos, o que impõe constrangimento e demora no acesso ao nome social. Trata-se de uma pesquisa que contribui para uma metodologia inovadora, pensando os trâmites do processo de nomeação de dentro dos próprios tribunais, ampliando tanto as contribuições às pesquisas em gênero e sexualidades sobre pessoas transexuais quanto o uso de arquivos e documentos como material privilegiado para a análise.

De forma semelhante, Cuevas parte de material documental variado para analisar a produção de uma sexualidade heteronormativa viril na qualificação e justificação da ditadura militar no Paraguai (de 1954 a 1989) e meio de defender a nação. Nação, neste caso, é produto de uma intrincada relação entre gênero, sexualidade, homossexualidade, família e moral. A defesa da nação e, portanto, manutenção do regime autoritário, é feita através da condenação da homossexualidade como um dos males que a ameaçam, servindo de ponto de fuga para expressões de descontentamento civil com o regime. Tal processo, como nos mostra a autora, redundava em uma série de assassinatos de homossexuais, mas também em expressões públicas em periódicos paraguaios de contestação através do “assumir-se” homossexual. O trabalho de Cuevas apresenta uma das possibilidades de pesquisa nessa área que tem ganhado vulto, o trabalho em outros contextos nacionais.

Finalizando o dossiê temos a contribuição de Figueiroa sobre pornografia com mulheres gordas. Essa é outra faceta da ampliação de possibilidades de pesquisa na contemporaneidade: o uso de plataformas na internet, como tem se caracterizado a divulgação e comercialização da pornografia de forma geral. Além disso, o trabalho de Figueiroa mostra um campo necessariamente transnacional, extrapolando dimensões locais de produção de corporalidades. Neste caso, temos uma interessante reflexão acerca de que tipos de corpos gordos de mulheres são comercializados para o prazer visual, bem como as facetas do feminismo que debatem justamente a questão da gordura. O que no senso comum poderia parecer inviável ou parte de um desejo muito específico, no artigo de Figueiroa abarca questões complexas e abrangentes sobre gênero, sexualidades e corporeidade.

Esta é uma seleção rica e diversificada de trabalhos que foram discutidos por nós e uma rede ampla de amigas/os em diversos eventos acadêmicos. Sem poder nomear cada pessoa que interfere direta e indiretamente de forma produtiva neste dossiê, queremos agradecer a todas/os que contribuíram com seus escritos, comentários e apontamentos. E, mais uma vez, agradecer ao espaço aberto pela Revista Pensata para esse dossiê.

Sobre gerações e trajetórias: uma breve genealogia das pesquisas em Ciências Sociais sobre (homo)sexualidades no Brasil

Bruno Puccinelli
Milton Ribeiro da Silva Filho
Ramon Pereira dos Reis
Thiago Barcelos Soliva ¹

Resumo: O presente artigo busca traçar uma linha temporal das “gerações” de pesquisadoras/es em gênero e sexualidades que contribuíram para os primeiros estudos, a institucionalização e a ampliação teórica e temática atual. Diante da impossibilidade de abarcar toda a produção nacional, visamos detalhar as três primeiras gerações, da década de 1950 até a década de 1990, tendo em vista suas contribuições seminais para a área, e apontar os avanços das duas gerações seguintes, que completam os primeiros catorze anos da década de 2000. Como toda história é parcial, elegemos como base argumentativa a disciplina Antropologia e suas conexões com o campo brasileiro de estudos em gênero e sexualidades, que é reforçado pela promissora relação com a etnografia.

Palavras-chave: Antropologia; Brasil; Gênero; Geração; Sexualidades.

Abstract: This article seeks to draw a timeline of the researchers' "generations" on gender and sexuality that made for the initial studies, the establishment and the current theoretical and thematic expansion. Faced with the impossibility of covering all national production, we aim to detail the first three generations, from the 1950s until the 1990s, in light of their seminal contributions to the area, and point the advances of the next two generations, that complete the first fourteen years from the 2000s. As all history is partial, we elected as argumentative basis the Anthropology discipline and its connections with the brazilian field on gender and sexuality studies, which is reinforced by promising relationship with ethnography.

Keywords: Anthropology; Brazil; Gender; Generation; Sexualities.

Introdução

Este artigo faz parte de um debate amplo sobre as “origens” dos estudos sobre homossexualidades em especial, mas também sobre gênero e sexualidades. Partimos da ideia de “genealogia” sem a pretensão de indicar “nascimentos” ou “evoluções” deste campo de pesquisas, algo inviável, mas contribuir para a historização de contribuições fundamentais até os dias de hoje, o contexto social, teórico e acadêmico das mudanças ocorridas no tempo e no espaço e indicar os diferentes caminhos que conformam os estudos

¹Puccinelli é Doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Sociais – Unicamp (Bolsista CNPq), e-mail de contato: monobruno@hotmail.com; Ribeiro é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – UFPA (Bolsista CAPES), e-mail de contato: millor UFPA@hotmail.com; Reis é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – USP (Bolsista FAPESP), e-mail de contato: ramonrei@gmail.com; Soliva é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – UFRJ, e-mail de contato: thiago104@yahoo.com.br.

de gênero e sexualidades no Brasil. Um recorte necessário se deu pela escolha privilegiada da Antropologia como área disciplinar e do uso da pesquisa de cunho etnográfico.

Ao menos desde 2013, quando da realização do Fórum “Construção de Saberes e Produção de Conhecimento em Sexualidade: Convenções, Mudanças e Perspectivas na Produção Antropológica Brasileira”, durante a “IV Reunião Equatorial de Antropologia / XIII Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste”, temos refletido sobre a necessidade de marcar textualmente como as homossexualidades e outras sexualidades têm sido produzidas e se alterado no decorrer dos anos desde o primeiro trabalho sobre o tema no país. Em grande medida, essa empreitada colossal foi inspirada por outros artigos que já tomaram como ponto de reflexão as questões de gênero e feminismos no Brasil, as quais também estão aqui referidas pela forma como gênero e sexualidades têm formado um grande campo de pesquisas.

O texto está dividido em cinco partes, abarcando as cinco gerações de pesquisadoras/es nesta área. Cada parte pretende dar conta dos principais nomes, suas contribuições teóricas, o contexto social e acadêmico de produção científica e o desenvolvimento de articulações. A divisão visa facilitar a leitura, já que o texto poderia ser lido como um todo. É perceptível que uma geração interfere na próxima, bem como é interferida pela anterior. Com isso pretendemos sugerir que não há sucessões, mas a convivência de diferentes pesquisadoras/es e ideias, com produção profícua desde a primeira geração até a atual.

Por fim, é importante salientar algumas escolhas estilísticas para a escrita do artigo tendo em vista o debate em voga acerca da inclusão linguística e diferentes sujeitos generificados ou a supressão da generificação destes. Como sabemos, a norma culta da língua portuguesa impõe algumas formas de atribuição do gênero masculino como forma “neutra” ou plural, mesmo que num grupo citado haja um número expressivamente maior de mulheres do que de homens. Assim, numa classe de graduação em Ciências Sociais de 100 pessoas, mesmo que tenhamos 95 mulheres e 5 homens a regra da língua exige que o plural esteja no masculino, “alunos”. Aqui optamos por inverter a ordem e colocar a atribuição do plural no feminino onde estejamos falando de pessoas identificadas como homens ou mulheres, utilizando barra e o referente masculino em seguida. Isso visa manter o artigo dentro das normas da língua, mas sem invisibilizar a produção de mulheres no campo que traçamos. Quando nos referimos apenas a homens o plural se mantém no masculino, o mesmo para apenas mulheres. Como dito acima e reiterado acerca da quinta geração ao final do texto, esta é uma discussão em voga, transnacional e consideramos a pauta política na qual se baseia válida e pertinente. Optamos, portanto, por não utilizar duas

das formas de escrita contemporâneas que questionam a divisão binária ou a supressão do feminino na linguagem corrente, quais sejam o arroba (@) e o xis (x), por estarmos tratando de períodos históricos nos quais boa parte das autoras/es referenciadas/es atribui a si uma identidade de gênero.

Primeira Geração: entre o esquecido e as/os desbravadoras/es

Toda história tem um fundo de verdade. Toda verdade é construída no interior de uma cultura, de uma sociedade. Numa perspectiva holística, entendemos não só a cultura no singular, mas, a bem da verdade, no plural. Portanto, nossa tentativa é contextualizar essas verdades sobre a produção científica sobre (homo)sexualidades no Brasil, bem como mostrar uma história que pode ser contada de diferentes formas, versões, modos. Pensar nessa história também como plural: fruto de vozes distintas, mas que vislumbraram a possibilidade de, em uníssono, reconstruir parte da nossa própria história. Não só a história de um tema de pesquisa, mas a própria história da Antropologia e do fazer científico no Brasil.

A história das Ciências Sociais no Brasil é marcada pela construção de um campo disciplinar dominado primeiramente por uma área, a Sociologia. Esta nasce na França do início do século XX, não só na proposta filosófica de Auguste Comte, mas como campo acadêmico-científico na concepção de Émile Durkheim, o que possibilita seu reconhecimento como disciplina com a criação da primeira cátedra de Sociologia do mundo. Um movimento parecido vai acontecer com a prima-irmã da Sociologia (ARON, 2003; RODRIGUES, 1999).

É com os chamados “quatro pais fundadores” da Antropologia – Bronislaw Malinowski, Alfred Reginald Radcliffe-Brown, Franz Boas e Marcel Mauss –, considerados criadores das três vertentes antropológicas (Antropologia Social, Antropologia Cultural e Etnologia), em três (das quatro) tradições nacionais (Inglaterra, Estados Unidos e França), que a Antropologia moderna alcança *status* científico e é incorporada como saber acadêmico nas universidades da Europa primeiramente e no resto do mundo² (ERIKSEN & NIELSEN, 2007, p. 52-53)³.

2 Citamos a expansão da Antropologia efetuada por Radcliffe-Brown, que consolidou cursos de graduação em lugares distintos como a Cidade do Cabo, Sydney, Chicago, São Paulo, Alexandria e outras cidades (cf. EVANS-PRITCHARD & EGGAN, 2013; MELATTI, 1995; KUPER, 1978; ERIKSEN & NIELSEN, 2007).

3 A influência destes autores clássicos na USP surge quando a Antropologia oficialmente aparece no currículo, a partir de 1941, mesmo sendo ministrada desde 1936 (cf. nota de rodapé 7 *in* MAGNANI, 2008, p. 25).

No Brasil, com o surgimento dos primeiros núcleos de ensino de Ciências Sociais⁴, como o Museu Nacional⁵ (MN), no Rio de Janeiro, e a Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, em diferentes períodos, vimos abrir um caminho para os estudos sociais e das manifestações culturais como o folclore (tradição na USP dos anos 1930-40) ou os estudos de comunidade (tradição nos anos 1940-50). Tais aportes temáticos possibilitaram abrir um campo de reflexão sobre a cultura a partir de suas práticas sociais, culturais e populares e de estruturas sociais em pequenas localidades, ou nos ditos interiores brasileiros, iniciando uma oposição analítica entre campo e cidade/rural e urbano⁶.

Dentro de um contexto acadêmico de mudança teórica e temática na Antropologia da USP em meados da década de 1970, o que a aproximou das Ciências Políticas e do foco sobre a cidade com influência da Escola Sociológica de Chicago, surgiu como tema de estudos os “desviantes” e seus “desvios” e a “transgressão” – isso por conta das discussões trazidas pelo sociólogo americano Howard Becker e pelo canadense Irving Goffman, responsáveis pelo interacionismo simbólico. No entanto, não se escapou da perspectiva microsociológica desta Escola, contando também com debates em torno da Ecologia Humana, influenciadas por Louis Wirth, Robert Park e William Foote-White (FRÚGOLI JR., 2007; MAGNANI, 2008, p. 24; TRINDADE, 2005, p. 254-256).

No debate empreendido na USP, no que mais adiante viria a se tornar a Antropologia Urbana, duas professoras foram fundamentais frente às discussões consideradas escopo único da Antropologia naquele período, como a etnologia indígena e as questões raciais⁷: Ruth Villaça Correia Leite Cardoso e Eunice Ribeiro Durham⁸. Ruth Cardoso, falecida em 2008, é importante nesta revisão histórica por ter orientado muitos dos

4 De acordo com Melatti (2007 [1983], p. 11), Gilberto Freyre, em artigo que data de 1943, outorga para si a criação da “primeira cátedra de Sociologia, no Brasil, em 1928, na Escola Normal do Estado, em Recife”. Porém, adverte que a partir de São Paulo se irradiaram os estudos nas áreas de Ciências Sociais nos idos dos anos 1930.

5 Esta instituição começa a ganhar espaço na etnologia a partir dos anos 1950, concorrendo com o Museu do Índio, criado por Darcy Ribeiro, e com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, que também ajudavam a formar pesquisadoras/es nas Ciências Sociais. É interessante notar que os subsídios para os cursos do Museu Nacional vinham do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, parte da Universidade do Brasil, criada em 1938, e que absorvera a Universidade do Distrito Federal, ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro (MELATTI, 2007 [1983], p. 21).

6 Melatti (2007 [1983], p. 17-18) faz um apanhado abrangente dos estudos de comunidade no Brasil, pelo menos até os anos 1980. Magnani (2008, p. 25) esclarece que, diferentemente do que ocorreu nos EUA, no Brasil, os estudos de Antropologia Urbana iniciaram-se nas “pequenas localidades interioranas” e cita uma série de autoras/es consideradas/os clássicos nesta área de estudos no país, como Antonio Cândido, Marvin Harris, Oracy Nogueira, Donald Pierson, Charles Wagley, Emilio Willems e Gioconda Mussolini.

7 De acordo com Magnani (2008, p. 26), “os objetos privilegiados da antropologia brasileira eram constituídos pelas populações indígenas, no que sem dúvida seguia a tendência geral da disciplina desde sua formação, na Europa e nos Estados Unidos; vinham, em seguida, as comunidades ‘rústicas’ ou ‘caboclas’; e por fim as ‘minorias étnicas’ e seus problemas de ‘aculturação’ e ‘assimilação’ à sociedade nacional”.

8 Embora o papel de Durham esteja diretamente atrelado às discussões sobre a importância dos estudos de comunidade, sendo uma das grandes referências brasileiras na área, que ajudará na conformação de importantes reflexões sócio-antropológicas posteriormente, seu destaque não será fruto de críticas maiores neste texto por não ser objetivo do mesmo.

trabalhos que lidavam com a temática de gênero, das/os “desviantes”, da “juventude, mulheres de classe média, sexualidade, violência, infância, drogas e mídia” e “pobres urbanos” (SCHWARCZ, 2008; VELHO, 2008, p. 271). Durante sua trajetória acadêmica,

Foi uma das mais importantes cientistas sociais voltadas para a temática do feminismo e da questão do gênero em geral. Contribuiu, por meio de diferentes iniciativas, para legitimação e profundidade de debates e investigações desse tema. Uma das condições básicas para o exercício de suas qualidades acadêmicas foi a notável abertura para os temas do mundo, combatendo preconceitos e posições dogmáticas (VELHO, 2008, p. 272).

De acordo com os dados, Cardoso se destaca nesta genealogia por ter incentivado as discussões sobre trajetórias dissidentes – de mulheres, dos feminismos, do gênero, das/os pobres, das/os japonesas/es (incorporadas/os às novas dinâmicas metropolitanas em São Paulo) e ao incorporar as discussões sócio-antropológicas da Escola Sociológica de Chicago nos estudos sobre o modo de vida no meio urbano (VELHO & MACHADO, 1977).

Não obstante, Ruth Cardoso orientou trabalhos de importantes antropólogas/os na área de gênero, ajudando a sedimentar este campo no Brasil, que sofreu forte influência da escola sociológica francesa, ou na área de cultura, juventude, política e movimentos sociais, como os de Mariza Correa (sobre a história da Antropologia no Brasil a partir da escola de Nina Rodrigues), de Maria Filomena Gregori (sobre o SOS Mulher e sobre meninos de rua), Guita Debert (sobre representações políticas e sobre o nacionalismo no ISEB e na ESG), Gilberto Velho (sobre o uso de tóxicos nas camadas médias), Lygia Sigaud⁹ (sobre trabalhadores em Pernambuco) e José Guilherme Magnani (sobre lazer e cultura popular na periferia paulistana)¹⁰.

Neste mesmo caldeirão intelectual que foi/é a USP, surgiu nosso primeiro personagem importante: o primeiro cientista social a escrever um texto sociológico sobre homossexualidade no país. Guardadas as diferenças temporais, que, porém, são poucas, José Fábio Barbosa da Silva conviveu com a primeira geração de sociólogos formados naquele centro acadêmico, como Fernando Azevedo, Florestan Fernandes (que foi orientador de sua monografia de especialização), Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni (que, à época da defesa de José Fábio, estavam concluindo suas teses de doutorado, mas participaram de sua banca de avaliação, também orientados por Florestan Fernandes).

9 Orientada primeiramente de Marialice Foracchi, mas, devido ao falecimento desta, passou a ser orientada por Ruth Cardoso (cf. LEITE LOPES, 2009, p. 272).

10 Ajudou também a formar outra importante geração de sociólogas/os e antropólogas/os, como Flavio Pierucci, Teresa Caldeira, Helena Sampaio, Celia Sakurai e Antonio Teixeira Mendes, Antonio Augusto Arantes, Alba Zaluar e Ruben Oliven (cf. SCHWARCZ, 2008 e ROCHA & ECKERT, 2010, p. 175).

Essa geração é fruto da missão francesa¹¹ que ajudou a consolidar o campo das Ciências Sociais na USP, criada em 1934. Intelectuais do peso de Claude Lévi-Strauss, ainda se consolidando na Antropologia, Roger Bastide (que substituirá Lévi-Strauss na segunda cadeira de Sociologia) e Paul Arbose-Bastide participaram desta empreitada acadêmico-científica. Porém, não foram apenas as Ciências Sociais que se beneficiaram desta experiência, mas áreas como economia, literatura, geografia e história. Esta última recebeu o importante historiador Fernand Braudel entre os jovens *agrégés*, com ou sem experiência no ensino superior¹².

Nosso personagem conviveu neste ambiente poucos anos depois (Ruth Cardoso nasceu em 1930 e ele em 1934), quando a missão já havia deixado suas marcas na intelectualidade brasileira. Em seu ano de entrada na universidade para fazer o curso de graduação em Ciências Sociais – na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo –, foi aprovado com outros colegas de classe: o conhecido jornalista Perseu Abramo, um aluno que estudava estatística e ele (GREEN & TRINDADE, 2005, p. 26).

O interesse em pesquisar os homossexuais em São Paulo deveu-se, em parte, à sua própria identificação com o tema, haja visto sua homossexualidade, e por influência do orientador, Florestan Fernandes, seu amigo e conhecedor de sua rede de sociabilidade, conformada majoritariamente por homossexuais das classes médias e altas da capital paulista. Este acabou escrevendo um artigo ainda na graduação com os recursos materiais disponíveis para estudo na área das Ciências Sociais e, quando iniciou a especialização, por indicação do orientador, resolveu pesquisar a homossexualidade masculina paulistana:

Quando chegou o momento de decidir sobre um tema para minha monografia de especialização, Florestan Fernandes, em uma conversa de orientação, propôs que eu fizesse uma pesquisa sobre homossexualidade masculina em São Paulo, já que, previamente, eu havia realizado um trabalho sobre esse tema. Pensei: Por que não? (SILVA, 2005, p. 218-219).

Com este incentivo, surge o primeiro trabalho sociológico sobre homossexualidade masculina no Brasil: “Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário”, uma monografia de especialização que ficou perdida desde 1960 e foi resgatada e publicada em 2005¹³ numa coletânea que a homenageia e reúne, além deste trabalho seminal, outros artigos. Além desta monografia, um artigo derivado dela foi publicado pela primeira vez num

11 A “missão francesa da USP” contou com três fases distintas, nos anos de 1934, 1935 e 1938, e esteve atrelada ao projeto de expansão política e cultural da França na América Latina (cf. MASSI, 1991; Site da Biblioteca Nacional; acesso em 26 out. 2014).

12 Durante esse período, pesquisadores de outras nacionalidades circularam, ora como professores visitantes, ora como professores contratados, como Egon Schaden (criador da Revista de Antropologia da USP), Herbert Baldus, Georges Gurvitch e Jean-Paul Sartre.

13 Compilação de artigos e resgate do texto de Barbosa da Silva organizadas por James Green e Ronaldo Trindade (2005).

periódico acadêmico na área de Sociologia¹⁴. Com isso, Barbosa da Silva estreia a produção sobre homossexualidade no Brasil em dois eixos acadêmicos importantes: no desenvolvimento de pesquisa e na publicação em periódicos especializados.

Sem que soubessem ou tivessem conhecimento desta pesquisa pioneira, algumas/ns pesquisadoras/es continuaram na trilha desbravada por Barbosa da Silva e, ainda hoje, há investigações na região paulistana que foi identificada por ele como área de interação e convergência homossexual, especificamente “o grande T, formado pela confluência das Avenidas São João e Ipiranga”, além das regiões próximas ao Vale do Anhangabaú e as imediações do Largo do Arouche¹⁵ (FRY, 2005, p. 12).

No entanto, não era apenas a Universidade de São Paulo que capitaneava os estudos sobre (homo)sexualidade no Brasil àquela época. Neste ponto, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), criada em 1968, aparece como disseminadora de estudos voltados para a área em discussão: a) por trazer para o Brasil um dos antropólogos que estabeleceu um dos grandes paradigmas conceituais da área, Peter Fry; b) pois junto com ele (e Antonio Augusto Arantes Neto) veio ao Brasil a também antropóloga Verena Stolcke, que ajudou a formar algumas gerações de pesquisadoras/es feministas e que já apontava para discussões que hoje chamamos de *interseccionais*; e c) porque foi criado nesta universidade um dos mais importantes núcleos de estudos de gênero no país, o PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero.

Parte de uma missão inglesa, que tinha como interesse fundar o Departamento de Antropologia Social da Unicamp, Peter Fry chegou ao Brasil no ano de 1970. Acompanhado de Verena Stolcke e Antonio Augusto Arantes (pesquisador brasileiro que os conheceu na Inglaterra enquanto estudava Antropologia com Edmund Leach), logo nos primeiros anos publicou um importante artigo para os estudos sobre homossexualidades masculinas no país (ABREU et al, 2003, p. 104; TORRES, 2014; Site da Freie Universität Berlin, acesso em 24 out. 2014). Como aponta numa entrevista,

Vim para o Brasil por acaso. Peter Rivière, que pesquisou os Tiryíó no Amapá, foi fazer uma palestra em Londres. Perguntei-lhe se era possível dar aulas no Brasil. Eu falava um pouco de português porque estava interessado em Portugal e Moçambique. Tinha uma vaga ideia sobre o Brasil. Rivière tinha recebido uma carta de Lévi-Strauss dizendo que estavam procurando antropólogos em um lugar chamado Campinas, que ficava em algum ponto ao sul do Rio de Janeiro. Antonio Augusto Arantes Neto lecionava em

14 “Aspectos sociológicos do homossexualismo em São Paulo” publicado na Revista Sociologia, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, volume XXI, n. 4, outubro de 1959 (cf. GREEN, 2005, p. 17).

15 Néstor Perlongher é um exemplo. Porém, outras/os pesquisadoras/es também enveredaram pela descrição territorial traçada pelo antropólogo argentino e desenvolveram pesquisas utilizando as categorias analíticas deste autor (Cf. MACRAE, 2005 [1983]; SIMÕES & FRANÇA, 2005, presentes na mesma obra).

Campinas e estava em Cambridge. Conheci Arantes e Verena Stolcke. Verena era aluna de Peter Rivière. Arantes, Verena e eu viemos para o Brasil, em 1970, para fundar a área de Antropologia Social na Unicamp (TORRES, 2014).

Seu interesse inicial no Brasil era estudar as religiões de possessão, em parte, facilitado pela experiência que havia obtido na África em suas pesquisas de campo, sob orientação de Jack Goody. Porém, acabou se desvirtuando para uma relação instituída entre a homossexualidade e os cultos afro-brasileiros. Esta nova forma de olhar para as religiões de matriz afro-brasileira deveu-se a dois principais momentos: 1) a leitura de “Cidade das mulheres”, de Ruth Landes; e 2) o contato com Anaíza Vergolino (TORRES, 2014; TRINDADE, 2002, p. 70; MESA-REDONDA SOMOS, 2003, p. 54). Conforme as entrevistas que se apresentam:

Fui ao Pará convidado por Anaíza Vergolino e Silva, minha primeira aluna de mestrado, que fez uma pesquisa sobre o batuque de Belém [...]. Sobre o batuque em Belém, havia uma monografia em língua inglesa do casal Leacock [...]. Os Leacock relatavam a homossexualidade masculina no batuque, tal como Ruth Landes falava da Bahia. Perguntei a Anaíza se havia alguma relação entre a homossexualidade masculina e o batuque. Disse-me que havia, e muito! Isto foi em 1974 [...]. A Associação Americana de Antropologia [AAA] ia organizar, pela primeira vez, uma discussão sobre homossexualidade na Cidade do México. Fui fazer, então, esta pesquisa no Pará sobre a relação entre religião afro-brasileira e homossexualidade para levar à reunião. Mas nunca mais fiz pesquisa sobre isto. Escrevi alguns artigos e um livro com meu amigo Edward MacRae. Depois desisti... (TORRES, 2014).

Eu dava aula em Campinas na época, em 1974, e não lembro exatamente como, mas eu fui me inscrever numa reunião da Associação Americana de Antropologia, realizada na Cidade do México, e pela primeira vez botaram a homossexualidade na ordem do dia. Eu tinha uma aluna, Marise (sic), de Belém, e ela me contava da relação entre bichice e umbanda e macumba em Belém. Então eu fui lá passar um mês ou dois, escrevi um pequeno artigo, e deve ter sido aquilo que fez alguém me convidar para participar daquelas primeiras reuniões do Lampião [da Esquina] (MESA-REDONDA SOMOS, vários autores, 2003, p. 54).

O impacto das proposições causadas pelos artigos “Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros” e “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”, ambos publicados na coletânea “Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira”, em 1982, e que ainda são alvos de escrutínio pela maioria das/dos antropólogas/os interessadas/os nas homossexualidades, mostra o quanto estes

textos não esgotaram suas potencialidades analíticas¹⁶ (TRINDADE, 2002). Sua importância se dá também porque ajudou na formação de pesquisadoras/es de diferentes gerações interessadas/os nos estudos de gênero e sexualidades. Consta de seu currículo Lattes (atualizado em 28/7/2014), por exemplo, as orientações de importantes nomes do cenário atual: no mestrado, Sérgio Carrara; no doutorado, Anna Paula Vencato, Marcelo Natividade, Laura Moutinho e Patrícia Birman.

A partir da amizade desenvolvida na Inglaterra com Verena Stolcke e no Brasil com Mariza Corrêa, Fry ajudou a disseminar pesquisas sobre (homo)sexualidades, ora como orientador de pesquisadoras/es das gerações futuras, ora como referencial importante para a análise das relações homossexuais brasileiras. Além de tudo, incentivou os estudos de Mariza Corrêa na Antropologia, como afirma Abreu et al (2003, p. 106): “[...] Por exemplo, se eu não tivesse vindo para Campinas e conhecido o Peter Fry, talvez não tivesse virado antropóloga”.

A partir da participação em movimentos feministas, que a ajudou a conformar sua crítica feminista, da leitura de Ruth Landes, de Joan Scott, de Simone de Beauvoir, dos escritos para o *Lampião da Esquina*, Mariza Corrêa se tornou uma personagem interessante para esta breve genealogia. Seus livros, “Morte em família” e “As ilusões da liberdade”, são fruto de pesquisas desenvolvidas para o mestrado e doutorado, respectivamente: a primeira, cuja dissertação tem por título original “Os atos e os autos’: representações jurídicas de papéis sexuais”, foi orientada por Verena Stolcke, na Unicamp, e a segunda, cujo livro possui o mesmo título da tese, foi orientada por Ruth Cardoso, na USP, no programa de Ciência Política. Sobre os dilemas acerca do tema do mestrado diz:

Eu estava interessada na questão feminista e fiz meu projeto de mestrado com os assassinatos de mulheres. O gênero acabou entrando mais adiante. Quando acontecem todas as discussões teóricas que tentam transformar a questão feminista numa questão teoricamente sólida, aparece a noção de gênero (ABREU et al, 2003, p. 105).

A importância de Mariza Corrêa se dá, ainda, por ter orientado várias gerações de antropólogas/os nos estudos de gênero e sexualidades na Unicamp, ajudando a conformar o campo atual. Durante sua trajetória, orientou 20 dissertações de mestrado e dentre as/os

¹⁶ Estes textos foram apresentados antes de serem publicados nesta coletânea: o primeiro, com o título “Male homosexuality and Afro-Brazilian possession cults”, foi apresentado em 1974, na AAA, na Cidade do México, e uma versão resumida sob o título “Mediunidade e sexualidade”, em 1977, no periódico *Religião e Sociedade*; o segundo foi apresentado em 1974, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília, e depois ganhou novas versões (cf. FRY, 1982, nota de rodapé, p. 54, e nota 1, p. 112). Ainda sobre a importância destes artigos, ver CARRARA & SIMÕES (2007). Mas é importante notar que todas/os as/os autoras/es que escrevem sobre estes textos acabam por esquecer o papel que a orientação de Anaíza Vergolino e os *batuques* da capital paraense tiveram para as inflexões analítico-conceituais mostradas nos dois artigos, nas duas acepções do termo: como primeira orientanda de Fry na Unicamp e como anfitriã em Belém.

principais pesquisadoras/es nestas áreas encontram-se: Néstor Perlongher, Heloísa Pontes e Adriana Piscitelli.

No caso de Verena Stolcke, sua importância vai além da co-fundação do Departamento de Antropologia dessa universidade, já que também orientou trabalhos importantes na área de gênero e suas intersecções, aliadas a uma perspectiva feminista. Sua estadia no Brasil durou uma década apenas, entre os anos de 1970 e 1980. Aqui, desenvolveu pesquisa de campo com mulheres trabalhadoras de uma plantação de café em São Paulo. Os primeiros anos foram difíceis e impactantes por não falar português e ainda não estar acostumada aos sentidos que a língua portuguesa pode tomar, mas também pela liberdade de organizar um programa de mestrado novo, com recursos e apoio institucional. Assim Stolcke descreve esses momentos:

Recuerdo que me tocó leer las notas del primer examen que habían hecho los estudiantes. Yo hablaba castellano, no hablaba portugués, y empecé a leer las notas: ocho coma tres, cuatro coma cinco. Los estudiantes estallaron en una carcajada. En brasileño comer tiene un doble significado, se refiere también al acto sexual. Anécdotas! Luego comencé a dar clase, sobre parentesco, familia, racismo. Fue una época extraordinaria. Por un lado era impactante comenzar la docencia en un país que no conocía, en una lengua que tampoco conocía, pero al mismo tiempo, tuve unas oportunidades extraordinarias. El Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas era nuevo, éramos muy pocos docentes - ¡yo era la única mujer! Disponíamos de recursos y teníamos plena libertad para crear el programa de antropología que queríamos. Primero organizamos la licenciatura, después rápidamente pasamos a la maestría. Recuerdo las interminables reuniones que teníamos. Era preciso redactar los estatutos de la maestría y recurrimos a los químicos! (VENTURA i OLLER; acesso em 22 out. 2014).

Após este período no Brasil, quando se aproximou de antropólogas/os do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, resolveu estabelecer-se na Espanha, na Universitat Autònoma de Barcelona, onde já vinha ministrando cursos desde 1975: “Durante los tres años siguientes pasaba medio año en Campinas y medio año en Barcelona. Al final, cuando me contratarón, lo viví como otro nuevo inicio” (ibidem).

Durante a fermentação de pesquisas desenvolvidas sobre gênero, mulheres, feminismo e homossexualidade, que vai do final da década de 1950 até o final da década de 1970, aparece nossa última personagem da primeira geração, a antropóloga Carmen Dora Guimarães. Esta encontra-se diretamente ligada à genealogia aqui pretendida, pois foi orientada no mestrado por Gilberto Velho (que foi orientado por Ruth Cardoso), no Museu Nacional – RJ. Data de 10 de novembro de 1977 a defesa de sua dissertação, “O homossexual visto por entendidos”, produto do campo realizado com uma rede de amigos e

conhecidos que se definiam como *entendidos*¹⁷, processo de pesquisa semelhante ao de Barbosa da Silva, supracitado. Sua publicação, no entanto, ocorreu apenas em 2004, apesar do trabalho ter se tornado “referência para várias gerações de estudiosos do desvio, da sexualidade e, especificamente, da homossexualidade” (VELHO, 2004, p. 16).

A trajetória desta antropóloga intersecta com os rumos que a Antropologia das Sociedades Complexas e a Antropologia Urbana estavam tomando no Brasil. É herdeira, ainda, das discussões clássicas da Escola Sociológica de Chicago e do interacionismo simbólico: o uso das ideias de desvio e estigma são cruciais no texto; mas também da Escola Britânica, via Mary Douglas, através da interpretação de Guimarães das trajetórias de jovens homens *entendidos* na cidade do Rio de Janeiro: o perigo e a sujeira da homossexualidade são evidenciadas nas falas de seus interlocutores.

Os temas trazidos por esta dissertação podem ser enquadrados como atuais por retratar alguns dos assuntos discutidos nas etnografias da área de gênero e sexualidades, a partir da década de 1970, como: migração, deslocamento, trajetória, *network*, clivagem de classe ou camadas sociais, homossocialidade, performance, *coming out*, processos de subjetivação, identidade, estilo de vida ou modo de vida – para ser fiel à reflexão foucaultiana realizada pela autora – dentre outros (GUIMARÃES, 2004).

A trajetória desta pesquisadora sempre esteve relacionada aos estudos sobre sexualidades, sejam elas masculinas ou femininas, primeiro, neste texto considerado por muitos como pioneiro, fruto de sua dissertação de mestrado, e, segundo, na produção de uma vasta literatura sobre aids e o feminino, que ensejaram as discussões da tese de doutorado. Ainda, nos anos de 1987-1988, participou junto com Herbert Daniel (escritor) e Jane Galvão (antropóloga) da pesquisa “exploratória e pioneira” sobre o “impacto social da aids no Brasil”, com apoio financeiro da Fundação Ford e patrocínio da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), tendo como material de análise 500 fichas de casos notificados no período de 1982 a 1988 no estado do Rio de Janeiro. A Divisão Estadual de DST e Aids da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro franqueou o acesso aos dados institucionais (GUIMARÃES, 2001, p. 24).

As trajetórias constantes da genealogia desta primeira geração de pesquisadoras/es em Ciências Sociais sobre as questões que envolvem as (homo)sexualidades estabelecem uma diferença fundamental dos estudos que eram realizados até aquela época (principalmente no final do século XIX e início do séc. XX),

¹⁷*Entendido* é o modo como socialmente os sujeitos da pesquisa de Guimarães se definem, ainda que a autora descreva sua rede de interlocução como formada por “catorze indivíduos do sexo masculino auto-identificados como homossexuais” (GUIMARÃES, 2004, p.22). No entanto, como segue a autora, um dos principais intuítos da pesquisa é compreender o que essa rede entende por *homossexual* e, nesse sentido, discutir diferenças e semelhanças no processo de identificações sexuais e sociais.

quando eram realizados por médicos e juristas interessados em enquadrar as *sexualidades desviantes* como crimes, patologias, distúrbios. As abordagens psicanalíticas em nada contribuíram para deslocar o sujeito homossexual dos cercamentos morais, clínicos e legais da época (BARBOSA DA SILVA, 2005, p. 220-224).

Portanto, esta geração é importante na sedimentação deste campo, pois: 1) é a geração que estabelecerá a diferença nos estudos sobre (homo)sexualidades, que, utilizando os instrumentais teórico-metodológicos das Ciências Sociais, marcarão a qualidade argumentativa em comparação aos estudos feitos anteriormente; 2) é a geração que abrirá as portas para que novas gerações (principalmente a segunda e terceira gerações, mas com ecos na quarta também) estabeleçam-se neste campo, seja orientando ou participando das bancas examinadoras e/ou de defesas; 3) é a geração que desenvolverá os centros aglutinadores de novas pesquisas, que possibilitarão a criação de núcleos importantes nas discussões de gênero, feminismo e (homo)sexualidades; e 4) é a geração que estabelecerá alguns dos paradigmas teóricos-conceituais dessa área de estudo e pesquisa.

Segunda geração: etnografias, movimentos sociais e a epidemia da aids

A chamada segunda geração de pesquisadoras/es em gênero e sexualidades no Brasil pode ser localizada temporalmente no final da década de 1970 e durante toda a década de 1980. Não é possível compreender os avanços temáticos e críticos dessas pesquisas sem pensar no contexto geral da abertura política, a produção acadêmica em ascensão no país, a ênfase da pesquisa em movimentos sociais e a assunção da pesquisa antropológica em contexto urbano. Espaço antes ocupado em grande medida pela Sociologia e Ciência Política, as grandes cidades e seus problemas sociais ganharam novo impulso teórico e crítico com a produção do ponto de vista antropológico.

Essa geração é marcada profundamente por importantes questões teórico-epistemológicas, mas também por perdas acadêmicas e pessoais em decorrência da aids. O primeiro caso da doença no país ocorreu em 1980, com confirmação dois anos depois e isolamento do vírus no Brasil em 1987. Como apontam Simões & Facchini (2009), o impacto da doença intensificou a discriminação da homossexualidade, chamada à época de “peste gay” por ter sido encontrada a princípio entre homens homossexuais (o primeiro diagnóstico de contágio em mulheres no país ocorreu em 1983), mas impeliu o Movimento Homossexual Brasileiro a se articular para enfrentar a aids e o estigma. Ao mesmo tempo, incentivos de pesquisa sobre a doença promoveram um amplo debate sobre temas considerados tabus em relação à sexualidade, principalmente vindo da área da saúde.

Um dos grandes trabalhos que exemplificam a produção dessa geração é a pesquisa de Néstor Perlongher, publicada pela primeira vez em 1987 como “O Negócio do Michê: A Prostituição Viril”, com uma segunda edição no mesmo ano, apenas um ano após sua defesa como dissertação de mestrado na Unicamp, instituição na qual se tornara professor já em 1985. Sob orientação de Mariza Corrêa no Departamento de Antropologia Social e com importantes contribuições teóricas de Peter Fry, parte da banca examinadora, as contribuições de Perlongher no que concerne aos estudos de sexualidades perfazem uma das grandes marcas da produção brasileira sobre o tema: a reflexão etnográfica a partir dos contextos locais pesquisados. Assim aponta Fry no prefácio à primeira edição:

Faço parte do que se costuma chamar de “referência bibliográfica”, e como tal surjo como protagonista de uma determinada perspectiva teórica – aquela que insiste na necessidade de compreender a sexualidade como fenômeno cultural e histórico. Assim, nossa infinitamente rica pletora de identidades sexuais, nossos homens, mulheres, bichas, michês, viados, travestis, sapatões, monas, ades, monocos, saboeiras e assim por diante não são simples traduções dos homossexuais, heterossexuais e bissexuais que povoam as terras anglo-saxônicas. São personagens de um cenário de significações que têm sua história e lógica próprias (p. 12).

Como apontam Carrara & Simões (2007), trabalhos como os de Perlongher questionaram identidades fixas e destacaram as hierarquias sociais que produziam diferenças e desejos. Tal postura teórico-metodológica, anos depois, foi retomada como uma das contribuições aos trabalhos alocados na teoria *queer*, tanto no Brasil como nos países da América hispânica, como enfatizado no prefácio da nova edição brasileira de “O Negócio do Michê”, escrito por Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, apenas realizado vinte e um anos depois da edição original, em 2008.

Parte de todo esse arcabouço teórico, que é também político, contraria as grandes elucubrações sobre uma sexualidade típica brasileira, como propõe Richard Parker em “Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo”. O trabalho foi realizado como tese de doutorado na Universidade da Califórnia, Estados Unidos, entre os anos de 1981 e 1988, e publicado em 1991 em português. Profundamente influenciado pelas ideias da Escola Sociológica de Chicago, sobretudo das leituras feitas por Willian Simon e John Gagnon dessa corrente teórica, Richard irá trabalhar com noções de *scripts*, significados sexuais etc. O autor analisa a construção social da sexualidade no Brasil atual, considerando a dinâmica dos desejos e afetos com o resultado de uma sociedade profundamente marcada por uma distribuição desigual do poder. Apesar das críticas recebidas em relação à ideia de que haveria uma “cultura sexual brasileira”, Parker

contribuiu grandemente para as pesquisas sobre aids no Brasil (ver a seção seguinte). Isso indica como dois diferentes pesquisadores estrangeiros (Perlongher era argentino e Parker é estadunidense) em contextos de campo semelhantes produziram resultados completamente distintos.

Estes dois pesquisadores, de diferentes maneiras, contribuíram para a produção de importantes reflexões sobre o avanço da epidemia de aids no Brasil e no mundo. Parker, por exemplo, ocupou importantes cargos institucionais referentes ao estudo e combate à epidemia no país, principalmente a partir de seu pós-doutorado realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Já Perlongher escreveu um dos primeiros livros introdutórios sobre a aids no país dentro da coleção “Primeiros Passos”, da Editora Brasiliense, mesma coleção da publicação de Fry & MacRae sobre homossexualidade em 1982. “O que é aids”, publicado em 1987, mesmo ano de “O negócio do michê”, introduz a um público mais amplo as principais informações sobre as características do vírus, seu avanço geográfico e social no mundo e esclarece as maneiras de contágio e prevenção, principalmente visando diminuir estigmas de contato com pessoas infectadas. Por outro lado, Perlongher se deteu numa importante reflexão foucaultiana que tomava a doença como dispositivo e meio de controle de populações sob o impacto dos movimentos de liberação sexual e contracultura no mundo. É importante frisar que o autor observava na dinâmica da vivência da sexualidade sem fixações identitárias a potencialidade da deriva social e do questionamento à normatização dos “desviantes”, logo o dispositivo da aids serviria como encapsulador das vivências em sujeitos com identidades fixas¹⁸.

A ênfase na pesquisa etnográfica pode ser observada também em uma outra grande contribuição às pesquisas sobre sexualidades com ênfase em movimentos sociais, “A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da 'Abertura””, de Edward MacRae. Publicada em 1990, o campo de MacRae ocorreu entre 1978 e 1985, com a tese de doutorado “O militante homossexual no Brasil da 'abertura””, defendida em 1986 na USP. Macrae contribuiu com Fry na edição sobre homossexualidade para a coleção “Primeiros Passos” da editora Brasiliense publicada em 1983, indicando já a atuação do pesquisador

¹⁸Junto a nomes como o do escritor Manuel Puig, Néstor Perlongher fundou a Frente de Liberación Homossexual (FLH) da Argentina, grupo de contestação social e sexual de esquerda formado por trabalhadores e influenciado pelo pensamento trotskista. Interessante pensar que no mesmo ano de fundação da FLH, 1971, outro grupo de filosofia semelhante havia se formado na França, a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (F.H.A.R.). Num, o ambiente político instável, o golpe de Estado, o comunismo e as ideias de Foucault sobre poder e sexualidade serviram de base para a FLH; noutro, a ascensão contracultural, ideias de esquerda, os movimentos pós-1968 e também Foucault foram base para a F.H.A.R. Tópicos que remetem a esse caldeirão podem ser vistos nos capítulos “Derivas e devires”, “As tansas” e “O negócio do desejo” em “O Negócio do Michê”, de Perlongher. Já apontamentos sobre a F.H.A.R., referenciados por Perlongher, podem ser encontrados numa compilação de textos de um de seus fundadores, “A Contestação Homossexual”, de Guy Hocquenghem, publicado pela Editora Brasiliense em 1980. É importante frisar que Michel Foucault teve suas obras traduzidas para o português e o espanhol pouco tempo depois de sua publicação original, além de ter feito cinco visitas ao Brasil, entre 1965 e 1976, ou seja, suas ideias já circulavam na sudamérica; seus escritos chegaram em território estadunidense cerca de uma década depois apenas.

na divulgação científica de novas ideias sobre sexualidade. Os agradecimentos mostram como um leque comum de pesquisadoras/es influenciaram no modo de produzir dados e nas possibilidades teóricas de interpretação destes.

Dentre os nomes podemos citar Eunice Durham, orientadora de MacRae, Ruth Cardoso, Mariza Corrêa, Peter Fry, Verena Stolcke etc. São nomes listados também dentre pesquisadoras/es que se dedicaram às relações sociais em contexto urbano. Em grande medida, o aumento das pesquisas sobre gênero e sexualidades no período se coadunam com a ampliação da pesquisa urbana na Antropologia, como aponta Magnani (2012) em sua livre docência. Orientado por Cardoso, o autor mostra, através da lista de orientandas/os desta e de Durham, como gênero e sexualidade faziam parte de um léxico que entendia família relacionada a trabalho e a direitos sociais, debitário em grande medida do produzido por Mariza Corrêa. De uma lista de 46 pesquisas orientadas pelas duas professoras, nove estão relacionadas a família, mulheres e homossexuais com trabalho e movimentos sociais urbanos. Dentre estes, encontram-se as pesquisas de MacRae, Maria Filomena Gregori e Maria Suely Kofes.

Gregori, assim como Heloísa Pontes, seguiram de perto os passos temáticos em estudos sobre mulheres e violência já realizados por Corrêa. Ambas as pesquisadoras, hoje professoras do Departamento de Antropologia da Unicamp, se detiveram sobre as práticas do S.O.S Mulher em seus mestrados. Decorrência do contexto de aumento das pesquisas sobre movimentos sociais urbanos, a questão de gênero, enfatizada no tópico “mulher”, ganhava cada vez mais destaque. Também professora da Unicamp atualmente, Kofes, por exemplo, se dedicou a pensar igualdade e desigualdade entre empregadas domésticas e patroas em seu doutorado. Toda essa produção se deu nos anos de 1986, 1987 e 1988.

A ênfase em “família” como linha de pesquisa que agregou no período o que depois passou a ser chamado de estudos de gênero e sexualidades também é apontado nos agradecimentos de Perlongher a grupos de pesquisa: “Grupo de Sexualidade e Reprodução” e “Família e Sociedade”. Corrêa (2001) mostra em seu apanhado pessoal o desenvolvimento das pesquisas com mulheres no contexto da Unicamp, com as sucessivas “Semanas da Mulher” em 1978, 1979 e 1980, para os estudos de gênero. Todo esse contexto que marca a segunda geração de pesquisadoras/es em gênero e sexualidades mostra a centralidade que tais temas de pesquisa passaram a ganhar nos programas de pós-graduação. A institucionalização do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, em 1993, exemplifica a possibilidade de incentivos diretos a tais produções, bem como o lançamento da primeira edição do periódico ligado ao núcleo, Cadernos Pagu.

Terceira geração: institucionalização e ampliação

A produção sobre gênero e sexualidades dentro do que poderíamos classificar como terceira geração de estudiosas/os dessas temáticas está intimamente relacionada aos acontecimentos que marcaram a década de 1990. No plano acadêmico, assistimos à consolidação desses temas, anteriormente considerados de menor prestígio, mesmo entre as/os antropólogas/os (VANICE, 1995). Essa consolidação está profundamente associada ao adensamento dos “novos movimentos sociais” – feminista, homossexual e negro –, nas décadas anteriores e ao enfrentamento, via políticas públicas, da epidemia de aids. Esses acontecimentos, sobretudo a aids, contribuíram significativamente para o aumento do financiamento destinado à pesquisa, fato que contribuiu para a ampliação e diversificação deste campo, como podemos perceber mais à frente. Na esteira desses processos, podemos observar a proliferação de pautas de pesquisa que começam a refletir sexualidade e gênero como temas inevitavelmente imbricados (CITELI, 2002). O financiamento de pesquisas, sobretudo via organismos internacionais, como a Fundação Ford, foi constitutivo do campo de estudos sobre gênero e sexualidades no Brasil, evidenciando uma estreita relação da universidade com instituições nacionais e internacionais preocupadas com o avanço da aids.

Outra característica produtiva para analisar o conjunto desses trabalhos diz respeito ao adensamento de pesquisas para fora do campo antropológico, mas que mantiveram com este uma relação de contiguidade – adotando metodologias e teorias típicas do fazer antropológico. É o caso das pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, principalmente pelo Instituto de Medicina Social (UERJ), que, com a implementação do Programa de Estudos em Sexualidade, Gênero e Saúde, em 1991, por iniciativa de Richard Parker, intensificou esforços de formação de jovens pesquisadoras/es com a organização de cursos de curta duração e seminários relacionados a estes temas (BARBOSA & AQUINO, 2003). Hoje, esta instituição se constitui como um centro de referência na produção em gênero e sexualidades, com um número considerável de pesquisadoras/es reconhecidas/os pelo campo.

Assim, pautados pelo conjunto desses acontecimentos – aids, profissionalização dos “novos movimentos sociais” e aumento do financiamento para pesquisas – amplia-se o “campo de possibilidades” tanto para formação, com o crescimento de linhas de pesquisa em gênero e sexualidades nos programas de pós-graduação, quanto para divulgação do conhecimento produzido com a criação de periódicos fundamentais para estimular a divulgação científica e incitar novas pesquisas.

Ainda que a aids tenha se constituído como uma preocupação recorrente no conjunto dessas pesquisas, a ampliação do campo permitiu a construção de importantes estudos e o reconhecimento de pesquisadoras/es que diversificaram seus temas de pesquisa, principalmente na intersecção entre sociabilidade entre homens homossexuais e a construção da homossexualidade como “lugar social”. A publicação, pela editora da Unicamp, do livro de Edward MacRae (supracitado) analisando a trajetória do grupo Somos é um importante registro do “mito de origem” do Movimento Homossexual Brasileiro, hoje LGBT. Ainda que revele tensões em torno de diferentes questões, como a relação igualdade versus diferença, ou mesmo da própria noção de homossexualidade, o livro oferece uma contribuição significativa a compreensão da história da homossexualidade no Brasil pela via da sociabilidade.

No conjunto desses trabalhos destaca-se ainda, em 1999, a publicação em inglês da ampla pesquisa conduzida por James Green, historiador norte-americano, sobre a homossexualidade no Brasil da virada do século XIX para o XX. Em “Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”, o autor dialoga vastamente com a Antropologia ao analisar como determinadas representações sobre a homossexualidade foram sendo construídas a partir da apropriação de espaços públicos como o carnaval, os concursos de Miss Brasil, as praias cariocas etc. Green nos oferece um panorama importante dessa “movimentação” (SIMÕES & FACCHINI, 2009) de homens homossexuais que serviu de alicerce para o surgimento não apenas do movimento homossexual como também do mercado de consumo dedicado à sociabilidade de homens homossexuais.

Como podemos ver, a análise da dinâmica da sociabilidade de grupos de homens homossexuais é uma característica comum a esses trabalhos. Associado a este centro, se integram as pesquisas de Richard Parker, que se dedicou a estudar os significados da sexualidade na sociedade brasileira. A década de 1990 marca ainda a publicação de um conjunto de trabalhos que se debruçaram sobre os impactos da aids no comportamento sexual dos homens homossexuais. Richard Parker e Veriano Terto Jr. fazem parte dessa rede de pesquisadoras/es que vai aprofundar a discussão antropológica sobre a doença no Brasil. O conjunto desses trabalhos busca compreender as consequências políticas da aids em diferentes planos da vida social.

A heterossexualidade seguiu sendo pouco problematizada no conjunto desses trabalhos, à exceção das pesquisas desenvolvidas por Maria Luiza Heilborn, que, já na década de 1980, com a sua dissertação de mestrado sobre a dinâmica afetivo-sexual entre casais heterossexuais em um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro lança luz sobre as mudanças nas convenções sociais operadas pelo fluxo entre *ficar* e *namorar*. Sua tese de

doutorado, “Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário”, defendida em 1992 e publicada em 2004, orientada por Gilberto Velho, é um trabalho pioneiro sobre conjugalidade entre casais heterossexuais e homossexuais. Este trabalho abre outras possibilidades de estudos acerca das mudanças nas convenções sociais organizadas a partir da emergência da igualdade como um valor constitutivo das camadas médias nos grandes centros urbanos brasileiros. Ainda em 1992, Jacqueline Muniz defendeu a sua dissertação de mestrado, também no Museu Nacional, sobre homossexualidade feminina. A dissertação faz uso de amplas referências da Escola Sociológica de Chicago para falar da homossexualidade como um produto da linguagem. Apesar de ser um trabalho produzido no início da década de 1990, ainda hoje percebemos poucas iniciativas nas Ciências Sociais de estudos que se dediquem a pesquisar lesbianidade e homossexualidade feminina.

A etnografia de Don Kulick entre as travestis de Salvador é outro grande marco da década de 1990. Trata-se de um trabalho de fôlego, realizado entre 1996 e 1997, mas publicado apenas em 2008. O antropólogo sueco conviveu entre as travestis por quase um ano, mudando-se para o local onde as mesmas moravam, abarcando amplas dimensões da vida dessas travestis, tais como: socialização, sociabilidade, relacionamentos afetivo-sexuais, prostituição, aids, família, processo de hormonização etc.

Mais do que o esforço de autoras/es quase solitárias/os, tal como nas décadas anteriores, a terceira geração é marcada pela colaboração conjunta de redes de pesquisadoras/es que se consolidaram em função dos esforços tanto de feministas mais preocupadas/os com a questão de gênero, quanto por aquelas/es que se dedicaram à pesquisa sobre sexualidades. Desse esforço resulta a institucionalização de importantes centros de produção do conhecimento em gênero e sexualidades que começam a publicar através de canais de interligação de diferentes pesquisadoras/es do Brasil: os Cadernos Pagu, citado anteriormente, e a Revista de Estudos Feministas (REF).

A REF foi o resultado de um esforço coletivo de pesquisadoras reunidas no encontro nacional de estudos sobre a mulher e gênero provocado pelo Núcleo de Estudos da Mulher da USP, nos idos de março de 1991, organizado por Eva Blay, professora desta instituição (GROSSI, 2004). Segundo Mirian Pilar Grossi, uma das antropólogas que fizeram parte desse processo, a Revista de Estudos Feministas e a REDEFEM foram o produto final de quatro grandes projetos desenhados com o objetivo de receber financiamento da Fundação Ford via Fundação Carlos Chagas. Os outros dois projetos não contemplados foram: a implantação de um curso de gênero e a criação de uma comissão de informatização que permitiria o contato entre pesquisadoras/es desta temática. Desde sua

criação, a REF se propôs a ser uma revista de alcance nacional – estabelecendo vínculos entre pesquisadoras/es espalhadas/es por diferentes regiões do Brasil¹⁹.

Neste mesmo contexto, surgiram outros núcleos de pesquisas que assumiram, junto com a REF e a REDEFEM, a liderança no processo de construção desse campo disciplinar. O Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp – Pagu inicia suas atividades em 1993 como resultado da articulação de pesquisadoras/es vinculadas/os a diferentes campos disciplinares, mas que mantinham entre si uma relação de contiguidade: o diálogo com as teorias feministas e de gênero. A partir desse enfoque, o Pagu complexificou suas pautas de pesquisas, transbordando a centralidade da discussão de gênero para outros campos temáticos, tais como: 1) arenas de agenciamento, ações políticas e políticas públicas; 2) curso de vida e geração; 3) intimidades: parentesco, relações amorosas e cuidado; 4) migrações, mobilidades territoriais e transnacionalidade; 5) produção cultural, cultura visual e mídia; 6) relações de trabalho; 7) saberes científicos; 8) sexualidade; 9) teorias feministas, de gênero e perspectivas disciplinares e 10) violência, tráfico de pessoas, prisões, distribuição de justiça e práticas jurídicas. A consequência dessa multiplicidade de temas vem sendo sentida nas diferentes edições dos Cadernos Pagu, que fazem circular essa produção reconhecendo pesquisadoras/es e promovendo novos temas de pesquisa.

Quarta geração: novos incentivos, diversificação e nacionalização

Na primeira década dos anos 2000, a continuidade do campo de estudos em gênero e sexualidades no Brasil, a partir da perspectiva geracional aqui aventada, destaca uma quarta geração de antropólogas/os focadas/os nas conexões produtivas em torno de pesquisas, principalmente, de cunho antropológico urbano que se intersectam ao que paulatinamente passou a ser chamado de “marcadores sociais de diferença”²⁰, como gênero, sexualidade, classe social, raça/cor, idade/geração, desejo/desejabilidade (VALE, 2000, 2005; MOUTINHO, 2001; SILVA, 2003; PAIVA, 2004; TRINDADE, 2004; BIER, 2004; SACRAMENTO, 2005; PELÚCIO, 2002, 2007; LEITE JR., 2006, 2008; FACCHINI, 2005, 2008; VEGA, 2008; VON DER WEID, 2008; VENCATO, 2002, 2009; DÍAZ-BENÍTEZ, 2005, 2009; FRANÇA, 2006, 2010; BRAZ, 2010; LACOMBE, 2005, 2010).

19 A existência da REF visava a consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil, função que teria cumprido quando, no decorrer dos anos 1990, duas pesquisadoras latino-americanas contratadas pela Fundação Ford emitiram parecer solicitando interromper o financiamento sob o argumento que este campo já se encontrava plenamente consolidado e que as pesquisadoras teriam perdido o seu potencial crítico em função de sua “rendição” à lógica acadêmica. Diante da falta de recursos, a revista deixou as instituições cariocas a que estava vinculada até então – UFRJ e UERJ - e começou a ser produzida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sem contar com recursos internacionais.

20 Esse modo de se referir à análise da complexidade que conforma gênero e sexualidade é consequência da ampliação de acesso a autoras/es estrangeiras/os, trocas acadêmicas transnacionais e reflexões dos movimentos sociais. Tratar em termos de marcadores sociais da diferença tal complexidade do mundo social não parte de uma epistemologia única e apresenta pontos de vista bastante divergentes, mas é mister salientar que a importância da temática redonda na fundação do NUMAS – Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da USP, em 2007.

Com efeito, o conjunto de leituras supracitado questiona os lugares dos marcadores sociais em suas pesquisas de modo a resguardar contextos, usos e sentidos, não meramente retóricos. Desta feita, situações de silêncio e obscurantismo ganham força nessas etnografias, justamente pela preocupação dessas/es antropólogas/os em destacar aspectos silenciados quando tratam, por exemplo, do marcador de raça/cor, desejo, gênero, sexualidade. As principais preocupações para essa geração foram os processos de subjetivação e diferenciação.

É nesta década que uma parte importante da produção já citada finalmente é publicada, além de trabalhos mais recentes na área, pela articulação entre a Fundação Ford, o CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, o IMS – Instituto de Medicina Social e a Editora Garamond. Esta editora, através de sua linha “Garamond Universitária” e da coleção “Sexualidade, gênero e sociedade”, propiciou a divulgação dos trabalhos de Bento (2006), Facchini (2005), Benedetti (2005), Heilborn (2004) e a compilação de trabalhos apresentados em seminários temáticos. Destacamos dois deles, ambos ocorridos em 2003, que ajudaram na divulgação de uma ampla rede de pesquisadoras/es aqui alocadas/os em outras gerações, bem como nomes que começavam a se destacar no cenário nacional. Um deles, ocorrido em abril do referido ano, foi o seminário Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades, com organização do CLAM em parceria com o NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da UFSC²¹. O outro evento foi o seminário Sexualidades e Saberes, Convenções e Fronteiras, organizado também pelo CLAM, dessa vez em parceria com o Pagu, em junho de 2003²².

A publicação da coletânea “Prazeres dissidentes”, organizada por Díaz-Benítez & Fígari (2009), reúne um breve panorama de pesquisas antropológicas localizadas nessa quarta geração a partir de comunicações apresentadas no grupo de trabalho “Corpos, desejos, prazeres e práticas sexuais ‘dissidentes’: Paradigmas teóricos e etnográficos”, por ocasião da VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada em julho de 2007, em Porto Alegre. Este livro, que já se tornou um clássico porque marca uma posição histórica, social e política nesse cenário, pretende destacar o espraiamento do tema da diversidade sexual. Piscitelli (2009, p. 15), no prefácio do livro citado, enfatiza:

[...] variantes que exacerbam ou atenuam traços masculinos ou femininos

21 A organização da publicação, de mesmo nome, foi realizada por Miriam Pillar Grossi, Simone Becker, Juliana Cavilha M. Losso, Rozeli Maria Porto e Rita de Cassia F. Muller. O livro conta com dezesseis artigos divididos em quatro seções: Homossexualidades; Sexualidade e Teorias; Sexualidade e Movimentos Sociais; e Sexualidades e Educação. A publicação saiu em 2005.

22 Organizado por Adriana Piscitelli, Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, o livro possui dezessete artigos também divididos em quatro seções: Convenções da Sexualidade; Ambiguidades do Corpo e da Alma: Intersexualidade/Transgêneros; Práticas Eróticas e suas Fronteiras: Expressões Transgressivas?; e Novas Interfaces das Homossexualidades. A publicação saiu em 2004.

ou os combinam com matizes diferenciados, corporificados por pessoas que se pensam como homens, mulheres, travestis, “*crossdressers*”, remetem a noções nas quais o gênero não deriva do “sexo” nem aparece em formas binárias e tampouco se deixa vincular linearmente com noções como hetero ou homossexualidade, passividade ou atividade. Nesse sentido, é importante destacar que vários capítulos mostram com nitidez que compreender os significados assumidos contextualmente pelo gênero requer pensar essa diferenciação, não independentemente, mas em relação com a sexualidade (grifos da autora).

Diante de um contexto multifacetado onde pululam variados processos de subjetivação e diferenciação, tropos organizacionais como raça e gênero não foram suficientes para compreender efeitos situacionais. Entre os trabalhos referendados, tais marcadores irão se conectar a temas que estavam, até então, “fora” de um *mainstream* acadêmico, mas que nos últimos dez anos começaram a ganhar força, quais sejam: uma leitura a contrapelo de determinada sociabilidade carnavalesca gay a partir de chaves argumentativas que levam em conta territorialidade, performance e liminaridade (SILVA, 2003); etnografia em contexto transnacional (Rio de Janeiro e Cidade do Cabo) sobre os modos como marcações sociais de classe, gênero, cor e desejo atuam na constituição de relações afetivo-sexuais heterocrômicas em um “mercado do amor e do desejo” (MOUTINHO, 2001); investigação acurada a respeito das micropolíticas da intimidade das parcerias afetivo-sexuais entre homens como forma de questionar a constituição de “identidades homossexuais” homogêneas (PAIVA, 2004); as transformações pelas quais têm passado a homossexualidade no contexto de finais do século XX, levando em conta processos históricos e multifacetados (TRINDADE, 2004); o envelhecimento entre homens homossexuais articulado à dinâmicas de sociabilidade que possibilitam refletir sobre corpos desejáveis e fases da vida (BIER, 2004); os efeitos que consumo e hierarquia comportam quando tratam da configuração de identidades e grupos homossexuais (SACRAMENTO, 2005); o lugar que ocupam circulações transnacionais nas trajetórias de travestis e transgêneros (VALE, 2005); a construção de gramáticas em torno dos significados da aids e de determinados sentidos emocionais (a exemplo do adoecer e do sofrimento) para travestis que se prostituem (PELÚCIO, 2007); a constituição de relações afetivo-sexuais entre mulheres, marcadas por processos de diferenciação de classe social, cor/raça e geração (FACCHINI, 2008); as conexões entre juventudes, estilos e os usos dos marcadores de gênero e sexualidades nas negociações sobre desigualdades e diferenças nas relações de jovens em regiões urbanas centrais (VEGA, 2008); o contexto das práticas de *swing* nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres de modo a questionar modelos de casamento monogâmicos, por exemplo, ao tensionar questões de liberdade sexual e

infidelidade, mas não só (VON DER WEID, 2008); as convenções a respeito das práticas sexuais “bizarras”, seja pela via televisiva a partir da indústria de filmes pornô (DÍAZ-BENÍTEZ, 2009) ou através de intercursos sexuais considerados sujos, vergonhosos, ofensivos (LEITE JR., 2006); as dinâmicas de *passing* (“passabilidade”) atravessadas nas trajetórias de *crossdressers* (homens que irão construir suas performances de gênero a partir de um efeito de se “passar por mulher”) (VENCATO, 2009); a produção de subjetividades entre homens homossexuais, articulada, principalmente, a consumos específicos em espaços de sociabilidade homossexual (FRANÇA, 2010); hierarquias em torno de masculinidades, entre homens que se relacionam erótico-sexualmente com outros homens, consideradas respeitáveis e desejáveis pela exacerbação da virilidade (BRAZ, 2010); representações de relações afetivo-sexuais entre mulheres em espaços de sociabilidade homossexual, de modo a compreender diferentes modelos e concepções de sexualidade, feminilidade, família e *ethos* das parcerias eróticas (LACOMBE, 2010)²³.

Esse breve panorama, que não pretende dar conta do contexto de produção de conhecimento em gênero e sexualidades no Brasil (exatamente por uma maior concentração de pesquisas sobre esse tema na região sudeste), mostra o quão diversa e instigante tem se tornado a ciência antropológica nos últimos anos. Tributária de um *métier* antropológico questionador e comprometido politicamente, a agenda de questões levantadas se torna cada vez mais impulsionada pela potente relação entre academia e militância. Trata-se de um dos pontos principais quando analisamos a constituição do campo de estudos acima (MACRAE, 1990; SIMÕES & FACCHINI, 2009). É possível notar ainda que a inserção das/os pesquisadoras/es referidas/os à perspectiva de militância que extrapolam o âmbito universitário, além de propiciarem um movimento de disputas teóricas e políticas dentro das universidades brasileiras, irá qualificar e oxigenar o debate em torno de um dos tripés educacionais quase sempre deixado em último plano: a extensão.

Na esteira desse argumento, começa a ganhar destaque a formação de grupos/coletivos de militância acadêmica de diversidade sexual, impulsionados pela criação do I Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES), no período de 31 de outubro a 4 de novembro de 2003, em Belo Horizonte, realizado pelo Grupo CELLOS (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual). Os anos 2000 assistem ao que Facchini, Danilauskas & Pilon (2013, p. 166) destacam como o “surgimento e a capilarização de um movimento pró-diversidade sexual organizado por estudantes em suas universidades”. O

23 Como o intuito não é esgotar todos os nomes que formam essa geração, optamos por destacar alguns presentes na coletânea e que representam a intensidade crescente de temas e proposições teóricas durante a década. No entanto, há nomes que defenderam seus mestrados na transição desta para a próxima geração e estão no processo de finalizar suas teses de doutorado. São Barbosa (2010), Saggese (2009), Grunvald (2009), Passamani (2008), dentre tantas/os outras/os.

ENUDS surge exatamente para questionar a rigidez de um discurso acadêmico, em sua maioria branca/o e elitista, que, para algumas/uns de suas/seus organizadoras/es, parecia deixar opaca a fluidez e o borramento das fronteiras entre gênero e sexualidades. Há mais de uma década de existência²⁴, o ENUDS se pretende transgressor e questionador de tais pautas e tem contribuído para o encontro, a troca e a formação da geração seguinte de pesquisadoras/es. Como exemplo da importância do encontro basta citar que os quatro autores passaram pelo ENUDS em ao menos uma de suas edições, sendo que dois organizaram a sexta edição do evento (Milton Ribeiro da Silva Filho e Ramon Pereira dos Reis).

Recorrer a esse percurso faz parte de um processo de reconhecimento que pretende mostrar o impacto do tema diversidade sexual pelo Brasil, tendo em vista que todas as regiões foram contempladas nas edições, a partir da aplicabilidade prática de aspectos de diversidade institucional e regional. Os grupos/coletivos citados compõem um pequeno apanhado contemporâneo das facetas e construções de campos de conhecimento específicos, que procuram levar em conta, por exemplo, debates acalorados em torno das demandas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, e transexuais (LGBT) – leia-se: essencialismo estratégico (VALE DE ALMEIDA, 2009); e de modos de pensar pós-identitários, vide a inserção da teoria *queer* no Brasil (LOURO, 1997; MISKOLCI, 2014).

A questão identidade X pós-identidade em relação às sexualidades na produção acadêmica nacional paulatinamente ganha destaque como um divisor de águas dentro de expoentes da teoria *queer* no país como uma forma nova, contestadora e própria à reflexão crítica. O período em tela, por sua produção profundamente influenciada por escritos de Judith Butler e Beatriz Preciado, por exemplo, se coloca como mais questionador de identidades sexuais fixas, permanentes. Aqui é importante apontar como tal processo deve ser visto dentro de um contexto mais amplo de produção acadêmica institucional, criação de novos grupos de pesquisa em outras áreas disciplinares e, portanto, da política universitária por espaço. A filiação a nomes que já constavam da bibliografia de outros trabalhos aqui citados, como Foucault (1979), Rubin (1984) e Weeks (1985), resguardando as devidas proporções contextuais, indicam (re)apropriações temáticas e teóricas num campo mais amplo de reflexão sobre gênero e sexualidades. A apropriação de Perlongher como um exemplo de produção “pré” teoria *queer* é um exemplo disso²⁵. Com efeito, Carrara &

24 Ver a lista de todas as edições do encontro no Anexo I.

25 Como já apontado sobre a segunda geração, é apenas em 2008 que “O Negócio do Michê”, de Néstor Perlongher, ganha nova edição, também com um novo prefácio, escrito por Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, de onde parte uma reflexão das contribuições que pesquisadoras/es contemporâneas/os teriam do antropólogo argentino a partir da teoria *queer*. Miskolci possui diversos artigos sobre a teoria *queer* no Brasil e no mundo. Também recentemente, em janeiro de 2014, o CUS – Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade, criado em 2007 e ligado à Universidade Federal da Bahia, lançou a Revista Periódicus,

Simões (2007) destacam que tais querelas a respeito do que se convencionou intitular de teoria *queer* no Brasil são reflexos diretos do campo de estudos em gênero e sexualidades brasileiro datado desde os anos 1970. Em artigo posterior, Simões & Carrara argumentam que

[...] esses problemas não estiveram fora do alcance das preocupações da antropologia com classificações e sistemas classificatórios, em termos da distinção entre as lógicas que articulam categorias e atribuições identitárias e os processos pelos quais indivíduos tornam-se sujeitos e atores sociais, apropriando-se de – ou sendo levados a se reconhecer em – determinadas identidades [...]. Não é raro, porém, que *queer* apareça como um meio de designar mais uma nova e intrigante categoria identitária, como a serpente que engole a própria cauda (2014, p. 90).

Ainda sobre as influências dessa inserção teórica no Brasil, os ACT UP Movements – The AIDS Coalition to Unleash Power (GAMSON, 1989) advindos de um contexto estadunidense serão estimulantes, principalmente, para essa militância acadêmica *enuadiana*, sobretudo no que concerne ao debate sobre institucionalidade, parte da construção coletiva de cada grupo, garantindo ou não suas autonomias dentro dos espaços conservadores das universidades brasileiras. Resistência e visibilidade se tornam palavras de ordem para combater preconceitos e discriminações de gênero e sexualidades destilados durante a construção de cada um desses encontros “de bicha e sapatão”.

Os efeitos do que Facchini (2005) chama de “terceira onda” do Movimento Homossexual Brasileiro, onde mercado e consumo se tornam decisivos para a produção de identidades coletivas nos anos 1990, trouxeram forte influência para a estética política desta quarta geração de pesquisadoras/es. Não é à toa, por exemplo, que diversas/os pesquisadoras/es se contrapuseram a um cabedal de políticas acadêmicas segregacionistas levadas a cabo pelas agências estatais. A despeito dos posicionamentos contrários ou favoráveis, da “separação” que insiste em rondar as produções dentro e fora das universidades, parece-nos que a questão dos processos de identificação ainda é crucial na política contemporânea, “trata-se de algo muito delicado, na medida em que a adoção de uma identidade coletiva depende de escolhas, e os efeitos dessas escolhas envolvem variáveis que não estão sob controle de nenhum dos atores envolvidos” (FACCHINI, 2005, p. 279).

Convém mencionar a impulsão de demandas políticas quase colada à formação do I ENUDS, a exemplo da criação do programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004.

cuja capa é uma ilustração do rosto de Perlongher e o tema principal da edição é “Cartografia dos estudos queer na Ibero-América”.

Posteriormente, ocorreram as primeiras Conferências Nacionais LGBT, em 2008 e 2011, sustentadas também pela elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Plano Nacional LGBT), em 2009 (FACCHINI, DANILIAUSKAS & PILON, 2013). De modo a resguardar o amplo leque que recobre a noção de direitos sexuais, os “direitos LGBT” e o ENUDS se retroalimentam dos “desdobramentos que se referem a prerrogativas às quais determinadas pessoas e grupos sociais não teriam acesso por estarem submetidos a formas de discriminação social e política por conta de suas 'sexualidades' e/ou 'expressões de gênero” (SIMÕES & CARRARA, 2014, p. 79).

Assim, as/os antropológas/os mencionadas/os no início deste tópico terão papel de articuladoras/es entre militância e academia, não porque fizeram parte diretamente da construção do ENUDS (questão intimamente relacionada à formação da geração posterior), mas por suas práticas de pesquisa e contribuições teóricas na construção da quinta geração. Além disso, o embate intergeracional possibilitou a entrada cada vez maior de jovens pesquisadoras/es, graduandas/os e pós-graduandas/os em fóruns e grupos de trabalho de congressos tradicionais, motivadas/os a trabalharem com os temas gênero, sexualidades e diversidade sexual. Dentre esses eventos/instituições podemos citar: Associação Brasileira de Antropologia – ABA, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, Reunião de Antropologia do Mercosul – RAM, Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, Reunião Equatorial de Antropologia – REA, Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste – ABANNE, Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH.

É também nesta primeira década do século XXI que surgem importantes núcleos e centros de pesquisa. A principal diferença em relação aos grupos criados durante a terceira geração é a iniciativa de estudantes de graduação como agentes fundadoras/es desses grupos. Alguns deles são: CLAM/UERJ – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (fundado em 2002), (CIS)Quereres/UFSCar – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade (fundado em 2004), Ser-Tão/UFG – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (fundado em 2006), NUMAS/USP – Núcleo de Estudos Sobre Marcadores Sociais da Diferença (fundado em 2007), CUS/UFBA – Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade (fundado em 2007), NOSMULHERES/UFPA – Pela Equidade de Gênero Étnico-Racial (fundado em 2010), MAPÔ/UNIFESP – Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Sexualidade(s) (fundado em 2010). Tal ampliação e diversificação regional e institucional ampliaram a oferta de eventos/congressos científicos permitindo um debate mais amplo sobre os temas mencionados: ENUMAS/USP – Encontro

de Marcadores Sociais da Diferença, SeGenSex/UNIFESP – Semana de Gênero e Sexualidades, Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades/UNEB, Seminário Internacional Desfazendo Gênero/UFRN.

Portanto, as conexões produtivas apresentadas entre academia e sociedade civil esquadriham sentidos políticos que atravessam gerações. O emprego dos marcadores sociais de diferença se torna promissor nas análises porque estabelece empreitadas científicas que circulam, descentralizando a produção de conhecimento em gênero e sexualidades no Brasil. Tais questões ficarão mais evidentes no próximo tópico sobre o que denominamos de quinta geração, ainda em formação por meio de investigações que mesclam trajetórias vinculadas diretamente à inserção em grupos/coletivos de militância acadêmica com o questionamento de suas subjetividades e seus referenciais políticos.

Quinta geração: hoje, um universo

É a partir da coexistência de projetos – “projeto acadêmico” e “projeto ativista” –, da localização e dos múltiplos pertencimentos individuais – ativista, professora/or, pesquisadora/or, estudante (FACCHINI, DANILIAUSKAS & PILON, 2013) – que o conjunto de pesquisas que sucedem à quarta geração se voltarão. Esta quinta geração, em vias de formação ou com teses e dissertações recém-defendidas, localizada no início da segunda década dos anos 2000 até os dias atuais, encara os desafios propostos pelas décadas anteriores a respeito de “dois grandes divisores que poderiam ser chamados de ‘a emergência gay-lésbica’, que ocorre entre os anos 1970 e 1980, e a ‘emergência trans’, que situaríamos na passagem do milênio” (SIMÕES & CARRARA, 2014, p. 81).

Enquanto sujeitos do conhecimento e militantes, em algum sentido, o potente arsenal de pesquisas (AGUIÃO, 2014; HENNING, 2014; CARDOSO, 2014; ZAHRA, 2014; SILVA JR., 2014; ABREU, 2014; CERQUEIRA, 2014; ZAMBONI, 2014; OLIVEIRA, 2014; SILVEIRA, 2014; NEIVA, 2014; ROCHA, 2013; OLIVEIRA, 2013; PUCCINELLI, 2013; GAMBÔA, 2013; REIS, 2012; RIBEIRO, 2012; PERILO, 2012; SANTOS, 2012; OLIVEIRA JR., 2012; SOLIVA, 2012; FERREIRA, 2012; LEWIS, 2012; FERREIRA, 2012; FREITAS, 2012; MARQUES, 2012; ZILLI, 2012; DANILIAUSKAS, 2011; FERNANDES, 2011; DUQUE, 2011, 2013; LOBATO, 2011; LOPES, 2011; MEINERZ, 2011, CARVALHO, 2011) questiona seus lugares em campo através de esforços interdisciplinares e de reflexividade. Talvez a questão promissora para esta geração seja a seguinte: como garantir um salto qualitativo, a partir de variadas revisões de literatura, sem recair em modismos teórico-conceituais e reificações contextuais? Vindos de contextos de formação distintos (Psicologia Social, Comunicação Social, Estudos da Linguagem, Direito, Saúde Coletiva, Ciências Sociais etc.),

as/os pesquisadoras/es que compõem essa quinta geração veem a necessidade de interlocução e circulação com todas as regiões brasileiras, de modo a consolidar redes de pesquisa e multisituados campos de atuação²⁶.

Vários são os esforços por colocar em prática iniciativas em formato de Grupos de Trabalho, Mesas Redondas, Fóruns em eventos científicos cada vez mais receptivos às propostas de coordenação submetidas por pós-graduandas/os. De fato, há de se pontuar a maior abertura de alguns congressos citados na quarta geração, que vem ocorrendo a partir do que compreendemos como perspectivas “antagonistas” (de pós-graduandas/os) *versus* “protagonistas” (de professoras/es). Pós-graduandas/os que há pouco cumpriam um papel quase exclusivo de receptoras/es passam, de maneira mais visível, a ocupar as cadeiras de propositoras/es. Não obstante, essa quinta geração – e nos incluímos nela –, caminha por uma espécie de “limbo acadêmico”, pois não sabemos ao certo qual será sua maior contribuição dentro de um arcabouço temático e teórico tão amplificado, procuraremos situá-la em relação às gerações que a antecederam, com vistas a problematizarmos menos uma objetividade ingênua e mais sua constituição em tempos e espaços, enquanto processual.

Se a “emergência gay-lésbica” entre os anos 1970 e 1980 começa a ficar em segundo plano para dar vez a uma “emergência trans” na passagem do milênio, os estudos sobre homossexualidade, quase sempre voltados para pesquisas com homens homossexuais, começam a ser questionados pela opacidade analítica em relação às temáticas trans, mas não só. Ainda há uma lacuna, pelo menos no Brasil, de estudos que interpelem questões de lesbianidade, bissexualidade, intersexualidade, heterossexualidade, e isso fica perceptível nas gerações anteriores. Não nos parecem poucas as tentativas de avanço teórico-conceitual nesse campo de estudos em gênero e sexualidades, mas ainda assim a figura das/os pesquisadoras/es homossexuais, homens ou mulheres, têm como prerrogativa a construção de análises voltadas para seus pares (homens pesquisam sobre homens/mulheres pesquisam sobre mulheres), ainda com poucas exceções. Atualmente, levando em conta o modo de reverberação do ENUDS e dos demais eventos científicos, dois pontos chamam a atenção: 1) a entrada de travestis e transexuais no ensino superior; 2) o aumento do percentual de pesquisas desenvolvidas por travestis e transexuais sobre travestis e transexuais, mesmo que isso não seja uma regra. Esta é mais uma problemática recorrente e que deverá ser enfrentada com mais afinco pelas próximas gerações.

26 Obviamente nos escapa precisar os nomes ou a quantidade de pesquisadoras/es parte dessa geração por conta da disseminação em larga escala do campo de estudos em gênero e sexualidades no Brasil. Isso se dá em grande medida pelo advento político-institucional do tema, conforme salientado a respeito da quarta geração, além do processo de ampliação de campi universitários empreendidos nos últimos anos e ainda em processo. Isso permitiu a institucionalização universitária de diversos nomes aqui citados e a possibilidade de criação de cursos, grupos e pesquisas em âmbito nacional. Aqui partimos de uma rede nacional e ampla de pesquisadoras/as, mas de modo algum total.

“Projetos acadêmicos” e “ativistas” tonificam o contexto atual por meio da possibilidade de esgarçamento das práticas de pesquisa referidas, ainda que seja possível observar estudos desenvolvidos entre pares. A contemporaneidade ultrapassa de forma positiva o equívoco que costuma rondar o pensamento de algumas pessoas em separar militância e academia, como se uma ocupasse a instância prática da vida, enquanto a outra se limitasse ao seu escopo teórico. Algumas/ns pesquisadoras/es supracitadas/os são “afetadas/os” em campo (FAVRET-SAADA, 2005) ou se imiscuem em espaços e ativismos de modo a questionar suas subjetividades e sofisticar argumentos em torno da suspeição sobre suas sexualidades nas etnografias. Não será raro notar o nível elevado de investidas etnográficas opositivas a padrões conservadores, em todos os sentidos. A despeito do número expressivo de pesquisas sobre sociabilidades homossexuais, há uma entrada para os seguintes temas: mídia, ativismo LGBT, bissexualidade, HIV/aids, metrossexualidade, envelhecimento, família, transexualidade, travestilidade, prostituição viril, juventudes, masculinidades, BDSM, dentre outros.

O que podemos marcar como algo presente a esta geração é a ampliação de redes de pesquisa e de contribuições nacionais e internacionais, além de uma crescente recepção de trabalhos e pesquisadoras/es em contexto transnacional. Isso se deve, em grande medida, ao aumento de investimento no ensino superior, ao incremento da oferta de bolsas e auxílios de pesquisa e à ampliação do acesso à internet. Este último ponto é importante, pois tem permitido o conhecimento de eventos em outros países, chamadas de contribuições e ampliação de contatos com outras/os pesquisadoras/es mundo afora. Apesar da ideia batida de que a internet diminuiu as distâncias, agora temos em perspectiva um universo a ser explorado.

Referências bibliográficas

A missão francesa na Universidade de São Paulo. Site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/francebr/intercambios.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

ABREU, C. et al. Entrevista com Mariza Corrêa. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 11, p. 103-122, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v11i11p103-122>. Acesso em: 01 nov. 2014.

ABREU, V. B. S. Entre o marginal e o laboral: o trabalho de garotos de programa na cidade de Fortaleza/CE. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

AGUIÃO, S. Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

- ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, B. C. Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Social - Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- BARBOSA DA SILVA, J. F. Lembranças passadas a limpo: a homossexualidade masculina em São Paulo. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Orgs.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 215-239.
- BARBOSA, R. M & AQUINO, E. M. L. Cultura sexual, ciência e política: uma entrevista com Richard Parker. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 19, Sup. 2, p. 455-464, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a26v19s2.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- BENEDETTI, M. Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, B. A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BIER, A. S. Sobre cinemas e vídeo-locadoras pornôns, províncias de outros corpos e outros significados. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- BRAZ, C. A. À meia-luz: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- CARDOSO, W. R. S. Para além da juventude: antropologia da experiência e do modo de vida gay de homossexuais masculinos em processo de envelhecimento da cidade de Soure (Marajó/Pará). 2014. Tese (Doutorado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará. Belém.
- CARRARA, S.; SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, p. 65-99, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/05.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- CARVALHO, M. F. L. Que mulher é essa? Identidade, Política e Saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- CERQUEIRA, C. F. C. Um estudo da sociabilidade não-heterossexual e seus desdobramentos políticos-cotidianos. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- CITELI, M. T. A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- CORRÊA, M. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- DANILIAUSKAS, M. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil Sem Homofobia. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. (Orgs.) Prazeres dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E. Nas redes do sexo: Bastidores e cenários do pornô brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. Negros homossexuais: raça e hierarquia no Brasil e na Colômbia. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

DUQUE, T. Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____. Montagens e Desmontagens – desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

“En toda teoria hay algo de biografía”. Entrevista a Verena Stolcke realizada por Montserrat Clua et al. *Perifèria*, Barcelona, n. 9, v. 2, p. 1-29, 2008. Disponível em: <http://revistes.uab.cat/periferia/article/view/191/207>. Acesso em: 01 nov. 2014.

ERIKSEN, T.; NIELSEN, F. História da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2007.

EVANS-PRITCHARD, E. E.; EGGAN, F. Prefácio. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

FACCHINI, R.; DANILIAUSKAS, M.; PILON, A. C. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v44n1/rcs_v44n1a7.pdf. Acesso em: 01 nov. 2014.

FACCHINI, R. Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”. (Tradução: Paula Siqueira). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50263/54376>. Acesso em: 01 nov. 2014.

FERNANDES, F. B. M. A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010). 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

FERREIRA, C. B. C. Desejos Regulados: Grupos de Ajuda Mútua, Éticas Afetivo-Sexuais e Produção de Saberes. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

FERREIRA, G. Arco-íris em disputa: a Parada da Diversidade de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, I. L. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____. Cercas e pontes. O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Social - Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.

FREITAS, F. R. A. Bondage, Dominação/Submissão e Sadomasoquismo: uma etnografia sobre práticas eróticas que envolvem prazer e poder em contextos consensuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

FRÚGOLI JR., H. Sociabilidade urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FRY, P. Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Prefácio. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Orgs.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 9-15.

FRY, P.; MACRAE, E. O que é homossexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GAMBÔA, R. F. De prazeres e perigos: abordagem etnográfica dos roteiros eróticos de homens que fazem sexo com homens e desafios à prevenção do HIV na região central da cidade de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. São Paulo.

GAMSON, J. Silence, Death, and the Invisible Enemy: AIDS Activism and Social Movement “Newness”. *Social Problems*, California, v. 36, n. 4, oct., p. 351-367, 1989. Disponível em: <http://repository.usfca.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=soc>. Acesso em: 01 nov. 2014.

GREEN, J. N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. Apresentação – Em busca do tesouro. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Orgs.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 17-24.

GREEN, J.; TRINDADE, R. (Orgs.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. São Paulo anos 50: a vida acadêmica e os amores masculinos. In: _____ (Orgs.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 25-38.

GROSSI, M. P. A Revista de Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. especial, set./dez., p. 211-221, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a23v12ns.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.

GRUNVALD, V. P. Teseu e o touro: algumas sugestões feministas para uma crítica da razão. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, C. D. Aids no feminino: por que a cada dia mais mulheres contraem Aids no Brasil? Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

_____. O homossexual visto por entendidos. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HEILBORN, M. L. Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

- HENNING, C. E. Tiozões, paizões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.
- KULICK, D. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- KUPER, A. Antropólogos e antropologia. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- LACOMBE, A. Ler [se] nas entrelinhas. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- _____. “Pra homem já tô eu”: masculinidades e sociabilidades lésbicas em um bar do centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- LEITE JR., J. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- _____. Das maravilhas e prodígios sexuais – A pornografia. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.
- LOPES, J. S. L. A “ponta do novelo”: em busca da trajetória de Lygia Sigaud. *Mana*, Rio de Janeiro, 15 (1), p. 257-278, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/10.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- LEWIS, E. S. NÃO É UMA FASE: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro.
- LOBATO, A. L. Trajetórias Afetivas e Sexuais entre Jovens de Periferia, Belo Horizonte. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- LOPES, P. V. L. Sexualidade e Construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimentos. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACRAE, E. A Construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- _____. Em defesa do gueto. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 291-308.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Orgs.) *Na metrópole*. São Paulo: 2008, p. 12-53.
- MAGNANI, J. G. C. Da Periferia ao Centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MARQUES, R. O Cariri do Forró Eletrônico: festa, gênero e criação no Nordeste contemporâneo. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MASSI, F. P. Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

MEINERZ, N. E. Mulheres e Masculinidade: etnografia sobre afinidades de gênero no contexto da parceria homoerótica feminina em grupo populares. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MELATTI, J. C. Introdução. In: _____ (Org.) Radcliffe-Brown: Antropologia. São Paulo: Ática, 1995.

_____. A Antropologia no Brasil: um roteiro. Série Antropologia, 38, Brasília, 2007 [1983].

MESA-REDONDA SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil, vários autores. Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n. 18/19, p. 44-77, 2003.

MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. Periódicus, Salvador, v. 1, p. 43-67, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/227080430/Um-Saber-Insurgente-Ao-Sul-Do-Ecuador-richard>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MOUTINHO, L. Razão, “Cor” e Desejo: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MUNIZ, J. Mulher com mulher dá jacaré: uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

NEIVA, G. A. Nas redes dos alternativos: mercado, sexualidade e produção de diferenças na cidade de Goiânia. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

OLIVEIRA, L. Os Sentidos da Aceitação: família e orientação sexual no Brasil contemporâneo. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, R. C. “Égua”, é a hora do intervalo na TV: marcadores sociais da diferença, consumidores/as e publicidade produzida em Belém do Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará. Belém.

OLIVEIRA JR., E. B. Masculinidades em cena: o modo de ser e de pensar o metrossexual a partir das telenovelas. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará. Belém.

PAIVA, A. C. S. Reservados e invisíveis – Administração da intimidade nas parcerias homoeróticas. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

PARKER, R. Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Best-Seller, 1991.

- PASSAMANI, G. R. O arco-íris (des)coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais - Os casos de Porto Alegre e Buenos Aires. 2008. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Curso de Pós-Graduação em História Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.
- PELÚCIO, L. Nos Nervos, Na Carne, Na Pele – uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- _____. ONGs/Aids e Estado: conflito e parceria. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- PERILO, M. Eles Botam o Bloco na Rua! Uma etnografia sobre sociabilidades juvenis. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.
- PERLONGHER, N. O Negócio do Michê: a prostituição viril. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. O Negócio do Michê: a prostituição viril. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.
- PISCITELLI, A. Prefácio. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. (Orgs.) Prazeres dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 11-20.
- PUCCINELLI, B. Se Essa Rua Fosse Minha: sexualidade e apropriação do espaço na rua gay de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo.
- REIS, R. P. Encontros e Desencontros: uma etnografia das relações entre homens homossexuais em espaços de sociabilidade homossexual de Belém, Pará. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – concentração em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. Belém.
- RIBEIRO, M. Na Rua, na Praça, na Boate: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – concentração em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. Belém.
- ROCHA, A. L.; ECKERT, C. Restaurando com imagens um percurso intelectual: a trajetória de Ruth Cardoso. História Oral, v. 13, n. 2, jul.-dez., p. 173-187, 2010. Disponível em: http://www.centroruthcardoso.org.br/shared/files/all_acervo/anx/20120208114531_CRC015_9.pdf. Acesso em: 01 nov. 2014.
- ROCHA, A. T. S. Construindo desejos e diferenças: uma etnografia da cena indie rock paulistana. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Social - Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- RODRIGUES, J. A. Introdução: A sociologia de Durkheim. In: _____ (Org.) Durkheim: Sociologia. São Paulo: Ática, 1999.
- RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (Ed.) Pleasure and Danger: exploring female sexuality. New York: Routledge, p. 267-319, 1984.
- SACRAMENTO, A. P. Homossexualidade, “modernidade”, consumo e hierarquia: um estudo sobre a relação entre identidade e consumo na contemporaneidade. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

- SAGESSE, G. S. R. Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SANTOS, E. N. Amores, Vapores e Dinheiro – masculinidades, homossexualidades nas saunas de michês em São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- SCHWARCZ, L. Vida exemplar de uma intelectual. O Estado de S. Paulo, online, 24 de julho de 2008. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vida-exemplar-de-uma-intelectual,211248>. Acesso em: 26 out. 2014.
- SILVA JR., J. B. Masculinidades dançadas. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SILVA, M. A. Se manque: uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- SILVEIRA, R. M. Nem tudo é possível, e muita coisa é obrigatória: um estudo da prática do swing em Goiânia. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.
- SIMÕES, J. A.; CARRARA, S. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. Cadernos Pagu, Campinas, n. 42, p. 75-98, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00075.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- SOLIVA, T. B. A Confraria Gay: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na turma OK. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- TORRES, L. L. Entrevista com Peter Fry. Ponto Urbe, São Paulo, ano 5, versão 9.0, 2011. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao9-entrevista>. Acesso em: 24 out. 2014.
- TRINDADE, R. De Dores e de Amores: Transformações da homossexualidade paulistana na virada do século XX. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. Atores/Autores: história de vida e produção acadêmica dos escritores da homossexualidade no Brasil. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 10, p. 63-77, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52441/56435>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- _____. Fábio Barbosa da Silva e o mundo acadêmico de sua época. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Org.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- VALE, A. F. C. O Vôo da Beleza: Travestilidade e Devir Minoritário. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- _____. No escurinho do cinema: cenas de um público implícito. São Paulo: Annablume, 2000.

VALE DE ALMEIDA, M. Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. Working Paper CRIA 1, Lisboa, p. 1-9, 2009. Disponível em: http://cria.org.pt/site/images/ficheiros_imagens/working_papers/wp_cria_1_ser_mas_nao_ser_vale_de_almeida.pdf. Acesso em: 01 nov. 2014.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. Physis, Rio de Janeiro, v. 05, n. 01, p. 07-32, 1995.

VEGA, A. P. Estilo e marcadores sociais da diferença em contexto urbano: uma análise da desconstrução de diferenças entre jovens em São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Social - Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.

VELHO, G. Prefácio – um trabalho pioneiro. In: GUIMARÃES, C. D. O homossexual visto por entendidos. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004, p. 13-16.

_____. Ruth Corrêa Leite Cardoso. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 271-274, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n2/02.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.

VELHO, G.; MACHADO, L. A. Organização social do meio urbano. Anuário Antropológico/76. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1977.

VENCATO, A. P. “Existimos pelo prazer de ser mulher”: uma análise do Brazilian Crossdresser Club. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. “Fervendo com as drags”: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

VENTURA i OLLER, M. Entrevista a Verena Stolcke. Site da Universitat Àutonomia de Barcelona. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/stolcke/entrevista.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

Verena Stolcke: biografia. Site da Freie Universität Berlin. Disponível em: http://www.lai.fu-berlin.de/es/e-learning/projekte/frauen_konzepte/projektseiten/frauenbereich/stolcke/index.html. Acesso em: 24 out. 2014.

VON DER WEID, O. Adultério Consentido: gênero, conjugalidade e sexualidade na prática do swing. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

WEEKS, J. Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities. Londres: Routledge, 1985.

ZAHRA, V. M. M. As representações da(o)s transexuais nas aldeias arquivos do TJRS: o poder da nomeação, eis a grande questão. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul.

ZAMBONI, M. B. Herança, Distinção e Desejo: homossexualidades em camadas altas na cidade de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Social - Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.

ZILLI, B. D. Gramáticas emocionais em trajetórias de engajamento no campo dos Direitos Sexuais: compaixão e vitimização a partir de narrativas biográficas de intelectuais

brasileiros. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Anexo I: Edições do ENUDS

A seguir um pequeno percurso histórico com as datas e as/os realizadoras/es de cada edição:

1º ENUDS – Belo Horizonte (MG) – 31 de outubro a 04 de novembro de **2003**.

Tema: O movimento de diversidade sexual dentro do movimento estudantil

Realização e apoio: Grupo CELLOS – Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual (**fundação em 2002**), Secretaria de Gays e Lésbicas do PSTU de Belo Horizonte.

<http://cellos-mg.blogspot.com.br>

2º ENUDS – Recife (PE) – 3 a 7 de setembro de **2004**.

Tema: Sexualidade e Respeito: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”

Apoio e realização: DCE/UFPE; Exnel; Grupos: Prisma (USP), Diversidade (Unicamp), CELLOS, CONEP, EXNEEF.

<https://www.facebook.com/ENUDS/photos/a.152932478068895.27671.152831928078950/152932721402204/?type=3&theater>

3º ENUDS – Niterói (RJ) – 12 a 15 de novembro de **2005**.

Tema: Identidade e Sexualidade(s)

Realização e apoio: Grupo Diversitas UFF – Coletivo de Luta Pela Livre Expressão da Diversidade Sexual e de Gênero (**fundação em 2004**), UFF.

<https://www.facebook.com/diversitas.uff>

4º ENUDS – Vitória (ES) – 07 a 10 de setembro de **2006**.

Tema: Singularidades na Pluralidade: Políticas Públicas de Respeito à Diferença

Realização e apoio: Grupo Plur@I – Grupo de Diversidade Sexual (**fundação em 2004**), UFES.

http://grupoplural.blogspot.com.br/2008_03_01_archive.html

5º ENUDS – Goiânia (GO) – 11 a 14 de outubro de **2007**.

Tema: Militância acadêmica: resignificando práticas e conceitos para subversão e heteronormatividade

Realização e apoio: Grupo Colcha de Retalhos – Grupo de Diversidade Sexual Enfrentamento à Homofobia (**fundação em 2005**), UFG.

<https://www.facebook.com/colchade.retalhosufg>

6º ENUDS – Belém (PA) – 09 a 12 de outubro de **2008**.

Tema: Estado Laico: discutir poder, garantir direitos

Realização e apoio: Grupo Orquídeas – Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (MUDDS) (**fundação em 2007**), UFPA.

<http://orquideagrupo.blogspot.com.br>

7º ENUDS – Belo Horizonte (MG) – 03 a 07 de setembro de **2009**.

Tema: Academia e Militâncias em Diálogo: Diversidade Sexual e Lutas Sociais

Realização e apoio: GUDDS! – Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (**fundação em 2007**), e do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh) da UFMG.

<http://guddsmg.wordpress.com>

8º ENUDS – Campinas (SP) – 08 a 12 de outubro de **2010**.

Tema: Assimilação X Transformação: políticas da subversão e ciladas dos movimentos sociais

Realização e apoio: Grupo Identidade – Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual (**fundação em 1999**), Unicamp.

http://www.identidade.org.br/?page_id=5

9º ENUDS – Salvador (BA) – 01 a 5 de fevereiro de **2012**.

Tema: Raça e Religiosidade: abrangendo as fronteiras da diversidade sexual

Realização e apoio: Kiu! – Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual (**fundação em 2004**), UFBA, DCE/UFBA, UFRB, Associação Beco das Cores, Fórum Baiano LGBT.

<http://coletivokiu.blogspot.com.br>

10º ENUDS – Seropédica (RJ) – 15 a 20 de novembro de **2012**.

Tema: Práticas de Enfrentamento e Resistências: Corpo, Política, Discurso e Poder

Realização e apoio: Grupo Pontes – Pela Diversidade Sexual (**fundação em 2006**), UFRRJ.

<https://www.facebook.com/groups/grupopontes28/?fref=ts>

11º ENUDS – Matinhos (PR) – 22 a 25 de agosto de **2013**.

Tema: Fritando as políticas de enfrentamento ao heterossexismo. Fofocas e cochichos: os rumores laterais

Realização e apoio: Coletivo Leque (**fundação em 2011**), UFPR.

<http://coletivoleque.blogspot.com.br>

12º ENUDS – Mossoró (RN) – 12 a 16 de dezembro de **2014**.

Tema: A prática social do encontro universitário de diversidade sexual – Prática fechativa: tire seu discurso do caminho, que eu quero passar com a minha luta”

Realização: Divergen – Coletivo para a Diversidade Sexual e de Gênero (**fundação em 2013**).

<http://xiienudsmossoro.wix.com/xiienudsmossoro#!xii-enuds/c1han>

Arquitetura material-simbólica dos banheiros: funcionalidade a quem?

Kessila Maria da Silva¹Geni Daniela Núñez Longhini²Felipe Bruno Fernandes³

Resumo: Nesse artigo, discorremos sobre questões de gênero no espaço dos banheiros públicos universitários. Além de ser um espaço de uso cotidiano, o banheiro funciona como tecnologia em prol da regulação dos corpos, como um desdobramento do biopoder a partir do gênero. A pesquisa, de cunho qualitativo, propõe a articulação teórica de expressões de gênero (gráficas e arquitetônicas) em banheiros de uma universidade federal, procurando olhar esse espaço como mais um dos palcos possíveis de construção e desconstrução da cisheteronormatividade como sistema político.

Palavras-chave: teoria *queer*, banheiros, heteronormatividade.

Resumée: Dans cet article sont présentées les questions de genre dans l'espace de toilettes publiques universitaires. En plus d'être un espace d'usage quotidienne, la toilette fonctionne comme technologie en faveur de la régulation des corps, comme un outil du biopouvoir a partir du genre. La recherche, de nature qualitative, propose l'articulation théorique d'expressions de genre (graphiques et architecturales) dans les toilettes d'une université fédéral, et trouve le rôle des toilettes comme une des scènes possibles de la construction et déconstruction de l'hétéronormativité comme système politique.

Mots-clés: théorie *queer*, salles de bains, heteronormativité.

Neste artigo apresentaremos resultados da pesquisa realizada na disciplina *Sexualidades, Homo – Transexualidades e Teoria Queer* durante o primeiro semestre de 2013⁴. Nosso objetivo foi compreender como as questões de gênero aparecem no espaço dos banheiros públicos e tomamos como lócus da pesquisa os banheiros de diferentes centros e prédios da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O conceito de gênero é aqui pensado enquanto *performance*, ou seja, uma repetição que põe em cena atos do masculino e do feminino (BUTLER, 2003). O texto está dividido em duas partes. Na primeira, abordamos o tema da arquitetura e dos jogos simbólicos de pertencimento. Na segunda,

1 Universidade Federal de Santa Catarina, email: kessilamariadasilva@gmail.com

2 Universidade Federal de Santa Catarina, email: geninunez@gmail.com

3 Universidade Federal da Bahia, email: complex.lipe@gmail.com

4 A disciplina foi ministrada pelos professores Dr^ª. Miriam Pillar Grossi, Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes e doutoranda Anna Carolina Horstmann Amorim. A primeira parte da pesquisa foi desenvolvida em grupo (Emilia Dutra, Geni Longhini, Jean Lemos e Kessila da Silva) e resultou em dados relativos à parte prática e às idas a campo. A publicação final dos resultados da pesquisa ficou sob responsabilidade das autoras deste artigo. Uma primeira versão com resultados preliminares está publicada em LONGHINI e SILVA (2013).

abordamos as desconstruções e os corpos que transgridem. Muito poderíamos dizer sobre os banheiros, mas optamos por investir nosso olhar nas inscrições nas portas e paredes.

Observamos exclusivamente banheiros públicos da universidade, uma vez que apresentam maior incidência de inscrições e fácil acesso para observação. Essa foi uma escolha metodológica que visou contribuir com outras pesquisas que também analisaram banheiros (TEIXEIRA; OTTA, 1998; DAMIÃO; TEIXEIRA, 2009), sejam aqueles públicos como os de shoppings, rodoviárias, aeroportos, ou aqueles banheiros doméstico-privados. Observamos tanto banheiros “masculinos” quanto “femininos” e, nessas observações, percebemos similaridades e diferenças importantes. Todos os banheiros tinham cabines privadas e, geralmente, uma delas era acessível às pessoas com deficiência. Além disso, observamos ser comum espelhos, pias, lixeiras, piso e paredes claros ou de cimento queimado. O banheiro masculino possui uma tecnologia particular, os mictórios e o banheiro feminino possui apenas cabines. Como um grupo misto em termos de gênero, todas/os as/os integrantes da primeira etapa da pesquisa visitamos ambos os banheiros. No entanto, cada um dos banheiros apresentava características distintas, tanto em relação à limpeza e cuidados do espaço quanto ao conteúdo encontrado nas portas.

No que tange ao trabalho de campo, num primeiro momento fotografamos todas as pichações nos banheiros. Posteriormente, selecionamos aquelas cujos discursos se remetiam mais diretamente com as questões de gênero e sexualidade, como por exemplo, pichações relacionadas com as homossexualidades e questões trans.

Os banheiros pesquisados, inicialmente, eram banheiros aos quais costumávamos ir, lugares que faziam parte da nossa rota na universidade. Desta forma nossa circulação nos banheiros seguiu um movimento do familiar ao exótico. Como estudamos no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), encontramos ali muito material. Visitamos também banheiros que nos eram menos familiares como os do prédio da reitoria, do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Cultura e Eventos e do Centro de Educação (CED). No banheiro do CFH, encontramos diversos debates sobre gênero. Na reitoria e no Centro de Cultura e Eventos, encontramos banheiros mais limpos (talvez por conta de estes serem prédios sem salas de aula, cujo fluxo de estudantes tem características diferentes). No Centro de Cultura e Eventos, não havia nenhuma inscrição nas portas. Já na reitoria os banheiros, tanto o feminino quanto o masculino, continham muitas inscrições. No CED, havia mais inscrições poéticas, já no CCE e na reitoria havia predominância de números de telefones para encontros sexuais, principalmente nos banheiros masculinos. A partir disso discutiremos a arquitetura e os jogos simbólicos de pertencimento ao espaço do banheiro.

ENTRE CONSTRUÇÕES – a arquitetura e os jogos simbólicos de pertencimento

Falar de banheiros pode parecer um assunto completamente alheio à visão acadêmica racional/universal/neutra com seus discursos de produção de “verdade”. O ato de ir ao banheiro é tão naturalizado que muitas vezes deixamos passar despercebido o quanto esse simples espaço de “*sujeira*” e de “*depósito de dejetos*” afeta nossas vidas, nos atravessa, nos constrói dentro da lógica binária assegurada por um sistema de alinhamento entre sexo e gênero (RUBIN, 1984; GROSSI, 1994; LAURETIS, 1994).

O alinhamento sexo/gênero pressupõe que o sexo biológico, definido pelos órgãos genitais, esteja intrinsecamente relacionado ao gênero. Todas essas categorias que enquadram e definem o “papel” do sujeito são construídas socialmente e asseguradas por aparatos de regulação (FOUCAULT, 1982). O espaço do banheiro não escapa a esse projeto de disposição de corpos “normais” (FOUCAULT, 1975). Analisar os banheiros a partir de um ponto de vista que *a priori* parece simples, como a sua arquitetura, aponta o quanto um simples espaço de “imundície” nos regula, nos normatiza sem nos darmos conta (PRECIADO, 2006), o que torna o banheiro um objeto de reflexão da ciência feminista.

A arquitetura, a composição física dos espaços como o permitido e o censurado antes de ser uma simples divisão do espaço, implica em um projeto de regulação dos corpos a partir do gênero. No século XX, se construíram espaços públicos com o propósito de assegurar a educação de cada corpo de acordo com os códigos vigentes de masculinidade e feminilidade. Esses códigos reproduzem uma visão essencialista do gênero em que o alinhamento entre o sexo biológico e o gênero é tomado como verdade e tal alinhamento se torna critério fundamental no espaço do banheiro. Essa regulação essencialista dos corpos implica na vigilância de quem pode ou não entrar nesse ou naquele banheiro.

“Uma ‘lei’ não escrita autoriza os (...) usuários (...) [dos banheiros] a inspecionar o gênero de cada novo corpo que decide cruzar a porta”⁵, afirma Preciado (2006, p.2). Desta forma, consolida-se o controle público do gênero. A nós, que somos assignadas com o sexo feminino, sentimos no início da pesquisa certo estranhamento em visitar os banheiros masculinos, estranhamento esse compartilhado com os usuários que ali se encontravam. Os homens e rapazes que estavam nos banheiros no momento em que entramos pareciam confusos pela presença de pessoas cujo gênero não condizia àquele lugar. Ao cruzarmos de forma transgressora as portas dos banheiros, nos afetamos pela vigilância e inspeção do gênero, pois imediatamente éramos interpeladas por algum usuário

5 “Una ley no escrita autoriza a las visitantes casuales del retrete a inspeccionar el género de cada nuevo cuerpo que decide cruzar el umbral”. A tradução é nossa.

que nos advertia com frases do tipo “*ei, moça, aqui não é o banheiro feminino*” ou “*você está no banheiro errado*”. Em uma única situação, uma de nós, cuja performance pode ser lida como não correspondendo aos padrões de feminilidade, nesse momento não foi interpelada ao cruzar as portas do banheiro masculino, mas foi constrangida no banheiro feminino por usuárias que a colocaram sob suspeição. Percebemos nessa situação que qualquer pessoa cuja performance de gênero seja lida como “ambígua”, ainda que num banheiro “adequado” a seu sexo acaba sendo alvo da mesma inspeção. Isso demonstra que a lei de entrada nos banheiros exige uma única forma (considerada “correta”) que leva em conta: o alinhamento de sexo e gênero, mas também cabelos, roupas, modo de andar etc. Essa forma única é estereotipada e define os limites da normalidade.

A entrada dos banheiros é caracterizada por placas indicativas que os diferenciam por gênero e, às vezes, por sexo. Nas palavras “*banheiro masculino*” e “*banheiro feminino*” ou “*banheiro de mulheres*” e “*banheiro de homens*” já está impregnada uma lógica que alinha sexo a gênero, explícita e implicitamente. Além disso, nessas placas a cor também é um dispositivo reforçador das normas de gênero: cor azul para banheiros “*masculinos*” ou “*de homens*” e cor-de-rosa para banheiros “*femininos*” ou “*de mulheres*”. A representação imagética para cada sexo atua nesse mesmo sistema impositivo dos modos de expressão de gênero e sexualidade: para mulheres, bonecos de vestido/saia; para homens, bonecos de calça. Nossa percepção está em sintonia com a descrição de Preciado (2006, p.1) ao afirmar que, “na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, (...) como se se houvesse que entrar ao banheiro para refazer o gênero, mais que a desfazer-se da urina e merda” (FIGURA 1). Tanto as palavras como as cores são dispositivos que compactuam com um discurso heteronormativo que torna invisível, ilegível e deslegitimada toda experiência destoante desta norma (BUTLER, 1999). A separação logo na entrada dos banheiros definindo supostas totalidades geneirificadas (como se os humanos fossem divididos em dois grandes grupos) remete a uma padronização da sexualidade ao supor o alinhamento supramencionado entre sexo e gênero.

Figura 1: Placa de entrada dos banheiros universitários masculino e feminino.



Percebemos uma exceção: as placas das cabines acessíveis às pessoas com deficiência não tinham diferenciação de gênero. Tanto no banheiro masculino como no feminino era usado o mesmo boneco em cor azul, com calça e cabelos curtos, representando uma figura masculina (FIGURA 2). Segundo Anahí Guedes de Mello e Adriano Nuernberg (2012), com os avanços nos estudos feministas não é possível pensar gênero, sem pensar a articulação desta categoria com outras como, por exemplo, a deficiência. Nesse sentido vimos que além de uma tecnologia do gênero em que os corpos supostamente “capazes” são imagetivamente divididos por gênero, os corpos supostamente “incapazes” são universalizados no masculino, o que define os banheiros como uma tecnologia de gênero capacitista.

Figura 2: Placa das cabines acessíveis às pessoas com deficiência em ambos os banheiros.



As leis que orientam as normas de gênero não são necessariamente prescritas em legislações, no entanto são eficazes. Teresa de Lauretis (1994, p. 3) afirma que o “gênero é (uma) representação – que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto social quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário”. Pudemos constatar essa força simbólica dessas normas na atuação das pessoas usuárias dos banheiros. Em nossas observações cada usuárie entrava no banheiro “correspondente” ao seu sexo, o que nos pareceu seguir as normas de gênero de maneira naturalizada, posicionando os banheiros como mais um espaço de reafirmação das expectativas hegemônicas do gênero (BUTLER, 2003).

A conformação do gênero às expectativas hegemônicas inicia-se desde muito cedo, mesmo antes do nascimento. Esse processo reflete a inserção do sujeito num domínio de linguagem e parentesco pela interpelação de gênero. Nesse sentido, tornar-se menina ou menino é uma construção cultural, histórica e social. Contudo, esse processo de “tornar-se menina” ou “menino” atualiza-se sendo reforçado por diversas autoridades: “a nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (BUTLER, 2003, p.8). Notamos que as crianças, desde muito pequenas já são orientadas a frequentar o banheiro a elas “destinado”.

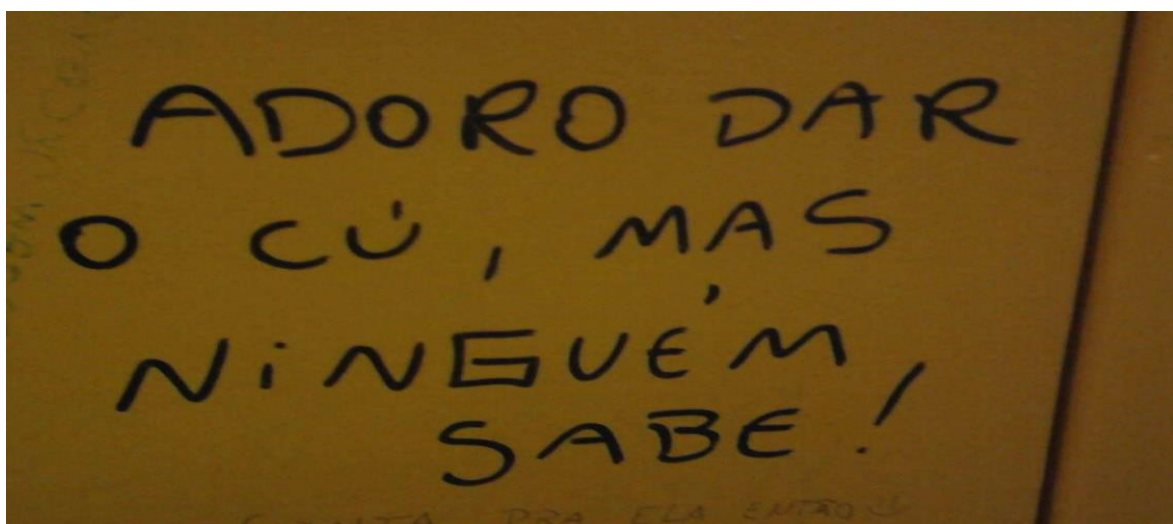
Os banheiros reforçam certa maternidade compulsória ou, ao menos, uma expectativa de que o cuidado das crianças é uma atividade destinada e exclusiva a mulheres/mães (cf. BADINTER, 1985). Isso se evidencia na localização do fraudário: sempre no banheiro feminino, ou seja, mais uma vez, um reforço de estereótipos de gênero. Não vimos fraudários nos banheiros universitários. Esses aparatos de cuidado de crianças só estão presentes em banheiros públicos de lugares como shoppings, cinemas ou aeroportos. Uma hipótese possível para a ausência desse aparato nas universidades é que essa instituição exclui um eventual trânsito de crianças, o que não ficou evidenciado em campo onde observamos muitos estudantes que eram mães/pais/cuidadores e que circulavam nos banheiros universitários. Percebemos, assim, que a arquitetura dos banheiros (re)produz ideais embasados em normas de gênero estanques e que, muitas vezes, reforçam o privado como lugar privilegiado de cuidado das crianças o que pode ter um impacto negativo na permanência de estudantes mães/pais/cuidadores na UFSC.

“A arquitetura constrói barreiras quase naturais respondendo a uma diferença essencial de funções entre homens e mulheres”⁶, afirma Preciado (2006, p.1). A disposição criada nos espaços funciona como afirmação de gênero e o define a partir das diferenças

6 “(...) la producción eficaz de la masculinidad heterosexual depende de la separación imperativa de genitalidad y analidad. Podríamos pensar que la arquitectura construye barreras cuasi naturales respondiendo a una diferencia esencial de funciones entre hombres y mujeres”. A tradução é nossa.

dados pelas diferenças biológicas (PRECIADO, 2006). De modo que, para Preciado (2006, p.2): “(...) a produção da masculinidade heterossexual depende da separação imperativa de genitalidade e analidade”. Uma das inscrições encontradas em um banheiro “masculino” através de nossa pesquisa foi: “*adoro dar o cú, mas ninguém sabe*” (FIGURA 3). Este exemplo denota uma possível via de transgressão da lógica heteronormativa (ainda que expressa num ambiente “privado”), protestando contra um modelo de masculinidade hegemônica no qual a prática sexual anal é tida como desviante (CONNELL, 2013). Segundo Preciado (2006, p.2), “mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna”⁷. Com isso, observa-se que o banheiro age/funçiona como tecnologia de gênero na (re)produção de uma masculinidade no espaço público (PRECIADO, 2006).

Figura 3: “*adoro dar o cú, mas ninguém sabe*”



O banheiro masculino remete a uma prática cultural que supõe a sociabilidade de sujeitos reconhecidos como homens, sob a prática de mijar em pé. Dessa forma, percebemos que a lógica dos espaços públicos ou os próprios espaços públicos são espaços idealizados de masculinidades. Já as regras dos banheiros femininos, separados por cabines, remete ao espaço doméstico/privado em meio ao espaço público. Assim, entendemos o espaço do banheiro como um reduto público que possibilita a execução de jogos simbólicos relativos à masculinidade, um cenário de performatividade, um lugar de normas/normativo (BUTLER, 1999). Este mijar enquanto performance de masculinidade

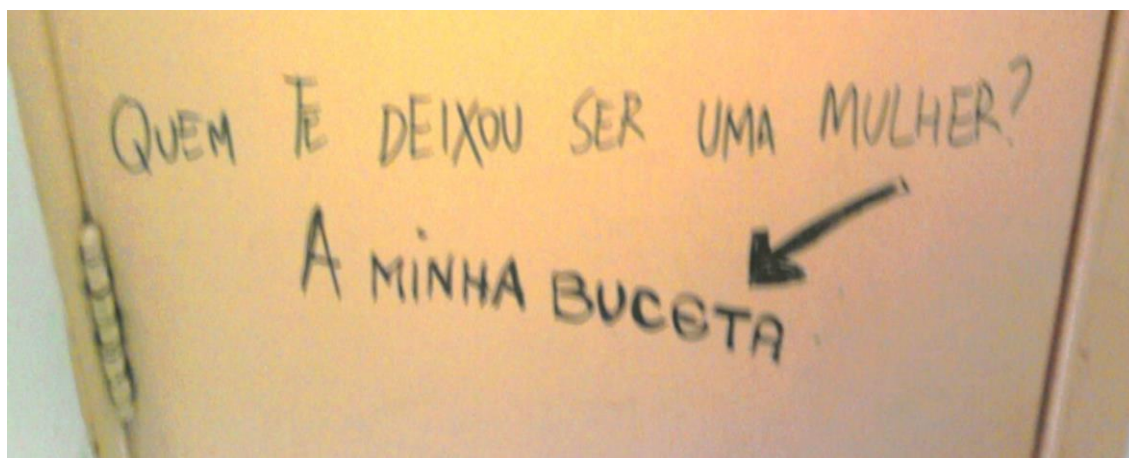
⁷ “(...) mear de pie públicamente es una de las performances constitutivas de la masculinidad heterossexual moderna”. A tradução é nossa.

hegemônica também é recorrente em outros espaços além dos banheiros: homens cis⁸ urinando em público (em postes, ruas, matagais) são vistos com menos estranhamento do que mulheres mijando nesses mesmos lugares. Mulheres que o fazem são tidas como desviantes, “menos femininas” ou em situação de perigo, características não consoantes se quem mija em “público” são homens cis.

Outra inscrição, num banheiro “feminino”, apontava o seguinte: “*quem te deixou ser uma mulher?*”. Ao que outra pessoa (hipótese defendida a partir da diferença na caligrafia) responde: “*a minha buceta*” (FIGURA 4). Percebemos no pensamento implícito na frase de resposta a questão do quanto

a estrutura heteronormativa faz com que a heterossexualidade apareça como uma sexualidade sempre existente, natural, normal e pura. (...) Como compreende sempre um binarismo, esse tipo de linguagem conforma ideias, instituições, sujeitos e corpos (Butler, 1999, p.4).

Figura 4: “*quem te deixou ser uma mulher?*”; “*a minha buceta*”



De acordo com Butler (1999), a diferença sexual é amiúde justificada a partir de diferenças materiais, mas ela lembra que essas diferenças são sempre marcadas e formadas por práticas discursivas. Para ela, o “sexo” seria um ideal regulatório e sua materialização seria imposta, sendo que esta materialização ocorreria ou não, através de determinadas práticas altamente reguladas. Nas palavras de Butler (1999, p.3): “O ‘sexo’ é, pois, não simplesmente aquilo que ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural”. Percebemos, desta forma, que a referida inscrição trabalharia nesta lógica de tornar a

⁸ Kaas (2012) coloca que uma pessoa cis seria alguém “politicamente vista como ‘alinhada’ dentro de seu corpo e de seu gênero”.

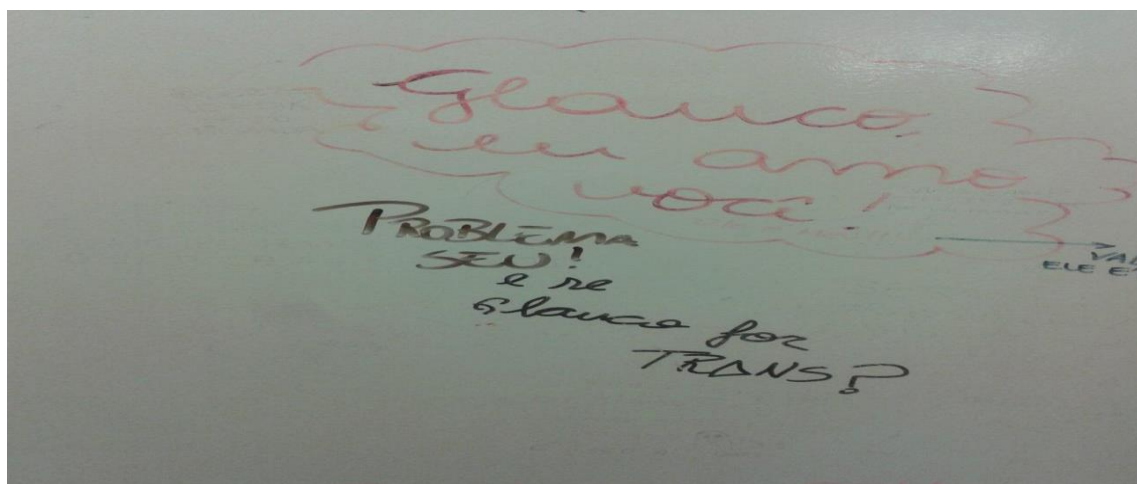
presença/ausência da genitália o requisito obrigatório para alguém se constituir enquanto mulher.

Outro ponto que nos chamou atenção foi a respeito da experiência lésbica dentro dos banheiros. Adrienne Rich (1980) aponta que a invisibilidade lésbica nas mais diferentes dimensões, desde a produção acadêmica até às práticas cotidianas (se mulheres cis são invisibilizadas, mulheres lésbicas cis o são duplamente e mulheres trans*, triplamente). Assim, a compulsão heterossexual está presente também nos banheiros públicos, desde a inspeção e controle dos corpos feita por outras usuárias dos banheiros na presença de uma lésbica masculinizada (*butch*) até à repulsa e exclusão (FIGURA 6: “suas lésbicas filhas da puta”). O controle dos corpos aplicado no uso dos banheiros, como já foi dito, é sustentado através de policiamento e vigilância, definem quem pode ou não utilizar aquele espaço. Ao ocupar o banheiro feminino, uma *lésbica* percebe o não pertencimento àquele ambiente, desde sua autoidentificação até o estranhamento potencial de outras ocupantes daquele espaço. Ao utilizar o banheiro masculino também se percebe deslocada dele.

Figura 5: “suas lésbicas filhas da puta”



Assim, a norma heterossexual se mostra intrinsecamente ligada e aparece nitidamente na utilização dos banheiros, tanto nas estereotípias das homossexualidades (masculina e feminina), como também em outros corpos cuja performance, ainda que heterossexual, não esteja nos moldes de feminilidade e masculinidade essencializados, por exemplo, mulheres e homens trans* (especialmente quando essas pessoas não têm alta passabilidade cis) (CREMONINI, 2012; KAAS, 2013) (FIGURA 7).

Figura 6: “e se Glauco for trans?”

Desta forma, a arquitetura material-simbólica dos banheiros opera numa lógica binária que toma o sexo biológico como sendo de ordem “natural”, estanque, imutável e não como algo construído historicamente (LAQUEUR, 2001). Além dessa naturalização, os banheiros também alinham ao sexo “natural” um gênero também esperado “normal”, de forma que a experiência das pessoas que transitam nesses espaços tende a ser deslegitimada e invisibilizada pela imposição de um modelo normativo (PRECIADO, 2006).

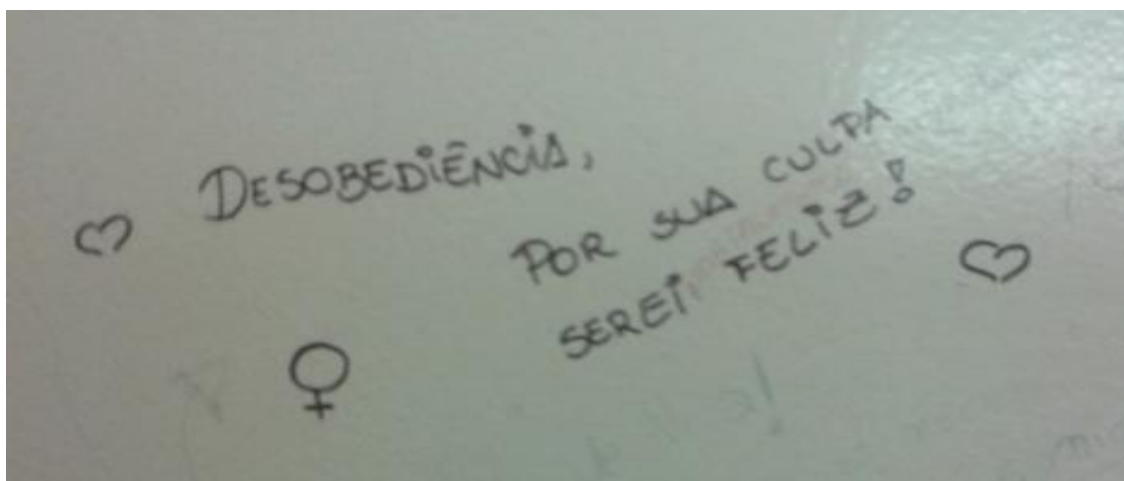
Como lembra Tereza de Lauretis (1994, p.8), “um sujeito é constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais”. É necessário pensar o gênero não tão objetivamente ligado à diferença sexual, nem tomar a própria “diferença sexual como efeito de linguagem ou como puro imaginário (não relacionado ao real)”, defende Lauretis (1994, p.3). Ainda de acordo com ela, seria necessária então uma desconstrução desse estreitamento histórico – presente no próprio movimento feminista – entre gênero e diferença sexual. Como ferramenta teórica possível para a dissolução desta dificuldade, Lauretis (1994, p.5) elabora o conceito de tecnologia de gênero. Apoiada nas análises de Foucault, ela entende o gênero como tecnologia sexual, pensado como “representação e auto-representação, resultantes de diversas tecnologias sociais, (...) discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, e também das práticas da vida cotidiana”, como o simples ato de ir ao banheiro. Portanto, a partir dessa perspectiva, o gênero pode ser visto como um desdobramento de uma complexa tecnologia política e o banheiro como espaço físico que permite que os sujeitos exerçam sua performance de gênero e sejam atravessados pelas normas presentes nessa arquitetura da sujeira (LAURETIS, 1994). Dessa forma, o banheiro pode ser pensado como um desdobramento da biopolítica assegurada pela lógica

heterossexual. Nesse sentido, talvez até mesmo as inscrições nas portas dos banheiros possam funcionar como tecnologias de gênero, pois seus discursos expressam efeitos dessas mesmas tecnologias, como normatização e preconceitos.

ENTRE DESCONSTRUÇÕES – corpos que TRANSgridem

Outra inscrição em um banheiro “feminino” enunciava: “*Desobediência, por sua culpa serei feliz*” (FIGURA 5). Conforme mencionado anteriormente, para Butler (1999), o sexo como constructo ideal se materializa através do tempo pela atuação de normas regulatórias impositivas, não sendo, por conseguinte, uma condição estática do corpo. O próprio fato de que exista essa reiteração forçada é sintoma de que a materialização nunca é completamente “bem-sucedida”: os corpos nunca se conformam integralmente às normas (BUTLER, 1999).

Figura 7: “*Desobediência, por sua culpa serei feliz*”



Percebe-se então que “são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, (...) que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória” (BUTLER, 1999, p.7). A partir dessa perspectiva de transgressão da norma, uma leitura possível é de que a desobediência pode ter um caráter subversivo, na medida em que vai de encontro à conduta esperada/imposta.

Desta forma, ressaltamos que não apenas as pessoas trans* não se adéquam à expectativa cisheteronormativa, mas que também todas as pessoas constituídas nesses códigos acabam por escapar em menor ou maior grau deste ideal regulatório em algum/uns momento/s de suas vidas: a precariedade em se tentar seguir ou abandonar completamente

à norma se dá também por conta do caráter atualizante desta norma, além do que, mesmo as vias de fuga e afastamento também acabam por ter condições de possibilidade dentro dos discursos que as produzem (BUTLER, 2003). Partimos então da ideia de que nenhuma identidade é essencialmente transgressora ou perpetuadora da norma, mesmo porque lemos essa categoria enquanto um construto fluido cuja singularidade da experiência dos sujeitos que a constituem impede quaisquer absolutizações (BUTLER, 2003). Assim, partimos da concepção de que identidades são importantes enquanto ferramentas estratégicas de reconhecimento, visibilidade e demanda por direitos, mas não como verdade absoluta sobre as experiências dos sujeitos.

É possível notar que a experiência trans* – pelo modelo heteronormativo – não é legitimada nem no banheiro “feminino” nem no “masculino”. A violência de gênero ocorre de maneira profunda: o policiamento no corpo trans*, muitas vezes empreendido pelas usuáries dos banheiros, busca vestígios que “justifiquem” o uso de um determinado banheiro – se homem (cis), masculino; se mulher (cis), feminino. No entanto, não é apenas o policiamento de identificação do sexo que acontece, também o gênero (entendido como estereótipos construídos historicamente) é investigado: “nascer homem” (ou mulher) e apresentar um gênero feminino (ou masculino) é visto com ojeriza pela noção cisheteronormatividade (PRECIADO, 2006). Assim, o desejo da pessoa é ignorado e desrespeitado, como se a identificação ou fala dela sobre si mesma não importasse o suficiente para que ela própria pudesse ter agência em escolher livremente em qual tipo de banheiro prefere ir, a partir de sua identificação de gênero. Nesse sentido, a disposição binária dos banheiros também pode se constituir em uma violência para pessoas que se identificam como não-binárias: elas são obrigadas a “escolher” ou o “*masculino*” ou o “*feminino*”, sendo que não se identificam nem com um nem com outro (CREMONINI, Juno; 2013).

Tal como a homossexualidade um dia já foi, ainda hoje a transexualidade é tida como patologia pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-APA). Neste Manual, utilizado internacionalmente por diversos campos da “Ciência”, Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012, p. 4) afirmam que se encontra

uma radical defesa do dimorfismo. As performances de gênero, a sexualidade e a subjetividade são níveis constitutivos da identidade do sujeito que se apresentam colados uns aos outros. O masculino e o feminino só se encontram por intermédio da complementaridade da heterossexualidade. Quando há qualquer nível de descolamento, deve haver uma intervenção especializada, principalmente de algum especialista nas ciências psi, para restabelecer a ordem e a “coerência” entre corpo, gênero e sexualidade. É esse mapa que fornecerá as bases fundamentais para a construção do diagnóstico de gênero.

Bento e Pelúcio (2012) ressaltam que muito embora não haja mais uma patologização explícita do “*homossexualismo*”, a atualização do patologizar da sexualidade agora opera nos chamados “transtornos de gênero”. O que acontece, no entanto, é que implicitamente continua ocorrendo uma patologização da homossexualidade, pois para serem trans* “verdadeiros” no diagnóstico, fica implícita a expectativa de uma sexualidade heterossexual, nas palavras das autoras:

Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementaridade dos sexos, quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros (p. 5).

Assim, a partir do momento em que há uma interdição a pessoas trans* a frequentarem o banheiro com o qual se identificam, ocorre simultaneamente uma reprodução da lógica binária e patologizante das identidades trans*, como se de fato ou “*ou se nasce mulher ou se nasce homem*”, enquanto verdade absoluta, estanque e imutável, ignorando que homens trans* e mulheres trans* são homens e mulheres, respectivamente, e se é assim que se identificam, é assim que devem ser tratadas e respeitadas (CREMONINI, 2013; BENTO; PELÚCIO, 2012; KAAS, 2012). Monique Wittig (1980) também vai nesse sentido ao afirmar que:

ao admitir que há uma divisão “natural” entre mulheres e homens, naturalizamos a história, assumimos que “homens” e “mulheres” sempre existiram e sempre existirão. Não somente naturalizamos a história como também, por consequência, naturalizamos os fenômenos sociais que manifestam nossa opressão, tornando impossível qualquer mudança.

Percebemos, assim, que nos banheiros ocorre uma internalização e naturalização dos discursos que atuam como dispositivos de controle, como se a diferença sexual e de gênero existisse ontologicamente e de uma única forma, sem haver questionamentos como os propostos por Bento e Pelúcio:

Por que diagnosticar o gênero? Quem autoriza psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas e outras especialidades que fazem parte das equipes multidisciplinares a avaliarem as pessoas transexuais e travestis como “doentes”? (...) Quais e como estabelecer os limites discerníveis entre “os transtornados de gênero” e “os normais de gênero”? O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros, portanto estamos no nível do discurso. Não existe um só átomo de neutralidade nesses códigos. Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os

gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual (p. 11).

NOTAS SOBRE LINGUAGEM

Nesse artigo usamos as terminologias “cis” e “trans” e também a letra “e” como alternativa de neutralizar o gênero de palavras que exigem flexão. É importante resgatar a implicação política dos termos trans* e cis em sintonia com o transfeminismo (campo de produção acadêmica e militância que visa maior visibilidade, protagonismo e empoderamento de pessoas trans*). Sobre o uso do termo trans, Hailey Kaas (2013) coloca que ele pode ser a abreviação de diversas palavras que “expressam diferentes identidades, como *transexual* ou *transgênero*, ou até mesmo *travesti*”. Assim, continua ela, esse termo grafado com asterisco (trans*) intenta evitar classificações potencialmente excludentes, sendo chamado de termo guarda-chuva, propondo-se mais inclusivo das diferentes identidades trans. Ainda segundo Kaas (2013), o termo trans* pode incluir pessoas trans* que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero”, salientando sempre que a autonomia e palavra final para auto-identificação deve ser sempre das próprias pessoas trans*. Já com relação ao termo/prefixo “cis”, Kaas (2012) coloca que uma pessoa cis seria alguém “politicamente vista como ‘alinhada’ dentro de seu corpo e de seu gênero”, ou, como afirma Juno Cremonini (2013), pessoa cis é uma pessoa não-trans*. Nas palavras de Kaas (2013): “cis é o sentimento e o privilégio de pertencimento a uma categoria legitimada de sexo e gênero universal, que justamente por ser legitimada não depende de nenhum dispositivo social de validação, seja do próprio Estado ou de suas Instituições” (KAAS, 2012). Assim, o uso deste termo seria fundamental na medida em que, historicamente, o lugar de privilégio não é nomeado e essa nomeação política é necessária para uma conseguinte desnaturalização desse lugar (KAAS, 2012). Desta forma, fazemos uso deste prefixo enquanto ferramenta política, assim como o fato de usarmos a letra “e”⁹, expressam-se enquanto tentativa de quebrar a normatividade gramatical da língua portuguesa que pressupõe um sujeito universal masculino, procurando tornar a escrita mais equitativa, neutra.

PERSPECTIVAS ATUAIS – Projetos sobre banheiros

Ainda no que concerne à reiteração constante e forçada das normas, uma notícia a que tivemos acesso explicita alguns aspectos dessa questão: um projeto de lei (PL 15.327/2013) do vereador Deglaber Goulart (PMDB) propõe a criação de um terceiro banheiro, destinado a pessoas que se identificassem como participantes do grupo LGBT*.

9 Além do ‘e’ também é possível usar outras letras e símbolos como arrobas, barras ou outras letras.

Em entrevista¹⁰, questionado sobre se apenas “*peças do movimento*” usariam o “*banheiro unissex*”, o vereador Deglaber responde

sim, do movimento... que se sente constrangido...‘Há discriminação...’ Não tem discriminação! Se tem no Rio de Janeiro, em Curitiba, em outras cidades, só em Florianópolis vai ser discriminação?! Não vejo motivo nenhum. Isso vai facilitar cada vez mais...

Este projeto de lei, na nossa leitura, acaba atuando como uma tentativa de institucionalizar – por consequência, reforçar – a imposição de verdades e discriminação sobre os corpos usando como “argumentos” proposições carentes de consistência e lógica, ou melhor: carregadas de consistência e lógica, heteronormativas. No discurso do vereador, podemos perceber diversas associações equivocadas, mas cujo engano não é gratuito, uma vez que coadunam com a verdade que ele quer impor: a de que “*peças do movimento*” (LGBT*) não poderiam ocupar os mesmos espaços daquelas que ele classifica como “*peças de bem*”. Nesse sentido, vemos que os banheiros, no modelo como se configuram atualmente, já atuam como palco da aplicação de (hétero)normas, tal como versa Preciado (2006):

Não é por acaso que a nova disciplina fecal imposta pela nascente burguesia no final do século XIX é contemporânea a novos códigos conjugais e domésticos que exigem a redefinição espacial dos gêneros e que serão cúmplices da normalização da heterossexualidade e da patologização da homossexualidade (p.2).

Além da questão da patologização da homossexualidade, no discurso do vereador Deglaber também é possível notar diversas outras “associações”, diz ele:

eu acredito que há constrangimento do movimento gay e às vezes até entrar no banheiro masculino, pode usar esse ali...Como no caso em São Paulo, um cara se vestiu de travesti, entrou no banheiro feminino e estuprou a moça...É a segurança também.

No pronunciamento do vereador Deglaber Goulart percebemos uma profunda confusão (para não dizer desrespeito) por questões como sexualidades e identidades de gênero. Em sua fala, fica implícita a crença dele no fato de que se alguém expressar determinada sexualidade (no caso, homossexual) ou identidade de gênero não hegemônica isso o/a faria menos digno/a de frequentar os mesmos banheiros das pessoas de “*moral e bons costumes*”. Além disso, “*cara que se veste de travesti*” teria mais chance de ser um

10 Link para a entrevista completa, bem como transcrição de trechos, presentes no anexo 1.

agressor sexual, logo, segregar as pessoas por um critério de gênero seria também uma medida de “segurança”, na fala dele. O vereador, com essa generalização, inverte o processo histórico de vulnerabilidade das populações LGBT*. Outro fator que emerge na fala do vereador, reflete um pensamento presente no imaginário social de que mulheres cis no banheiro “masculino” estariam correndo uma espécie de risco e/ou que estariam em especial vulnerabilidade (assédio sexual, estupro, por exemplo). Esta ideia reforça a noção de que mulheres seriam essencialmente mais fracas e que, diante dessa pressuposta “fragilidade”, a postura “correta” devesse ser uma mera fuga, um afastamento dessa situação. Percebemos nesse raciocínio, uma culpabilização das “vítimas”, como se uma eventual agressão às mulheres fosse “culpa” delas que não deveriam estar no mesmo espaço “de homens” cis, onde a violência seria quase que esperada, naturalizada, sem haver qualquer responsabilização dos agentes agressores. Além da essencialização das mulheres enquanto sujeitos totalmente frágeis e vulneráveis, também ocorre uma segunda essencialização: a pressuposição de que a violência seria intrínseca aos homens cis, que não conseguiriam se “controlar” ante a “provocação” das mulheres. Todo este raciocínio se pauta numa construção heterossexista (RICH, 1980).

De maneira que a idealização do “projeto do terceiro banheiro”, seja concretizada, será uma materialização e reforço de um pensamento sexista, que infelizmente sabemos não ser exclusivo do vereador Deglaber Goulart. Refletindo sobre essa postura política do referido vereador, pudemos notar que a divisão entre os banheiros implica numa desigualdade entre humanos, o que nos lembra das categorias de Butler (1999) ao falar em “humano” e “inumano”. Segundo ela, campos de poder e discurso gerenciam e sustentam aquilo que é legitimado como “humano”, em especial quando falamos de “seres abjetos”, cuja própria humanidade é questionada. Assim, a construção do gênero atuaria por “meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais” (BUTLER, 1999). Em se tratando da construção de gênero, Butler (1999) lembra que

não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o “humano” com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação (p.162/p.9).

Uma iniciativa completamente diferente da proposta do parlamentar Deglaber, foi a “ocupação do banheiro”. Essa ocupação aconteceu em agosto de 2013 e foi realizada por

um grupo de estudantes da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Esses alunos ocuparam um banheiro da ala “masculina” do setor das humanidades daquela universidade, tendo como objetivo “a instauração de um banheiro como zona política pós-gênero e sexo dissidente”. Com inscrições libertárias, o banheiro tornou-se um espaço de resistência contra às normatizações identitárias entre masculino/feminino/cis/trans*, sendo um dos seus objetivos a constituição de espaços livres de demarcações separando gêneros, como costuma acontecer em banheiros públicos. Obtivemos essas informações a partir de nossa própria visita ao banheiro e posterior aproximação de algumas pessoas que protagonizaram esta ocupação. A ocupação durou quase um mês e gerou diversas informações, fotos e um texto intitulado “Medo de Gliter”, que é possível acessar no blog: <http://afetadx.blogspot.com.br/>. Segue abaixo um trecho do texto/manifesto gliter:

E seguimos a fazer políticas monstruosas, que já não somos a esquerda organizada em torno de um projeto unitário, nem o movimento estudantil que ocupa a reitoria e constrói uma pauta de reivindicações; somos estranhos, descentrados, transviados e descomprometidos com um projeto consistente de universidade livre: nossa luta é pelo direito de sentir-se seguro no aqui e agora, nossa liberdade não depende de projetos consistentes mas de ações diretas, nossa guerrilha é festa e nossa vingança é sermos felizes (Por Afetadx, 15/08/2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da articulação teórico-prática, arriscamos dizer que, além de ser um mero espaço de expressão, os discursos nas portas dos banheiros não são uma expressão qualquer. O falar da sexualidade, presente no banheiro, é passível de dialogar com a análise de Foucault (1977), em a “História da Sexualidade”, onde explica que, após o século XVII, ocorreria uma superexposição do “sexo”, mas uma exposição falaciosa, uma vez que só poderia ocorrer dentre rígidos parâmetros de inspiração moral. A lógica percebida em relação às inscrições nas portas distingue-se dessa mera exposição do “sexo”, referida por Foucault (1977). O discurso nas portas dos banheiros, talvez por conta da “privacidade” das cabines, opera de maneira mais desinibida, sendo então, potencialmente, um palco para desconstruções heteronormativas e de criação de novas formas de ser e estar no mundo, ao mesmo tempo em que também é reflexo de preconceitos como machismo, lesbofobia, transfobia e homofobia.

Conforme explicitamos ao longo do texto, percebemos que, como aponta Preciado (2006), o banheiro é lugar onde a referência ao espaço público está assegurada ao masculino e de variadas formas institui-se e é instituída pelo imaginário heterossexual enquanto norma. Assim como em outros apontamentos feitos por Rich (1980), aos quais

expõe uma gama de fatores que determinam a heterossexualidade como um sistema político de controle e privilégio masculino, o banheiro, além de abarcar a categoria de tecnologia de gênero, desde sua composição arquitetônica através de sua disposição espacial que deixa claramente marcada a separação entre público e privado, até sua composição estética impressa nos grafites/inscrições, expressando o quanto a heterossexualidade compulsória atravessa o cotidiano enquanto norma vigente do privilégio instaurado e garantido pelo/para homens cis (LAURETIS, 1994).

Podemos dizer então, que o banheiro público (na forma como se encontra atualmente) atua como tecnologia de gênero que perpetua e reflete discursos correntes em outros espaços, discursos cuja função obedece a uma lógica heteronormativa, como exemplo: igrejas, onde durante muito tempo (e ainda hoje) ocorre uma separação entre homens e mulheres, pressupondo assim a heterossexualidade como natural e a homo/bissexualidade como desvio; escolas exclusivas para rapazes ou moças em que se “justifica” essa divisão a partir de uma suposta peculiaridade de um gênero e de uma sexualidade universal e etc. (LAURETIS, 1994).

Uma vez que a manutenção do sistema binário se dá também por uma internalização e crença neste sistema enquanto “Verdade”, outros modelos divergentes deste podem causar tanto aceitação, quanto resistência e não temos a pretensão de apresentar quaisquer “soluções” a esta configuração. Acreditamos apenas que a atual forma como se constituem os banheiros funciona, como já afirmamos anteriormente, de modo bastante normativo e excludente, desrespeitando o desejo das próprias pessoas que deles se utilizam. No entanto, ao mesmo tempo em que há essa normatividade, é importante lembrar que também há a contrapartida, pois o “mero” tornar visível a existência de outros modos de vida, de valores e práticas alternativos já “desmente as construções hegemônicas de mundos sociais, (...) construções que buscam afirmar a superioridade política do homem branco, a coerência e unidade do “eu”, a naturalidade da heterossexualidade monogâmica (...)” (SCOTT, 1999, p.3). Ressaltando que esta visibilidade não deve “individualizar” a resistência pondo-a no exterior da construção discursiva – conforme já mencionado anteriormente, as resistências só emergem a partir de contextos histórico-políticos –, como lembra a análise foucaultiana ao trazer que as próprias relações de poder produzem resistências em seu interior. De maneira que, assim como o gênero e todas as outras categorias constitutivas da subjetividade são construídas socialmente através do compartilhamento de símbolos e códigos, sua manutenção e também sua modificação também podem ser (des)construídas. Por isso, a possibilidade de subverter a cisheteronormatividade enquanto sistema político é fundamental para desenraizar

concepções naturalizadas do gênero, as quais deslegitimam a diversidade das experiências (WITTIG, 1980; BUTLER, 2003).

Então, muito mais do que afirmativas, a pesquisa nos traz questionamentos e é com eles que concluímos a partir de uma fala de Butler (1999):

Como, pois, podemos pensar a matéria dos corpos como uma espécie de materialização governada por normas regulatórias – normas que têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável? Como essa materialização da norma na formação corporal produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação, o qual, ao deixar de ser considerado como plenamente humano, reforça aquelas normas regulatórias? Que questionamento esse domínio excluído e abjeto produz relativamente à hegemonia simbólica? Esse questionamento poderia forçar uma rearticulação radical daquilo que pode ser legitimamente considerado como corpos que pesam, como formas de viver que contam como “vida”, como vidas que vale a pena proteger, como vidas que vale a pena salvar, como vidas que vale a pena prantear? (p.17).

Referências bibliográficas

BENTO, B. & PELUCIO, L. Despatologização do gênero: apolitização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, 2012, p.13.

BUTLER, J. Corpos que pesam. In. LOURO, G. (org.). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999, p. 153-172 (1-19), 1999.

_____. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, R. & MESSERSCHIMIDT, J. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estudos Fem.* Vol. 21, n. 1. Florianópolis, 2013.

CREMONINI, J. *Transpicália* (blog). <http://transpicalia.incandescencia.org/>

DAMIÃO, N. & TEIXEIRA, R. Relato de pesquisa: Grafites de banheiro e diferenças de gênero: o que os banheiros têm a dizer?. In. *Arquivos brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro. 2009, v.61, n. 2, p. 1-10.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

_____. A História da Sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KAAS, Hailey. Trans* - Termo guarda-chuva. In. Transfeminismo (blog). São Paulo (SP), 02/2013. <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>. Acessado em 29/09/2013.

_____. Cissexismo – algumas considerações. In. Transfeminismo (blog). São Paulo (SP), 05/2012. <http://transfeminismo.com/2012/05/20/cissexismo-algumas-novas-consideracoes/> Acessado em 29/09/2013.

LAQUEUR, T. Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAURETIS, Tereza de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, H. B. de. Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, p. 1-36, 1994.

MELLO, A. G. & NUERNBERG, A. Corpo, Gênero e Sexualidade na Experiência da Deficiência: Algumas Notas de Campo. Apresentado no III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Universidade Federal da Bahia. P. 1-13, 2013.

PRECIADO, B. Basura y género. Mear/Cagar. Masculino/Feminino'. Eutsi - Pagina de izquierda Antiautoritaria. 2006, p. 1-2.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Revista Bagoas, Natal, n 5, 2010 (p. 17-44).

SCOTT, J. Experiência: tornando-se visível”. In. Falas de Gênero - Organização de Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos, Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999. Pág. 1-23.

TEIXEIRA, R. & OTTA, E. Grafites de banheiro: um estudo das diferenças de gênero. In. Estudos de Psicologia, São Paulo (SP) 1998, 3 (2), p. 229-250.

WITTIG, M. Ninguém nasce mulher. 1980. Acessível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2009/04/ninguem-nasce-mulher.html>

Entrevista no programa Jornal do Almoço, no dia 06/06/2013, em Florianópolis (SC) transmitida na filial da Rede Globo, RBS. Entrevista realizada pelo jornalista Mário Motta e concedida pelo vereador Deglaber Goulart (PMDB) e pelo vereador Tiago Silva (PDT). Link

para a entrevista: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/06/projeto-de-lei-para-banheiro-unissex-causa-polemica-em-florianopolis.html>

<http://afetadx.blogspot.com.br/2013/08/medode-glitter-escritoem-15082013-as.html>

As representações das(os) transexuais nas aldeias arquivos do TJRS: o Poder da nomeação, eis a grande questão

Vivian M. M. Zahra

Simone Becker ¹

Resumo: Fruto de algumas ações de extensão e de pesquisa, o presente artigo caracteriza-se como uma etnografia em aldeias arquivos, cujo objetivo é compreender o poder de nomeação enquanto principal mote de demanda dos e das transexuais junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Em meio a este mergulho, observa-se que os pleitos voltados à modificação de prenome são majoritariamente acatados, mas não sem a submissão dos discursos jurídicos aos ditames biomédicos, tal como há décadas expôs Michel Foucault em “Eu, Pierre Rivière” e em “O diário de Herculine Barbin”.

Palavras-chave: poder de nomeação, transexuais, TJRS

Abstract: As a result of some actions of extension and research, the current article characterizes itself as ethnography in sites of files which aim is to understand the power of nomination related to the main topic of the demand among transexuels connected to the court of law of Rio Grande do Sul (TJRS). Related to all of this, it is possible to see that the plea toward to the modification of the prename are most of them observed, but not without the submission of the juridical speeches to the biomedical rules, such as some decades ago Michael Foucault in “I am Pierre Rivière” and also “Herculine Barbin’s casebook” was exposed.

Key Words: power of nomination, transexuels, TJRS

Introdução

O presente artigo é resultado de ações de pesquisa e de extensão desenvolvidas desde 2011 e ligadas em especial ao projeto “Maiorias que são minorias, invisíveis que não são dizíveis: etnografia junto aos sujeitos à margem dos discursos dominantes”. Dentre tais ações, destaca-se a dissertação recentemente defendida por uma das autoras e orientada pela outra, cujo título é homônimo a este trabalho.

Paralelamente à discussão e à compreensão do estatuto de humanidade e de inumanidade das travestis (BECKER, 2011; BECKER, 2011b), pesquisadores ligados ao grupo Diverso se debruça(ra)m sobre as representações que dados e precisos discursos jurídicos produzem acerca dos(as) negros(as), das mulheres indígenas e das/os transexuais. Neste momento, exploraremos as representações que os discursos gaúchos do tribunal estadual constroem sobre as/os transexuais e, então, suas demandas.

¹ Becker é docente adjunto IV da UFGD e doutora em Antropologia Social pela UFSC, e-mail de contato: simonebk@yahoo.com.br; Zahra é mestre em Antropologia pela UFGD, e-mail de contato: vivianzahra@ufgd.edu.br

Como o próprio título anuncia, a metodologia “carro chefe” por nós utilizada foi a etnografia em aldeias arquivadas (BECKER & MARCHETTI, 2013; BECKER & OLIVEIRA, 2013; BECKER, SOUZA e OLIVEIRA, 2013), que se tornou possível face à coleta de acórdãos junto ao TJRS (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul). Mas antes, esclarecemos que nos concentramos no Rio Grande do Sul (RS) tanto em razão da significação a ele atribuída de ser um estado progressista junto ao Judiciário (BECKER, 2008; BECKER & OLIVEIRA, 2013), quanto pelo fato da influência colonizadora dos gaúchos no estado de Mato Grosso do Sul (MS), locus de onde partiram e partem as ações de pesquisa e de extensão do grupo Diverso/CNPq. Feitos estes esclarecimentos, ao digitar no campo de busca de jurisprudência do TJRS as palavras “transexual” e “transexuais”, obtivemos 22 (vinte e dois) resultados em abril de 2012. Ao fazê-lo utilizando as palavras “transexualidade” e “transexualismo”, chegamos respectivamente a 10 (dez) e a 27 (vinte e sete) documentos. Apesar de encontrar essa quantidade de julgados, o site só disponibilizava a versão integral do documento dos 14 (catorze) mais recentes. Desses, nos ativemos a 12 (doze) que faziam menção a demandas de transexuais, quantitativo objeto de nossas análises. Estas omissões tornam-se valiosas para se refletir posteriormente no que diz respeito à metodologia e aos obstáculos produzidos pelo contexto jurídico quanto à pesquisa. Ao selecionarmos os 14 (catorze) acórdãos, nosso movimento foi o de perceber as informações que se repetiam em relação aos mesmos. Nesse sentido, saltaram aos nossos olhos as demandas de alteração de prenome, levando-nos à análise mais cuidadosa do poder desta nomeação ou da nominação.

Desta forma, exploraremos de maneira sucinta, a diferença de reação à mudança de prenome, o próprio poder de nomeação, as interpretações em relação às/aos transexuais com suas buscas por alteração de documentos e como é compreendida a mudança de (pre)nome entre, por exemplo, os sujeitos indígenas Guarani e os Kaiowa de MS. Reiteramos que trazemos a comparação com algumas lógicas de sociedades indígenas, apenas a título de incitamento de futuras pesquisas. Aqui, a justificativa se dá para ressaltar como as significações atribuídas às trocas de nomes de transexuais ligam-se à ordem do desvio (BECKER, 2008), ao passo que em outras lógicas não necessariamente tais alterações ligadas a outros sujeitos são significadas de maneira pejorativa (SILVA, 2013).

A escolha dos Guarani e Kaiowá de MS se fez pelo maior estreitamento geográfico e pela representatividade das produções sul mato-grossenses na etnologia indígena brasileira. Finalmente, cabe a reiteração do esclarecimento introdutório deste artigo, que a comparação

se dará muito mais como um ensaio ilustrativo, do que como parte da nossa imersão em campo e conseqüente produção etnográfica.

1. A importância do (pre)nome

1.1. Sobre o valor simbólico e real da nomenclatura/nomeação

Na obra “Sociologia e Antropologia”, Marcel Mauss traça um retrospecto da noção de pessoa em algumas sociedades, a nosso ver, tanto para que nos percebamos comparativamente quanto para nos mostrar como a própria noção de pessoa se confunde com o nome a nós atribuídos. Afinal ou no final das contas, o nome apresenta caráter moral e de pertencimento social. Como bem destaca Curt Nimuendajú em seus relatos etnográficos sobre os Guarani:

O nome determinado deste modo tem para o Guarani uma significação muito superior ao de um simples agregado sonoro usado para chamar seu possuidor. O nome, aos seus olhos, é a bem dizer um pedaço do seu portador, ou mesmo quase idêntico a ele, inseparável da pessoa. O Guarani não “se chama” fulano de tal, mas ele “é” este nome. (NIMUENDAJÚ *apud* SILVA, 2013, p.78).

Mauss menciona que a ideia do EU tornou-se nítida em nossas civilizações recentemente, principalmente no que se refere às ocidentais (MAUSS, 2003, p. 370). Por meio desta premissa em desenvolver a compreensão sobre o indivíduo, discorre como o conceito de pessoa foi elaborado e lapidado na vida humana e em suas sociedades pela religião, costumes, organização social, direitos e estruturas mentais (*ibidem*, p.371). Algo destacado no clássico artigo sobre a noção de pessoa entre as sociedades indígenas, redigido por Anthony Seeger, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro (1987). Se não, vejamos:

Já a tradição de Mauss, que foi retomada claramente por Dumont, mas que aparece com autores como Geertz, inclina-se para uma etnopsicologia (Carneiro da Cunha, 1978, p.1), ou uma etnofilosofia – ou seja, considera as noções de pessoa enquanto categorias de pensamento nativas – explícitas ou implícitas – enquanto, portanto, construções culturalmente variáveis (SEEGGER et al, 1987, p.14).

Mauss apresenta, então, as características que informam a pessoa nos Pueblos dos Zuñi, nos Kwakiutl (noroeste americano) ou em povos na Austrália. Apesar das peculiaridades que existem em cada grupo, o enfoque acaba se dando em como são

escolhidos os nomes dentro desses povos – que podem ser em razão da função a ser exercida, da repetição dos nomes de antepassados, ordem de nascimento etc. Através desses exemplos, Mauss expõe o entendimento nessas diferentes culturas sobre a concepção do que vem a ser a “pessoa”. Especificamente quanto ao prenome entre os Kwakiutl e suas mudanças, o antropólogo francês destaca que “no caso o nobre, muda com sua idade e as funções que ele cumpre em decorrência dessa idade” (MAUSS, 2003, p.376-77). Mais do que isto, entre eles vigora a mudança dos nomes que marcam os diferentes momentos da vida.

Em suma, com relação à mutabilidade dos prenomes, entre os mesmos norte-americanos:

O que está em jogo em tudo isso é portanto mais do que o prestígio e a autoridade do chefe e do clã, é a existência mesma destes e dos antepassados que se reencarnam nos detentores de tal direito, que revivem no corpo dos que carregam seus nomes, cuja perpetuidade é garantida pelo ritual em todas as suas fases. A perpetuidade das coisas e das almas só é garantida pela perpetuidade dos nomes dos indivíduos, das pessoas (ibidem, p.377).

O (pre)nome é a pessoa face a dois aspectos que cabem ser remarcados a partir da digressão *maussiana*. O primeiro é o fato do (pre)nome denotar a pertença ou o pertencimento do indivíduo junto ao grupamento social ao qual ele se refere; e o segundo, é que se o nome é a pessoa, esse, por sua vez, está diretamente ligado à produção do próprio corpo. Não esqueçamos que, como bem nos lembra Pierre Clastres (2003), a lei em termos de normativas sociais das mais diversas sociedades, em especial das indígenas sul americanas, inscreve-se sobre o corpo. O mesmo nós estendemos às demandas de transexuais que produzem seus corpos na subversão para a reiteração dos imperativos das normas de gênero. “Ou, em outros termos, a sociedade dita a sua lei aos seus membros, inscreve o texto da lei sobre a superfície dos corpos. Supõe-se, pois, que ninguém se esquece da lei que serve de fundamento à vida social da tribo” (CLASTRES, 2003, p.203 – grifos do autor). Não destoando, por conseguinte, do quantitativo de demandas no TJRS voltadas à troca de nome, sobretudo, face à necessidade da troca deste nome por não coincidir com a pessoa/corpo que a porta. Ademais, como bem destaca Becker (2008) em sua tese e Coacci (2011) em sua pesquisa voltada às significações do TJMG sobre a transexualidade, o discurso jurídico é o criador (também) destes corpos.

No processo sob o nº 70013909874, cuja relatora foi Maria Berenice Dias, a permissão da troca de nome se fez sustentada pelos ditames do DSM (Diagnostic and

Statistical Manual of Mental Disorders), a despeito do entendimento e da defesa da necessidade de adequação do nome antes da realização da transgenitalização. “O fato de o apelante ainda não ter se submetido à cirurgia para a alteração de sexo não pode constituir óbice ao deferimento do pedido em comento” (TJRS, 2014a, p.5). Isto porque a ênfase dada pela desembargadora foi a de que o corpo já está produzido no feminino, não cabendo a manutenção do nome e do sexo no masculino face à dignidade da pessoa humana e ao fato de que a cirurgia é apenas uma questão de tempo. Aliás, no caso em tela, a ingestão hormonal se faz há tempos.

Neste acórdão não podemos nos deslocar da importância que Maria Berenice Dias apresenta no cenário das discussões sobre “homoafetividade”, dentre outras temáticas atinentes à sexualidade e ao gênero no contexto jurídico. Destaque cabível pelo fato de ela apresentar familiaridade com estas vivências, diferentemente de outros desembargadores.

Quanto aos demais julgadores deste mesmo caso, remarcamos trechos do voto do desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, veementemente contrário às percepções da antes citada juíza:

No caso ora em apreciação, no entanto, sequer essa primeira etapa cirúrgica foi ainda cumprida!

É preciso reconhecer que mesmo nos casos em que ocorre a completa transgenitalização, a mudança de sexo será sempre apenas aparente, pois os órgãos sexuais cirurgicamente criados são inteiramente desprovidos de funcionalidade. Ademais, cromossomicamente não há como modificar a característica do indivíduo. Logo, nessas situações o que se verifica é uma mera adequação do registro civil à configuração anatômica. Mas, de qualquer modo, é certo que, extirpados os órgãos sexuais originais, a pessoa não estará mais apta a desempenhar a função reprodutora própria de seu sexo de origem (TJRS, 2014a, p.10).

Seu exotismo quanto à produção do sujeito transexual se torna ainda mais evidente com o seguinte excerto:

No entanto, enquanto não extirpados os órgãos sexuais masculinos do requerente este estará, em tese, apto a reproduzir como homem. Logo, deferir-se a modificação do registro, desde já, para que conste que é mulher, poderá ensejar situação verdadeiramente kafkiana, pois, podendo potencialmente vir a fecundar uma mulher, será pai. E teríamos então uma mulher pai! (ibidem, p. 10-11).

Se o nome é a pessoa e essa se faz na produção da lei inscrita sobre o corpo, tal como antes expusemos, o desembargador Luiz Felipe Brasil Santos reforça a visão biomédica do gênero como colado à definição do sexo.

Na mesma linha de flexibilização/ampliação da concepção de gênero e da transexualidade como não atrelada à cirurgia, quando os sujeitos demandam troca de nome e sexo antes da transgenitalização encontra-se o julgamento sob o nº 70041776642, de 2011. Afeito às discussões mais progressistas, seu relator, o desembargador Rui Portanova, não teve o mesmo sucesso que Maria Berenice Dias, já que fora “voto vencido”. Em seu caso, o demandante nascido em um corpo feminino, requer a troca de nome de Sara para Sandro e de sexo, antes da cirurgia. O desembargador esmiúça a complexidade da cirurgia que produz o pênis, diferentemente daquela que produz a vagina, ressaltando que “para aferir o gênero da pessoa, importa menos a cirurgia. Renovada vênica, a masculinidade de um homem não está restrita aos seus órgãos sexuais” (TJRS, 2014b, p.08). O que desejamos destacar é justamente o condão que o nome apresenta para refletir a pessoa que porta um dado corpo.

A palavra “persona” e o significado que hoje lhe atribuímos, tem origem latina – a mesma origem do direito brasileiro. Assim, a pessoa passa a ser “mais do que um elemento de organização, mais do que um nome ou o direito a um personagem e a uma máscara ritual, ela é um fato fundamental do direito. Em direito, os juristas dizem: há somente as *personae*, as *res*, e as *actiones*” (MAUSS, 2003, p.385).

Caminhando no mesmo sentido, temos o antropólogo português, João de Pina-Cabral, que se dedica a estudar com maior profundidade a questão da nomeação de pessoas na língua portuguesa, nos dizendo que “o nome identifica e distingue a pessoa ao mesmo tempo que a situa num tecido de relações familiares, demarcando o acesso a direitos e o assumir de obrigações” (PINA-CABRAL, 2005, p.21). O nome da pessoa e as demais questões jurídicas que ele engloba, são regidos em lei no nosso Código Civil, no capítulo II, que trata sobre direitos da personalidade, por versarem sobre direitos “irrenunciáveis” (que não se pode abdicar ou abrir mão), “indisponíveis” e “intransmissíveis” (que não se pode dar a outra pessoa, tratando-se de algo único e individualizante da pessoa no meio social). Ainda de acordo com esta lei – denominada de Código Civil, são direitos de personalidade também, o direito à vida e à imagem.

Retomando as discussões clássicas sobre a questão de nomeação/nominação na sociologia/antropologia, para além do mencionado em Mauss, temos a noção de outro francês, Pierre Bourdieu (1998; 2009), em suas obras “O poder simbólico” e “Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer”. O que nos interessa destacar é a exposição por

parte de Bourdieu sobre as várias formas de poder exercidas a partir da nomeação, afirmando que a mais poderosa advém do direito, ou, se preferirmos, do discurso jurídico. Este nos diz quem somos e o que é declarado pelo juiz no exercício de sua autoridade, extrapolando o limite da sentença. Isto porque os discursos produzidos por uma “sentença mandamental” ressoam em outras facetas da vida do indivíduo (em litígio no Judiciário) e é tido como verdade inabalável e inquestionável. Algo antes destacado como poder criador. Nos dizeres de Bourdieu:

O veredicto do juiz, que resolve os conflitos ou as negociações a respeito de coisas ou de pessoas ao proclamar publicamente o que elas são na verdade, em última instância, pertence à classe dos actos de nomeação ou de instituição, diferindo assim do insulto lançado por um simples particular que, enquanto discurso privado – *idios logos* –, que só compromete o seu autor, não tem qualquer eficácia simbólica; ele representa a forma por excelência da palavra autorizada, palavra pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos (BOURDIEU, 2009, p.236).

João de Pina-Cabral (2005, p.10), prossegue, em relação aos papéis sociais que desempenhamos atrelados aos nomes pessoais, mencionando que

a etimologia *personae* deverá alertar-nos para o facto de o conceito de pessoa implica chamar e ser chamado – a ideia de ‘apelo’, que tem tão fortes ressonâncias legais. Trata-se essencialmente da ideia de que, convocando e sendo sujeito à convocação, eu sou reconhecido como actor no todo social. Sou, pois, chamado a agir e decidir no interior da socialidade através do meu nome, já que, se quiser abstrair-me das responsabilidades dessa presença, sou obrigado a assumir o anonimato; isto é, tenho que recusar o uso do meu nome.

Fica fácil de compreender o dito acima por Bourdieu e Pina-Cabral se pegarmos como exemplo as/os transexuais ou as travestis. Quando um juiz determina que o sujeito porta o sexo X e que seu nome não pode ser alterado em função disso – muitas vezes observando apenas outro discurso de autoridade poderosíssimo: o médico –; essas decisões decretam e restringem o exercício de vida e da identidade dos sujeitos trans (BUTLER, 2003; 2009). Algo explorado por Michel Foucault na pertinente e importante apresentação ao diário de Herculine Barbin, especificamente com as coerções por ela sofridas e ao mesmo tempo por ela contrapostas por meio do suicídio, enaltecendo a resistência do sujeito assujeitado (FOUCAULT, 1982). Sob esta perspectiva Bourdieu sublinha que “o direito é a forma por excelência do discurso actuante, capaz, por sua própria

força, de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele *faz* o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este” (BOURDIEU, 2009, p.237).

Simone Becker também nos chama a atenção para questão similar em relação ao poder do Direito e controle do Estado, em sua tese de doutoramento. A antropóloga analisou processos envolvendo a discussão de poder familiar, da guarda de menores, e da própria questão de maternidade e de paternidade, demonstrando que quem nos gera, gesta e pare é, na prática, o Estado. Através do direito, quem detém a guarda e a tutela é o Estado. É ele quem determina “quando nascemos, e, em outras situações quando morremos, para além das nossas crenças católicas” (BECKER, 2008, p.150). Vejamos um pouco mais em sua literalidade:

Minha sugestão de que é o Estado quem pare uma criança e é ele quem detém (às escondidas) o título de “pai” e de “mãe”, desse e de outros rebentos paridos. É o Estado por intermédio do Direito que diz ser este “sujeito” o “filho” de um outro que ele, o Direito, denomina de “pai” e/ou de “mãe”. Não necessariamente como resultado da causalidade “cópula/natureza”, quiçá antes como resultado do registro da certidão de nascimento. A sentença judicial e as provas judiciais que o sustentam, como: a certidão de nascimento, a certidão de casamento ou o contrato de união estável, os três simbolizam, a meu ver, a legitimidade da paternidade e da maternidade desempenhada pelo Estado sobre nós, seus (vossos) rebentos, por excelência. É ele quem determina quando nascemos e morremos (ibidem, p. 149).

Há mais pessoas que se conectam diante desta invisibilidade do Estado, por meio de falta de documentos adequados. A adequação é imposta pela engrenagem estatal. Os indígenas presentes nas terras sul mato-grossenses possuem um ponto de toque aqui com os sujeitos trans, passando por dificuldades semelhantes ao não possuírem, muitas vezes, os documentos que a sociedade envolvente exige. Tecidas estas considerações, partimos para o subitem no qual analisaremos o tratamento dispendido pelo discurso jurídico/legal brasileiro sobre as demandas de nomeação, mais especificamente aquelas voltadas à permissibilidade de mudança do (pre)nome.

1.2. Os (pre)nomes no contexto jurídico legal brasileiro: quando é possível mudar o nome?

A abordagem sobre a alteração do nome social nos diversos documentos da pessoa transexual adveio do campo. Tanto na proposta de imersão nos arquivos (julgamentos do TJRS), como no contato com as pessoas transexuais com quem interagimos ao longo de pesquisas desenvolvidas desde 2011.

O Direito brasileiro é informado por uma série de princípios, que podem constar ou não em leis. Quanto aos nomes, no Brasil, o princípio que os regem é da imutabilidade, que como se pode apreender significa que não se pode alterar nomes e prenomes ao bel prazer. Desta maneira, Fausto Carpegeani de Moura Gavião (2009, s/p), no artigo “Do Princípio da Imutabilidade do Nome”, explica a razão em que se baseia o legislador:

Procura-se evitar que a pessoa natural a todo instante mude de nome, seja por mero capricho, ou até mesmo má-fé, visando ocultar sua identidade, o que poderá se traduzir em prejuízo a terceiros.

Assim, a lei e a jurisprudência restringem de forma significativa à possibilidade das pessoas alterarem o seu próprio nome como gostariam. Mais uma vez, observamos o Estado comandando todos os nossos passos, inclusive o direito de termos o nome que nos convém.

A partir deste princípio englobante e geral da imutabilidade, independentemente do conteúdo das demandas, cabe destacar que a principal legislação que rege esta temática no Direito é a Lei de Registros Públicos. Entretanto, apesar das restrições impostas pela Lei de Registros Públicos (lei 6.015 /73, caput dos artigos 56 e 57), algumas possibilidades foram incluídas em lei posterior que a complementou, quanto às viabilidades de mudanças de prenomes. Trata-se da Lei nº9.708 /98. O artigo 58 da lei de registros públicos que previa a imutabilidade hoje possui a seguinte redação “o prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. Parágrafo único: Não se admite a adoção de apelidos proibidos por lei” (PLANALTO, 2014a, s/p).

As hipóteses que permitem mudanças no prenome (o sobrenome não pode ser alterado²) são:

a) Erro gráfico evidente: esta situação pode ser resolvida a qualquer tempo, no próprio cartório que emitiu o documento. Nesse caso são mais corriqueiras as solicitações quanto às letras repetidas ou trocadas;

b) No primeiro ano após o sujeito demandante completar a maioridade: esta possibilidade é destinada a pessoas que desejem alterar seu nome, ao completar 18 anos, sem necessidade de outras justificativas. A única observação a ser levada em conta, neste caso, é para que não seja prejudicado o sobrenome de família. Após este prazo de um ano, a modificação do nome só poderá ser efetivada se muito bem fundamentada e se retratar as demais hipóteses previstas neste dispositivo legal;

² Porque se trata do pertencimento familiar. Aqui interessante explorar a posteriori a adoção de nomes sociais que substituem também os sobrenomes e o quanto não retrata uma nova sociabilidade em termos de inserção social e grupal. Não estamos aqui nos referindo às consequências do divórcio, quando do retorno do sobrenome paterno por parte, geralmente, da ex-esposa.

c) Nomes vergonhosos e ridículos: neste caso, o oficial do registro deve impedir que seja registrado nome que cause constrangimento à pessoa. Para realizar a mudança é necessário ingressar com ação judicial, mas esta pode ser requerida a qualquer tempo pelo interessado;

d) Uso: aqui se trata de pessoa que é conhecida por nome diverso do que possui em seus registros. Necessário ingressar em juízo e apresentar testemunhas que comprovem o alegado, ou seja, que fique evidente que publicamente lhe é atribuído nome diferente do que o constante em registro de nascimento;

e) Inclusão de alcunha ou apelido: semelhante ao caso anterior, porém trata-se de apelido. Exemplos que facilitam o entendimento são os casos da apresentadora Xuxa Meneguel e do ex-presidente da República que também incluiu o apelido “Lula” em seus documentos, como um (sobre)nome. Necessita-se para este caso, ingressar com ação judicial e apresentar testemunhas, podendo ser requerida tal inclusão/alteração a qualquer tempo;

f) Homonímia: aqui se refere a caso de nomes similares ou idênticos, que causam problemas a uma das pessoas homônimas. Nestas hipóteses é necessário explicitar os motivos, solicitando acrescentar outro sobrenome e/ou prenome;

g) Tradução: caso o estrangeiro deseje aporuguesar seu nome, podendo ser solicitada a qualquer tempo;

h) Vítimas e testemunhas: para a proteção da vítima ou testemunha de algum crime, é facultada esta possibilidade, que pode ser estendida a seus familiares;

i) Mudança de sexo: após a realização de cirurgia de redesignação sexual, a pessoa pode pleitear a qualquer tempo a alteração de seu nome (GAVIÃO, 2009, s/p)³.

Nesse último caso, o doutrinador⁴ Gavião entende que “O requerente deverá apresentar uma petição a Vara da Família, aduzindo ao juiz competente, que foi submetido à operação de mudança de sexo ou mesmo que possui um sexo psíquico diferente do sexo físico” (ibidem, s/p).

Detendo-nos ao que interessa, o entendimento que se depreende da interpretação da citada legislação é que a alteração pode ser pleiteada quando a pessoa já tiver realizado cirurgia para mudança de sexo. Esta é a regra, muito embora em meio aos 12 (doze)

³ Mato Grosso do Sul é o terceiro estado brasileiro a instituir carteira de nome social para travestis e transexuais a fim de minimizar os efeitos alertados acima, por meio do DECRETO Nº 13.954, DE 6 DE MAIO DE 2014.

⁴ Os doutrinadores são sinônimos de juristas para o universo das ciências jurídicas. Tratam-se daqueles que “São produções teóricas escritas por profissionais do Direito que acabam por conceder uma interpretação às leis existentes e promulgadas pelo Poder Legislativo. Portanto, as doutrinas são referenciais interpretativos importantes para o julgamento de um caso, pois como veremos adiante, os juízes ao decidirem os processos utilizam não apenas as leis, mas outros julgamentos já existentes sobre a temática – jurisprudências – e as doutrinas” (BECKER, 2008, p. 23). Como as leis, as doutrinas são tomadas pela antropóloga como “verdades morais abstratas” (ibidem, p.74).

julgamentos analisados junto ao TJRS, algumas decisões convergiram para a mudança de nome e de sexo, antes da cirurgia. Perceba o/a leitor/a que, a despeito da cirurgia ter ocorrido ou não, as marcações na produção do corpo de uma mulher (“não verdadeira”, mas criada) deve estar “em vias de”. Dito de outra forma, o discurso jurídico de mãos dadas com o discurso biomédico acresce sua marca de “discurso criador”. Tal como o Gênesis, a partir do qual o Deus Criador produz o homem e a mulher pelo princípio: o verbo. Quanto ao poder criador, cabe remissão aos escritos de Thiago Coacci:

Em uma análise crítica, percebe-se que a decisão judicial mostra-se como um atestado de cura ao indivíduo transexual que agora – após realizar a cirurgia de transgenitalização – não sofre mais de um distúrbio mental e por isso se torna normal. Não é o procedimento médico que traz a cura, pois a simples cirurgia não tem o condão de transformar homem em mulher ou mulher em homem, caso o judiciário assim não reconheça. É a decisão judicial que o faz, que consolida a masculinidade ou a feminilidade do corpo: a sentença cria homens e mulheres. A justiça tem, nesse paradigma, um papel duplo: terapêutico, pois complementa e legitima um tratamento médico, que supostamente cura um distúrbio; e criador, produzindo homens e mulheres, discursos e corpos, discursos sobre corpos. (COACCI, 2011, p.88).

Em informativo do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de 2012, o entendimento é de que “o transexual que tenha se submetido à cirurgia de mudança de sexo pode trocar nome e gênero em registro sem que conste anotação no documento. A decisão, inédita, foi da Terceira Turma, em outubro de 2009” (STJ, 2014, p.08). Não há que se desconsiderar, portanto, que é tão criador este discurso, tal como esmiúça Becker em seu doutoramento (2008), que mesmo sem a cirurgia ele produz a masculinidade e/ou feminilidade do sujeito transexual no TJRS.

Ocorre que a jurisprudência⁵ brasileira tem muitas vezes relativizado este princípio da não alteração de prenome, em detrimento do princípio maior que rege nossa Constituição Federal, qual seja, o da “Dignidade da Pessoa Humana”⁶. Algo interessante quando pensamos que aos transexuais se concede e se escorrega a humanidade, diferentemente, por exemplo, das travestis (BECKER, 2011).

O que se depreende das decisões analisadas é que em que pese a argumentação de alguns julgadores no sentido de negar a alteração do nome e sexo nos registros dos autores das demandas, utilizando como base para sua decisão o aspecto

⁵ Estas são tratadas pela antropóloga Simone Becker (2008, p. 76) como “verdades morais concretas” e retratam enquanto termo nativo: “os julgamentos reiterados (e emanados dos tribunais) sobre uma mesma temática”.

⁶ Esta expressão pouco conteúdo apresenta a partir do discurso jurídico. Em especial quando nos deparamos com produções que problematizam a categoria da humanidade e da inumanidade.

biológico/cromossômico e/ou que o direito deve resguardar os interesses de terceiros de boa-fé, no TJRS vimos que predominam decisões que reconhecem o direito identitário da pessoa trans. Porém, tal como no TJMG, à dignidade da pessoa humana atrela-se a perspectiva patologizante deste sujeito antes de ser curado e criado pelo Judiciário (COACCI, 2011).

Na decisão de 2011, sob o número do julgado no TJRS 7004177664, por exemplo, tratava-se de um recurso onde Sara pretendia ter em seus documentos expresso o nome de Sandro e que o sexo grafado fosse masculino, antes da cirurgia. A primeira sentença, isto é, o juiz de primeiro grau concedeu a troca de nome, mas não a de sexo, razão pela qual o autor se insurgiu e solicitou nova apreciação (através do recurso chamado “apelação”), desta vez pelos desembargadores na “segunda instância”. A razão para a negativa da alteração do sexo nos documentos, no primeiro julgamento, foi a de que o autor ainda não havia realizado a cirurgia, e, portanto, sua situação não condizia com “a verdade” se contasse em seus documentos o “sexo masculino”. O relator ou julgador responsável por primeiro apresentar seu voto, apresentou-o sustentando que além da cirurgia de “faloplastia” não possuir ainda resultados razoáveis, “a masculinidade de um homem não está restrita aos seus órgãos sexuais” (TJRS, 2014b, p.08) e que “para aferir a masculinidade, um critério muito mais seguro é a identificação social da pessoa em seu meio” (ibidem, p.10). Após várias páginas construindo sua argumentação em favor do que pleiteava o autor, o desembargador (e relator do caso) Rui Portanova assim conclui, tal como já destacamos anteriormente:

A essa altura, feitas todas estas provas que ninguém duvida ou questiona, é até desumano exigir como requisito para a troca de gênero no registro, que o apelante se submeta a um procedimento cirúrgico de altíssimo risco, extremamente violento para o corpo, e com baixíssima expectativa de sucesso. Pior ainda, é submeter o apelante a mais um constrangimento, com a manutenção de um registro no qual consta um prenome masculino, mas com gênero feminino. SANDRO é homem. Assim, é isso que deve constar no registro dele (ibidem, p.13).

Apesar do voto fundamentado do relator, o mesmo foi parcialmente vencido, ou seja, não se reconheceu SANDRO⁷ como homem, haja vista a lógica imperativa do TJRS ser aquela atrelada à biomedicina. Concedeu-se a mudança de nome, porém não a manutenção do sexo como “feminino” em sua certidão de nascimento.

⁷ Maneira como se grafou na decisão o seu prenome: em caixa alta.

Reiteramos que o desembargador Luiz Felipe Brasil Santos neste recurso decidiu que fosse averbado ou simplesmente que constasse no registro de nascimento de Sandro sua condição de transexual, baseando-se nos “princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos, pois estes devem corresponder à realidade fenomênica do mundo, sobretudo para resguardo de direitos e interesses de terceiros” (TJRS, 2014b, p. 16). Argumentou que a decisão neste sentido não causaria constrangimento, pois corriqueiramente o documento utilizado é a carteira de identidade, na qual não consta o sexo da pessoa. Dito julgador citou outra decisão sua do ano de 2006 para corroborar o entendimento na temática em tela. Desta maneira, reiterou sua compreensão com o exotismo aqui reforçado em citação já transcrita e referenciada de outro julgamento – sob n. 70013909874. Assim, se o gênero é performativo (BUTLER, 2003) e, portanto, se (re)produz na e com a repetição, propositadamente repetimos idêntica citação, tal como o magistrado o fez em dois julgamentos distintos. Se não, vejamos:

(...) enquanto não extirpados os órgãos sexuais masculinos do requerente este estará, em tese, apto a reproduzir como homem. Logo, deferir-se a modificação do registro, desde já, para que conste que é mulher, poderá ensejar situação verdadeiramente kafkiana, pois, podendo potencialmente vir a fecundar uma mulher, será pai. E teríamos então uma mulher pai! (IDEM, p. 16).

O terceiro juiz, ao analisar o que acima relatamos, concordou com o segundo desembargador (Luiz Felipe Brasil Santos) e deu provimento (ganho) parcial ao apelante (SANDRO). O mesmo pôde ter o nome alterado para a forma como era socialmente conhecido, porém, deveria constar em seus documentos sua “condição de transexual”. Repetimos (também) o trecho do desembargador Brasil, porque a produção do desvio e/ou da anormalidade entre e para as/os transexuais se coaduna com a coerência entre sexo, gênero e desejo sexual/orientação sexual, tal como enaltecido por Judith Butler (2003). Percebam os leitores que ao exclamar que uma mulher não pode ser pai, ou seja, não pode fecundar uma mulher estando em um corpo de mulher e ao mesmo tempo portando pênis e sendo fértil, o que não se concebe para este discurso jurídico é a existência concomitante do masculino e/ou feminino. As travestis. Como Simone Becker e Hisadora B.G. Lemes publicaram:

Voltando à coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo constante em BUTLER (2003, p.38), não é descabido pontuar que menino brinca de bola e menina de boneca, por se tratarem de convenções sociais

contextualizadas que se imbricam quicá às possibilidades e desejos de que tais meninos e tais meninas, em pleno século XXI, se sentirão atraídas pelo “sexo” oposto, casando-se e tendo filhos/as. Fecha-se o círculo (com a coerência) entre sexo, gênero e o que reduzimos à sexualidade pelo viés da heterossexualidade. Deste contínuo, acrescentamos os binarismos perpetrados pela categoria gênero, mas não apenas. Isto porque, se a inteligibilidade se pauta no “ser homem” ou no “ser mulher”, o mesmo na tradução de Edmund Leach, ao tomar “o gênesis enquanto um mito” (1983, p.59), emerge como um dos universais constitutivos da experiência humana:

As oposições binárias são intrínsecas ao processo do pensamento humano. Qualquer descrição do mundo necessita da discriminação de categorias na forma “p é o que não-p não é”. Um objeto está vivo ou não está, e não se pode formular o conceito de “vivo” a não ser como o contrário de seu par, “morto”. Assim, também os seres humanos são varões ou não-varões, e as pessoas do sexo oposto estão disponíveis ou não como parceiros sexuais. São essas, universalmente, as mais importantes oposições em toda a experiência humana.

A dialética marcada no ser e na negação deste ser remete-nos às pertinentes críticas feitas por Butler (2003) à antropologia estrutural de Lévi-Strauss nas “estruturas elementares do parentesco”, à medida que em meio à circulação das mulheres, seu valor é o de reafirmação da sociabilidade produzida pelos homens (ver também STRATHERN, 1995). Assim, inclusive a “identidade” das mulheres simbolizada pelo patronímico (vulgo sobrenome) não as singulariza, uma vez que sinaliza para o grupo ao qual a mesma pertencerá e selará tanto a pacificação quanto a homosociabilidade estabelecida entre os homens. (BECKER e LEMES, 2012, p. 5-6).

Em outra decisão, sob o número 70030504070, datada de 2009, o pleito restringiu-se à alteração de nome. A sentença atacada pelo recurso julgou improcedente o pedido para alterar o nome de JOÃO BATISTA para MARISA ANDRIELLY⁸, porque, segundo o juiz da primeira instância, o autor não apresentava traços femininos e ainda não havia feito a cirurgia de transgenitalização. Novamente, o desembargador Rui Portanova é o relator e apresenta a distinção entre transexual e travesti, orientação sexual, heterossexualidade e homossexualidade. Para tecê-las, faz citação ou remissão à Elizabeth Zambrano sobre este tema, considerando sua dissertação precursora acerca da transgenitalização na antropologia. Se não, vejamos:

É muito comum homossexuais, travestis e transexuais serem percebidos como fazendo parte de um mesmo grupo, numa confusão entre a orientação sexual (homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade)

⁸ E então o “dispositivo do segredo de justiça” (BECKER, 2008) salta aos nossos olhos, sendo os nomes revelados no documento de acesso público, cuja explicitação não fizemos face às questões éticas ligadas às próprias reflexões contidas neste artigo.

e as “identidades de gênero” (homens masculinos, mulheres femininas, travestis, transexuais femininos e masculinos, entre outras).

Todos os indivíduos que reivindicam um gênero que não apoiado no seu sexo podem ser chamados de “transgênero”. Estariam incluídos aí, além de transexuais que realizaram cirurgia de troca de sexo, travestis que reconhecem seu sexo biológico, mas têm o seu gênero identificado como feminino; travestis que dizem pertencer a ambos os sexos/gêneros e transexuais masculinos e femininos que se percebem como homens ou mulheres mas não querem fazer cirurgia (in Lima, Antônio Carlos de Souza (org.), Antropologia e Direito: Bases Para um Diálogo Interdisciplinar; Brasília, Associação Brasileira de Antropologia, 2007, no prelo). – TJRS, 2014c, p.9-10).

Por fim, o voto é baseado na liberdade pessoal que a constituição teoricamente lhe garante para exercer sua identidade. Conclui o juiz que as denominações e diferenciações terminológicas acerca da identidade de João/Marisa não cabem ao direito, pois a este cabe assegurar que sua individualidade seja respeitada e que sua dignidade seja salvaguardada. Vejamos:

Desimporta aqui a apuração da verdade sobre a sexualidade ou o gênero ao qual JOÃO BATISTA pertence. Não é necessário categorizá-lo como travesti ou transexual para reconhecer a sua condição de ser humano e digno. (...) Ao fim e ao cabo, desimporta se JOÃO BATISTA é um transexual ou um travesti. Desimporta se ele fez ou fará cirurgia de transgenitalização, se sua orientação sexual é pelo mesmo sexo ou pelo sexo oposto, por homem ou por mulher. Todos esses fatores não modificam a forma como JOÃO BATISTA se vê e é visto por todos. Como uma mulher (ibidem, p.12).

Neste caso, foi unânime a concessão da alteração do nome do pleiteante, conforme o mesmo solicitou em seu pedido inicial, com a ressalva de que não se tratava de uma mulher, já que o sexo não se alterou e a quem não importava saber se houvera ou não a cirurgia fora voto vencido.

Como mostrado acima, em algumas decisões, os juízes/desembargadores levam em conta a pretensão de proteção aos direitos de “terceiros de boa-fé”, e dão maior relevância à proteção do indivíduo e respeito a sua dignidade e autodeterminação.

Talvez nada que modifique o que até então fora colocado, em especial no que se refere à existência de um modelo – parâmetro – de normalidade a ser seguido. Em outros dizeres, há a preocupação dos julgadores quanto aos terceiros de boa-fé, isto é, que não se trata de uma “mulher verdadeira” ou de um “homem verdadeiro” aquele/a transexual cujo nome fora mudado e que, portanto, não se case enganado/a. O que se observa é que de maneira useira e vezeira emerge o slogan da dignidade e da autodeterminação. Slogan,

porque nos parece que graças a um diagnóstico que precede à intervenção judicial e faz com que esta tenha o poder de criar esta nova e este novo humano curado (Pazó e Becker, 2008).

A lei e a doutrina jurídica utilizam a expressão “terceiros de boa-fé” para proteger a pessoa que não tinha conhecimento de alguma transação irregular ou infração penal em seu nome ou que lhe prejudicasse de alguma maneira. Seria, assim, para assegurar que a pessoa inocente do “ato ilícito” cometido por outra pessoa em seu nome, seja/fosse penalizado. Em alguns dos acórdãos examinados, esta expressão jurídica foi usada como sinônimo de proteção do princípio da veracidade dos registros públicos para garantir que a pessoa que não deseje se envolver com um transexual, por meio dos documentos, não seja enganada. Como em artigo Cristina Pazó e Simone Becker (2008, p.143-44) destacam:

Portanto, mesmo não sendo mais considerados doentes no sentido atribuído pelo discurso médico, os homossexuais ainda não desfrutam das características que Georges Canguilhem atribui à normalidade ao diferenciá-la do patológico, a saber: o “normal” detém o poder de normatizar.

Sob este mesmo raciocínio, se compararmos as transexuais aos homossexuais, nota-se que as primeiras gozam – no caso concreto exposto neste paper – do direito ao exercício da parentalidade e da conjugalidade destinados aos heterossexuais. Porém, em idêntico movimento que há pouco fizemos em relação às elaborações de Canguilhem sobre “o normal e o patológico”, percebemos que as transexuais adquirem determinados direitos eminentemente destinados aos heterossexuais, graças à patologização. Novamente, a rede da heterossexualidade – com suas teias – emerge enquanto NORMA, muito embora, não nos pareça que os normais tenham cogitado tais extensões às transexuais.

Em outro julgado, de 2008, de número 70026211797 (TJRS, 2014d), Wagner deseja ter seu nome alterado para Caroline e que seja seu sexo igualmente mudado. Em primeiro grau, o juiz da causa negou seus pedidos, justificando que se fosse alterado em seu registro de nascimento o sexo, sem a realização de cirurgia, tratar-se-ia de pedido impossível juridicamente, visto que o assento de nascimento deve espelhar a realidade (ibidem, p.04). Realidade essa marcada pelo discurso biomédico, que subsidia ou sustenta o jurídico, tal como Michel Foucault expõe em “Eu, Pierre Rivière” (2003) e em “O diário de Herculine Barbin” (1982).

Quanto ao nome, como se trata de processo paralelo a outro em desfavor do Estado onde o autor pleiteava seu tratamento cirúrgico, decidiu-se que seriam colhidas provas a fim do mesmo poder conseguir antecipadamente a alteração. Concluiu-se, então, que este processo ficaria parado, esperando a resolução da demanda paralela (onde o autor pedia a realização de cirurgia de mudança de sexo), para só depois decidir a questão de alteração

do sexo no registro. Ao sentenciar pela manutenção do registro de nascimento com o sexo masculino, o desembargador também quis proteger os “terceiros de boa-fé”, indicando que deveria constar que há averbação, porém, que o motivo que a ensejou fosse resguardado (visando à proteção do autor da ação), só podendo ser atestado pelo cartório por meio de certidões pelo próprio ou a pedido da justiça.

Temos, dos 12 (doze) acórdãos examinados, 3 (três) dos quais foram objetos de recurso pelo Ministério Público Estadual (MP). O que eles possuem em comum é a insatisfação do representante do MP contra a decisão do juiz de primeiro grau, de não ser pública a averbação dos documentos dos transexuais; assim, não atacavam a alteração de nome e sexo nos registros em si. Alegam os representantes ministeriais e “advogados da sociedade”, que o interesse público, personificado na publicidade e segurança jurídica dos registros, se sobrepõe ao interesse de proteger a intimidade pessoal. Tratam-se dos julgados de 2003, n. 70006828321; 2006, n. 70018911594 e 2007, n. 70021120522.

No tocante à proteção aos direitos de “terceiros de boa-fé”, no julgamento do caso classificado (pelo TJRS) sob o nº 70006828321, o representante do Ministério Público e da sociedade (Becker e Oliveira, 2013), requer em seu recurso que não haja “segredo ou sigilo” na certidão de nascimento da transexual no que se refere à sua origem masculina – de que nascera homem e não se trata de uma mulher. Ou ainda:

Aduz que a decisão que veda o fornecimento de certidões na qual conste a situação anterior do apelado possibilita a ocorrência de danos a terceiros de boa-fé, e que exclui a possibilidade de qualquer pessoa tomar conhecimento de que o apelado não nasceu mulher e sim tornou-se mulher.

Requer, seja dado provimento ao recurso a fim de que seja reformada, em parte a sentença, determinando que seja averbado, à margem do registro, que a retificação do nome e do sexo do apelado é oriunda de decisão judicial, em virtude da transgenitalização realizada, assegurando a publicidade do registro sem impedir que alguém possa tirar certidões ou informações a respeito (fls. 73/84) (TJRS, 2014e, p.02).

Interessante também o julgado do ano de 2005, de número 70013909874, a partir do qual o autor recorreu da decisão de primeiro grau que lhe negou a troca de nome e sexo e teve parcial provimento pelo colegiado de juízes, sendo autorizado ao final apenas a mudança de nome, decidindo-se por constar a averbação da situação transexual em seu registro até a realização de cirurgia transgenitalizadora. E mais: ao lembrarmos os pressupostos *butlerianos* para os problemas junto à categoria do/de gênero (BUTLER, 2003), observa-se que a despeito de existir uma matriz biológica/genética que nos

constituiu, essa é e foi uma matriz também construída ao longo da solidificação dos discursos biomédicos como científicos e legitimados pelo Estado.

Passemos, então, às particularidades que cercam as trocas nos documentos quanto à modificação dos nomes de transexuais.

1.2. 1. As/os transexuais “trocando os documentos”⁹: o nome condicionando o sexo e o Estado nos parindo homens ou mulheres.

Como já mencionado, dos catorze (14) julgamentos envolvendo demandas de transexuais junto ao TJRS, doze (12) deles referem-se à troca de prenomes – objeto de nossas análises. Portanto, mais de oitenta e cinco por cento das demandas. Algumas questões devem ser mais bem exploradas, advindas da repetição delas em meio aos doze acórdãos. Começamos pelo atrelamento que da lei se evidencia entre troca de sexo e troca de (pre)nome, nesta ordem e não vice-versa.

Parece-nos que essa legislação brasileira remonta ao século XVIII em diante (FOUCAULT, 1982; 2003; BECKER, 2011) de o discurso jurídico avaliar a intervenção médica. Isto é, da troca de prenome no papel dos documentos oficiais ser processada após a produção material posta no corpo de uma vagina ou de um pênis. Se, por um lado, esta ingerência biomédica via ordem judicial remonta à adequação à heteronormatividade, por outro e complementarmente não nos esqueçamos do que Michel Foucault nas conferências de “os anormais” categoricamente detalha no tocante ao quanto este corpo/carne sobre o qual se debruça a psiquiatria é de um “monstro” e/ou de um “anormal” (FOUCAULT, 2011). Uma produção muito recente, deste discurso científico legitimado pelo Estado Moderno.

Porém, não sem paradoxo. Por quê? Elisabeth Zambrano assim destaca em sua dissertação, quando detalha que os/as transexuais são obrigados a conviver com seu nome social durante dois anos, na contramão do posto em seus documentos oficiais, à custa de preconceitos, para “provar” sua inadequação e, então, justificar a cura via cirurgia:

No primeiro caso, o diagnóstico de transexualismo está diretamente ligado à demanda cirúrgica e todos os transexuais, para serem assim diagnosticados, obrigados a fazer a cirurgia, pois continua o paradigma da existência de dois sexos e a necessidade de adequação a apenas um deles. Então, os indivíduos que se sentem psiquicamente em desacordo com o sexo biológico têm, necessariamente, de fazer a cirurgia para obter o direito à troca de documentação.

Se a argumentação jurídica for pelo lado dos direitos humanos, os documentos poderiam ser mudados mesmo quando o indivíduo não quisesse fazer a cirurgia, mas a Medicina ficaria sem justificativa para

⁹ Este subtítulo inspira-se no título da importante dissertação de Elisabeth Zambrano (2003).

considerar a cirurgia como corretiva permanecendo o médico sob o risco de processo e o SUS sem obrigação de pagar a cirurgia, pois esta não teria mais o caráter terapêutico de correção do erro da natureza.

Vê-se, então, no Direito, uma tensão entre estas duas formas de abordagem, ao mesmo tempo que se observa, na relação do Direito com a Medicina, uma dinâmica a se retroalimentar e a promover uma situação paradoxal.

Parece existir, também, um paradoxo entre a posição médica que indica a transformação da identidade sexual/social antes da cirurgia, para melhor avaliação e acompanhamento dos problemas, e a posição jurídica que somente permite a troca de documentos após a realização da cirurgia, ou seja, durante dois anos no mínimo, os transexuais sofrem constrangimento por permanecerem com uma identidade nos documentos e outra na vida social, vivendo, logo, em uma espécie de “falsidade ideológica” (ZAMBRANO, 2003, p.75, grifos nossos).

Em 2008, Simone Becker aliando uma de suas pesquisas às de Cristina Pazó, publicou artigo no qual frisa não apenas este paradoxo, mas, sobretudo, à exigência do sigilo a despeito da transgenitalização já ter ocorrido. Em síntese, se a preocupação do representante do MP da Bahia (BECKER e PAZÓ, 2008, p.141-42) em um dos acórdãos pela antropóloga analisado reside em eventuais atos de enganação para fugir de compromissos de pagamentos ou de dívidas, não há com o que se preocupar, porque o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) é o mesmo. Porém, parece-nos que não é este o receio, se não, àquele da permanência do desvio e de uma dada anormalidade na não autenticidade desta “mulher” ou “homem” após a cirurgia de troca de sexo.

1.3. Significações (das trocas) dos nomes de batismo entre transexuais (TJRS) e entre os Kaiowá e Guarani de MS: possibilidades outras.

Andaremos com um pouco mais de vagar no que toca à recorrência nos julgamentos quanto à exposição para os “terceiros de boa-fé” de que se trata de uma mulher que não é bem mulher e um homem que não é nascido como tal. Ou mesmo, a não modificação do prenome caso a cirurgia não esteja em vias de ser feita ou já não tenha sido feita.

Em meio às discussões envolvendo os e as transexuais no TJRS, as demandas convergem quantitativamente para a troca de prenome. Isto porque o constrangimento que afeta as e os transexuais, reside no fato do físico/psíquico posto no corpo e, então na pessoa, não condizer com o nome. A existência fica e resta incompleta. E mais: neste caso, o nome social aparece para dar uma “aparecência” (MALUF, 2002), a fim de ocultar àquele original ou advindo do batismo e/ou do registro. O nome do registro para os/as transexuais (e travestis) é da ordem do impuro e/ou do profano. Repetimos: as transexuais e os

transexuais sentem-se em situação vexatória quando são compelidos ou violentados simbolicamente a expor o “(pre)nome de batismo” que justamente não condiz com a produção de suas aparências, as “apareências” (ibidem). Eis uma das características que patologiza a transexualidade, diferentemente da definição que também comungamos elaborada por Miriam Ventura (2010, p.26):

A transexualidade é entendida como uma expressão legítima da sexualidade – que pode trazer um tipo de condição de sofrimento (ou não) e não necessariamente uma doença psiquiátrica, em razão das condições sociais e pessoais em que é vivenciada. Isso implica considerar que a transexualidade não traz em si limitações à autonomia (moral ou legal) da pessoa transexual, mas sim um tipo de vulnerabilidade em razão da contradição entre a transexualidade e as normas sociais e morais sexuais vigentes, o que pode resultar em restrições pessoais e sociais danosas à autonomia individual (ou seja, em vulneração).

Portanto, se os e as transexuais, representando maioria em nossa amostragem, demandam a troca de prenome, antes ou depois da cirurgia, face à necessidade ou premência dos documentos condizerem seus fenótipos – sua aparência física e psíquica – e este movimento sendo lido pelo discurso biomédico e jurídico como sintomas da patologia, cuja cura é a cirurgia, lógica diversa encontramos em meio aos Guarani e Kaiowá do MS.

Em sua dissertação, Mariana Pereira da Silva expõe como a troca de nomes entre os Kaiowá e Guarani se processa vinculada à noção de saúde e/ou doença, bem como, e, sobretudo, o segredo com relação ao prenome de batismo se dá para que a eficácia real e simbólica do feitiço seja evitada. Enfim, para que prevaleça a saúde. Novamente, recorreremos à extensa citação, a fim de que possamos compreender o raciocínio de Silva (2013), no sentido do uso de um nome social vir a denotar a sacralidade e o segredo ao qual se reveste o nome de batismo. Diferentemente do que ocorre entre as transexuais e os transexuais:

Ainda quanto ao nome e às doenças, recordo-me das informações repassadas a mim por Alzira, sobre seus nomes, isto é, as trocas de nomes e os rituais de batismo vivenciados por ela, com o objetivo de trocar o nome. A troca de nome ocorreu devido ao fato de que quando criança estava sempre doente e havia a necessidade da realização de novos batismos para que se curasse. Ao todo, Alzira passou por três batismos, e quem a batizou foi Maria Cândida. Assim, o nome “Alzira” não é a expressão do nome a ela atribuído quando do ritual do batismo, aquele da ordem do sagrado. (...) Neste mesmo sentido, cabem reforços aos escritos de Nimuendajú (1987, p.33): O último recurso é a troca do nome: o pajé “acha” um outro nome para o doente, e é frequente que a isto se siga um batismo (...). A idéia é

que o doente, ao tomar um novo nome, torna-se um novo ser, e que a doença fica presa ao seu ser anterior (seu nome anterior), separando-se assim do re-nomeado, que deste modo sara (SILVA, 2013, p.87-88).

Ao contrário, os/as transexuais evitam mostrar e utilizar os documentos estatais que fazem menção ao registro de nascimento (e/ou nome de batismo), face ao fato de não se identificarem com o mesmo. Eis uma das marcas ou um dos sintomas da “patologia” constante no DSM ou CID, o “Transtorno de Identidade de Gênero” – TIG. Assim, o segredo ou o esconder o (pre)nome se dá pelo fato de ser algo da ordem do profano. Profano como avesso do sagrado ou da sacralidade evocada pelos Guarani e pelos Kaiowá, interlocutoras de Mariana Pereira da Silva, para que a saúde permaneça.

Considerações Finais

Este trabalho teve como norte, apresentar ao leitor e à leitora alguns aspectos da experiência transexual que passam despercebidos por aqueles que não conhecem com proximidade pessoas transexuais, travestis e suas batalhas. A intenção foi a de apresentar como o discurso jurídico, embasado pelo discurso médico, engessa e oprime certas áreas da vida social de uma pessoa, cujo grande “erro” é buscar sua própria forma de viver; possuir e agir conforme uma identidade outra que a que lhe foi imposta no nascimento.

Utilizamos, para tanto, sentenças judiciais na forma de acórdãos ou julgamentos recursais. Estas ilustraram o nosso desejo de apresentar cidadãos que são menos livres, menos independentes e autônomos que outros e que acionam o judiciário para efetivação de um desejo pessoal: ser reconhecido socialmente com um novo nome, independentemente de querer ou não realizar cirurgia de redesignação sexual. Trata-se de decisão sobre seu corpo, seu nome, sua vivência. Sendo assim, fica evidente que o argumento utilizado em algumas decisões judiciais, para não conceder tal pedido, sobre “terceiros de boa-fé”, não deveria prosperar (em certas localidades, dependendo do juiz da causa, ainda prospera).

Por fim, ao fazer o paralelo com a mudança de (pre)nome entre os Kaiowá e Guarani de MS, percebemos que a mudança do nome da pessoa, através do batismo, se apresenta como meio de evitar uma enfermidade via feitiço. Tal identidade não é revelada socialmente, face à ordem do sagrado. Para as pessoas transexuais e travestis do Brasil, trocar o nome do “batismo” (certidão de nascimento) é o reconhecimento de não ser doente, anormal, esquecido. Não alardeá-lo é resguardar o não reconhecimento, como se este nome “primeiro” representasse a ordem do profano. Ambos os processos dão vazão ao desejo por uma continuidade de vida distanciada das patologias.

Referências bibliográficas

BECKER, H. 2008. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BECKER, S. 2008. **Dormientibus Non Socurrit Jus! (O direito não socorre os que dormem!) – Um olhar antropológico sobre ritos processuais judiciais (envolvendo o pátrio poder/poder familiar) e a produção de suas verdades**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/UFSC, Florianópolis.

BECKER, S. 2011. Breves considerações sobre a (in)humanidade de LGBT's (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) perante o discurso jurídico brasileiro. In: **Gênero e Ciências Sociais**. Sofia Neves (org). Maia: Edições Ismai, p.103-120.

BECKER, S. 2011b. Entre a história e o direito, entre humanos e inumanos: o que é que o discurso jurídico tem que só ele detém. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**, v.1. Maringá: Editora da UEM, p.123 – 151.

BECKER, S. & OLIVEIRA, D. G. 2013. Análise sobre a (não) caracterização do crime de racismo no Tribunal de Justiça de São Paulo. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 26, p. 451-470. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/9187/15723> Acesso em: 10 mar. 2014.

BECKER, S. & LEMES, H. B. G. 2012. “¿Que és una vida?”: representações sobre as travestis no TJMS e TJRS In: **VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ABEH**, Salvador.

BECKER, S. & PAZÓ, C. G. 2008. **Estreitando o diálogo entre direito, gênero e psicanálise**. **Revista de direitos e garantias fundamentais** (FDV). v.01, p.129 – 154.

BECKER, S.; SOUZA, O. C.; OLIVEIRA, J. E. 2013. A prevalência da lógica integracionista: negações à perícia antropológica em processos criminais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. **Etnográfica**, Lisboa, n. 17. v. 1, p. 97-120.

BECKER, S. & MARCHETTI, L. 2013. Análise etnográfica e discursiva das relações entre Estado e mulheres indígenas encarceradas no MS. **Revista de Ciências Humanas**, vol. 47, n. 01, p. 81-99. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/2178-4582.2013v47n1p81/26178>. Acesso em:19mar.2014.

BOURDIEU, P. 1998. **A economia das trocas lingüísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp.

BOURDIEU, P. 2009. **O poder simbólico**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, J. 2003. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização.

BUTLER, J. 2009. Desdiagnosticando o gênero. **Revista: Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>, p. 95-116.

COACCI, T. 2011. "A transexualidade no/pelo Judiciário mineiro: um estudo dos julgados do TJMG correlatos à transexualidade no período de 2008 a 2010". In: **Revista Três Pontos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.81-92.

CLASTRES, P. 2003. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify.

FOUCAULT, M. 1982. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves.

FOUCAULT, M. 2003. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. 2011. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes.

GAVIÃO, F. C. M. 2009. **Do Princípio da Imutabilidade do Nome**. Disponível em <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1068463/do-principio-da-imutabilidade-do-nome-fausto-carpegeani-de-moura-gaviao>. Acesso em: 19 maio. 2009.

MALUF, S. W. 2002. Corporalidade e desejo: "Tudo sobre minha mãe" e o gênero na margem. In: **Rev. Estud. Fem.**, Jan 2002, vol.10, no.1, p.143-153.

MAUSS, M. 2003. **Esboço de uma teoria geral da magia**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 47-181.

MAUSS, M. 2003. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de "eu". In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, pp. 369-400.

PINA CABRAL, J. 2005. **O limiar dos afectos: algumas considerações sobre nomeação e a constituição social de pessoas**. (mimeo) Aula inaugural proferida no PPGAS da Unicamp.

PLANALTO. **Lei de Registros Públicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm. Acesso em: jun. 2014.

SEEGER, A. 1987. et al. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, Editora Marco Zero, p.11-30.

SILVA, M. P. 2013. **Entre vivências & narrativas de jaryi – parteiras de Amambai/MS e ais do posto de saúde bororo II/MS**. Dissertação (ANTROPOLOGIA) - Universidade Federal da Grande Dourados.

STJ. Disponível em: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107072. Acesso em: mai. 2014.

TJMS, 2014. Layout buscador de jurisprudências. Disponível em: <http://www.tjms.jus.br/esaj/portal.do?servico=789900>. Acesso em: jan. 2014.

TJRS, 2014. LAYOUT BUSCADOR DE JURISPRUDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: <http://www1.tjrs.jus.br/busca/?tb=jurisnova&partialfields=tribunal%3atribunal%2520de%2520justi%25c3%25a7a%2520do%2520rs.%28tipodecisao%3aac%25c3%25b3rd%25c3%25a3o|tipodecisao%3amonocr%25c3%25a1tica|tipodecisao:null%29&t=s&pesq=ementario>. ACESSO EM: JAN. 2014.

TJRS, 2014A. Apelação cível nº 70013909874. DISPONÍVEL EM: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/imprime-jurisprudencia.php?ordem=620,619,621,617,618,616,680,615>. ACESSO EM: JUN. 2014.

TJRS, 2014B. apelação cível Nº 70041776642. DISPONÍVEL EM: <http://tjrs.vlex.com.br/vid/-399782594>. ACESSO EM: JUN. 2014.

TJRS, 2014C. apelação cível 70030504070. DISPONÍVEL EM <http://tjrs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/112800606/apelacao-civel-ac-70052872868-rs/inteiro-teor-112800616>. ACESSO EM: JUN. 2014.

TJRS, 2014D. APELAÇÃO CÍVEL 70026211797. DISPONÍVEL EM: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/imprime-jurisprudencia.php?ordem=620,619,621,617,618,616,680,615>, ACESSO EM: JUN. 2014.

TJRS, 2014E. DISPONÍVEL EM: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/imprime-jurisprudencia.php?ordem=295,294,603,293,857,899,291,290,601,805>. AO EM: JUN. 2014.

VENTURA, M. **A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

ZAHRA, V. M. & BECKER, Simone. 2012. Discursos jurídicos e suas representações: um estudo de como a transexualidade e suas demandas são significadas no TJRS. In: **ANAIS VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ABEH**, Salvador.

ZAMBRANO, E. 2003. **Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo**. Dissertação de mestrado (Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O nacional é sexual: as delações sexuais na ditadura stronista

Clara Eliana Cuevas ¹

Resumo: No presente artigo, discutiremos a questão nacional a partir do viés da sexualidade. Entre os discursos presentes na manutenção da norma do regime ditatorial stronista no Paraguai há um normatizador das expressões sexuais e de gênero. Práticas institucionais regulatórias fundamentadas no conceito naturalizante de “família monogâmica e heterossexual” que resultaram em um verdadeiro clima de terror contra subjetividades que atentavam contra as “viris tradições paraguaias”. Neste contexto, as delações possuirão um papel fundamental e é a partir destas fontes que seguiremos nossa análise pensando que, permeando o discurso ditatorial, a nação é um dos discursos que fundamentam a heteronormatividade.

Palavras-chave: Biopolítica, Sexualidade, América Latina, Ditadura, Paraguai.

Abstract: In this article, we will discuss the national question from sexuality bias. Among the discourses present on the maintenance of the dictatorial Stroessner regime rule in Paraguay there is a normalizing expressions of sexual and gender violence. Regulatory institutional practices based on naturalizing concept of "monogamous, heterosexual family" resulted in a real environment of fear against subjectivities that violated "manly Paraguayan traditions." In this context, the denunciations will have a key role and it is from these sources that follow our analysis thinking permeating the dictatorial speech, the nation is one of the speeches that underlie heteronormativity.

Keywords: Biopolitics, Sexuality, Latin America, Dictatorship, Paraguay.

Neste artigo, pretendemos analisar a questão nacional pelo viés da sexualidade, considerando que, na época da ditadura stronista, a questão sexual era uma questão presente nos discursos de proteção à pátria e à nação. No decorrer do artigo iremos analisar casos em que o dispositivo da sexualidade esteve claramente presente na motivação delatadora. A homossexualidade, assim como a bigamia, era delatada não porque era necessariamente considerada um ato criminoso, mas sim, por motivações pessoais que utilizam dos discursos da família, da heteronormatividade e da nação como formas de legitimar perseguições. Deste modo, o contexto ditatorial será o cenário mais propício para levar a cabo preconceitos, ódios e vinganças. Como veremos, as motivações passionais que permeiam a política estarão em consonância com o nacionalismo, sempre associado à virilidade, à heterossexualidade e à monogamia.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES/CNPQ. E-mail: clarita.cuevas@gmail.com

O caso 108 y un quemado

Bernardo Aranda foi um famoso locutor da Radio Comuneros, conhecido por sua simpatia e por ser um ótimo dançarino de rock and roll. Considerado um “paraguayo seductor”, era frequentemente visto nos bailes e nas festas da época. Nascido na pequena cidade de Arroyos y Esteros, filho caçula entre sete irmãos, Bernardo foi retratado em sua biografia como “un muchacho campesino que llegó a Asunción con ganas de triunfar, de ser alguien, de trabajar” (ROCHE, 2012, p.88).

Armando Almada Roche, amigo e autor da biografia de Bernardo, traça a personalidade do locutor como um jovem ambicioso e muito amável. Um “verdadeiro artista” que inspirava muitos amores e admiradores. Porém, o ambiente artístico de Bernardo não era formado apenas por flores, segundo sua ex-companheira. Em entrevista dada a Almada, Perla Miño, ex-noiva de Aranda, afirma que “En el ambiente artístico, todo el mundo lo sabe, abundan los casos de mariconería². Y las mariconerías de los invertidos, ya se sabe, siempre terminan en crímenes. La gente decía que Bernardo era Maricón” (idibem, p.41). A frase de Perla, ainda que pronunciada décadas depois do acontecimento, soa bastante próxima ao que se divulgava nos anos 50, como veremos.

Aranda foi assassinado em 1º de setembro de 1959. Segundo os periódicos da época, na noite do crime, o locutor havia jantado com seus amigos no bar Carioca e, “ligeiramente bêbado”, teria ido ao seu local de trabalho para buscar um disco antes de ir para sua casa que ficava próxima. Pouco depois de uma hora da manhã, os vizinhos ouviram uma terrível explosão, seguida de uma grande nuvem de fumaça. Seu corpo foi encontrado de cócoras e completamente carbonizado sobre a cama.

Segundo o testemunho de Almada, que afirma ter encontrado o corpo de Bernardo junto com a proprietária da casa na qual alugava um quarto e do chefe da Radio Comuneros, a cena era de um “espetáculo monstruoso”. “Un fuerte olor a carne quemada reinaba en el lugar”. Bernardo se encontrava “de cuclillas, y con un brazo levantado y la boca abierta, en actitud de escapar, pero petrificado”. Em sua memória, segundo ele, esta cena ficou gravada como “una fotografía, como si el mundo se hubiera detenido por unos segundos, minutos incluso” (ibidem, p. 170).

O periódico El País publicaria no mesmo dia do assassinato “Trágico Fin Halló en la Madrugada de hoy El locutor Bernardo Aranda” (EL PAÍS, set/1959. P.7). Anexas à notícia, duas fotos do local do crime foram publicadas. Na primeira, se vê o quarto desordenado

² Mariconería é um termo proveniente de “maricón”, modo pejorativo de se referir aos homossexuais, geralmente associado ao gestual “feminino”, voz “afeminada” e etc.

com cartazes e fotos penduradas nas paredes. A segunda, com o corpo carbonizado do locutor sendo averiguado por um policial.

As fotos são sucedidas de uma descrição detalhada do local do crime e do estado que se encontrou o corpo, além dos fatos que aconteceram após a chegada da polícia. Lê-se na página 7 do mesmo jornal que, de acordo com as primeiras informações colhidas pelo cronista no lugar do “triste desenlace”, às 1:15 da madrugada, Aranda chegou em casa e colocou sua moto no pátio. Posteriormente, foi à Radio Comuneros, localizada ao lado de sua casa, para buscar um disco. Voltando ao seu quarto “Sintonizó su receptor y puso su disco “La Revista del Rock” Billy Haley y sus cometas – Long Play – que dejó en el tocadiscos así quedo al parecer dormido. Para dormir había cerrado bien la puerta y la ventana de su pieza”.

Após a breve descrição da chegada de Bernardo ao local do crime, o texto apresenta um subitem específico sobre a detalhada “DESCRIPCIÓN DE LA TRAGEDIA”. Informava que tudo o que havia no quarto de Aranda havia sido queimado, a cama, assim como o colchão, havia se tornado puro carvão e cinzas.

Quanto ao cadáver, segue o testemunho do cronista enviado, “estaba en cama en posición de boca para arriba, las dos piernas en cuclillas, el brazo izquierdo semi levantado hacia arriba y recostado sobre la cama con un anillo en el dedo”. Ainda de acordo com a minuciosa descrição, o braço direito estava “más hacia el tórax u también semi levantado hacia arriba. El fuego quemó íntegramente las ropas de dormir”.

A minuciosa descrição do local e a preocupação com o detalhamento a respeito do estado do corpo de Bernardo davam informações mais do que suficientes para que o leitor se aproximasse do fato e construísse para si mesmo a imagem do acontecimento. Esta aproximação com a imagem, que será uma aproximação relacional com o caso Bernardo Aranda, fomentou intensas discussões públicas a respeito do caso. Coube aos leitores enviar suas cartas para o periódico, fazendo conjecturas e traçando o perfil do suposto assassino, participando, portanto, das discussões em torno do famoso caso.

A menção de Almada à fotografia como registro de memória e as fotos publicadas no periódico fazem parte de um tipo de “delação fotográfica” na qual a descrição da cena do quarto passa a se tornar uma denúncia sistemática e pública, alimentando o espanto e o repúdio dos leitores. As fotos do corpo desfigurado de Aranda podem ser descritas no que a autora Nelly Richard chamou de “a primeira estigmatização da identidade cometida pelo aparato fotográfico”, na qual “o sacrifício do individual é esvaziado à moldura do público” (RICHARD, 2000, p.22).

O mais íntimo é publicizado de forma seriada pelos periódicos. A desordem individual, o estado do corpo e a rápida presença policial no local são peças que irão compor o imaginário dos leitores, permitindo que, pela curiosidade ou pela indignação, pudessem fazer parte também da chamada “delação fotográfica”. É a partir da análise dessas fotos e da leitura do testemunho do cronista in loco que o leitor adquiria as ferramentas para, ele próprio, se posicionar sobre os fatos e encontrar o culpado, mesmo que imaginariamente. Mais do que isso, o esmero no testemunho da cena e sua publicação dão possibilidades para que o leitor faça parte dos acontecimentos e seja ao mesmo tempo investigador, juiz e justiceiro, “rastreamento pegadas técnicas da maquinação visual orquestrada pelo aparato serializador que dita a sentença coletiva” (ibidem, p.23).

Neste sentido, Nelly Richard analisa a “reacentuación dos gêneros” como degeneração do gênero, tanto discursivo quanto sexual. Em sua tese, o gênero do testemunho – como o dito do que foi visto e sentido – havia questionado as hierarquias da tradição canônica nos gêneros da literatura. Porém, a ênfase na fragmentação dos acontecimentos e das experiências criando novas “macro-unidades de significação” não foi suficiente para a produção de narrativas sobre o passado.

Para a autora, a experiência da ditadura e o horror da violência empurram a pluralidade e fragmentação dos relatos a extremos de criatividade, “subterfúgios técnicos y artificios ficcionales” visando dar, com todos os meios da realidade e da fantasia, uma forma eloqüente, cronológica e coerente ao “inencial, desechable”.

O cuidado em narrar o acontecimento, com a descrição acurada do produto da violência, relatar o estado do corpo carbonizado, o odor de carne queimada, as duas pernas dobradas, o braço esquerdo “semi levantado hacia arriba” e ainda “recostado sobre la cama con un anillo en el dedo” são fragmentos não só da cena de um crime, encarado pelas investigações como um crime passional, mas também rastros de subjetividade, “jirón de identidad, resíduo narrativo, desecho lexical, basura tecnológica, errata sexual y falla de gêneros” (ibidem, p.33).

O infame episódio fomentava cada vez mais perguntas. Cómo halló la muerte Bernardo Aranda? No dia 3 de setembro, o jornal El país publicara as conjecturas e indagações do público que “apasionadamente sigue el curso de las investigaciones”. O crime, considerado tema “obrigatório em toda roda de conversas da capital” estava sendo analisado por duas hipóteses, eletrocução ou queimadura por fogo. Os detalhes a respeito do crime se tornavam cada vez mais minuciosos e detalhados.

A eletrocução, segundo a nota, “aniquila el funcionamiento de todos los órganos” porque “la corriente eléctrica no recorre la superficie del cuerpo”, mas sim, invade

instantaneamente “todos los órganos vitales del organismo”. Já a queimadura, “afecta los tejidos de la piel en su penetración”, sem ferir os órgãos vitais. As queimaduras, segue a nota, “anulan las puertas del oxígeno, a través de los tejidos” e, em última instância, “paraliza la actividad fisiológica del cuerpo humano” (EL PAÍS, set/1959).

A perseguição contra os homossexuais no Paraguai, em 1959, se dá a partir deste caso, isto é, de acordo com a forma terrível que foi encontrado o corpo de Aranda. Para as autoridades só poderia se tratar de um crime passionai. Soma-se a esta hipótese as conhecidas companhias de Aranda que, em grande maioria composta por artistas, eram considerados homossexuais pelo senso comum. Deste modo, se as entranhas de Bernardo interessavam em 1959, não será diferente em décadas posteriores. Porém, este olhar sobre o ínfimo está atrelado a discursos maiores que ditam a normalidade, esta, sempre atrelada à noção de virilidade e nacionalidade, como veremos a seguir.

Pátria, família e heterossexualidade

Enquanto as ruas de Assunção seguiam agitadas com construções de edifícios e intenso comércio callejero, se intensificava também a circulação de listas denunciando supostos homossexuais. Deste modo, o que se nota é que, com o passar das semanas, os diários se pautavam cada vez menos no assassinato de Bernardo Aranda e cada vez mais na construção pública dos chamados “degenerados”, além de convocar a sociedade para que esta se mobilizasse no “saneamento moral” que a cidade asuncena deveria passar. O eixo das indagações se deslocava de “Quem matou Bernardo Aranda” para “Quiénes son los amorales?”, de modo que os jornais além de criarem hipóteses sobre a formação deste “terrível” anormal, abriam cada vez mais espaço para publicações de leitores a respeito.

Deste modo, os periódicos não só publicavam notícias a respeito do caso, mas também serviram como espaço para delação e como fonte de escândalo para um público que buscava dar forma à sua imaginação e participar da construção deste inimigo público número um. Nesta narrativa, diversos termos foram utilizados para retratar estes que deveriam ser contidos e penalizados em nome da “família e dos bons costumes”: “abominação”, “amoral”, “doentes”, “pervertidos”, “invertidos”, enfim, inúmeros termos que faziam questão de sublinhar a monstruosidade daquela existência patológica e que ainda poderia “desnaturalizar o destino da humanidade”, como veremos mais adiante.

A violência das paixões aparece de forma recorrente, ora para justificar a violência contra a vítima, ora para dar uma conotação “feminina” aos chamados amorales. Outro leitor também se indagava de forma retórica “¿Quiénes son los amorales?”, pergunta à qual ele mesmo respondia, dizendo que este monstro banal não estava somente nos lares humildes

do povo, estes “vesânicos conculcadores de nuestras costumbres virtuosas” e fatores morais negativos que atentam contra “las viriles tradiciones paraguayas”, se encontravam também nos antros em que se ocultavam para meditar a baixeza de suas manobras. Estes “pervertidos” estendem, de acordo com o leitor, suas redes a base de dinheiro e de incitações que “obran sobre la mente de los niños y de los jóvenes”. “¿Quiénes son los amorales? ¿Dónde están?” De acordo com ele, a opinião pública os conhece e muitas vezes os aponta o dedo. “Muchos son artistas, abogados, arquitectos, hombres de campanillas” (EL PAÍS, set/1959. p.9).

A ideia da banalidade deste “monstro” iria multiplicar ainda mais as detenções e arbitrariedades da Polícia Nacional. Assim como os discursos médicos e jurídicos alimentaram a ideia de criminoso, as cartas dos jornais formaram, também no imaginário da polícia, as características para se reconhecer os amorales. Mas, afinal, como se parecia um 108³?

Ainda que, pelas palavras das cartas os “amorales” pudessem se esconder em antros e organizações secretas, o 108, assim como o homossexual descrito por Foucault, não se esquia de sua própria subjetividade, ou seja, pelas múltiplas intersubjetividades que perpassam seu corpo considerado abjeto, é impossível fugir dos olhos do poder. Sobre o homossexual, Foucault (1985, p.43) afirma que

Nada do que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre.

Este emaranhado de delações de subjetividade registrados nos jornais na busca pelos 108 afetaria também os critérios policiais. As detenções passaram a se destinar a qualquer pessoa que fisicamente fosse associada à amoralidade/homossexualidade. Deste modo, assim como ocorreu com a Antropologia criminal no século XIX⁴, que se alimentava de obras de ficção para escrever teses sobre o criminoso, a polícia se encarregava de identificar os petiteros pelas ruas a partir de critérios forjados pela imaginação.

3 Número sinônimo de homossexual no país. Sua origem está no Caso Bernardo Aranda, pois, devido as listas que circulavam foram interrogadas pela polícia “108 personas de dudosa conducta moral” e assim passou-se a chamar o Caso Bernardo Aranda, como 108 y un quemado.

⁴ Assim como leitores de ficção se alimentaram da antropologia criminal para construir seus personagens, o que aparece de forma recorrente nos romances de Emile Zola, por exemplo, “o criminologista italiano Enrico Ferri estudou ‘inúmeras metamorfoses do crime e do espírito criminoso na sociedade’ e como elas foram representadas na literatura, reconhecendo que ‘só a arte procurou durante muito tempo, a figuração material ou a análise psicológica do delinquente’” FERRI, Enrico. Os criminosos na arte e na literatura. Pôrto: Imprensa Portuguesa, 1936, pp. 13-14 e 149-150. Apud: GRUNER. Clóvis. Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Junto à polícia, a família aparece como ameaçada e comprometida também no combater a amoralidade. O grupo autointitulado “Comité de padres por el saneamiento de nuestra sociedad” foi criado para combater os “anormais” de forma direta, de modo a fomentar cada vez mais listas de “amorales”, além de incentivar que a população somasse às listas os nomes de supostos homossexuais. Segundo o investigador Erwing Szokol, “Existen igualmente versiones de que era común añadir a las distintas listas que se fueron sumando, nombres de otras personas ajenas a las involucradas con estas causas tras el afán de generar intriga y sospecha” (SZOKOL, 2013. p.42).

O nome do comitê é bastante significativo. Em uma batalha travada contra a “patologia” homossexual, a urbanização em marcha, assim como a moralização, exigia um aparato de controle incisivo contra as doenças transmissíveis, mas também morais, pois o saneamento urbano deveria ser total.

As cartas enviadas ao diretor de El País anunciavam que cada cidadão deveria se comprometer com a “limpeza moral” da sociedade. Após uma longa tese sobre sua versão do assassinato de Aranda, o leitor, que assina como Amadeo Carvallo Z, finaliza com um pedido ao diretor do jornal El País. Sua solicitação era que fosse iniciada uma campanha tenaz contra os “amorais”, trabalhando com toda energia para “extirpar este mal que aqueja a la sociedad”. Quem pede a campanha, segundo ele, não é apenas o escritor da demanda, mas sim “El pueblo paraguayo cuyo timbre de orgullo ha sido siempre de que sus valores se sientan hombres en cualquier terreno” (EL PAÍS, set/1959).

O discurso da hombridade e da família, como referenciais fundamentais da sociedade contra os “Jóvenes Existencialistas Petiteros”, aparece com frequência. A crise familiar, anunciada pela carta Auge de la criminalidad, ainda é contemplada nas notas em todo o mês de setembro.

O periódico chega a publicar uma carta de procuradores sobre “a delinqüência juvenil” e “os jovens sem causa”. “Consecuencias del materialismo que destierra concepciones morales y espirituales”. De acordo com a nota de Carlos Alvear Acevedo, a família sofria a consequência do industrialismo, que tornou trabalhadores tanto o pai quanto a mãe. Além disso, a sociedade agora executava a insidiosa prática de procurar o divórcio “y los matrimonios ligeros, frívolos, sucesivos e inestables”, encontrando assim “su destrucción interna” (EL PAÍS, set/1959).

O caos em que agonizava a família paraguaia, contava ainda com o novo hábito dos estudos escolares, pois, agora “la educación de los padres es cosa del Estado”, assim como já acontecia nos países comunistas, nos quais, a destruição da família era tamanha

que o filho é “solamente el producto biológico de la familia”, colhido somente para uso exclusivo do estado ou da “Revolución”⁵.

Contra a decadência da família, que, além de produzir homossexuais poderia correr o risco de produzir comunistas, somente uma grande mobilização social moralizadora poderia funcionar. Afinal uma nova e “perversa” organização surgia para corromper a família nacional.

A expressão “organización de los amorales” é bastante utilizada para se referir ao grupo dos “amorales”. Segundo as publicações da segunda quinzena de setembro, a amoralidade havia criado “raíces en nuestra tierra”, e, com toda segurança, “[Seria] reprimida hasta su extirpación”. A nota afirma que os policiais deveriam continuar com afinco as detenções, já que essa “organização de amorais” infestava o ambiente e recrutava suas vítimas entre os menores que seriam mais tarde outros “maestros de la depravación” (EL PAÍS, set/1959).

Na nota, se lê o relato da mãe de Aranda, ainda abalada com o ocorrido, afirmando que “De nuestro hogar ha salido hombre correcto y bien nacido, y bien educado, y ellos lo corrumperon”. “Ellos lo corrumperon” repete a nota várias vezes. “Ellos lo corrumperon” disseram a mãe, os irmãos, e “todos hombres sanos, morales y bien educados, trabajadores, honestos y dignos hijos de sus honrados padres”⁶.

Outra nota também faz questão de afirmar que Bernardo Aranda foi obrigado a manter relações com los amorales, de modo que sua associação com essas pessoas não era por simples e espontânea vontade. Em repetidas ocasiões, segundo a nota, Aranda permitiu que o raptassem para “ver si escaba de la organización. Tampoco lo consiguió” (EL PAÍS, set/1959).

Para responder a tamanha violência moral que representavam os 108, a repressão das autoridades seria solicitada novamente, já que as denúncias e depoimentos seriam mais do que suficientes para tê-los sob vigilância, porém, esperava-se que “con la colaboración de la sociedad asuncena” e suas listas e denúncias fosse assim “extirpada de raíz esta lacra”⁷.

⁵ Segundo Aníbal Miranda, em seu livro *Documentos de Fuentes Norteamericanas*. Asunción: Imprenta Salesiana, 1987, no período stronista, o círculo musical era considerado pela Polícia um dos setores mais “comunizantes” no Paraguai do período. Ainda que a referência ao comunismo não apareça de forma recorrente nas publicações, pensar que o círculo artístico era visto como potencial foco de comunistas, além de possuir conhecidos homossexuais, nos faz refletir que, de alguma forma estas duas subjetividades dialogam em relação ao contato com o poder do estado e da família no Paraguai em 1959.

⁶ Talvez seja justamente por este deslocamento em relação a Aranda que ele não tenha sido tratado como um homossexual, mas sim como um “corrompido por pervertidos”, que diferencia a conotação da homossexualidade dos 108 e de Aranda. Bernardo não seria mais uma cifra de pervertidos “patológicos”, mas sim uma vítima, un *quemado*.

⁷ Várias notas serão publicadas com este teor, intimando a sociedade civil a agir e denunciar qualquer suspeita de amoralidade/homossexualidade. Ver: “Los amorales peligran por derrumbar la Moral y Las Buenas Costumbres”, El País 13 de outubro de 1959. / La Cuestión es Cómo Combatir el Mal. El País. 09 de outubro de 1959.

Como vimos, a subjetividade 108 está atravessada por vários discursos de poder. Era como se sua potência de subversão fosse destruir vários paradigmas: destruidor da família; um maníaco que poderá desvirtuar a juventude; um enfermo que se propaga e infecta e, em última instância, um assassino que poderia tirar a vida de seus amores malditos.

O cidadão comum preocupado com o avanço da amoralidade é, antes de mais nada, um cidadão paraguaio. A reivindicação de sua honra viril, seus modos cristãos e sua luta frente à “degeneração sexual” estão direcionados principalmente à ideia de nação paraguaia. Sobre a relação entre sexualidade e nação, a autora dominicana Ochy Curiel (2010) analisa de que maneira os conceitos de nação e heterossexualidade estão imbricados.

Para a autora o ideal de família está diretamente ligado ao conceito de nação, pois sua existência é pensada dentro de uma “lei natural”, ainda que histórica e contingente, os discursos sobre a nação e o nacionalismos também são naturalizados, assim como a família, ao ponto de ser possível pensar em “morrer por ela” (CURIEL, 2010, p. 39). De acordo com a autora,

es decir de la nación, lo que está ligado al hecho que la pertenencia a una nación está atravesada por los lazos de parentesco dentro del núcleo familiar, asumidos como naturales y universales. Se deriva entonces que se piense que el parentesco heterosexual es un hecho natural ligado a la nación (CURIEL,2010, p.40).

Para exemplificar a relação heterossexualidade/família/nação, a antropóloga utiliza a casa (símbolo da família). A nação, assim como a casa, é uma propriedade patrimonial (para aqueles que podem aceder à propriedade) que se transmite como uma herança simbólica e que é legitimada, de geração a geração, através de mecanismos ideologicamente marcados pela família heterossexual. É neste sentido que a família é utilizada pelos discursos nacionalistas como um elemento pré-contratual da nação, enquanto os valores morais permanecem os mesmos, como ideais de virtude para a nação.

Existe, segundo Curiel, uma espécie de linhagem imaginária que afirma que diferentes grupos formam parte de uma grande família nacional. Este critério é o território. A autora, citando Anthony Smith, afirma: “Ello se concreta en el territorio, al que se le adjudica una cualidad mítica y subjetiva, lo cual coloca la afirmación: ‘es de allí de donde somos.’” O “somos” para a nação é marcado por seu oposto, por aquilo que não se é: o estrangeiro, o imigrante, o diferente. O mesmo vale para a heterossexualidade biopolítica. Nesta lógica, os corpos não-heterossexuais devem ser combatidos para preservar a normalidade da

sociedade, da cidade e, em última instância, da nação. A família, assim como a nação, são “ficções políticas” utilizadas para gerar legitimidade socialmente. Nestas ficções, a homossexualidade aparece novamente como dispositivo naturalizante que, possuindo um caráter ficcional, cria seus corpos abjetos e sanciona a violência contra eles.

Para combater o “mal” homossexual, que ao mesmo tempo atenta contra a limpeza da cidade, a família e a virilidade da pátria-família, o periódico *El País* se posiciona dizendo que “EL PAÍS, fiel a las tradiciones viriles de nuestro pueblo, y en homenaje a los hogares cristianos de nuestra patria, continuará su prédica y su combate, seguro de que algún saneamiento en esta materia ha de producirse a su conjuro” (*EL PAÍS*, out/1959).

Aos que buscavam “desnaturalizar o destino da humanidade” só restava a má sorte das detenções ou o fim trágico de seus desamores. Porém, a curiosidade não se esgotava nas detenções. O amoral deveria ser, antes de mais nada, compreendido em seus hábitos e, para isto, voltavam à cena os especialistas e suas conclusões.

O uso do “vaso indevido”, termo jurídico que se referia ao ânus, é o grande vício que deveria ser combatido pela família paraguaia, comprometida com as “viriles tradiciones”. Neste sentido, sexo anal está associado a um tipo de afronta contra a própria pátria, afronta esta que será debatida nos jornais no mês de outubro de 1959.

Paternalismo e Virilidade

O chamado “período stronista” não possui este nome apenas por ser o período correspondente à ascensão de Stroessner no poder, mas também por conter um traço essencialmente personalista no governo, em relação a pessoa do Stroessner como “homem forte”, “chefe” e “príncipe”. Sua ascensão ao poder em 1954 inaugura uma junção de poderes e títulos já que neste período o Partido Colorado, as Forças Armadas e o Governo foram unificados e, deste modo, Stroessner era simultaneamente Chefe das Forças Armadas, Presidente do Partido Colorado e Presidente da República (ALMADA, 1990).

À medida que muitos se interessavam em manter-se no posto de protegidos do Governo, em diversas ocasiões Stroessner era homenageado em discursos civis e militares. Durante estes eventos, as falas proferidas, geralmente com exaltação, poderiam servir para subir na escala de favoritismo do General ou para garantir sua aproximação no círculo do poder.

Podemos exemplificar o cunho personalista com a grande admiração demonstrada por Augusto Saldívar, chanceler do governo, em um dos discursos proferidos nas comemorações de final de ano, em 1973, com o tema “El stronismo: etapa superior del coloradismo”. Aparentemente muito emocionado, Saldívar se referiu a Stroessner dizendo:

Ustedes estarán de acuerdo conmigo en condenar enérgicamente a los timoratos que se permitieron no sé por qué "regla de tres", desaconsejar al Excelentísimo Señor Presidente de la República y Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas de la Nación, General de Ejército Don Alfredo Stroessner, su ascenso al grado inmediato de Mariscal (ALMADA, 1993, p.71-72).

Agregando que ainda estaria em tempo de consertar este erro histórico já que o povo paraguaio “por unanimidade”⁸ havia lançado a campanha para o Marechalato. O chanceler não deixou de comentar também a importância do trabalho cumprido pelo Movimiento Femenino Stronista, encabeçado pela obstetra dona Eduvigis Amarilla de Benítez. Segundo ele, para a senhora Eduvigis, Stroessner havia nascido predestinado a gozar do mais elevado grau militar, sendo injusto que ficasse como simples general, já que lutou bravamente na Guerra do Chaco – contra a Bolívia – e agora estava atuando contra os agentes subversivos: os comunistas. Saldívar pronunciou ainda que estava certo de que o presidente era efetivamente a reencarnação do viril “centauro de Ybycuí”⁹, sem deixar de mencionar a teoria evolucionista de Darwin¹⁰, concluindo seu discurso com a afirmação textual:

Stroessner surgió de las fuentes puras del coloradismo para hacerlo avanzar hacia el porvenir. El coloradismo ya cumplió su etapa histórica. El presente reclama una ideología que evite el caos. Que supere las crisis económicas y sociales que ponen en peligro la humanidad. El remedio a estos males del siglo es el stronismo. Etapa superior del coloradismo (GOIRIS, 2000, p.47).

Como vimos, a virilidade e a força masculina são sempre exaltadas nos discursos de poder. Neste sentido, podemos destacar o conceito de “neopatrimonialismo” elaborado por Eisenstad em que o poder é descrito a partir de um modo de domínio exercido pelo “príncipe”, que “em virtude de um direito pessoal absoluto”, construído com base em um discurso que se requer nacional, progressista, científico e absoluto, é orientado para a proteção da elite no poder e que pretende garantir a manutenção permanente do círculo central do poder em torno desta figura paternalista. Este caráter forma uma “aliança estreita e homogênea entre o príncipe e sua burocracia” (GOIRIS, 2000, p.48).

⁸ A “unanimidade do povo” é um discurso estratégico recorrente no discurso do poder, tanto para garantir a voz unificada politicamente para constituir a legalidade moral das tomadas de terra arbitrárias e corrupções constantes quanto para a estigmatização das dissidências sexuais.

⁹ Apodo dado ao antigo General Bernardino Caballero, conhecido pela destreza que tinha quando lutava à cavalo nas batalhas da Guerra do Paraguai. Como Presidente, tomou várias medidas para o desenvolvimento do país e, em 1887, fundou o Partido Colorado. É considerado um dos grandes ícones da força masculina e viril dos discursos históricos oficiais do país, o “herói de cem batalhas”.

¹⁰ A menção às teorias evolucionistas é comum no discurso político do século XX. A ciência interpretada como certeza e álibi para fundamentar nossa “competitividade básica” deram de margem para a belicosidade em que “os mais evoluídos” detinham o “destino e o direito natural” de combater os “menos evoluídos”. Na política social, essa interpretação serviu de apoio à tese de que era tão natural quanto necessário combater as minorias, os diferentes, os considerados “socialmente perigosos”, os “outros”. GAY, Peter, *O século de Schnitzler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Outra forma de tentar sustentar o lugar de favorito do Presidente, era como faziam os funcionários do Departamento de Investigações, que em suas horas livres se dedicavam a vender retratos, bustos e até revistas do General. A divulgação de suas imagens contribuía para a personalização e manutenção simbólica do poder. As vendas se davam de porta em porta e muitas pessoas adquiriam as peças tanto por medo de represálias quanto pela simples admiração que algumas nutriam pela figura vigorosa do presidente.

Como se mostra no orgulhoso argumento que Gerónimo Vázquez¹¹, promotor de vendas da propaganda stronista, utilizava para convencer as pessoas a adquirir seus produtos:

Gracias al sacrificio del General Stroessner, el país goza de un período de paz y de progreso sin precedentes y, por lo tanto, todos los habitantes, nacionales o extranjeros, tienen la obligación de contribuir a mantener esa paz, comprando por lo menos una fotografía encuadrada del General (ALMADA, 1993, p.74).

Além da bajulação pública, que ocorria regularmente no país, outra forma de contribuir para o Estado era denunciar qualquer atividade vista considerada “ilícita”. Como no caso de Bernardo Aranda, delatar não contribuía apenas para “proteger os cidadãos” mas sim, sustentar a ideia de proteção da pátria, do saneamento moral da sociedade e do progresso nacional.

Estas denúncias portavam um papel fundamental para o funcionamento regular do terror stronista, já que os delatores do cotidiano, que faziam parte dos mais diversos micro-círculos da sociedade paraguaia, podiam usar de suas informações para prejudicar algum malquisto ou utilizar a autoridade do governo para conseguir sua própria “justiça”, colaborando conscientemente para as detenções arbitrárias realizadas pelo governo.

Crime de bigamia

Se as delações anônimas resultaram em violência contra os corpos que atentavam contra a matriz heterossexual, cabe destacar a importância dos pyagués¹² na implementação desta cultura do terror, verdadeiros delatores anônimos, em geral funcionários públicos ou membros subordinados do Partido Colorado que se infiltravam nas instituições do território paraguaio e do exterior com o intuito de denunciar os opositores ao regime. Tais delações, além das de cunho oficial, realizadas por pessoas comandadas por

¹¹ Dirigente geral das seções stronistas.

¹² Em guarani, significa “pés aveludados”, ou seja, que não faz ruído ao caminhar, imperceptível.

instituições da polícia ou do Estado em geral, provinham das mais diferentes pessoas e a partir das mais distintas motivações, como veremos a seguir.

Heriberto Florentin, Coronel retirado do Exército, denunciava Angel Osvaldo Radiati, pelo crime de bigamia. Na denúncia, relatava que o acusado, casado pela primeira vez na Argentina, apresentara-se posteriormente em Assunção como solteiro, casando-se pela segunda vez com Maria Cristina Florentin (sua filha). Além disso, contava que o acusado era portador de ideologia comunista, pois, nas ferrenhas discussões que costumavam travar, o acusado sempre defendia os cubanos e criticava os governos de ordem estadunidense, inclusive o próprio governo paraguaio.

Narrava que o acusado, além de engravidar sua filha, um dia se mudou, deixando a família à própria sorte e, quando lhe pediram ajuda para comprar alimento para a filha, Angel negou, dizendo que não tinha dinheiro, mas alegando que era da ciência do delator que isso não era verdade, visto que o acusado ganharia muito bem. Além disso, Heriberto declarava que Angel incomodava-o constantemente por telefone, proferindo grosserias e ameaçando de morte sua filha se cruzasse com ela nas ruas. O denunciante disse que deixava a critério das autoridades nacionais a merecida sanção para este indivíduo, que, de acordo com ele, não teria o direito de viver naquele país. Ao finalizar a carta, o delator solicita sua expulsão imediata e definitiva do Paraguai.

O coronel, a partir da situação da filha, delata o acusado por bígamo e comunista. A própria ordem da acusação – primeiro como bígamo e depois como comunista – já demonstra o que realmente preocupava o coronel que, descontente com a filha abandonada, quis que as autoridades tomassem alguma providência contra este “perverso extranjero” que casou com sua filha já estando casado com outra mulher¹³.

Uma motivação parecida encontramos em um informe de abril de 1975, onde uma “fonte de informação” declara que Elsa Elisa Benitez de Goiburu, esposa do professor Augustin Goiburu¹⁴, relata – ciente de que ele era procurado pela polícia stronista – que seu esposo fazia várias viagens para a província de Entre Rios, já que mantinha relações amorosas com uma senhorita de sobrenome Pera, que vivia em dita província.

Provavelmente descontente com o relacionamento extra-conjugal de Goiburu, ela não teve maiores cuidados em divulgar a localização de seu esposo. Estas informações relatadas por Elsa, utilizadas pela polícia na perseguição de seu marido, foram essenciais

¹³ FONTE: *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*. Assunção: [s.n.], 1977. Disponível em: http://www.aladin.wrlc.org/gsd/collect/terror/terror_s.shtml. Acesso em : 14 jul. 2013.

¹⁴ Um dos maiores inimigos do Estado Stronista, ex-dirigente do MOPOCO (Movimento Popular Colorado), partido decorrente da ANR, que se tornou opositor ao regime.

para o futuro sequestro e assassinato de Augustín, realizado pelo Operativo Condor, em 1977¹⁵.

Deste modo, a ditadura pôde contar com várias motivações pessoais perpassadas pela ideia de família, nação e monogamia, justificativas que se tornaram contribuições para a manutenção do aparato em questão. O conceito simbólico de família passava a funcionar como dispositivo eficiente difundido no corpo social. Ferramenta essencial para a própria justificativa da violência pelo poder. No discurso do poder, quem fere a família fere a pátria, ferindo, assim, o próprio poder e “no se puede ejercer ninguna violencia, sin una cierta medida de consentimiento y apoyo, es decir, de poder” (HEUER, 2004, p.79).

Uma resistência possível

Voltando ao caso 108, entre as publicações encontradas nos jornais, encontramos uma carta de um leitor ou leitora anônimo(a) que se contrapõe às cartas publicadas anteriormente, as quais faziam questão de demonstrar a “monstruosidade abjeta” e “perigosa” dos homossexuais. Ela não foi publicada gratuitamente, pois, com ela, o periódico tentou aclarar os motivos pelos quais a sociedade continuasse firme em seu projeto de saneamento moral, afinal, somente uma alma “amoral” e “petulante” poderia ter a iniciativa de escrever para o mesmo periódico que a estigmatizava e condenava sua existência.

O risco de existir uma mente “sem orientação espiritual do lar” entre os leitores irritou o periódico, que fez questão de publicar a carta somente para arrancar desta mente “os motivos pelos quais continuaremos nossa campanha de saneamento moral, seguros de que assim nos reclamam todos os homens que amam e mantêm em sua vida os atributos da honra viril”.

A carta é intitulada pelo periódico de “La Carta de un Amoral”.

Señor Director:

A El PAIS le ha parecido justo bautizar con el nombre de “lacr social” a un grande y respetable número de personas honradas, que son tales, porque respecto a sus vidas hacen de ella un motivo moderado de placer, sin ofender a los demás, tan moderado, y silencioso, como corresponde a las sanas actividades íntimas, a diferencia de los placeres desenfrenados que también en el seno de la sociedad llamada culta suelen desembocar en público escándalos.

Nosotros seguimos una vocación que es tan antigua como la propia humanidad, y en este siglo de consagración de todos los derechos humanos,

¹⁵ FONTE. *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*. Assunção: [s.n], 1975. Disponível em: http://www.aladin.wrlc.org/gsd/collect/terror/terror_s.shtml. Acesso em: 12 jul. 2013.

nadie puede negarnos el derecho de hacer de nosotros mismos, de nuestro continente físico, lo que queremos, sin incomodar a los otros que no quieran hacer lo mismo.

Los moralistas de EL PAIS están errados, porque en esta materia no existe moral colectiva, sino moral individual, y nosotros somos individualistas por principios filosóficos. Si Uds. persisten en el error, perderán tiempo, y nosotros no perdemos nada (SZOKOL, 2013, p.41).

A carta corajosa que criticava os moralistas do periódico foi publicada pelo mesmo no intuito de evidenciar o cinismo e a surpresa com que “El lector, no amoral, naturalmente, ha de asombrarse al saber que alguna persona exista capaz de escribir estas palabras”.

O leitor que nutria o periódico com cartas a favor da perseguição, ou seja, “não amoral naturalmente”, deveria ser para o periódico um cidadão de bem, distante deste hábito doentio, devendo espantar-se com o cinismo de uma pessoa que possa considerar a homossexualidade tão natural quando a heterossexualidade.

Ao dizer que os chamados 108 seguem uma vocação tão antiga quanto a humanidade, o leitor corajoso aproximou a expressão heteronormativa com a sua expressão tida como abjeta. Esta aproximação não agradou os editores que fizeram questão de publicar a carta para reafirmar os motivos pelos quais eles seguiriam firmes em seu projeto de saneamento moral, aclarando de uma vez por todas “quem somos nós”, a heteronormatividade, a família, a monogamia; e “quem são eles”, os outros, aquilo que “não somos”, as demais subjetividades possíveis.

Estigma, legado e imaginário social: los 108

Desaparecido em março de 1982, o adolescente Mario Luis Palmieri, de 14 anos, foi encontrado morto seis dias depois de seu desaparecimento. A hipótese de “crime passionnal” novamente guiou as investigações que chegaram a interrogar e prender no Departamento de Investigações ao menos 600 pessoas, consideradas homossexuais e suspeitas de haver assassinado o garoto Palmieri.

A forma estigmatizante e arbitrária repetida pelo poder executivo, como em 1959, remete ao modo como o imaginário social do 108 permeou e ainda permeia a sociedade paraguaia, que ainda utiliza o número 108 como uma marca pejorativa relativa a maricón, puto, homosexual.

Até 1985, encontram-se registros de detenções ocorridas pela acusação de homossexualidade. Em documento do Comando de Institutos Militares de Enseñanza Comandos de los CIMEFOR, registro de um interrogatório que aproveita o dispositivo confessional como estratégia de poder para promover verdades sobre o indivíduo e sua

subjetividade (FOUCAULT, 2011), encontramos o diálogo entre militar e acusado “– Está consciente e tem conhecimento do motivo da sua detenção? – Sim, por homossexualidade e estou consciente disso”¹⁶.

Durante muito tempo, as investigações acerca dos crimes institucionais cometidos na ditadura paraguaia focaram em analisar as perseguições político ideológicas pelo viés comunista-capitalista, ignorando outras subjetividades reprimidas. Esta ausência se deve tanto pela falta de preocupação dos sucessivos governos democráticos¹⁷ em resgatar uma pluralidade de memórias sobre a ditadura, como da própria esquerda paraguaia que em grande parte ainda ignora a sexualidade e o gênero como operadores epistemológicos da sociedade.

O Paraguai conta com uma Comissão da Verdade e Justiça que investiga as violações contra os Direitos Humanos praticadas pela ditadura no país. O único registro sobre a perseguição a homossexuais menciona muito superficialmente o caso Palmieri e 108 y un quemado. A nota tímida afirma que

Respecto a otras identidades sexuales y de género, como los gays, lesbianas, transgéneros, la CVJ no cuenta con registros estadísticos fiables de la incidencia de la represión, aunque se realizó un estudio de dos casos paradigmáticos: el de Bernardo Aranda en 1959 y el de Mario Luís Palmieri en 1982, que muestran cómo el régimen stronista no respetó otras identidades sexuales, en estos casos, los homosexuales¹⁸.

No relatório não há menções às violências sofridas por outras subjetividades sexuais e de gênero, como de lésbicas e transsexuais. Neste sentido, o Paraguai ainda carece de uma grande pesquisa historiográfica e sociológica a respeito de outras formas de sensibilidades e subjetividades a respeito da ditadura, porém, esta investigação já está em curso pelos grupos LGBTIS no país, pois, ao não contar com a produção acadêmica nacional, seus registros se baseiam em auxílios de ONGs ou grupos independentes.

Diante destas intersubjetividades que atravessam o passado e o presente, ainda existem vários corpos, corpos abjetos, vidas infames que também mantêm cada uma, sua relação singular, demonstrando uma pluralidade de formas de se relacionar com os diversos poderes que se cruzam e, principalmente, de resistir.

¹⁶ DECLARACIÓN INDAGATORIA. Comando de Institutos Militares de Enseñanza Comandos de los CIMEFOR. 15 de janeiro de 1985. M. R Alonso. In: SZWAKO. José Eduardo León. Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial. Tese de doutorado. Unicamp: Campinas, 2012. p.435.

¹⁷ O Partido Colorado governou o Paraguai até 2008, completando 60 anos no poder.

¹⁸ RELATÓRIO, *Comisión de Verdad y Justicia*. Assunção: [s.n], 2008, p. 29. Disponível em: <http://www.verdadyjusticia.gov.py/informeFinal-conclusionesYRecomendaciones.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2013. p.52.

Nos dias de hoje o termo 108 é cunhado por parte da militância como uma forma não estadunidense e anticolonial de reverter o termo de abjeção sexual – o degenerado – para o termo de expressão e orgulho das paradas LGBTIs no país.

Dez anos antes da revolta de Stonewall, o Paraguai formava o estigma que seria utilizado ainda hoje, no estado não-ditatorial mas nacional, orgulhosamente por diversos putos e maricones, corpos que até hoje considerados anormais, utilizam o termo como forma de ressignificar o estigma, as palavras e, por que não, o passado. Fazendo do presente o lugar de inscrever outras formas de existência/resistência. Se no passado suas expressões homossexuais eram caso de polícia/política, nos dias de hoje seus gritos ecoam forte nas marchas coloridas: “Somos más que 108”!

Referências bibliográficas

ALMADA, M. Paraguay: *La cárcel olvidada, el país exiliado*. Assunção: Ñanduti vive / Intercontinental Editora, 1993.

BOCCIA PAZ, A. Los “archivos del horror” del Paraguay: los papeles que resignificaron la memoria del Stronismo. In: FICO, C.; FERREIRA, M. M.; ARAUJO, M. P. N.; QUADRAT, S. V. (orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BUTLER, J. *Cuerpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo*. Buenos Aires. Paidós, 2002.

CEPAG. *El precio de la paz*. Assunção. Editora Salesiana, 1991.

CENTRO de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Assunção: [s.n]. Disponível em: http://www.aladin.wrlc.org/gsd/collect/terror/terror_s.shtml.

EL INDEPENDIENTE, setembro e outubro de 1959. Periódico. Biblioteca Nacional de Asunción.

EL PAÍS, setembro e outubro de 1959. Periódico. Biblioteca Nacional de Asunción.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro.

Editora Graal. 1985.

_____. *Os Anormais*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

GAY, P. *O século de Schnitzler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOIRIS, F. A. J. *Autoritarismo e democracia no Paraguai Contemporâneo*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

GRUNER, C. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

HEUER, W. Poder, Violencia, Terror: la República Imperfecta y sus peligros. In: DUARTE, A.; LOPREATO, C.; MAGALHÃES, M. (Orgs.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MIRANDA, A. *Documentos de Fuentes Norteamericanas. EE.UU y El Régimen Militar Paraguayo*. Assunção: Imprensa Salesiana, 1987.

_____. *Prisionero en Paraguay*. Reflexiones sobre La tortura bajo El stronismo. Assunção: Imprensa Salesiana, 1989.

OCHY, C. *El régimen heterosexual y la nación*. Universidad Nacional de Colombia Facultad de Ciencias Humanas Departamento de Antropología. Bogotá, 2010.

PAREDES, R. *Stroessner y el stronismo*. Assunção: Servilibro, 2004.

RELATÓRIO, Comisión de Verdad y Justicia. Assunção: [s.n], 2008. Disponível em: <http://www.verdadyjusticia.gov.py/informeFinal-conclusionesYRecomendaciones.pdf>.

RICHARD, N. *La insubordinación de los Signos, Cambio político, transformaciones culturales y poéticas de las crisis*. Santiago: Editorial Cuarto propio. 2000.

ROCHE, A. *El Paraguay de Drácula*. Assunção: Editora El pez del pez. p. 32.

RODRIGUEZ, J. C. *Los laberintos de La obediencia*. Paraguay 1954/1989. Revista Nueva Sociedad. Nº 112; abr 1991.

SZOKOL, E. A. *108 Ciento Ocho*. Asunción: Editora Arandurã. 2013.

SZWAKO, J. E. L. *Del outro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial*. Tese de doutorado. Unicamp: Campinas, 2012.

Pornografia com mulheres gordas: o regime erótico dos corpos dissonantes

Natália Lima Figueiroa¹

Resumo: Este ensaio pretende refletir sobre o nicho de mercado pornográfico que trabalha com as mulheres gordas, através da análise de algumas categorias encontradas em ambientes virtuais voltados para o consumo deste material. Na primeira parte do trabalho, procuro recuperar o imaginário social sobre a gordura e sob sua forma medicalizada, a obesidade. Em seguida, esboço algumas relações entre gordura e o conceito de performances de gênero, utilizando-me tanto de autoras feministas quanto de autoras que compõem os chamados “fat studies”. Por fim, reflito ainda sobre as especificidades do mercado da pornografia, seu duplo papel de transgredir e reproduzir normas sociais e, posteriormente, realizo uma análise de alguns sites que contém a chamada “pornografia gorda”.

Palavras-chave: gordura, gênero, mulher, pornografia, feminismo.

Abstract: This essay reflects on a niche of pornography market that portrays fat women as protagonists. I intend to do so by analyzing some of the categories found in virtual environments that are devoted to the consumption of such material. At first, I intend to retrieve the social imaginary related to fatness and its medicalised form, obesity. Then, I draft some relations between fatness and the concept of gender performativity, through the theoretical works produced in feminism and fat studies fields. Finally, I reflect on the specificities of pornography market and its double role as a tool to transgressing and reproduce social norms. I also make an analysis of some of the web sites that contains the so called “fat pornography”.

Keywords: fatness, gender, woman, porn, feminism.

Quando, pela primeira vez, cogitei estudar o tema da pornografia com mulheres gordas, instigada pelo texto de Kulick (2012), imediatamente me lancei na busca por vídeos do gênero. Nessa procura, me deparei com inúmeros sites especializados neste seguimento comercial já bastante solidificado e, não obstante o pouco arcabouço teórico que tenho acerca do tema da pornografia, me lancei nessa empreitada incerta. O primeiro vídeo que assisti estava disponível em um site que se caracterizava por agregar produções que traziam mulheres gordas como protagonistas. Embora meu acesso ao vídeo fosse prejudicado por uma verdadeira torrente de pop-ups, finalmente consegui me livrar da publicidade indesejada e apertar o botão de play. O curto espaço de tempo da produção, aparentemente amadora, apresentava uma mulher bastante gorda que, diante da câmera e sob os acordes de um jazz incidental, acariciava-se como que para destacar sua gordura. Ao

¹ Mestranda em Ciências Sociais – PPGCS UFBA. E-mail para contato: natfigueiroa@gmail.com

longo dos quatro minutos do vídeo, ela alternava entre simular atividades físicas, afagar sua própria barriga e se exibir em posições sexualizadas para a câmera. Na primeira parte do vídeo era sugerido que a atriz, deitada em sua cama, possuía pouca mobilidade devido à disposição do seu corpo no leito e a seu tamanho. Parecia parte fundamental do filme, no entanto, surpreender o espectador, dado a ver que a expectativa de imobilidade era vencida pela flexibilidade e dinamismo com que a protagonista realizava atividades físicas. Sentada em sua cama, ela tocava a ponta dos pés e, mais adiante, se levantava sem maiores dificuldades para, por fim, alongar-se até tocar o chão com a ponta dos dedos. O potencial pornográfico do filme descrito afasta-se do jogo performático rotineiro representado em tantos outros, quando o prazer sexual está diretamente relacionado a exposição do sexo explícito e das genitálias dos atores. Neste filme, a região genital nem mesmo é objetificada e, ao contrário de produções mais tradicionais que também representam mulheres exibindo seus dotes físicos para a câmera, não vemos a protagonista esforçando-se para convencer o espectador a se engajar num jogo erótico. Antes, a força da produção reside na espetacularização daquele corpo gordo em sua totalidade e na sua incrível desenvoltura.

A pornografia com mulheres gordas é um universo que suscita uma série de questões justamente pelo seu caráter contraditório e controverso. Numa sociedade permeada por tantas restrições à gordura, qual o espaço para a emergência das representações eróticas da gordura e como podemos analisá-las? Visto que pessoas gordas e obesas padecem do estigma social associado a ideia de que seus corpos são a representação de uma falha moral e social, quais são os mecanismos do desejo que permitem a emergência deste tipo de pornografia?

Sabemos que a gordura, principalmente o seu excesso², encarnado na figura do obeso, e suas representações culturais, mobilizam uma série de atores sociais que sugerem argumentos que oscilam entre condená-la a vilã mortal a, menos frequentemente, torná-la possibilidade legítima de transgressão paradigmática através do corpo (KULICK, 2012; WAAN, 2009). Mais comum, entretanto, é a associação da gordura com atributos como a preguiça, o desleixo, o descontrole e a incapacidade, repousando sobre essa corporalidade a discriminação e o preconceito em muitos contextos ocidentais:

Discriminações baseadas no peso são um grave fenômeno de túbulo ao berço. Pessoas gordas são oficialmente impedidas de adotar crianças na China. Na Grã-Bretanha, clínicas de saúde podem recusar-se a realizar fertilizações in vitro para mulheres gordas (BBC News, 2006). Nos Estados

² Claramente a noção de excesso associado à gordura varia no tempo e no espaço, a partir do treinamento do olhar em um dado contexto (VIGARELLO, 2012).

Unidos, o departamento de saúde pública adverte que parentes devem prevenir a obesidade infantil. Eles até encorajam a amamentação, com seus muitos benefícios, como para acabar com isto. Garotas de cinco anos tem medo de ganhar peso (Davison & Birch, 2001; Irvine, 2001; Richardson, 1971). Com dez anos, crianças gordas são escolhidas por último como amigas por seus pares (Latner & Stunkard, 2003)” (WANN, 2009, p. 25, tradução minha)³.

Para Goffman (1988), o estigma é um atributo que confere ao seu detentor uma condição de inferioridade ontológica e constitui uma desarmonia entre a identidade social virtual e a identidade social real. O autor alerta para a existência de outras características que produzem dissonância entre as identidades virtuais e reais, mas estes outros atributos alteram positivamente a avaliação prévia que fizemos do sujeito. O estigma é um atributo que diferencia o sujeito negativamente do estereótipo criado para a categoria a qual ele supostamente pertenceria. O atributo em si não é depreciativo. “O estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988). A questão do estigma surge com o acordo tácito que todos os participantes de uma determinada categoria devem cumprir. O indivíduo estigmatizado não foge desse acordo, ele tem as mesmas convicções sobre a identidade e, normalmente, assume que ficou aquém das expectativas daquilo que ele deveria ser. Trata-se de uma marca que afasta as possibilidades daquele indivíduo de ser aceito irrefletidamente nas mais corriqueiras relações sociais e que diferencia o sujeito, negativamente, do estereótipo criado para a categoria a qual ele supostamente pertenceria. Os estigmatizados são vistos, via de regra, como não-humanos ou menos humanos, exauridos de suas subjetividades, rejeitados como dejetos e postos do outro lado do limite identitário dos sujeitos. Dada as recorrentes ocasiões em que o corpo gordo é objeto de repulsa social, parece adequado colocá-lo como corpo estigmatizado, a partir da interpretação de Goffman.

O estigma acima retratado também reflete as consequências sociais da patologização da gordura e do intenso combate que vem sendo lançado contra o corpo gordo tendo como justificativa os discursos médicos e a busca por uma vida considerada mais saudável. A obesidade é considerada uma doença crônica não transmissível caracterizada pelo excesso de gordura corporal que pode gerar danos de diversas ordens ao seu portador (PINHEIRO; FREITAS; CORSO, 2004). É considerada uma doença cujo

³ No original: “Weight-based discrimination is a cradle-to-grave phenomenon. Fat people are officially barred from adopting babies from China. In Britain, health clinics may refuse in vitro fertilization to fat women, and the British Fertility Society has recommended a general ban (BBC News, 2006). In the United States, public health departments advertise that parents should prevent childhood ‘obesity.’ They even encourage breast-feeding, with its many benefits, as a means to this end. Girls as young as five fear gaining weight (Davison & Birch, 2001; Irvine, 2001; Richardson, 1971). At age ten, fat children are chosen last as friends by peers (Latner & Stunkard, 2003).” (WANN, 2009, p. 25).

maior risco é que sirva de gatilho para o aparecimento de outras doenças. O meio mais comum de classificar medicamente uma pessoa como obesa é através do Índice de Massa Corporal (IMC). Assim, se o sujeito dividir o peso em quilos pela altura ao quadrado e o resultado for superior a 25 já deve se preocupar. Pode ter sobrepeso, obesidade grau I, II ou III, a depender do resultado do cálculo do IMC. A obesidade vem sendo tratada como um problema de saúde pública e vem ganhando o status de epidemia global, já que se torna cada vez mais recorrente, sobretudo em países ricos. Estudos nutricionais explicam o “fenômeno” por meio da ideia de que, durante a mudança de estilo de vida no período moderno, não houve uma adaptação adequada no quadro alimentar. Mas, na verdade, pessoas gordas ou muito gordas sempre existiram. Como toda doença, a obesidade precisou ser construída através de uma rede de atores, coisas e procedimentos que possibilitaram a medicalização destes corpos, que foram se tornando dissonantes.

Vale lembrar, entretanto, que a definição de quem pertence a categoria de gordo/obeso varia no tempo e no espaço, ainda que hoje pareça depender de cálculos matemáticos infalíveis e objetivos, como o IMC. A suposta objetividade em torno da criação de fórmulas matemáticas para a mensuração e categorização da gordura denota um processo de racionalização que vem caracterizando os saberes médicos na modernidade e modificando a forma como apreendemos a gordura. Para Vigarello (2012), a história da gordura é uma história da depreciação com variantes situacionais. Se em momentos pontuais da história (ocidental) a recepção social da gordura era celebrada, foi principalmente no período moderno que novos sentidos passaram a constituir essa condição. O corpo gordo na modernidade é tomado como objeto de escárnio, quando as características de caráter daqueles que possuem esta condição são equiparadas às formas do corpo e associadas ao descontrole, preguiça, falta de higiene e glotonaria (VIGARELLO, 2012). Em texto que discute a relação entre gordura e gênero a partir da perspectiva proveniente dos *fat studies*, a autora Samantha Murray (2009) reflete sobre a construção deste estigma relacionado à gordura e argumenta que atribuímos códigos sociais e culturais aos corpos através de um processo de sociabilização. Neste processo, treinamos nossa percepção para identificar determinadas marcas fenotípicas dos indivíduos como signos que evocam imediatamente significados e valores. São estes significados que, segundo ela, permitem nossa inserção no mundo e, principalmente, tornam possível a atribuição de sentido para os corpos dos outros. Samantha afirma que os marcadores corporais de diferença são interpretados, na sociedade contemporânea, a partir de um código fundamentalmente binário, que tenta conformar a pluralidade corporal em categorias como:

saudável e não-saudável, normal e patológico, aceitável e não-aceitável, e, porque não dizer, desejável e não-desejável.

Mais do que indicarem as categorias interpretativas a partir das quais nos colocaremos no mundo, esses marcadores criam uma verdade que, apesar de não ser unívoca – variando conforme o contexto –, contribui para a fabricação de uma estabilidade na análise dos corpos. A lógica por trás desse processo de atribuição de qualidades é, segundo a autora, uma lógica de cunho liberal e humanista. Essa lógica confere características e oferece categorizações a uma subjetividade encerrada dentro dos corpos, como se os marcadores corporais fossem uma representação dessa subjetividade, um externo que representaria o interno. A gordura, portanto, apareceria como a materialidade da essência do sujeito, tornando-se o corpo, portanto, o lugar onde se pratica, através da imagem, um exercício da identidade (GOLDENBERG, 2002). Oposta a essa flacidez moral que resulta da gordura, vemos florescer no contexto ocidental uma cultura ocupada em talhar corpos atléticos e robustos, que se manifestam especialmente no desenvolvimento dos músculos. Courtine (2008) afirma que quando a cultura do músculo se instala nos EUA logo se espalha pelo mundo, no século XX, o conteúdo ascético da nova economia corporal. Desta forma, o músculo é visto como fruto de um trabalho e cuidado sobre si, passando a ser percebido como o símbolo do controle dos impulsos “naturais”, da resignação e do esforço. O contrário de tudo isto seria o corpo gordo.

Embora sejam culturalmente percebidos como desviantes, os corpos gordos são, por outro lado, objeto de desejo, gerando um nicho erótico lucrativo. A grande contradição aqui, como se observa, é a de que, apesar da gordura ser compreendida como doença na forma da obesidade, e, sintomaticamente vivermos numa cultura que tenta se livrar da doença, o desejo pelo corpo obeso permanece. Resta perguntar-nos o que, a despeito desse imaginário altamente depreciativo para com as pessoas gordas, possibilita que estes sujeitos possam ocupar o lugar do erótico em algumas produções do mercado pornográfico.

Feminismo e gordura: novas leituras

Antes de adentrar propriamente na análise das categorias associadas à gordura nos sites pornográficos, cabe-nos apresentar algumas breves considerações sobre as relações entre gênero, gordura e erotismo. A importância em tocar nessas relações, no contexto desse trabalho, se dá especificamente por dois motivos: primeiro, por causa do papel que a gordura desempenha na performance da feminilidade; segundo, porque a imensa maioria das produções pornográficas com pessoas gordas das quais tive acesso representavam mulheres.

Estudos como os de Swami e Tovéeb (2009) e Monaghan (2005) abrem possibilidades interpretativas ao evidenciar a emergência de novas economias eróticas em comunidades de aceitação e posituação da gordura. No estudo de Monaghan, a gordura deixa de ser entendida como uma unidade e as nuances dos corpos gordos masculinos são postas em categorias forjadas a partir da sociabilidade homossexual masculina. Swami e Tovéeb, por outro lado, chamam a atenção para os chamados “fat admirers” (FAs), os apreciadores de mulheres gordas, que, neste estudo qualitativo, têm suas preferências medidas.

Há uma forte ligação entre gordura e gênero. Aproximações entre a obesidade e sobrepeso com a temática de gênero também já foram feitas por teóricas feministas, sobretudo na literatura anglófona. Um clássico sobre o assunto é *“Gordura é Uma Questão Feminista: um manual de auxílio para quem come sem parar”*, de Susie Orbach (1978). A autora considera que a gordura é uma recusa a um papel social previamente estabelecido, uma resposta do corpo frente às pressões do patriarcalismo e da sociedade androcentrada. O texto de Orbach, entretanto, dá-nos a entender que a ideia da gordura está ligada ao descontrole e a compulsão alimentar, que são, para ela, maneiras conscientes e inconscientes de subverter uma ordem “patriarcal” que reclama à etiqueta feminina o comedimento e a vigilância, fomentando o anulamento da mulher, que doa-se para o outro por toda a vida. Outras autoras, como Naomi Wolf (1992) e Susan Bordo (2004), afirmam que as questões sobre aparência e gordura passam necessariamente pelas questões de gênero. Esta última, por exemplo, mostra que as mulheres costumam ser bem mais avaliadas pela sua condição corporal do que os homens, devendo prestar contas à sociedade quando não correspondem aos padrões corporais estabelecidos.

Mais recentemente, os estudos *queer* vêm dando atenção à gordura e procurando modos de compreendê-la dentro dos seus pressupostos teóricos. Segundo Miskolci (2009), a heteronormatividade é “um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2009). Estes autores atribuem ao conteúdo discursivo poderes de estabelecimento de práticas e noções que se naturalizam e ganham status de verdade. Um corpo, desde que sexuado e encaixado em determinadas normas de conduta, permanece conectado ao regime discursivo que lhe orienta, atualizando na vida cotidiana, nos mínimos detalhes, a sua própria influência sobre outros corpos. Talvez possamos dizer que o sujeito gordo, sobretudo a *mulher gorda*, cujas normas e padrões corporais que atestam feminilidade exitosa estão estreitamente ligados ao controle do corpo através da racionalização da sua conduta alimentar e controle das formas, está não apenas rompendo

com um plano simbólico de representação do belo ocidental e contemporâneo ou sendo agente passivo de um mundo estrutural e inflexível, mas tem também de negociar, em todas as ocasiões, seu lugar no mundo. Ademais, as pessoas que possuem identificação de gênero aproximada ao “feminino” – enquanto categoria discursiva – experimentam a materialização em seus corpos das expectativas globais e locais em torno do gênero.

A pornografia com mulheres gordas

Se o corpo gordo ocupa uma posição marginal no terreno da economia erótica contemporânea, a existência da pornografia gorda como um mercado amplo representa uma controvérsia que dialoga com a ideia de grotesco, de bizarro e de dissidência. Compreendendo a pornografia como um espaço ambíguo, onde se pode descrevê-la tanto como uma atividade produtora de pedagogias sexuais – quando reproduz e normatiza práticas, opressões e padrões corporais –, quanto um empreendimento que torna possível práticas sexuais subalternas através do consumo. A categoria do pornográfico bizarro, por sua vez, representa justamente o lugar de visibilização de práticas e corpos marginalizados.

Da perspectiva das corporalidades, por sua vez, têm lugar no pornô bizarro os corpos estranhos ou anômalos: anões ou pessoas às quais falta alguma extremidade, além dos deformados por intervenções voluntárias como os exageradamente tatuados ou perfurados com piercings estes últimos integrando igualmente estéticas do pornô alternativo. O pornô bizarro também dá lugar a corpos que sem serem anormais, divergem dos padrões hegemônicos de beleza: pessoas obesas, idosas, exageradamente peludas e mulheres de seios muito grandes, entre outros (DÍAZ-BENÍTEZ, 2012, p. 244-245).

Para Leite Jr (2009), o nascimento da pornografia surge em concomitância ao interesse renovado da sociedade pela sexualidade, sobretudo no século XIX, quando as ciências sexuais tomam forma. A pornografia então surge como o lugar das fantasias, em contraponto ao poder regulador e disciplinador do sexo representado por estas ciências, requerendo para si o universo lúdico e o prazer. Leite Jr toma a “obscenidade” como elemento estruturante da pornografia e realiza uma análise etimológica do “obsceno”, encontrando aí três definições que lhe ajudam a conceitualizar o tema. O obsceno traz em suas definições históricas sentidos como: a) “o que está fora de cena”; b) “mal agouro”; c) “que fere pudor”; o que permite ao autor determinar que a pornografia deve “(...) causar um certo incômodo intencional, pronunciar o inominável, apresentar o velado, explicitar o subentendido e, principalmente, testar fronteiras, ou seja, colocar em cena o que se espera que esteja fora de cena” (LEITE JR, 2009, p. 512).

A categoria do bizarro que os autores acima citados identificam aproxima-se da concepção do grotesco enquanto elemento estético. Existe uma dificuldade em se definir o que é bizarro ou grotesco, algo que pode ser identificado na própria fragilidade da conceitualização oferecida por Leite Jr, que associa a definição dicionarizada de que o pornô bizarro é aquele que evoca o extravagante e o esquisito. Mas como apreender o esquisito? Seria aquilo que não é familiar ao sujeito, como Leite Jr indica em seu texto? Ou o esquisito só poderia ser definido a partir da recepção do sujeito? Estas questões definitivamente não estão resolvidas e carecem de uma análise mais aprofundada. No intuito de oferecer uma determinação mais específica sobre a condição dissidente sobre a qual repousam os corpos de pessoas gordas, recorro a dois outros conceitos.

A categoria “abjeto” pode ser utilizada para designar alguns dos corpos que permitem abalar as estruturas da tríade sexo, gênero e desejo. A discussão sobre abjeção foi proposta por Julia Kristeva (1982) e relaciona-se diretamente com a questão do estigma ao desvelar a constituição das fronteiras corporais e do sujeito como uma construção fundamentada na exclusão. Segundo a mesma, abjeto é o que destrói a harmonia metafísica entre o sujeito e o objeto, é o excremento e o cadáver, tudo aquilo que expelimos e afastamos do corpo e do sujeito para manter o sentimento de ordem biológica e social que nos permite viver. Os elementos excluídos não são da classe do estranho como podem parecer, pelo contrário, os dejetos que formam o Outro lado da normatização proposta pelos discursos institucionais não existem fora do sujeito e somente através desse afastamento é que a sensação de estranhamento se estabelece. Essa expulsão seguida da nauseante repulsa é a responsável pela consolidação da identidade do sujeito em oposição ao Outro. Influenciada pela noção de abjeção de Julia Kristeva, Judith Butler passa a nomear como abjeto os corpos que não são inteligíveis dentro de parâmetros culturais determinados. Se a própria existência do obeso desestabiliza certos sistemas de interpretação cultural, provoca nojo, enjoo, agonia e não se encaixa facilmente na expectativa social, talvez este corpo também denuncie o fracasso da tentativa de homogeneizar os sujeitos e delate discursos baseados em uma lógica moral tirana de construção dos corpos. O que nos fala o lugar dissidente que ocupa este tipo de prática?

Para responder a essas questões, frequentei, pelo período de três meses, inúmeros sites de pornografia voltados para o consumo de pornografia com mulheres gordas. Para ter acesso a eles, realizei um simples procedimento acessível a qualquer usuário da rede: digitei, no site de busca, palavras chaves como “sexo”, “gordas”, “fat”, “sex”, “food” e “obesas”. Facilmente foram elencados alguns sites com este tipo de material pornográfico, mais do que eu, na verdade, esperava. Desta farta quantidade de vídeos e sites, pude tirar

minha primeira conclusão: o desejo por este tipo de corpo não parece ser tão incomum. A medida que assistia aos vídeos e lia suas descrições, percebi pouca ou nenhuma diferença com relação ao tratamento que outros vídeos do gênero pornográfico dão às mulheres. Isto significa dizer que estes sites disponibilizam vídeos com mulheres gordas reproduzindo várias das categorias da pornografia geral, como vídeos de sexo anal, oral, amador, entre outros. Desse exame pode-se concluir que o *locus* da diferença da pornografia com mulheres gordas não está tanto nas práticas mas no próprio corpo das mulheres. Tais corpos não são evocados de maneira unívoca, como se a denominação de “gorda” e/ou “obesa” fosse suficiente para abarcar toda a miríade de silhuetas ali representadas. Pelo contrário, os sites que visitei criavam algumas categorias a partir da forma física das atrizes as quais tentarei resumir abaixo, trabalhando-as como tipos ideais:

a. *Chub*, *Chubby* ou gordinhas: são mulheres cuja estrutura corporal possui presença de gordura moderada, principalmente em partes específicas do corpo, mas que preservam a mobilidade (demonstram agilidade nos vídeos) e são ligadas ao universo feminino.

b. *Big Beautiful Women* ou “Gordas Gostosas”: mulheres com avantajada presença de gordura, na maioria descritas como “brancas”, sem restrições quanto à mobilidade espacial, mas que possuem performances sexuais mais estáticas.

c. *Super Size* ou “Gordas Enormes”: são mulheres com avantajada presença de gordura no corpo que possuem pouca mobilidade. Podem atuar praticando o sexo com parceiros ou apenas aparecendo nuas para os chamados “*Fat Admirers*”.

d. Racial: esta categoria define as mulheres gordas negras. Raramente há vídeos desta linhagem com mulheres com traços asiáticos, por exemplo. Esta categoria parece ser dirigida necessariamente àqueles que procuram mulheres negras.

e. *Old fat* ou “coroas gordas”: são mulheres mais velhas que performam a atividade sexual. As atrizes parecem ter entre 45 e 65 anos.

É claro que estas categorias não dão conta de todas as formas corporais representadas nesses ambientes virtuais, nem mesmo da associação que comumente se faz entre a forma do corpo e o desempenho sexual. No entanto, estas tipificações nos ajudam a pensar sobre a pluralidade que impede a redução destes corpos à pecha de “gordos”. Há nesses filmes a apreciação das formas corporais mais distintas e as diferenças entre elas parecem ser tratadas positivamente. Nesse sentido, podemos perceber que as diversas nuances corporais são valorizadas pela audiência e promovem a possibilidade de

interpretação e apreciação erótica de corpos cuja representação simbólica normalmente repousa longe dos espaços de desejo.

Esta representação do desejo erótico de e sobre mulheres gordas passa pela associação entre estes corpos e os excessos, sobretudo o excesso alimentar. Uma grande porção de filmes pornográficos com mulheres gordas trazem a comida como elemento potencializador do ato sexual, normalmente protagonizados por atrizes consideradas Super Sizes. Tomando como exemplo, descrevo a cena de um filme que compila vários atos de uma atriz tipificada nesta categoria por produtores de vídeo. A história segue um roteiro improvável, mesmo considerando as situações atípicas que são tão frequentes em roteiros pornô: nesta cena, a atriz do filme caminha sozinha por um lugar obscuro, coberto por mato, à luz do dia quando, repentinamente, é abordada por um homem magro que tenta seduzi-la sustentando um breve diálogo com a protagonista, até que resolve sacar sua arma secreta para atraí-la ao ato sexual: um generoso pedaço de carne. A partir de então, ela encena um papel em que parece estar alheia ao deleite do seu parceiro, que a penetra, enquanto ela se distrai com o pedaço de carne cenográfica. O vídeo termina mostrando o gozo masculino.

Tomo esta cena como significativa porque ela expõe diversas transgressões que apontam para uma mudança do paradigma do prazer. O conteúdo erótico de uma cena como esta, que, notoriamente, se adequa à categoria do bizarro, tanto emerge a partir do corpo da atriz quanto se amplifica no ato de comer, de modo que o contato sexual ganha novos tons e a cópula em si ocupa um lugar menor no arranjo e desenrolar da cena. A natureza recalcitrante destas outras formas de experienciar e atuar o sexo na pornografia com mulheres gordas foi abordada por Kulick (2012), que, em recente texto, argumenta que o desejo pelo corpo gordo parece estar estreitamente ligado à ideia de transgressão que ele evoca. Optei por usar a categoria “gordo” para me referir a uma porção variada de indivíduos que frustram as expectativas de formas corporais pré-estabelecidas socialmente. Isto implica dizer que esta definição se concentra sobretudo na ideia de inadequação social provocada pela gordura no corpo.

Operacionalizei esta categoria porque ela abrange não apenas os sujeitos que podem ser associados à condição de obesos mas também uma série de corpos que subvertem os padrões associados à magreza e aos pressupostos médico-clínicos de saúde na cultura ocidental. Isto inclui, por exemplo, formas corporais que não estão associados, de maneira geral, ao correspondente regime de aceitação perceptiva em determinado lugar. A própria existência do corpo gordo revela uma transgressão da norma e uma resistência a “adequação” de uma estética pretensamente universal. Assim, numa sociedade amplamente

lipofóbica, o corpo da mulher gorda ousa, na medida em que ultrapassa limites estéticos, desafiar a normatização do corpo e, naturalmente, se associa à transgressão dos controles e restrições alimentares propagados pelo conceito de “*health life*”.

Voltando à contribuição de Kulick, é interessante ressaltar sua observação de que talvez a grande contribuição da pornografia gorda seja o deslocamento do prazer pornográfico-sexual dos órgãos sexuais para outras partes do corpo, isto é, a percepção erótica do corpo ultrapassando os limites restritivos das genitálias, sobretudo o falo. Para ele, além de ampliar nossa percepção pornográfica, este tipo de representação atenta para as possibilidades de dilatação temporal do prazer, já que, ao mostrar mulheres gordas obtendo prazer durante a alimentação, desenvolvem a percepção de que os corpos dessas mulheres seriam, então, resultado de um longo processo de práticas de excessos alimentares e, portanto, de atos de prazer. Estas representações imagéticas de mulheres gordas comendo, obtendo e oferecendo prazer ao espectador seriam formas inovadoras de compreender o prazer feminino, deslocando o convencionalismo falocêntrico e produzindo novos exercícios sexuais, considerando que elas ampliam as possibilidades de vivência do erotismo.

Considerar que o prazer dos que admiram o corpo gordo emergja simplesmente da transgressão de padrões corporais, leva-nos, por outro lado, a pensar que, no âmbito do desejo, estes corpos dependem da admiração fetichista de alguns homens que, inclusive, as colocariam no nível do grotesco para uma estranha perversão sexual. Não se pode duvidar que haja uma forte ligação entre o proibido e o erotismo, mas tornar esta a única explicação para este tipo de produção e desejo dá a ele um caráter apenas desviante, um desviante que não é meramente discursivo mas também patológico.

Talvez esta pornografia mostre que o discurso institucional e hegemônico – que coloca o corpo gordo como uma ameaça à saúde e à vida afetiva – é incapaz de limitar o desejo, que escapa pelas vírgulas dos discursos normatizantes, fugindo dos nossos processos de apreensão, principalmente nos níveis cognitivos racionais e subconsciente. Minha hipótese aqui é a de que este desejo evidencia justamente que o ser no mundo, engajado no fluxo da vida, está longe de responder apenas a processos culturais entendidos como representações mentais, ele ultrapassa a ideia para se inscrever no pragmatismo dos corpos. Neste sentido, o mercado erótico é, conservadas suas possibilidades, extremamente democrático, porque dá lugar à pluralidade humana, talvez justamente pela sua finalidade em visar a maximização das cifras. O corpo encarnado, este que sente, toca e vê, é o responsável pelo consumo deste material. O consumidor da pornografia gorda precisa deixar de ser visto como ser passivo porque a sua escolha por este material e a própria

existência dele provocam uma abertura simbólica para que um corpo, antes não interpretável e percebido, ganhe espaço, mesmo que essa visibilidade se dê no circuito do grotesco e na sessão da pornografia que muitas vezes aproxima o sexo com mulheres gordas do sexo com animais.

Ainda que este treinamento do olhar para os corpos ocidentais orientem agências específicas na economia sexual contemporânea, é preciso atentar para a possibilidade de que, na medida em que os sujeitos se articulam mais sobre determinadas afirmações e sentidos (o de que ser magro é bom e ser gordo é ruim, por exemplo), o mundo também se modifica. Isto é, a construção de uma percepção é também a construção de um mundo. O mundo objetivo dado é, antes de mais nada, uma ficção, pois não existe fora dos sujeitos e das suas redes de interações e construções de sentidos (LATOIR, 2012). O gordo não existe sem a oposição ao magro e nem o gordo nem o magro fariam sentido se não fossem as atualizações constantes de suas existências por contraste. A produção de um corpo implica na construção de um mundo, mas este mundo é amplo e vai se refazendo nas dobras do lugar. A ideia de que o sexo com mulheres gordas é uma exotização fetichista é fruto de uma interpretação que exorta o desvio tanto dos corpos quanto daqueles que consomem a pornografia gorda. Ao contrário desta atmosfera fetichista, talvez devêssemos extrair o exotismo sobre o desejo por pessoas gordas. É o que se pode observar nas comunidades de auto aceitação e empoderamento deste grupo, onde um novo *ethos* erótico se insurge, com uma igualmente nova economia sexual positiva.

Ao escrever este trabalho, me deparei com duas hipóteses iniciais: a primeira, de que este tipo de pornografia desumaniza as mulheres gordas na medida em que as trata como fetiche, como objeto vítima de um estranho prazer masculino; a segunda, de que a pornografia com mulheres gordas trabalha produzindo uma visibilidade negativa a esses corpos na medida em que os submete a situações vexatórias e humilhantes. A primeira hipótese trata de um assunto polêmico, que é o lugar da mulher nos filmes pornô e a situação ativa ou passiva diante destas produções. À primeira vista, somos levados a pensar que estas mulheres, mais ainda as atrizes pornô da “fat porn”, são vítimas de sofrimentos e humilhações e que performariam cenas que verdadeiramente só provocariam uma maior degradação de suas imagens sociais. No entanto, essa suposta submissão ao desejo masculino não aparece de maneira irrefletida. Nos jogos eróticos que são atuados neste tipo de pornografia, existem relações muito próximas entre submissão e erotismo (GREGORI, 2003). Todavia, a questão da agência não pode ser aqui subestimada, já que as protagonistas deste tipo de produção exercem um papel voluntário no teatro estético destes filmes pornô, gozando do próprio direito ao exercício de suas sexualidades plenas. Fica

claro, a partir da observação dos vídeos e da leitura de relatos e entrevistas de atrizes envolvidas nesse mercado específico, que estas mulheres não estão sendo vítimas de um sistema que opera para oprimi-las, mas que estão, conscientemente, dispostas a participar do jogo que performa a submissão, o que não significa que elas estão simplesmente cedendo à reificação.

A segunda hipótese formulada também fora abandonada na medida em que pude analisar o material erótico. O que está sendo feito nos vídeos não é simplesmente a redução ontológica das mulheres gordas, mas talvez justamente o oposto. Seria melhor que não existissem tais representações? Penso que o uso da imagem dessas mulheres provoca no mundo a ampliação das possibilidades de vivências do prazer. Estes corpos obscenos (gordos) em cena abrem caminho para as possibilidades de apreciação de corpos alternativos ao restrito modelo heteronormativo. Para concluir, entendo que a exotização das mulheres gordas em obras pornôns não é feita apenas por aqueles que produzem os filmes. Não são eles apenas que colocam estas mulheres no circuito do bizarro. A exotização desse corpo é feita antes por modelos sociais que desconsideram a pluralidade corporal humana.

Esta investigação tem um caráter limitado e está longe de ser conclusiva. Um amplo campo de investigação sobre a gordura e, aqui especialmente sobre a agência das atrizes em produções pornográficas, merece exame futuro, já que as contradições discursivas aqui percebidas refletem as complexidades que permeiam o desejo e as tentativas de apreendê-lo teoricamente.

Referências bibliográficas

BORDO, S. *Unbearable Weight. Feminism, Western Culture, and the Body*. Berkeley, CA: University of California Press. 2004.

COURTINE, J. Os stakhanovistas do narcisismo. In: SANT'ANNA, D. B. (Org). *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

CSORDAS, T. *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

FIGUEIREDO, S. P. *Medicalização da obesidade: a epidemia em notícia*. 236 f. 2009. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CALVO-GONZALEZ, E.; SOUZA, I. M. A. e ALVES, P. C. *Corpos: ações, lugares e coisas – introdução*. *Caderno do CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 10-13, 2011.

GREGORI, M. F. *Relações de violência e erotismo*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2013.

KRISTEVA, J. *Powers of Horror: an essay on abjection*. Nova York: Columbia University Press, 1982.

KULICK, D. *Pornô*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 223-240. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2013.

LEITE Jr, J. *A pornografia bizarra em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o abuso facial*. In: DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo. (Org.) *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 509-536. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade).

MISKOLCI, R. “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>> Sociologias, Porto Alegre>. Acesso em: 19 jan. 2013.

ORBACH, S. *A gordura é uma questão feminista*. Rio de Janeiro: Editora Record. 1978.

PINHEIRO, A. R. O.; FREITAS, S. F. T. e CORSO, A. C. T. *Uma abordagem epidemiológica da obesidade*. *Revista de Nutrição*, vol. 17, n. 4, p. 523-533. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732004000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2013.

VIGARELLO, G. *As metamorfoses do gordo no ocidente: da Idade Média ao século XX*. Petrópolis: Vozes, 2012.

WOLF, N. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contras as mulheres*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

A Questão Racial e o Marxismo em Octavio Ianni: O Início de uma Trajetória de Interpretações¹

Rafael Marchesan Tauil²

Resumo: Apresentamos neste artigo uma análise sobre algumas pesquisas elaboradas na Cadeira I de Sociologia Uspiana. Através do estudo de algumas investigações sobre a temática racial desenvolvidas por Octavio Ianni, buscamos compreender sua linha de pensamento acerca do conteúdo. Nossa investigação consistiu no exame de determinadas obras - produzidas entre 1955 e 1961 – e foi em busca de uma reconstrução histórico-sociológica, na tentativa de compreender as diferentes perspectivas metodológicas utilizadas pelo autor em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado, quando se apropriou do eixo metodológico de análise marxista para a compreensão do sistema escravocrata e sua abolição no Brasil. Os trabalhos sobre a questão racial desenvolvidos por Octavio Ianni trouxeram grande contribuição ao modo pelo qual o tema vinha sendo pesquisado desde que fora abolida a escravatura no Brasil. Os estudos ajudaram a diagnosticar não apenas o fenômeno da abolição mas também o modo através do qual se deu o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Palavras-chaves: Pensamento Político Social - Octavio Ianni - Marxismo - Questão Racial.

Abstract: We make in this research an analysis about Brazilian social political thought formed at Cadeira I de Sociologia Uspiana. Through the study of some works about the racial subject developed by Octavio Ianni we seek to comprehend a thought line about the content in the period between 1957 and 1961 and its impacts to the comprehension and meanings of racial inequality in Brazil. The paper aims the investigation of specific works through a sociological-historic reconstruction intending to understand the different methodological perspectives used by the author in his master's degree dissertation and PHD thesis, when adopting the Marxist perspective to analyze the slavery system and its disintegration in Brazil. The racial researches developed by Octavio Ianni brought important contributions to the way which the subject had been researched in Brazil since the slavery abolition. The studies helped to analyze not just this phenomenon but also the capitalist development in Brazil.

Keywords: Social Political Thought – Octavio Ianni – Marxism – Racial Question.

Octavio Ianni – A Sociologia e seu Tempo

¹ Este artigo reflete a síntese dos resultados atingidos em meu trabalho de mestrado TAUIL (2012).

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Pesquisador do Laboratório de Política e Governo – fclar – UNESP rafaeltauil@hotmail.com.

Filho de imigrantes italianos Octavio Ianni nasceu em 13 de outubro de 1926 na cidade de Itu, interior de São Paulo. Ingressou na Universidade de São Paulo em 1949 aos 23 anos, onde cursou a graduação durante os dois primeiros anos e se afastou pelos dois anos seguintes (1951 e 1952) por problemas financeiros. Neste período casou-se e trabalhou como assistente de editora na Companhia Editora Nacional e como tipógrafo em Osasco (SOARES, 2011). Ianni graduou-se como Cientista Social em 1954 na Universidade de São Paulo – USP; também na USP, a partir de 1955, passou a desenvolver sua pesquisa de mestrado acerca da “questão racial” na cidade de Florianópolis sob a orientação e influência teórico-metodológica de Florestan Fernandes. Ianni concluiu seu mestrado em 1957 e no mesmo ano iniciou sua pesquisa de doutorado na mesma Universidade. Ainda orientado por Florestan Fernandes, Octavio Ianni conclui suas pesquisas de doutorado também sobre a questão racial em 1961, porém sob uma ótica substancialmente diferente da adotada inicialmente em suas investigações de mestrado.

A obra de Octavio Ianni constitui um episódio muito positivo entre os trabalhos de intelectuais brasileiros. Este fenômeno esteve assentado sobre a excelência do autor enquanto pesquisador, em sua clareza de interpretação acerca da realidade e principalmente em sua capacidade de construção de uma vasta produção bibliográfica sobre uma multiplicidade de temas caros às Ciências Humanas. O trabalho de Ianni não contemplou apenas temáticas relacionadas a aspectos da realidade nacional, mas tratou também de assuntos que transcenderam esta esfera e foram determinantes para a Sociologia em uma esfera global. Entre os objetos trabalhados por Octavio Ianni, adquiriram maior predominância questões como a temática racial, o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, as relações entre Estado e capitalismo e o populismo no Brasil e na América Latina. Além destes temas, a partir de meados da década de 1970 o autor se voltou com mais força a temas como o imperialismo, os problemas e adversidades do capitalismo em nível nacional e mundial, à temática cultural, à ideia de formação de um “Brasil Moderno”, aos desafios da Sociologia no Brasil e finalmente à temática da globalização – tendo sido neste último caso um dos pioneiros a tratar do assunto no Brasil.

Sua importância não se encerra no aspecto concernente a excelência e multiplicidade de temas escolhidos, mas também em sua disposição para rever suas próprias perspectivas de interpretação sobre o mundo e em seu compromisso e rigor intelectuais, sempre condizentes com os mais altos níveis de excelência no campo teórico e metodológico da Sociologia. Ao longo dos anos e com o amadurecimento intelectual, graças ao seu comprometimento como “pesquisador profissional”, Ianni foi se distanciando da

Sociologia balizada pelo “excessivo rigor acadêmico universitário” – no qual foi formado durante o tempo que foi aluno de Florestan Fernandes na Cadeira I de Sociologia uspiana – e passou a escrever com maior liberdade interpretativa sobre temáticas de extrema importância para a compreensão da realidade social, o que lhe permitiu maior autonomia na forma de compreender determinados fenômenos políticos, econômicos e sociais que se apresentavam em sua geração.

Embora Ianni não tenha assumido posições na arena da política institucional como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, seu papel como intelectual público certamente foi importante para mudanças ocorridas no campo da política e do desenvolvimento sócio-econômico do cenário nacional. Através do papel de pesquisador, professor, palestrante, conferencista e publicista de uma maneira geral, Ianni contribuiu como intelectual capaz de compreender os dilemas e problemáticas do passado e as transformações e metamorfoses presentes em sua própria época. O autor nunca se furtou a defender sua posição político-ideológica radical - à esquerda da maioria de seus colegas intelectuais contemporâneos - sempre denunciando e apontando criticamente os conflitos e paradoxos presentes na sociedade moderna e em seu modo de produção correspondente.

Duas Interpretações e um Brasil

Demonstramos neste trabalho os resultados de nossa pesquisa de mestrado sobre parte das interpretações elaboradas por Octavio Ianni acerca da questão racial durante sua trajetória como intelectual. Este momento específico se refere ao início de sua carreira na academia, quando desenvolveu dois trabalhos sobre a questão racial no Brasil. Estas duas obras, sua dissertação de mestrado **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis (1957)**³ e sua tese de doutorado **O Negro na Sociedade de Castas (1961)**⁴, marcaram uma ruptura substancial em relação aos fundamentos teóricos e metodológicos mobilizados pelo autor entre suas pesquisas de mestrado e doutorado.

Octavio Ianni, aluno e orientando de Florestan Fernandes, alterou substantivamente o modo pelo qual interpretou a questão da abolição da escravatura no Brasil e a inserção do negro na sociedade de classes durante seu mestrado e doutorado. Em sua dissertação de mestrado, Ianni estava filiado a uma corrente metodológica mais próxima do funcionalismo,

³ A dissertação **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis (1957)** foi publicada três anos depois pela editora Brasiliense sob o título de **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional (1960)**.

⁴ Sua tese de doutorado **O Negro na Sociedade de Castas (1961)**, também foi publicada posteriormente, em 1962, pela editora DIFEL sob o título **As Metamorfoses do Escravo (1962)**. Nossa pesquisa se baseou nesta publicação, pois houveram algumas modificações entre a tese defendida e a obra publicada, o título é um exemplo das mudanças. Sendo assim, consideramos que o livro, com suas modificações, pode ser compreendido como a obra aprimorada pelo autor após um ano de reflexão e revisão do texto para publicação.

analisando a “questão racial brasileira” a partir desta perspectiva. Durante o doutorado, apoiando-se no referencial teórico-metodológico marxista, o problema da escravidão e sua abolição passou a ser compreendido em termos mais estruturais, tendo como principal foco de análise os elementos econômicos que teriam determinado sua formação, permanência e desintegração.

Deste modo a denúncia ao preconceito, à discriminação racial e ao mito da democracia racial vigentes no Brasil passou a ser elaborada de maneira diferente. Com a adoção da perspectiva marxista de análise o autor passou a apontar criticamente a desigualdade racial a partir de um viés que considerava de maneira privilegiada a mobilidade de classe enquanto problema fundamental. Em outras palavras, a tônica do discurso passou a recair sobre os obstáculos impostos ao ingresso da população negra na sociedade de classes e não apenas na inclusão da população negra na “sociedade dos brancos”.

A inserção deste novo paradoxo na compreensão dos estudos acerca da questão racial no Brasil fez parte de um movimento maior do contexto acadêmico no Brasil e embora tenha operado um importante giro no modo pelo qual a questão racial foi pensada no Brasil, passou depois de algum tempo a ser alvo de diferentes críticas, tanto no meio acadêmico quanto entre os próprios “militantes” desta questão por conta de alguns limites inerentes a esta perspectiva interpretativa.

Uma “cultura universitária de esquerda” era germinada em São Paulo através, entre outras ações, da criação do Seminário do Capital sob a liderança do filósofo José Arthur Giannotti. Este novo modo de interpretação lançou luz, no caso paulistano, ao paradoxo interpretativo entre raça e classe.

A adoção da linha interpretativa que passou a considerar a analítica marxista para dar conta da compreensão da questão racial no Brasil pode ser considerada como o início de um debate que está ainda longe de terminar, e pode ser brevemente resumido por duas questões: As desigualdades sócio-econômicas no Brasil se devem aos problemas provenientes do preconceito e da discriminação racial ou aos entraves representados pelo preconceito e pela discriminação de classe?⁵ Quais são os verdadeiros paradoxos

⁵ Artigos, análises e diferentes pesquisas ilustram significativamente que uma “solução por parte dos estudiosos” está longe de ser dada à questão: Os problemas de desigualdade social, preconceito e discriminação no Brasil são provenientes de “questões de classe ou de raça”? Alguns debates ilustram bem as divergências. Bons exemplos desta discussão estão presentes em: SOUZA, Jessé. **Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira**. Lua Nova, n. 65, SP, 2005; no dossiê sobre a temática da Revista Crítica Marxista de 2007, n° 24 com os artigos: **Raça, classe e política no Brasil** de Mário Maestri, **Lutas Sociais, desigualdade social e discriminação Racial** de Mauro W. de Almeida, **Cotas e o renascimento do racismo** de Sérgio Lessa e **Por que as cotas são uma proposta mais igualitarista que a equidade meritocrática?** de Valério Arcary; e em GUIMARAES, A. S. A. **Entrevista com Carlos Hasenbalg**. Tempo social, vol.18, USP, SP, 2006;

esponsáveis pelas desigualdades no Brasil, a dificuldade de inserção do negro no “mundo dos brancos”⁶ ou do “pobre” no “mundo dos ricos”?

A Questão Racial no Brasil (1950 – 1960)

As pesquisas sobre a questão racial constituíram capítulo importante na trajetória histórica da Sociologia brasileira. Os estudos se iniciaram numa era designada por alguns autores como “pré-científica”⁷, anteriores à institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e podem ser representados por trabalhos desenvolvidos por autores como Roquete Pinto, Nina Rodrigues, entre outros.

As investigações sobre a questão racial contribuíram fortemente com a institucionalização da Sociologia no Brasil. Os trabalhos de mestrado e doutorado de Octavio Ianni se situam em meio a este processo e marcam um momento importante do fortalecimento desta ciência na cidade de São Paulo. As investigações do autor podem ser vistas como continuidade do projeto sobre a questão racial encomendado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura fundada em 1945) e pela Revista Anhembi. Embora constitua uma continuidade deste projeto de pesquisa, os trabalhos de Octavio Ianni romperam com as lógicas de interpretação ensejadas no Projeto UNESCO e com o esquema teórico e metodológico utilizado por Florestan Fernandes e Roger Bastide nas investigações elaboradas na cidade de São Paulo.

Entre 1950 e 1952 a UNESCO desenvolveu uma série de pesquisas acerca das relações raciais no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial a organização social buscava um modo de dar respostas aos “problemas raciais” que aterrorizaram o mundo durante o holocausto e o genocídio nazista. O Brasil era conhecido à época pela presença de uma suposta harmonia nas relações entre indivíduos de diferentes raças. Visão que se consagrara, entre outros motivos, pela defesa da tese sobre a democracia racial.⁸ Deste modo a UNESCO veio buscar no Brasil uma maneira de demonstrar ao mundo que eram

6 O termo refere-se ao trabalho de Florestan Fernandes **O negro no mundo dos brancos**. 2º Ed. Revista, Global, SP, 2007, no qual o autor se propõe a analisar, entre outros elementos, a inserção dos negros na sociedade de classes.

7 Para a ideia de estudos pré-científicos ver ENNO D. L. F. A Sociologia no Brasil: história, teorias e Desafios. Sociologias, ano 7, nº 14, p. 376-437, RS, 2005

⁸ Sobre a ideia de democracia racial, ver FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala, 22º ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro. Editora Record. 9ª edição. 1996. p. 380, GUIMARÃES, A. S. A.. O Projeto UNESCO na Bahia. Comunicação ao Colóquio Internacional “O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois”, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, entre 12 e 14 de julho de 2004. CARDOSO, F. H. Uma Pesquisa Impactante In: BASTIDE, R, FERNANDES, F. Brancos e negros em São Paulo. 4º.ed. São Paulo: Global editora, 2008. 1955, BASTOS, E. R. A Questão Racial e a Revolução Burguesa. In: D'INCAO, M. A. O Saber Militante, ensaios sobre Florestan Fernandes, SP, Ed Paz e Terra, 1987, BASTOS, E. R. Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional In: FALEIROS, Maria I. L.; CRESPO, Regina A. Humanismo e Compromisso: Ensaio sobre Octávio Ianni. São Paulo : UNESP, 1996. MAIO, Marcos Chor. Tempo Controverso Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(1): 111-136, maio de 1999. MEUCCI, S. Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: Da Sistematização ao Campo Científico. Tese de Doutorado – UNICAMP – SP , 2006

possíveis relações pacíficas entre indivíduos de diferentes raças. Alguns intelectuais como Donald Pierson e Franklin Frazier já haviam se atentado para a temática racial no Brasil e desenvolvido pesquisas aqui entre 1920 e 1940.⁹

Embora autores brasileiros e estrangeiros já tivessem se debruçado sobre a questão racial no Brasil, o que prevaleceu foi a visão de que aqui a desigualdade, o preconceito e a discriminação racial eram praticamente inexistentes, isto, entre outros motivos, por conta dos diversos nuances presentes na vasta extensão do território brasileiro. O pesquisador que desenvolvesse uma pesquisa na Bahia certamente estaria longe de obter os mesmos resultados que o estudioso que desenvolvesse uma pesquisa no Estado de São Paulo em busca de respostas adequadas à temática racial.¹⁰

A ideia de “paraíso racial” (MAIO, 1997) e a participação de alguns estudiosos brasileiros como Artur Ramos na equipe da UNESCO fizeram com que o Brasil fosse eleito como campo a ser pesquisado. O início destas atividades estabeleceu um novo marco no modo pelo qual a questão do preconceito racial e da discriminação racial foi pensada no Brasil. Neste cenário inseria-se o primeiro trabalho de pesquisa sobre a questão racial elaborado por Octavio Ianni. Florestan Fernandes e Roger Bastide haviam publicado em **1955** o trabalho **Branços e negros em São Paulo**. Este trabalho consistiu na síntese das pesquisas desenvolvidas pelos dois autores através da “encomenda” feita pela UNESCO e pela Revista Anhembi, dirigida por Paulo Duarte na cidade de São Paulo.

Florestan Fernandes incentivou Ianni em seu mestrado a dar continuidade às pesquisas que ele e Bastide haviam desenvolvido na cidade de São Paulo e a realizar uma investigação acerca da questão racial no sul do país, mais especificamente na cidade de Florianópolis. A escolha do local se deu em função da ausência de pesquisas sobre a questão racial na região. O Projeto UNESCO privilegiou as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil por considerar que estas poderiam fornecer um rico panorama das relações raciais do país.¹¹

Octavio Ianni passou a desenvolver suas pesquisas para o mestrado na região conhecida à época como Desterro, cidade de Florianópolis atualmente. O trabalho se desenvolveu em “concordância” teórica e metodológica com as investigações efetuadas por

⁹ Para uma análise mais demorada sobre o início destas atividades ver MAIO, M. C. O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999

¹⁰ Para isto ver BASTIDE, R. FERNANDES, F. Relações entre Brancos e negros em São Paulo. Revista Anhembi. SP, 1955

¹¹ Aqui estão enunciados os diferentes resultados do Projeto UNESCO: WAGLEY, C. (1952) Race and class in rural Brazil. Paris, UNESCO; AZEVEDO, T. (1955) As elites de cor: um estudo de ascensão social. São Paulo, Companhia Editora Nacional; COSTA PINTO, L. A. (1953) O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo, Companhia Editora Nacional; FERNANDES, F. & BASTIDE, R. (1955) Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo, Editora Anhembi; NOGUEIRA, O. (1955) “Relações raciais no município de Itapetininga” In.: FERNANDES, F. & BASTIDE, R. (1955) Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo, Editora Anhembi; RIBEIRO, R. (1956) Religião e relações raciais. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

Florestan Fernandes e Bastide na cidade de São Paulo. A investigação consistiu, grosso modo, na coleta e análise dos dados demográficos da população de Florianópolis, na sistematização dos quesitos de raça e cor desta população e numa análise demorada sobre as ideologias raciais que permeavam as relações entre os indivíduos das diferentes raças naquele território.

É possível perceber na dissertação de Octavio Ianni a influência da obra inicial de Fernandes e Bastide. Não houve nenhuma ruptura ou questionamento por parte de Octavio Ianni com relação às conclusões a que haviam chegado os dois primeiros autores nas investigações sobre a população da cidade de São Paulo. Os principais aspectos sobre a temática racial desenvolvidos na obra de Bastide e Fernandes estão presentes no trabalho de Ianni: a relação entre a cor e a mobilidade social do negro e mulato ex-escravo, a análise sobre os estereótipos e as ideologias raciais do branco, negro e mulato, a transformação do escravo em indivíduo, a mística da branquidade, a “função social” do preconceito racial na sociedade pós-abolição e os principais aspectos referentes a algumas reflexões incipientes sobre as conexões entre o preconceito de classe e o preconceito de cor. Posteriormente em **1958**, Florestan Fernandes confirmaria na segunda edição de **Relações entre Brancos e negros em São Paulo** que suas elaborações iniciais acerca da questão racial brasileira em São Paulo foram confirmadas pelos seus orientandos na região sul do país. “As pesquisas feitas no Brasil Meridional, especialmente por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira, revelam que o quadro aqui esboçado é legítimo e verdadeiro.” (FERNANDES, 1958, P. 19)

A continuidade das perspectivas teórico-metodológicas adotadas por Ianni em relação ao mestre são bem confirmadas pelo modo como é tratada a questão da ideologia racial pelo autor por exemplo. As análises sobre a ideologia racial dos brancos, negros e mulatos, embora procurassem denunciar a dominação do branco em relação ao negro e mulato não estavam situadas numa perspectiva expressamente marxista de análise, baseadas na ideia de dominação de classe como viria a aparecer mais tarde em sua tese de doutorado. Ainda estavam presentes naquele momento os traços de uma análise estrutural-funcionalista - da qual Florestan Fernandes ainda era signatário - que tratava o aspecto ideológico baseando-se em algumas noções inclusive da psicologia social. Prova disto são as obras mobilizadas pelo autor para dar conta da noção de ideologia: **Fundamentals of Social Psychology**¹² e **Character and Social Structure**¹³.

¹² HARTLEY, E. L., HARTLEY, R. E. **Fundamentals of Social Psychology**, 1952

¹³ GERTH, H., MILLS, C. W. **Character and Social Structure**, London, 1957.

Para Fernandes (1955) e Ianni (1957) a ideologia racial do branco teria como componente essencial o preconceito racial, se conformando através da formação de estereótipos e visões sobre o negro. Estes componentes cumpririam a função de manter a “tradicional” superioridade do branco em relação ao negro e estabelecer fronteiras bem delimitadas entre as duas raças, através das linhas divisórias que permaneciam demarcadas desde o início do período escravocrata. Já ideologia racial do negro e do mulato teria como componentes essenciais elementos de defesa contra o preconceito como: o ideal de branqueamento, a concepção de contra-ideologia e a ideologia de compromisso. Estes componentes atuariam como facilitadoras na inserção e integração do homem negro e mulato na “sociedade pós-abolição”. As duas ideologias cumpriam funções semelhantes; a do branco facilitava seu ajuste a situações em que estavam presentes negros e mulatos e a dos negros e mulatos visavam “(...) orientar o comportamento do ‘indivíduo de cor’, no sentido de sua integração e ascensão sociais.” (IANNI, CARDOSO, 1960, P. 210)

A Inserção do Marxismo no Pensamento sobre e a Questão Racial

Com a entrada de Octavio Ianni para o Seminário do Capital em 1958, a perspectiva de análise do autor sobre a questão racial começou a passar por alterações substanciais. A teoria marxista não era nova no Brasil, mas era mobilizada até então principalmente pela política, através do Partido Comunista Brasileiro e do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, para a formulação de teses que pudessem levar o Brasil a alcançar, entre outros objetivos, um “horizonte revolucionário de emancipação nacional” frente à relação de dependência que mantinha com os países desenvolvidos.

O Seminário do Capital tinha como fio condutor a preocupação metodológica signatária do marxismo ocidental. Esta “modalidade de pensamento” gestada inicialmente, no caso brasileiro, na escola uspiana vislumbrava um horizonte que possibilitasse a inserção da reflexão sobre as teorias marxistas em um campo filosófico. As discussões não estavam pautadas pela tentativa de transformação da realidade concreta da atualidade, mas sim pelo avanço no campo das ideias e de uma reflexão que fosse capaz de aprofundar e reavaliar as interpretações da obra de Marx feitas até o presente momento no Brasil. Tratava-se mesmo de uma tentativa de distanciamento da maioria das leituras marxistas da realidade nacional feitas até então no Brasil e de uma tentativa de trazer a obra de Marx para o campo de uma interpretação mais filosófica do que de ordem prática intervencionista.

Um “grupo multidisciplinar” formado por filósofos, sociólogos, antropólogos, economistas e historiadores, entre os quais José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Paul

Singer, Octavio Ianni, Ruth Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, Michael Lowy e Roberto Schwarz, se dedicava à leitura do *Capital* e refletia sobre as possibilidades trazidas por este material para uma nova interpretação da realidade brasileira. A questão racial estava presente tanto para Octavio Ianni quanto para Fernando Henrique Cardoso por conta da orientação de Florestan Fernandes, que pautava a agenda de estudos da cadeira I de Sociologia da USP naquele momento¹⁴.

Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso se apropriavam do referencial teórico-metodológico marxista ao mesmo tempo em que desenvolviam as respectivas pesquisas de doutorado sobre a questão racial no sul do país. Fernando Henrique se responsabilizou pelas pesquisas no Rio Grande do Sul e região e Octavio Ianni pelas pesquisas no Paraná. Havia também na participação do Seminário uma tentativa de “emancipação intelectual” em relação às linhas teóricas e metodológicas que vinham sendo estabelecidas por Florestan Fernandes como chefe da cadeira de Sociologia desde 1954. Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Octavio Ianni buscavam se afastar da influência do “guru intelectual” e seguir seus próprios caminhos na academia, adotando naquele momento o que havia de mais “novo” e “sofisticado” no campo das humanidades, o referencial teórico-metodológico marxista.

As duas obras de doutorado elaboradas por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni contam com um prefácio/introdução que demonstram a preocupação dos dois intelectuais com a afirmação do marxismo enquanto perspectiva “superior” de análise metodológica e interpretativa da realidade. Esta tentativa é perceptível nos dois prefácios e pode ser interpretada como uma maneira de autoafirmação intelectual dos dois alunos em relação a Florestan Fernandes. Tanto Octavio Ianni quanto Fernando Henrique Cardoso já se consideravam capazes de forjar novos “caminhos sociológicos” do ponto de vista teórico e metodológico na análise dos diferentes fenômenos sociais.

Fernando Henrique utilizou em sua introdução um “marxismo erudito” e um tanto abstrato para a época. Sua introdução – na qual utilizou referências como Jean-Paul Sartre e György Lukács – se constituiu posteriormente como um trabalho à parte, sendo inclusive publicado separadamente em diferentes revistas e periódicos à época. Ianni se limitou a uma discussão menos abstrata e mobilizou o próprio Marx para cumprir a tarefa.¹⁵

¹⁴ Para um estudo sobre esta agenda ver: PULICI, C. **De Como o Sociólogo Brasileiro Deve Praticar seu Ofício: As Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969**, Dissertação de Mestrado, USP, SP, 2004

¹⁵ Para uma análise mais demorada sobre estes dois prefácios ver SOARES, L. R. **Mestres e Discipulos e um Seminário em São Paulo (1958-1978)**, Tese de Doutorado USP SP 2011

Efetivamente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni em seus estudos sobre a escravidão no Sul do País, procurariam inovar reivindicando explicitamente o uso do método dialético na interpretação dos dados coletados. O trabalho de campo havia sido feito conjuntamente pelos dois entre 1955 e 1960, nos moldes da orientação proposta inicialmente por Florestan para pesquisar o preconceito racial e a integração do negro na sociedade de classes. No entanto como resultado das leituras de Marx, os trabalhos, quando apresentados como teses de doutoramento, trariam à tona a presença das discussões do grupo (do Capital) na forma como concebiam a formação social capitalista no País. (LAHUERTA, 2005, P. 162)

Entre as principais razões que motivaram a formação do grupo e a tentativa de uma nova ótica de compreensão da obra de Marx e da realidade brasileira através da perspectiva marxista estiveram: o “fracasso” do regime comunista na União Soviética, a revelação das atrocidades cometidas por Stalin durante seu regime ditatorial, além do cenário brasileiro com seus descompassos entre herança escravocrata e desenvolvimento capitalista. “O objetivo mais evidente do grupo foi o de fazer, através da junção de várias áreas de atuação, um esforço teórico que lhe possibilitasse elaborar uma nova “interpretação do Brasil”, e de seu lugar no mundo (...).” (LAHUERTA, 2005, P. 162)

Ianni inseriu em seu trabalho de doutorado a temática da escravidão nos termos marxistas, demonstrando que a escravidão seria incompatível com o novo modo de produção capitalista que era gestado no Brasil.¹⁶ As análises sobre a abolição da escravatura e a formação da ordem social capitalista receberam a tônica de grave denúncia através dos diagnósticos de Ianni por meio da perspectiva crítica do marxismo. Além disto, a avaliação do fenômeno racial passava a se diferenciar em larga medida das análises formuladas até então, por exemplo, por Gilberto Freyre em **Casa Grande & Senzala (1983)**.

Freyre em seu trabalho anunciava “relações harmônicas” entre escravos e senhores, e com o tempo as novas interpretações efetuadas através da perspectiva marxista de investigação acabaram levando a ótica freyriana – uma das mais consagradas interpretações sobre a questão racial no Brasil até aquele momento – a um patamar de incoerência de interpretação da realidade e seu autor ao status de formulador de uma teoria que justificava o racismo no seio da sociedade brasileira¹⁷.

O germe da denúncia ao mito da democracia racial já estava presente em trabalhos anteriores como o de Bastide e Florestan - além de outros resultados do Projeto UNESCO como as investigações de Costa Pinto - porém assumiram um novo caráter com a obra de

¹⁶ Parte desta inspiração vem também de sua leitura da obra: WILLIAMS, E. **Capitalismo e Escravidão**, Cia das Letras, SP, 2012

¹⁷ Para esta questão ver, entre outras obras: PAIXÃO, M. **Manifesto Anti-Racista: Ideias em Prol de uma Utopia Chamada Brasil**, DP&A Ed., UFRJ, RJ, 2005;

Ianni. O intelectual denunciou em sua obra a abolição como uma revolução branca visto que a intenção principal da abolição não era libertar o escravo, mas sim transformar o trabalhador cativo em mão-de-obra livre, o que seria mais vantajoso aos proprietários de escravos.

Os aspectos econômicos – em especial a categoria trabalho - da questão racial são centrais na tese de Octavio Ianni. A mudança do título da tese **O Negro na Sociedade de Castas** para **As Metamorfoses do Escravo** quando da publicação pela editora Difel é significativa neste limiar uma vez que a palavra “metamorfose” presente no título se refere justamente à transformação do escravo, de mercadoria à mão-de-obra quando se completa a transição do sistema escravocrata para a ordem social competitiva.

Além da alteração na tônica dos diagnósticos elaborados sobre o fenômeno da abolição por Ianni é possível perceber a incorporação de uma nova interpretação e de uma nova retórica baseada nos fundamentos teóricos e metodológicos do marxismo. Através de diferentes citações de Marx utilizadas por Ianni, é possível constatar, por exemplo, a incorporação da ideia de sobredeterminação da “estrutura” sobre a “superestrutura”. Estava claro para Ianni que as relações materiais estabelecidas no sistema escravista constituíam a “chave mestra” que determinava o modo pelo qual se davam as relações raciais entre os atores que conviviam neste regime.

A seguinte citação utilizada por Ianni ilustra a assertiva. “Modelando as **relações sociais** em conformidade com os seus **modos de produção material**, os homens modelam também **as ideias, as categorias**, isto é, **as expressões ideais abstratas das mesmas relações sociais**” (MARX, ENGELS, 1951, P. 123 apud IANNI, 1962, P. 21 Grifos nossos) A formulação, bastante familiar aos intelectuais das Ciências Humanas da atualidade, chegava a Ianni e a outros estudiosos daquele contexto universitário como inovação interpretativa dos fenômenos sociais através das leituras no Seminário e de algumas obras de Marx que foram sendo inseridas nos programas e ementas das universidades à época.¹⁸

As Metamorfoses do Escravo

Além da tônica de denúncia adotada por Ianni na análise sobre a escravidão e sua abolição no Brasil através da perspectiva crítica do marxismo, a interpretação do autor trouxe, através desta analítica, alguns elementos novos sobre o fenômeno da desintegração

¹⁸ Embora inovadoras do ponto de vista teórico e metodológico, as pesquisas desenvolvidas por Octavio Ianni, que inseriram a perspectiva marxista nos modos de interpretação da questão racial, passaram tardiamente a ser alvo de críticas por parte da intelectualidade e da militância dos movimentos negros por considerarem que as questões referentes às desigualdades e ao preconceito racial tenham ficado subsumidas frente às perspectivas que consideravam com maior predominância as desigualdades de classes que passaram a ser adotadas a partir da ótica marxista de análise.

da ordem escravocrata no Brasil. Novas perspectivas foram elaboradas através de ideias provenientes destas leituras que o autor fez do fenômeno histórico através da ótica marxista.

Octavio Ianni trouxe de maneira inovadora para o centro de sua análise a incompatibilidade entre o regime capitalista que se formava no final do século XIX no Brasil e a permanência da utilização da mão-de-obra escrava como principal força de trabalho produtiva. Seguindo esta linha interpretativa Ianni chegava à conclusão de que ao longo do tempo o trabalho escravo vinha perdendo eficiência em face do novo regime de trabalho livre fortalecido pelos imigrantes europeus e pelas inovações tecnológicas que substituíam o trabalho cativo por um trabalhador de preço mais baixo para o senhor engenho. Com as inovações tecnológicas e o emprego da mão-de-obra livre, o escravo tornava-se um meio de produção de alto custo para os senhores de escravos que se transformavam, naquele período, em novos “empresários capitalistas” e tinham que moldar seus negócios à nova lógica do mercado. O cálculo racional tomava conta do antigo mercado que se dividia entre a ordem rural e a citadina, o que impossibilitava, segundo Ianni, a coexistência entre capitalismo e escravidão. “(...) devido à interrupção do tráfico negreiro, a política imigratória etc. o trabalhador escravo se torna (ou) economicamente oneroso ou inadequado às novas exigências.” (IANNI, 1962, P. 184, 185) O foco dos principais motivos elencados pelo autor para explicar a abolição da escravatura foi deslocado do campo político e social para o campo “econômico” na análise de Octavio Ianni.

O eixo da análise sobre a desintegração do sistema escravocrata passou a buscar explicações nas transformações ocorridas nos meios de produção, com a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. A partir deste momento apenas elementos políticos e sociais não eram mais suficientes para explicar isoladamente a abolição da escravidão no Brasil.

Este modo de interpretação, embora tenha trazido luz a novos elementos, acabou por ocultar alguns outros – ou no mínimo tendeu a minimizá-los – como o protagonismo do agente escravo no processo histórico de desintegração do sistema escravocrata. Isto porque na perspectiva adotada por Ianni e por outros intelectuais marxistas, o processo de desagregação do sistema não se deu por conta de um papel ativo desempenhado pelo escravo diante de sua situação “oprimida”, mas este teria sido na verdade agente passivo de uma transformação histórica e econômica que praticamente independia de sua vontade.

Deste modo o escravo era visto por Ianni menos como “agente da história” e mais como resultado dela. Ianni atribuía esta ausência do protagonismo histórico a uma suposta ausência de consciência – discussão clássica do marxismo à época – por parte do escravo

que não estaria capacitado a agir no sentido de transformar a ordem sócio-econômica vigente por conta da condição de alienação a que fora submetido durante tanto tempo¹⁹. Embora a visão de Ianni não fosse radical neste sentido – procurando em certo sentido em alguns momentos demonstrar algum protagonismo por parte destes agentes sociais no processo de mudanças – seu modo de interpretação deu margem a diversas críticas relacionadas a este ponto.²⁰

Ianni procurava demonstrar em sua tese que a posição abolicionista de determinados escravos frente à organização sócio-econômica não poderia ser compreendida como emancipatória, visando à extinção do sistema escravo como um todo uma vez que estas atitudes individuais objetivavam, na verdade, manumissões individuais e não tinham caráter coletivo ou de massa.

Segundo Ianni não havia um caráter de movimento coletivo nas atitudes de recusa ao sistema por parte de alguns escravos. “Para que (...) assumisse tal significado, seria preciso que o comportamento da coletividade cativa fosse organizado em função de uma **elaboração consciente da condição escrava**” (IANNI, 1962, P. 234, grifo nosso) Ianni esclarece ainda que o movimento dos escravos não podia ser visto como movimento coletivo. Ainda que grupos de escravos tenham se unido pela causa e lutado juntos pela libertação, segundo o autor “Somente as condições estruturais, em suas contradições e tensões, é que conduzirão o cativo a uma situação histórica em que ele se negará.” (IANNI, 1962, P. 234) Este último trecho citado é bastante representativo da perspectiva adotada pelo autor acerca do papel do escravo no processo abolicionista.

Os elementos citados acima se coadunam com a interpretação referente ao conceito marxista de alienação mobilizado por Ianni em determinados momentos da obra. Em seu diagnóstico Ianni denunciava o aspecto referente à dupla alienação do cativo na organização social escravocrata, no primeiro caso enquanto escravo, privado de sua condição de trabalhador e mão-de-obra livre e no segundo enquanto mercadoria, privado de sua consciência enquanto indivíduo.

Segundo o autor o sistema escravista teve que ser mantido sob constante vigilância para que a condição alienada do escravo pudesse ser preservada, visto que a escravidão só sobreviveria sob esta prerrogativa. A casta de escravos representaria “(...) uma categoria social cujos membros são alienados não só no produto do seu trabalho como também em sua própria pessoa.” (IANNI, 1962, P. 181) Ianni, conforme citamos anteriormente, se referia à alienação enquanto categoria econômica (como escravo) e enquanto categoria social

¹⁹ Elucidaremos a questão da alienação tratada por Ianni mais a frente.

²⁰ Ver PAIXÃO, M. **Manifesto Anti-Racista: Ideias em Prol de uma Utopia Chamada Brasil**, DP&A Ed., UFRJ, RJ, 2005;

(como mercadoria), uma dupla alienação, como produto do próprio trabalho e como indivíduo. Além disto, sobre esta casta esclarece “(...) é uma casta alienada, que não está em condições de apreender, enquanto casta, o sentido da própria existência social, quer em face da casta à qual se acha submetida quer de si mesma” (IANNI, 1962, P. 181)

Outro aspecto importante que se destaca na interpretação de Ianni se refere à utilização da dialética marxista para a compreensão do processo histórico de desintegração do sistema escravista. Ianni em sua interpretação trouxe o surgimento do mulato no seio da família patriarcal como um dos elementos antitéticos que contribuíram com o processo de abolição da escravidão por conta das consequências geradas por um componente que não constituía uma representação tradicional nos polos opostos presentes no sistema escravista. “O mulato, como se verá, é um produto dessa situação, exercendo, independentemente da sua consciência real da situação, efeitos sociais ativos, contraditórios com os requisitos de estabilidade do regime.” (IANNI, 1962, P. 173)

Deste modo, além da incompatibilidade entre mão-de-obra escrava e regime econômico capitalista em formação anunciada por Ianni, existiria a “incompatibilidade social” no surgimento do mulato no seio da família patriarcal, resultante dos intercursos sexuais entre senhores de engenho e escravas. “O mulato é, por isso, um produto dialético, negação o escravo e do senhor, e, em decorrência um dos agentes de destruição da escravatura” (IANNI, 1962, P. 197).²¹

O Pensamento de Octavio Ianni: Questão Racial x Marxismo

Sabemos que a “questão racial” constituiu-se e continua a se constituir enquanto grande obstáculo para o desenvolvimento social brasileiro. O campo do Pensamento Político Social Brasileiro tem contribuído sobremaneira com a revisão de reflexões, investigações, pesquisas e análises desenvolvidas no Brasil antes mesmo de a escravidão ter sido abolida aqui. O que este campo traz de essencial é a demonstração de que o “pensamento” de

²¹ As críticas ulteriores dirigidas aos trabalhos da Cadeira I de Sociologia Uspiana - principalmente às pesquisas que adotaram a perspectiva marxista de análise e que apresentavam os problemas de desigualdade racial como “resíduos da escravidão” - tem como base fundamental a demasiada importância dada por estes intelectuais aos problemas de classes contidos na problemática racial da sociedade brasileira. Para os estudiosos que corroboram esta perspectiva crítica em relação aos trabalhos da cadeira uspiana a “questão classista” e “residual escravista” acabaram por ocultar e ofuscar o problema especificamente racial presente na sociedade nacional. Entre estes autores figuram principalmente PAIXÃO (2005) e HASENBALG (2005). Estas críticas representam importante polêmica tanto no campo acadêmico quanto na esfera política, visto que dados atuais demonstram que, embora a desigualdade e o preconceito racial presente em nossa sociedade tenha também como pano de fundo a questão socioeconômica, a questão racial continua sendo um obstáculo à parte da questão social e que ainda impede a ascensão do homem negro na sociedade brasileira da atualidade. Prova disto são os dados demonstrados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEEPIR e pelo Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER. Os dados demonstram, entre outras questões, que a população negra continua sendo discriminada pela sua cor de pele e não apenas pela sua condição socioeconômica menos favorável em relação à população branca. (SEEPIR, 2013; LAESER, 2012) Além disto, outros dados referentes à desigualdade racial no Brasil podem ser conferidos no site www.laeser.ie.ufrj.br/. Uma série de dados e estatísticas importantes sobre esta temática vem sendo desenvolvidas por este laboratório de estudos.

determinados fenômenos sociais são condicionados por contextos e cenários exteriores a estes próprios pensamentos. Entre os condicionantes que podem influenciar o pensamento acerca de determinadas temáticas estão os diferentes contextos históricos, econômicos, culturais, convenções sociais e linguísticas, além dos ideários político-intelectuais que conformam uma época.

Certamente as interpretações de Octavio Ianni acerca da questão racial contribuíram para ampliar o leque de teorizações e compreensões que vinham sendo estabelecidas no Brasil desde o fim do século XIX. Poderíamos afirmar que suas interpretações e investigações sobre o tema teriam se constituído apenas como mais uma visão entre outras tantas que se concretizaram neste campo específico de estudo; mas o que devemos na verdade reconhecer é a grande importância que a adoção das perspectivas teóricas e metodológicas do marxismo trouxe para o pensamento sobre a temática racial. Através da recepção e circulação destas ideias num contexto global de pensamento, diferentes perspectivas de compreensão se abriram e facilitaram a análise de um fenômeno relativamente novo no Brasil, qual fora a abolição do sistema escravista em 1888.

Pensamos que quatro elementos principais contribuíram com a compreensão e interpretação de Octavio Ianni sobre a questão racial no Brasil. O primeiro seria referente ao contexto internacional, ao modo como as “questões de raça” eram interpretadas no mundo até então e no modo pelo qual o Projeto UNESCO tentou alterar esta lógica ao procurar respostas capazes de resolver de forma definitiva o problema do preconceito e da discriminação racial ao redor do mundo.

O segundo seria relativo à influência de Florestan Fernandes na formação, treinamento como pesquisador e orientador de Octavio Ianni. Em nossa visão a formação intelectual de Florestan Fernandes teria sido produto do “híbrido”, proveniente do treinamento teórico e metodológico recebido durante sua formação entre a FFCL – USP durante sua graduação e doutorado e a ELSP durante seu mestrado. Entre a formação uspiana e elspiana mesclaram-se o aprofundamento “teórico e abstrato” proveniente da “missão francesa”²² – tendo Roger Bastide como a figura que mais influenciou o trabalho de Fernandes – e a Sociologia empírica e aplicada proveniente da “missão americana”²³ bem representada pela figura de Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP. A influência deste “treinamento híbrido” é clara nos trabalhos de Octavio Ianni e fundamental para a compreensão da maneira pela qual se constituíram suas interpretações.

²² Ver Micelli (1989)

²³ IDEM nota 22

O terceiro elemento de influência teria como base o contexto social, político e econômico nacional-desenvolvimentista. Este cenário teria contribuído com a formação das agendas de pesquisas e trabalhos que tentavam compreender o fenômeno do atraso brasileiro. Através de diferentes leituras da realidade histórica brasileira, a intelectualidade buscava elementos que pudessem explicar o atraso nacional em relação aos “países desenvolvidos”. Este movimento pautou durante muito tempo a agenda das interpretações acerca da realidade nacional. A tentativa da compreensão de como se formou e se desintegrou o sistema escravocrata no Brasil fez parte desta tentativa de compreensão.

Por fim, o último elemento a ser levado em consideração refere-se à participação de Octavio Ianni no Seminário do Capital e à metodologia marxista adotada pelo autor para compreender o fenômeno da escravidão e sua abolição no Brasil. Através desta nova perspectiva teórica, metodológica e “filosófica”, Ianni constituiu um novo modo de interpretação sobre a realidade brasileira e desvendou elementos inéditos à época de sua produção. Não seria nenhum exagero afirmar que o novo instrumental analítico contribuiu de modo profundo com o avanço nas interpretações acerca do fenômeno sócio-econômico da escravidão e sua abolição no Brasil e que Octavio Ianni desempenhou papel fundamental no fortalecimento desta nova perspectiva de análise.

Referências bibliográficas

ARRUDA, M. A. do N.. **Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (2): 39-52, outubro de 1997.

BASTIDE, R. FERNANDES, F. **Relações entre Brancos e negros em São Paulo**. Revista Anhembi. SP, 1955

BASTOS, E. R. **Octavio Ianni: A questão racial e a questão nacional**. In: CRESPO, R.A; FALEIROS, M.R (orgs) **Humanismo e Compromisso: Ensaio sobre Octavio Ianni**. SP: ED. UNESP. (Seminários e Debates) 1996

_____**Octavio Ianni, Diversidade e Desigualdade** In: BOTELHO, A. SCHWARCZ, L. M. (ORG) **Um Enigma Chamado Brasil: 29 Intérpretes e um País**. Companhia das Letras. SP 2009

BASTOS, E. R. ABRUCIO, F. LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo, Editora 34, 464 páginas. 2006

BOTELHO, A.. **Cientificismo à brasileira: notas sobre a questão racial no pensamento social brasileiro**. Achegas Net Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 1, 2002

BRANDÃO, G. M.. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, pp. 231 a 269. 2005

BRITO, J. G. **Octávio Ianni e a interpretação do Brasil: a concepção dialética da história sob o signo da metamorfose**. Dissertação de mestrado: UNESP/Araraquara, 2005

CARDOSO, F. H. **Uma Pesquisa Impactante** In: BASTIDE, R, FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. 4°.ed. São Paulo: Global editora, 2008.

_____ **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 375 p. 2003

CARDOSO, F. H. e IANNI, **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, vol. 307). 1960

FALEIROS, Maria I. L.; CRESPO, Regina A. **Humanismo e Compromisso: Ensaio sobre Octávio Ianni**. São Paulo : UNESP, 1996

FERNANDES, F. **Prefácio** IN: **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, vol. 307). 1960

_____ **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959

_____ **Entrevista concedida** IN: BASTOS, E. R. ABRUCIO, F. LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo, Editora 34, 464 páginas. 2006

_____ **O negro no mundo dos brancos**. 2° Ed. Revista. São Paulo. Global. 313 p. 2007

_____ **Prefácio à segunda edição**, 1958 IN: BASTIDE, R. FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. Editora Global, 4°.ed. SP, 2008

_____ **A Integração do Negra na Sociedade de Classes**. Ed. Globo, II Vols. SP, 2008

FILHO, A. R. **O ‘Seminário Marx’ e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil. A crítica da Analítica Paulista o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti**, IV Colóquio Engels e Marx. SP 2005

FREITAG, B. (2005) **”Florestan Fernandes: revisitado”**. Estudos Avançados, Set./Dec, vol.19, no. 55, p.229-243. 20 – 2005

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**, 22° ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

GERTH, H. MILLS, W. **Character and Social Structure, The Psychology of Social Institutions**, London, 1954

GIANNOTTI, J.A. “**Notas para uma análise metodológica de O capital.**”. Revista Brasiliense, nº 29 P. 60 – 72, SP – 1960

_____ **Recepção de Marx no Brasil.** Novos Estudos nº 50, SP 1998

GUIMARÃES, A. S. **Prefácio** In: FERNANDES, F. **A Integração do Negra na Sociedade de Classes.** Ed. Globo, II Vols. SP, 2008

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IAMAMOTO, M. V. BEHRING, E. R. (ORG.) **Pensamento de Octavio Ianni: Um balanço de sua Contribuição à Interpretação do Brasil.** FAPERJ, UFRJ, CEOI, 7 Letras, RJ 2009

IANNI, O. **O negro na sociedade de castas,** Tese de Doutorado, USP – Localização CAPH: 16A - São Paulo 1961

_____ **As Metamorfoses do Escravo,** DIFEL, SP, 1962

_____ **Raças e Classes sociais no Brasil.** 3º Ed. Revista e acrescida de novos capítulos, 1987. 1º reimpressão. São Paulo. Brasiliense, 2004. 356p. 1º Ed. 1972

_____ **Entrevista concedida** IN: BASTOS, E. R. ABRUCIO, F. LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M. **Conversas com sociólogos brasileiros.** São Paulo, Editora 34, 464 páginas. 2006

JACKSON, L. C.. **Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969).** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. 2007 21

LAESER, **Tempo em Curso,** Ano IV, Vol. 4, nº 10, RJ, 2012

LAUHERTA, M.. **Em Busca da Formação Social Brasileira: Marxismo e Vida Acadêmica.** Perspectivas, São Paulo, 28: 157-186, 2005

_____ **Intelectuais e Transição: entre a Política e a Profissão.** Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1999

LÉPINE, C. **O Negro Brasileiro: raça, cultura ou classe social?** IN: FALEIROS, Maria I. L.; CRESPO, Regina A. **Humanismo e Compromisso: Ensaio sobre Octávio Ianni.** São Paulo : UNESP, 1996

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe: Estudos Sobre a Dialética Marxista,** Martins Fontes, SP, 2012.

MAIO, M. C. **O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999

_____ **A História do Projeto da UNESCO: estudos raciais e as ciências sociais no Brasil.** R. J.: IUPERJ, (Tese de Doutorado). 1997

_____ O **Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco**. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, Oct. 1998. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000200006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 30 Agosto de 2011

MARTINS, E. L. **Marxismo e a Universidade no Brasil: Um estudo sobre o Seminário de Marx (58 – 64)**. Dissertação de mestrado – UNICAMP, SP - 2008.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**, Expressão Popular, SP, 2008

_____ **A Ideologia Alemã**, M. C., SP, 2007

MASSI, F. **Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930 – 1960)**. In: MICELLI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil** (São Paulo: Vértice, 1989)

MICELLI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, II Vol., Vértice, SP, 1989

OLIVEIRA, D. F. S. **A Sociologia da Sociologia de Octavio Ianni: as razões da crítica e a crítica da razão no pensamento social**. Dissertação de mestrado – UNICAMP – SP 2011

PAIXÃO, M. **Manifesto Anti-Racista: Ideias em Prol de uma Utopia Chamada Brasil**, DP&A Ed., UFRJ, RJ, 2005;

PÉCAUT, D. **Intelectuais e a Política no Brasil – Entre o Povo e a Nação**, Ed. Ática, SP, 1990

PULICI, C. **De Como o Sociólogo Brasileiro deve Praticar seu Ofício: As Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969**. *Perspectivas*, v. 31, p. 97 – 120, jan./jun. 2007

ROMÃO, W. M. **Sociologia e Política Acadêmica nos anos 1960: A Experiência do CESIT**, Humanitas, SP, 2006

SCHWARZ, R.. **“Um Seminário de Marx”**. In *Novos Estudos CEBRAP*, nº 50, pp. 99-114, Março, 1998.

SEEPPIR, <http://www.seppir.gov.br/iii-conapir/documentos>

SILVA, L. F. **Pensamento Social Brasileiro: Marxismo Acadêmico entre 1960 e 1980**. Editora Corações e Mentos SP – 2003

SOARES, L. R. **Mestres e Discipulos e um Seminário em São Paulo (1958-1978)**, Tese de Doutorado USP SP 2011

TAUIL, M. R. **Octavio Ianni e o Início de sua Trajetória Intelectual: Uma Nova Interpretação sobre a “Questão Racial”**, dissertação de mestrado, UNIFESP, SP, 2013

Simbiose comercial entre sujeitos e objetos: a relação entre espaços e mercadorias com a ascensão da identidade de lojista no camelódromo de Porto Alegre/RS

Andressa Nunes Soilo¹

Resumo: Este artigo propõe refletir sobre a relação do espaço e das mercadorias comercializadas no camelódromo de Porto Alegre/RS na identidade de seus comerciantes. O camelódromo compreende um local que abarca, desde o ano de 2009, os camelôs regularizados que atuavam nas ruas da cidade. O objetivo deste trabalho é verificar de que modo o novo espaço e as mercadorias oferecidas no local, atuam na configuração de novas identidades profissionais, como, por exemplo, a de lojista. Através da perspectiva de automação e agência dos “não-humanos” (LATOUR, 2004) proposta por autores como Bruno Latour, Mary Douglas & Baron Isherwood e Henri Lefebvre, considero a articulação entre sujeitos e objetos relevante para a análise da construção identitária. Este trabalho é fruto de minhas pesquisas no camelódromo de Porto Alegre desde o ano de 2009, até o momento. Para sua realização utilizei-me do método etnográfico executando as técnicas de observação participante, conversas formais e informais e entrevistas junto aos comerciantes, além da coleta de notícias de jornais. Deste artigo, depreendo que a realocação dos comerciantes em um local reconhecido pelo Estado, desencadeia novos modos de organização comercial, além de expandir o repertório de identidades possíveis no novo espaço.

Palavras-chave: Camelódromo; Camelô; Identidade; Espaço; Mercadorias.

Abstract: This article proposes to reflect about the interference of space and commodities traded in a popular *shopping* called “camelódromo” in the city of Porto Alegre - south of Brazil – in the identity of its merchants. The “camelódromo” is a place where, since 2009, covers regularized informal street vendors. The objective of this paper is to verify how the new space and the goods offered there, interfere in the rise of new work identities, for example, shopkeeper’s identity. Through automation and agency perspectives of “non-human” (Latour, 2004) of authors such as Bruno Latour, Mary Douglas & Baron Isherwood and Henri Lefebvre, I consider the relationship between subjects and objects relevant to the analysis of identity construction. This work is the result of my research in Porto Alegre’s “camelódromo” since 2009, so far. The method used to conduct this research is the ethnographic method in which I applied the techniques of participant observation, formal and informal conversations and interviews with traders, besides, I collected newspaper reports. In this article, I conclude that the relocation of traders in a location recognized by the state,

¹ Cientista social e mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharel em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER). E-mail: andressansoilo@hotmail.com

triggers new forms of business organization, in addition to expanding the repertoire of possible identities in the new space.

Key-words: Camelódromo; Street Vendors; Identity; Space; Commodities.

1. Introdução

Este artigo² contempla o contexto de emergência do fenômeno urbano dos “camelódromos”, espaços construídos, geralmente, por parcerias público-privadas que objetivam, dentre outras finalidades, inserir camelôs³ e seu ofício em locais concentrados e controlados pelo poder público. Procuo, neste trabalho, abordar a “identidade profissional” (DUBAR, 2005) dos comerciantes que trabalham no camelódromo da cidade de Porto Alegre e sua relação com o espaço em que atuam e com as mercadorias que vendem. O camelódromo, ou *shopping* popular, porto-alegrense foi nominado em 2012 de “Pop Center” e se apresenta como uma novidade em termos de comércio popular na cidade. A inovação compreende um edifício horizontal no qual os camelôs regularizados pela prefeitura da cidade foram transferidos em fevereiro de 2009 e que traz consigo novos regramentos e demandas, como a cobrança de aluguéis por parte da administração do local, entre outros.

Na capital gaúcha, a alteração de espaço de atuação de parte do comércio popular operado por camelôs regularizados teve como propósito, de acordo com o governo municipal, revitalizar a cidade. A realocação dos camelôs contou com parceria público-privada junto à construtora Verdicon S.A que, após vencer licitação, edificou o camelódromo e, em contrapartida, lucra com o pagamento de aluguéis, e demais recolhimentos no local. No entanto, o que inicialmente fora um projeto para a instalação de camelôs, acabou por abarcar outras categorias de comerciantes devido à ocorrência de sub-locações e vendas de *boxes*⁴ e, também, em razão de alguns camelôs não conseguirem arcar com as novas despesas. Assim, artesãos podem ser encontrados no camelódromo, como também funcionários (que não tiveram experiência comercial nas ruas) contratados por camelôs donos dos *boxes* para atenderem a clientela. Desse modo, ainda que busque privilegiar os comerciantes informais regularizados que atuaram anteriormente nas ruas, estabeleci contato com outras categorias de comerciantes que se encontram no “Pop Center”, o que acabou contribuindo etnograficamente para a formulação deste trabalho.

² O estudo que aqui apresento é fruto de minhas pesquisas de graduação, no curso de Ciências Sociais, junto ao camelódromo de Porto Alegre/RS durante os anos de 2009 a 2012 e primeiro ano de Mestrado em Antropologia, no ano de 2013.

³ “Entende-se por ‘camelôs’ um grupo de comerciantes que vendem informalmente suas variadas mercadorias a preços populares nas principais ruas das cidades, bairros mais restritos, calçadas e praças públicas. Operam em bancas improvisadas onde organizam de forma amontoada todas as suas mercadorias, ou simplesmente as expõem no chão ou sobre caixotes” (MARQUES; CAVEDON; SOILO, 2011).

⁴ Espaço físico dedicado à atuação profissional dos comerciantes, também chamado por alguns trabalhadores de “loja”.

Proponho refletir, ao longo deste artigo, a identidade profissional dos comerciantes do camelódromo de Porto Alegre/RS – especialmente os conhecidos como camelôs. Por “identidade profissional” (DUBAR, 2005) quero expressar o sentimento de pertença e de identificação do comerciante camelô a um grupo que exerce as mesmas atividades laborais, noção esta que será mais bem apresentada ao longo do artigo. O diálogo que proponho entre espaços, mercadorias e subjetividades é oportunizado a partir das possibilidades analíticas oferecida pela Teoria Ator-Rede (TAR), trabalhada principalmente por autores como John Law, Michel Callon e Bruno Latour, na qual me deterei, sobretudo, nos escritos deste último.

Considerando o espaço como produto e produtor de relações sociais (LEFEBVRE, 2000) procuro perceber a potencial agência do espaço “Pop Center” e sua interação e repercussão na construção e reconstrução identitária dos comerciantes que lá atuam. A questão espacial desencadeou outro fator que considere importante em minhas observações em campo, e que está diretamente envolvido na construção da identidade: o perfil das mercadorias vendidas, que, como bens, constituem sistemas de informações que classificam “coisas e pessoas, produtos e serviços, indivíduos e grupos” (ROCHA, 2006, p.16).

É com base na recente configuração espacial destinada aos camelôs regularizados de Porto Alegre/RS que pretendo abordar o vínculo entre a identidade dos comerciantes com o espaço em que atuam, e com as mercadorias que vendem. Essa abordagem será realizada a partir da perspectiva de Henri Lefebvre (2000) sobre o espaço, de Mary Douglas e Baron Isherwood sobre bens (2006) e, como já mencionado, Bruno Latour (2001) através da Teoria Ator-Rede. A reflexão que apresentarei será estruturada a partir da ótica desses autores sobre uma análise coletiva contempladora da simbiose entre sujeito e objeto na construção social de humanos e coisas.

Os dados nos quais basearei este estudo foram coletados de notícias apresentadas no site do “Pop Center”⁵; de notícias do jornal Zero Hora – em razão de ser um jornal que noticiou informações sobre o camelódromo desde seu projeto de construção até o momento, ou seja, mostrou-se contínuo –; assim como dados coletados por mim quando de minha pesquisa etnográfica baseada em diários de campo, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas e conversas informais com comerciantes ao longo dos anos 2009 a 2013. Dos vendedores nos quais tive contato, doze interlocutores adequaram-se ao recorte desta

⁵ Site:< <http://www.popcenterportoalegre.com.br/> >.

pesquisa, abordando questões como transição espacial; mercadorias; e identidade profissional.

2. O “Pop Center” de Porto Alegre/RS

O “Pop Center”, atual nome do camelódromo de Porto Alegre, é um local representativo de mais uma dentre tantas alternativas colocadas em prática pelo poder público para controlar o comércio informal da cidade de modo mais efetivo. O novo espaço dedicado ao mercado popular enquadra-se na perspectiva de gentrificação histórica operada por grupos dominantes da capital gaúcha sobre grupos de comerciantes “indesejados” (SOILO, 2013). Nesse sentido, conforme a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1994), a burguesia porto-alegrense do final do século XIX e início do século XX endereçava seus interesses à higiene pública e moral, direcionando assim, ações intervencionistas no espaço público a fim de que a cidade se adequasse à modernidade que surgia. Nesse período, Porto Alegre apresentava movimentados atos de escambo e comércio ambulante de peixes, porém, quando os comerciantes instalavam-se nas zonas de interesses político-econômicos, aliados ao estigma endereçado ao trabalho de rua – que destoava da modernização que a cidade percorria –, os vendedores informais eram transferidos para lugares específicos e distintos (PINHEIRO-MACHADO, 2004b).

Décadas depois, mas sem um aparente desvencilhamento histórico de políticas públicas, no ano de 1989, a Prefeitura Municipal regularizou, por intermédio da Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio (SMIC), quantidade considerável dos camelôs que trabalhavam nas ruas do Centro da cidade. Desse modo, surge o então espaço do “Camelódromo da Praça XV” formado pela maioria dos vendedores regularizados. No entanto, conflitos frequentes entre lojistas, SMIC e vendedores regulares e irregulares propiciaram a elaboração de um novo projeto de realocação iniciado em 2005 que originou o “Projeto Viva o Centro”. Esse projeto que visava revitalizar o Centro Histórico de Porto Alegre tinha como um de seus objetivos a retirada dos camelôs das ruas da cidade.

Porto Alegre, assim como outras cidades brasileiras ⁶, alterou os espaços de atuação do mercado informal de “bugigangas”. De um ambiente a céu aberto, nas vias públicas mais movimentadas das cidades, os camelôs são transferidos para locais fechados, com formatos de prédios verticais arquitetonicamente simples se comparados com *shoppings* convencionais. Esses espaços conhecidos como “camelódromos” ou “*shoppings* populares” comportam unidades chamadas *boxes* ou lojas de poucos metros quadrados que abarcam

⁶ Exemplos de cidades brasileiras que transferiram os camelôs que atuavam nas ruas para *shoppings* populares: São José dos Campos; Natal; Campo Grande; Londrina; Presidente Prudente; Cuiabá; Pelotas; Uberlândia; Belo Horizonte.

as mercadorias dos vendedores - atualmente alguns comerciantes possuem espaços maiores que outros devido à compra de áreas vizinhas.

A inauguração do *shopping* popular da capital gaúcha ocorreu em 9 de fevereiro de 2009 e seu objetivo de revitalizar a cidade compreende, conforme o Governo Municipal, garantir a circulação de pedestres; o desenvolvimento do lazer; e a concentração de pessoas no centro urbano (PORTO ALEGRE, s.d). Jornais de grande circulação do Rio Grande do Sul noticiaram positivamente o novo empreendimento, destacando a paisagem urbana como “devolvida ao trânsito” (ZERO HORA, 2009, 10 fev), além de matérias que exaltaram a mudança com entonação de regozijo: “Até que enfim o camelódromo” (ZERO HORA, 10/02/2009); “Nasce um novo Centro” (ZERO HORA, 10/02/2009). Essas notícias destoam das notícias vinculadas antes de 2009, que, conforme Rosana Pinheiro-Machado (2004a, p.65), manifestavam um centro perigoso e degradado: “A degradação do Centro” (CORREIO DO POVO; 12/02/01); “Área central é palco de novos confrontos” (CORREIO DO POVO; 27/02/2004).

Os processos de tentativas, e efetiva realocação do grupo dos camelôs apresenta uma intrínseca disputa com o poder público, não apenas de interesses, mas também de espaços. O lugar de atuação do comércio informal e/ou irregular fora um local ilegítimo e situado às margens da legislação estatal por ser um espaço público utilizado, de certo modo, como um espaço privado pelos camelôs. A conjuntura atual manifesta a contradição do espaço do recente camelódromo como legítimo e legalizado pelo poder público, ao mesmo tempo em que apresenta um comércio informal e/ou irregular que comercializa mercadorias ilegais (bens piratas), ou seja, ocorre uma estatização da atividade do camelô através de seu local de atuação. Perceber se a nova característica de autenticidade espacial na qual os vendedores atuam influencia na identidade de camelô enraizada e moldada nas ruas, é o que procurarei abordar a seguir.

3. Os bens dialogam distintamente no novo espaço: nova identidade?

Para discutir a questão identitária dos comerciantes do “Pop Center”, entende-se, neste trabalho, identidade – em um sentido amplo – como uma construção social baseada no sentimento de pertencimento a um grupo que compartilha dos mesmos traços culturais (BARTH, 2000; ELIAS & SCOTSON, 2000; GOFFMAN, 1985; HALL, 2007), decorrente da articulação entre a biografia de cada indivíduo e as relações sociais que estabelecem, pois, como pondera Claude Dubar, “a identidade para si é correlativa do Outro e do seu reconhecimento: eu só sei quem eu sou através do olhar do Outro” (DUBAR, 2005, p. 110).

Faz-se importante reiterar que a formação identitária (ibidem, 2005) que busco compreender é aquela que se constitui na esfera profissional da vida dos sujeitos, privilegiando a relação entre trabalho e identidade (DUBAR, 2005) e podendo ser percebida a partir da “maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho” (NARDI; TITTONI; BERNARDES, 2002), ou ainda, como as “expressões do sentido [...] nas quais se cristalizam as suas percepções subjetivas de pertença e de diferenciação” (LOPES, 2001, p.60). Desse modo, utilizo-me da perspectiva interacionista de Claude Dubar (2005) que compreende a identidade como uma construção social e ao mesmo tempo individual e subjetiva, moldada pela socialização (BERGER & LUCKMANN, 1978) e pela trajetória de vida de cada sujeito. Claude Dubar enfatiza a fragmentação da identidade no contexto moderno a concebendo como plural e situacional, ou seja, o ator social assume diversas identidades em si que são acionadas em determinadas situações (identidade situacional), assim como nas diferentes esferas de sua vida (o ator social frente à sua família, ocupação profissional, amizade, entre outras) (DUBAR, 2005). A contribuição de Dubar parece adequar-se a este trabalho por reconhecer a maleabilidade da identidade frente a eventos conjecturais, ou seja, uma constante formação identitária que corrobora com a o surgimento de novas percepções acerca da identidade profissional do camelô.

Procuro neste tópico problematizar a identidade profissional do antigo camelô que, em decorrência da alteração de seu espaço de atuação de trabalho assume outro tratamento social. Os veículos midiáticos, desempenhando a função de difusores de ideias de alcance abrangente, apresentam-se como um dos mais notáveis exemplos de oscilações de opiniões acerca das práticas comerciais dos camelôs no tempo e espaço. Se durante o período em que atuavam nas ruas estes vendedores informais eram considerados marginais que vendiam má mercadoria pela mídia hegemônica (jornais, programas de TV, rádio), atualmente são percebidos como pequenos lojistas ou micro-empresários pelos meios de comunicação de grande circulação da cidade.

O novo camelódromo constitui-se como um espaço que conta com o aval do poder público contrapondo-se à ocupação deliberada e ilegítima (na perspectiva do poder instituído) dos comerciantes informais antes do ano de 2009. A legalidade oficial que permeia atualmente as práticas comerciais desempenhadas pelos antigos camelôs de rua, ainda que parcialmente já que as mercadorias ainda vão de encontro com o regime de propriedade intelectual, afeta o discurso proferido pela mídia e pela sociedade consumidora ou potencialmente consumidora. Desse modo, o trabalho desempenhado nas ruas pelo camelô o faz um personagem com características negativas; no *shopping* popular, o camelô

é considerado positivamente como um lojista empreendedor. Nesse sentido, Carrieri et. al. também percebem a variação do discurso midiático junto ao camelódromo de Belo Horizonte/MG:

De forma geral, na visão da mídia, a mudança para os Shoppings Populares fez com que os ambulantes mudassem sua identidade, para lojistas, pequenos comerciantes, expositores, empreendedores. Seriam agora personagens formais, aceitas e legitimadas pela sociedade, com um território de atuação reconhecido (Carrieri et al, 2009, p. 289).

O “Pop Center” dotado de legitimidade perante o Estado opera, através de propagandas e incentivos comerciais propostos por este, como um mediador da instauração de uma nova percepção social frente aos camelôs. A estrutura laboral desses comerciantes acaba por ser reorganizada pelo poder público e pela administração da empresa Verdicon S.A, que se utilizam de estratégias que objetivam formalizar os camelôs. Esse processo de desconstrução ou reformulação do informal atua através da SMIC e do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que disponibilizam aos vendedores oficinas e palestras gratuitas sobre qualificação profissional e empreendedorismo. Essas promoções administrativas e estatais que abarcam o *shopping* popular porto-alegrense sugerem o tratamento de pequenos empresários e lojistas aos, até então, vendedores conhecidos como camelôs. Pode-se dizer, a partir do exposto até aqui, que o camelódromo é permeado por um jogo de discursos em que a legitimidade da prática comercial realizada pelo vendedor (camelô ou pequeno empreendedor) é constantemente e situacionalmente negociada.

A percepção da clientela frequentadora do “Pop Center” e de instituições financeiras, como bancos, são exemplos das percepções negociadas e alteradas sobre os comerciantes. Conforme o relato do interlocutor Luís, vendedor de roupas no camelódromo porto-alegrense, a transição territorial promoveu uma nova apreensão identitária das pessoas e das instituições em relação ao camelô:

(Antes) Era uma visão péssima, muitas pessoas tratavam o camelô como marginal e na realidade ele não é marginal, camelô está indo trabalhar pra rua pra sustentar os filhos, ter onde morar. Agora não, a visão foi melhorando, o público já vê o camelô como quase lojista, hoje eles já não olham com uma visão lá embaixo, te olham com uma visão parelha porque eles veem que tu tens uma loja, as próprias organizações públicas já abrem caminhos pra ti. Bancos por exemplo, hoje eles abrem as portas pra ti

porque teu poder aquisitivo já melhorou bem mais, a tua posição, teu estabelecimento, tem o alvará.⁷

A percepção de modificação da concepção social sobre a identidade do vendedor que vai de camelô estigmatizado para lojista legalizado, bastante referida entre os interlocutores nos quais tive contato, assume uma complexidade situacional em que a identidade de pequeno empresário ainda que absorvida, pode sofrer resistência histórica. No relato abaixo, o interlocutor Nei, vendedor de bijuterias femininas e camelô atuante nas ruas desde o ano de 1982, estabelece um estado ambíguo de identidade profissional que articula o camelô histórico e o lojista em formação em um só indivíduo:

Eu não me considero mais (camelô) sabe por quê? Porque quando eu vim pra cá... Ora, eu não vou deixar de ser um camelô na veia, mas eu to com a cabeça virada pro lado do empresário porque eu tenho que pensar como um empresário eu não posso pensar como um camelô.⁸

Em outras conversas e entrevistas informais que realizei junto aos vendedores do “Pop Center”, alguns comerciantes enfatizaram sua identidade profissional de camelô, definindo a si mesmos enquanto tal, já outros trabalhadores se autodeterminaram como lojistas ou pequenos empresários. Porém, essa aparente bifurcação demonstrou-se situacional e porosa, como no caso do discurso de Nei demonstrado acima. Percebi em alguns relatos que a identidade de lojista era acionada de modo mais recorrente quando os vendedores falavam de suas atividades enquanto trabalhadores legítimos, reconhecidos, e por isso, com honra. Esse discurso envolvia suas mercadorias e a qualidade que estas oferecem, o lucro que alcançam e as condições de trabalho proporcionadas pelo próprio *shopping* popular (lojas, alvará, crédito em instituições financeiras, segurança, local fechado). Já a identidade de camelô era acionada quando a administração do camelódromo (empresa Verdicon S.A e Estado) fazia parte de nossos assuntos. Tal discurso era seguido de reclamações acerca da cobrança de aluguéis e de taxas de condomínio, assim como da excessiva fiscalização e restrições feitas ao comércio. Ao colocarem-se contrários a essas ações, os vendedores resgatavam o histórico de camelô que gastava pouco dinheiro na manutenção de seu comércio.

A noção de identidade plural, situacional, porosa e, sobretudo, negociável do comerciante do “Pop Center” é o que procuro destacar até aqui. O espaço do novo

⁷ Entrevista realizada pela autora em 02/08/2010 com o interlocutor (nome fictício) Luís no camelódromo.

⁸ Entrevista realizada pela autora em 06/04/2010 com o interlocutor (nome fictício) Nei no camelódromo

camelódromo desencadeou um novo repertório de possibilidades de formação identitária profissional, proporcionada, dentre outras razões, pela legitimidade oficial que o local adere e, conseqüentemente, um repertório de situações em que essas identidades são acionadas. O que buscarei demonstrar a seguir é a capacidade do camelódromo, como espaço, de possuir agência e, com isso, atuar na produção de novas identidades comerciais.

3.1 O espaço como actante

Para abordar a influência e agência do novo local de trabalho dos camelôs na identidade destes comerciantes, utilizo a perspectiva de Henri Lefebvre (2000) sobre espaços. De acordo com Lefebvre os espaços não se constituem como objetos de estudo conformados à reificação, ou seja, não se apresentam apenas como produtos das relações sociais, mas também produtores dessas relações:

O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os "produtos", senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais. (LEFEBVRE, 2000, p.20)

O espaço concebido por Henri Lefebvre, compreendido como produto e produtor, pode ser analisado como um actante a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour. Essa teoria apreende a realidade como uma questão social na qual as coisas e os humanos não podem ser concebidos e estudados separadamente de forma axiomática, como se fossem categorias puras e dissociadas. Conforme Latour (2001) se faz necessário um olhar mais atento para a "história social das coisas" e a "história 'coisificada' dos humanos" de modo que sujeito e objeto apresentem-se em interferência mútua. O ator na TAR não diz respeito somente ao humano, mas a tudo aquilo que atua no mundo, na rede, que gera efeitos e transforma as relações sociais.

O interesse de Latour está em desfazer as dicotomias ontológicas nas relações entre humanos e não-humanos para percebê-las como interações onipresentes, que nada se diferenciam das relações entre humanos e humanos. No livro "Jamais fomos modernos" (1994) o autor tem a pretensão de mostrar que a modernidade, engajada em estabelecer

dicotomias, não é datada, com início, meio e fim - como concebe Lyotard (1986) -, mas que nunca existiu. Conforme Latour, essa inexistência de bifurcações estanques decorre das mediações em que estas estão envolvidas diluindo assim a purificação de suas oposições.

É com essa noção dialética e transcendental de espaço, presente nos escritos de Lefebvre e de Latour, que percebo o “Pop Center” não apenas como uma materialidade que abarca fisicamente pessoas, mas como dotado de propriedades agenciadoras que interagem no curso das relações que o integram. Deste modo, o camelódromo como espaço provido de agência e de características formais como a legitimidade estatal; reconhecimento positivo da mídia; semelhança organizacional e estrutural com *shoppings centers* convencionais; e finalidade social de revitalizar a cidade, reconfigura o cenário do comércio popular, conferindo a seus comerciantes a viabilidade de corporificação da identidade profissional de lojista.

3.2 No espaço, as mercadorias

O camelódromo, espaço avaliado pela mídia e pelo governo como adequado para o comércio, altera parcialmente a identidade do comerciante, como procurei demonstrar, mas também modifica outras relações sociais. A relação vendedor-Estado torna-se uma relação de poder munida de maior controle se comparado às ruas, de acordo com alguns comerciantes nos quais tive contato - isso em razão do espaço abarcar características de um *shopping center* e possuir regulações cada vez mais formalizadas como horários de funcionamento comercial, local fixo dos *boxes* e rastreamento das ações de compra e venda e sublocação das lojas.

A relação vendedor-consumidor também parece ser alterada, além das mudanças na abordagem da clientela (gritos e performances gestuais, típicas dos vendedores de ruas, não são mais convenientes devido ao local fechado do camelódromo), muitos comerciantes apontam a presença crescente de consumidores com aparente poder aquisitivo elevado como um dos fatores positivos da transição ao “Pop Center”:

Muda até o tipo de pessoa que tu vai atender porque muita gente que não comprava na rua está comprando aqui. Que nem esta entrevista: ela está formal, mas se estivéssemos na rua e de repente desse uma correria lá, tu nem podia ficar parada. Aqui tu podes, tem segurança, aqui tem uma câmara, todos os corredores tem câmara.⁹

⁹ Entrevista realizada pela autora em 09/05/2012 com o interlocutor (nome fictício) Nilson no camelódromo.

A transferência para o camelódromo suscitou novas demandas organizacionais, como explicitarei, mas o arranjo que mais me despertou interesse, e que julguei como um recorte relevante para abordar o espaço e sua ação na configuração identitária dos comerciantes estava na aparente alteração dos produtos oferecidos. Desde 2009, quando iniciei minha pesquisa no então recente camelódromo, tive a impressão de que o local demandava uma nova oferta de mercadorias por parte de seus vendedores, e o indicador mais claro dessa opinião, para mim, estava presente na grande quantidade de lojas vendedoras de produtos eletrônicos. Esses produtos eram e ainda são oferecidos em larga escala no “Pop Center”, vendidos em lojas que possuem televisões de plasma – que mostram os jogos de videogames disponíveis - computadores, rádios, entre outros objetos que necessitam de luz elétrica e que compõe um novo cenário comercial muito semelhante às grandes lojas de aparelhos eletrônicos da cidade.

Mercadorias como videogames, celulares, câmeras digitais, carregadores, *tablets*, entre outros objetos com essa característica tecnológica, que atualmente se sobressaem em vendas no camelódromo, dificilmente eram encontradas nas ruas. Com maior profundidade etnográfica pude depreender que as mercadorias anteriormente vendidas nas vias públicas não foram totalmente substituídas – muitas foram mantidas –, mas apresentam-se distribuídas no “Pop Center” em diferentes proporções se comparadas à época de quando eram expostas nas bancas das ruas.

Se no período de camelotagem a céu aberto podia-se encontrar com facilidade bancas que vendessem pequenas mercadorias como isqueiros, cadarços, rádios de pilha, CD's, DVD's, óculos escuros, despertadores e brinquedos, atualmente este cenário não é tão óbvio, e aparece quase despercebido em meio aos *boxes* repletos de roupas e eletrônicos. O caso de CD's, DVD's e óculos escuros é emblemático no que diz respeito à alteração de mercadorias, pois a administração do local não permite a venda desses produtos no interior do camelódromo.

No comércio, os bens são como “peças-chave para a construção de identidade social” (OLIVEN & PINHEIR-MACHADO, 2007, p.8) e o apelo estatal à modernização do comércio dos camelôs ocasiona uma apropriação de identidade historicamente delimitada por elas: a de lojista. Rosana Pinheiro-Machado (2004a) demonstra em sua dissertação de Mestrado a relação ambígua entre camelôs que trabalhavam nas ruas e lojistas. Estes eram, em muitos momentos, considerados comerciantes de maior *status*: “um vendedor regularizado do camelódromo (das ruas), frente a um irregular, é mais ‘legal’ do que ele, ou

estabelecido. Esse estabelecido, por sua vez, diante de um lojista, é também um outsider” (PINHEIRO-MACHADO, 2004a, p.69).

A dinâmica de inclusão e exclusão comercial ainda permeia as relações dos comerciantes do “Pop Center”, ainda que nem todos tenham trabalhado como camelôs nas ruas. Atualmente, o ator estabelecido é quem incorpora a mensagem de modernização e formalização estimulada pelo governo municipal. Ao ser questionado por mim acerca de sua identidade como camelô, um de meus interlocutores respondeu-me de modo enfático que “camelô é quem vende mercadoria ruim, que engana, eu não sou camelô”¹⁰. A participação das mercadorias nesse processo de gradação identitária é fundamental, pois a distinção entre um camelô e um lojista se dá, além de aspectos burocráticos, através das mercadorias que comercializam e que os classificam dentro de uma hierarquia comercial.

Ao longo da pesquisa, as opiniões dos interlocutores sobre mudanças no que concerne a produtos comercializados são, como quase tudo no camelódromo, heterogêneas. Alguns interlocutores consideram o “Pop Center” como um local que alterou as mercadorias vendidas, seja em seu exemplar, seja em sua qualidade. Outros afirmavam que vendiam as mesmas mercadorias nas ruas (no caso, estes entrevistados vendiam roupas) e que, consideravam a minha mudança de percepção sobre os produtos lá vendidos uma questão de qualidade: “Aqui as coisas estão com mais qualidade. Na rua era meio... sei lá”¹¹.

A qualidade dos produtos apareceu, entre a desuniformidade de opiniões, como uma constante nos relatos dos comerciantes, o que pode ser percebido como um novo interesse e distinção comercial em um mercado antes reconhecido por sua informalidade e má qualidade. Nesse sentido, Moisés Kopper (2012) aborda a qualidade das mercadorias oferecidas como novos mecanismos de inclusão e exclusão no “Pop Center”:

Muitos daqueles que não foram capazes de ajustar-se nas primeiras semanas ou meses de trabalho passaram por processos jurídicos de despejo, enquanto outros puderam negociar os critérios de um acordo com a empresa. Assim, o que passou a estar em jogo, no camelódromo, não se referia mais à fiscalização da pirataria ou do contrabando pelo Estado, mas antes ao tipo de sujeito que vendia que tipos de produtos, mantinha que tipo de relação com a empresa e colocava em circulação que tipo de clientela. A importância de cada comerciante passou a ser calculada em termos da assiduidade de seus pagamentos, da quantidade de bancas acopladas, compradas ou sublocadas, da posição estratégica que ocupava a

¹⁰ Conversa informal entre a autora e o comerciante Lúcio gravada no camelódromo em 22/08/2013.

¹¹ Conversa informal entre a autora e a comerciante Mariana gravada no camelódromo em 15/08/2013.

sua banca na arquitetura geopolítica do espaço e da natureza da mercadoria vendida. (KOPPER, 2012, p.7)

Pode-se depreender que a transferência espacial dos camelôs para o *shopping* popular ensejou novas normas locais, novas organizações práticas e sociais, novos interesses e *status*. A mudança de determinados tipos e quantidades de mercadorias oferecidas no camelódromo pode ser visualizada a partir da reflexão de Michel Callon (1998), que enfatiza uma agência de racionalidade econômica baseada em cálculos sobre as possibilidades comerciais bem-sucedidas dentro de determinada lógica. Também pode ser examinada através das afirmações de Douglas & Isherwood de que “todos os bens emitem mensagens sobre a hierarquia” (2006, p.176) e que os bens “podem ser usados como cercas ou como pontes” (2006, p.36).

As perspectivas desses autores parecem se ajustar às mudanças de produtos no camelódromo: vendedores que oferecem bens que condizem com a proposta comercial de *shopping center* do “Pop Center” prevalecem comercialmente na nova configuração, são seres dotados de prestígio em seu *métier*, enquanto quem ainda oferece as conhecidas “quinquilharias”¹² ou “bugigangas”¹³ assumem um *status* inferior.

Assim como o espaço de atuação comercial, as mercadorias exercem mediação e modificação em relação aos indivíduos. A análise heterogênea entre humanos e não-humanos da Teoria Ator-Rede (TAR) parece também ser apropriada para a análise da reação identitária do comerciante frente às mercadorias que oferecem. O que Bruno Latour e outros autores que trabalham com a TAR procuram demonstrar é um liame entre sujeito e matéria que compõe o cotidiano do coletivo. Propus pensar a identidade do comerciante do “Pop Center”, após considerá-la um produto do espaço, como uma categoria mediada também pelas mercadorias oferecidas por aqueles atores. A identidade do camelô/lojista/empreendedor de um *shopping* popular mostrou-se um bom exemplo de como mercadorias, representativas da categoria de não-humanos de Latour, estabelecem fronteiras, demarcam *status* e constituem uma profissão.

A mediação entre produtos de boa qualidade, má qualidade e comerciantes, instaura uma identidade comercial tanto a seu vendedor, que afeze maior prestígio no camelódromo, quanto à mercadoria que passa a ser associada ao êxito comercial. Produtos

12 “s.f. (fr. Quinquillarie). 1. Artefato metálico de pequeno valor, geralmente de uso doméstico. 2. Bagatela. S.f. PL. 1. Brinquedos de crianças. 2. Bagatelas, bugigangas, miudezas.” In.: LAROUSSE CULTURAL, *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992, p. 933.

13 “s.f Coisa de pouco valor; quinquilharia, bagatela.” In.: LAROUSSE CULTURAL, *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992, p. 156.

de pouca qualidade e vinculados ao mercado informal acabam sendo estigmatizados e excluídos da nova racionalização do comércio popular.

4. Considerações finais

Se as ruas, bancas, veículos midiáticos, mercadorias e práticas construíram a identidade do comerciante camelô ao longo do tempo, nesta monografia propus pensar a identidade desse ator social em um novo *locus*. Percebi que o campo de estudo, um *shopping* popular de concreto, e integrado por unidades chamadas de *boxes* ou lojas, confere ao vendedor informal a necessidade de reorganização de suas práticas comerciais e, conseqüentemente de sua identidade profissional. Esse novo espaço não abarca somente camelôs que trabalhavam nas ruas, mas também artesãos e outros vendedores que são funcionários de donos de lojas, ou ainda compradores desses pontos. Procurei privilegiar o personagem “camelô” nesta pesquisa, no entanto, o relato de vendedores com outra trajetória laboral contribuiu para melhor compreensão da configuração do “Pop Center”.

Ao pretender, neste trabalho, apresentar um diálogo entre o espaço “Pop Center” e a identidade comercial dos vendedores, me utilizei, principalmente, do aporte teórico de Henri Lefebvre, Bruno Latour e Mary Douglas & Baron Isherwood, autores que contribuíram para a perspectiva agenciadora das coisas que, em decorrência dessa característica de autonomia, concorrem para a constituição identitária de sujeitos sociais. Demonstrei a característica agenciadora do espaço “Pop Center”, que atua como mediador de transformações subjetivas e objetivas a partir da perspectiva de Henri Lefebvre (2000), na qual concebe o espaço como produto e produtor da vida cotidiana. Considerando o espaço como um local dotado de autonomia, abordei-o também a partir da Teoria Ator-Rede, através de Bruno Latour (2000), que visa a uma análise social e relacional entre sujeitos e objetos.

Nesse sentido, entendo que o espaço, dotado de valores construídos socialmente, contribui para a ascensão de uma identidade profissional reconstruída e readaptada para os camelôs que atuavam nas ruas. Em um camelódromo constituído por corredores, lojas, setor administrativo e com arquitetura semelhante a *shoppings centers* convencionais, a identidade do comerciante informal acaba por receber a irrupção do valor social de um espaço comercial fechado e regulado, ou seja, a agência da formalidade. A partir da transição espacial - e dos conseqüentes incentivos à formalização da atividade do comerciante por parte da administração do camelódromo -, pude verificar novas demandas por parte de órgãos de controle (como pagamentos de aluguéis, propostas de cursos sobre

empreendedorismo, horários comerciais delimitados) e novas ofertas por parte dos comerciantes (como no caso das mercadorias e sua organização no espaço). Desse modo, compreendo que o novo camelódromo propõe medidas que incentivam o vendedor a atuar e a ser percebido como um lojista.

Nesse cenário, considero o “Pop Center” como um local que dispõe de uma porosidade identitária: a do antigo camelô e a do lojista moldado pelo *shopping* popular. Alguns comerciantes que atuavam nas ruas resistem em um primeiro momento a assumirem o *status* de lojista; já outros os assumem de imediato; e há, ainda, situações em que ambas as identidades aparecem articuladas em um mesmo discurso.

Na nova conjuntura, a reconfiguração das mercadorias é um exemplo da permeabilidade de identidades formais e informais presentes no camelódromo. O rearranjo dos produtos oferecidos aos consumidores é percebido a partir da predominância de oferta de alguns bens com características tecnológicas em detrimento da escassez de outras mercadorias como cadarços, isqueiros e brinquedos, antes facilmente notados nas bancas de camelôs nas vias públicas. Os CD’s e DVD’s, produtos muito característicos dos camelôs nas duas últimas décadas, têm sua comercialização proibida pela gestão do “Pop Center”. Atualmente predominam vestimentas e aparelhos eletrônicos, que também eram vendidos nas ruas, porém não com a mesma frequência. O caso dos aparelhos eletrônicos envolve ainda uma relação com a eletricidade e segurança propiciadas pelo *shopping* popular, que possibilitam, assim, maior diversidade de oferta de bens deste tipo.

Para Mary Douglas & Baron Isherwood (2006) os bens são dotados de propriedades comunicativas em que os significados permeiam as relações. Neste trabalho, abordei as mercadorias vendidas no “Pop Center” como resultado de uma nova configuração espacial, que contribuem para a ascensão da identidade de lojista dos vendedores. O tipo e a qualidade dos produtos são critérios de inclusão e prestígio comercial. Quanto mais semelhante a oferta de bens no camelódromo com os de uma loja formalizada, mais prestígio social dentre seus colegas e administração local o comerciante auferir, além de demonstrar que se enquadra à proposta formal do *shopping* popular. Na perspectiva de Latour (2001), sujeito e objeto são indissolúveis em razão de serem totalmente relacionados. Com isso, percebo a identidade desses comerciantes não de forma puramente subjetiva, mas sim como um híbrido no qual o comerciante e os produtos que comercializa representam uma rede que se retroalimenta simbolicamente.

Por fim, procurei, nesse artigo, tratar da identidade do camelô enquanto trabalhador a partir de sua transferência para o “Pop Center” de Porto Alegre/RS. O camelódromo com

estruturas de concreto contribui, com sua arquitetura horizontal, seus regramentos internos e sua promoção através de propagandas, para a ascensão da identidade de lojista que, por vezes, coexiste e se confunde com a identidade de camelô dos comerciantes. Assim, compreendo a formação identitária dos comerciantes do “Pop Center”, neste momento, como ambígua e situacional, envolvida em um processo de remodelagem da identidade profissional a partir de um novo local.

Referências bibliográficas

BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

CALLON, Michel. An essay on framing and overflowing: economic externalities revisited by sociology. In: Callon, Michel, ed. *The Laws of the Markets*. Oxford, UK e USA:Blackwell Publishers & The Sociological Review, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2009.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; MARANHÃO, Carolina Machado de Albuquerque; MURTA, Ivana Benevides Dutra; SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de. De camelô a empreendedor? O impacto da mudança espacial na identidade dos ambulantes. In: *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 7, nº2, Pernambuco, 2009.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DUBAR, Claude. *A Socialização: a construção de identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KOPPER, Moisés. Do Camelódromo à Nova Classe Média: dinheiro, trabalho e moralidades em reconfiguração. In: *III Encontro Internacional de Ciências Sociais*, 2012, Pelotas/RS. Caderno de Resumos III EICS, 2012.

LAROUSSE CULTURAL, *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. *A esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La producion de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

LOPES, Amélia. *Libertar o desejo, resgatar a inovação: a construção de identidades profissionais docentes*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2001.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARQUES, Juliana Rodrigues; CAVEDON, Neusa Rolita; SOILO, Andressa Nunes. Representações sociais e comércio popular: o caso do Shopping do Porto – Porto Alegre (RS). In: *Revista Confluências Culturais*, n. 1, v. 2, p. 47-58, 2013.

NARDI, Henrique Caetano; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson Souza. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*, Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEN, Ruben George; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Apresentação da Revista Horizontes Antropológicos n° 28 – Antropologia e Consumo. In: *Revista Horizontes Antropológicos/ UFRGS*. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ano 13, n° 28, Porto Alegre: PPGAS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho-1880-1920*. Porto Alegre: Edufrgs, 1994.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *A Garantia “soy yo”*: Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este

(Paraguai). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004a.

_____. A rua como estilo de vida: práticas cotidianas na ocupação do centro de Porto Alegre por camelôs. *Illuminuras: etnografias nas Ruas*, n.62. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2004b, p.1-39 Disponível em: <http://www.iluminuras.ufrgs.br/apresenta-revista.php?cod_rev=33>. Acesso em: 14 dez. 2011

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. *Projeto Viva o Centro*. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=133>. Acesso em: 08, nov, 2013, p. 1-2.

ROCHA, Everardo. Apresentação. In: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SOILO, Andressa Nunes. *Comércio popular: sociabilidades, identidades e legalidades a partir de um estudo etnográfico do “Pop Center” em Porto Alegre/RS*. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TREZZI, Humberto. *Nasce um novo Centro*. Jornal Zero Hora, 10/02/2009.

Reflexões sobre o modelo etnoficção pensado no documentário

*Transficção*Fernando Filho¹

Resumo: O artigo pretende discutir sobre a produção de documentários etnográficos através do modelo de etnoficção, que marca o estilo de produção do cineasta Jean Rouch a partir da década de 50. Neste método, o cineasta propõe aos personagens que não mais narrem os fatos de sua vida, mas sim, interpretassem estes fatos através de encenações. Neste artigo, será analisado o documentário *Transficção* (2007), do diretor e antropólogo Johannes Sjöberg, que também utiliza o método de etnoficção nesta produção. O documentário consiste em registrar o cotidiano de duas transexuais moradoras do centro da cidade de São Paulo, que interpretam suas rotinas através de cenas de improviso, imaginadas e construídas por elas mesmas. Com isso, pretendemos discutir este modelo de fazer etnografia que coloca em tensão as fronteiras entre realidade e ficção e sujeito e objeto.

Palavras-chave: documentário, etnografia, realidade e ficção, etnoficção, transexualidade

Abstract: The article intends to discuss the production of ethnographic documentaries through the model of ethno-fiction. This model of documentary, which marks the filmmaker Jean Rouch's style of production from 50's. In this method, the filmmaker used to propose to characters no longer to narrate the facts of his life, but rather to interpret these facts through staging. In this paper, will be analyzing the documentary *Transfiction* (2007), by the director and anthropologist Johannes Sjöberg, who used the methodology of ethno-fiction in his production. The documentary consists in to record the two transsexuals' quotidian living at São Paulo downtown who have interpreted their routine thought scenes of improvise, imagined and designed by themselves. Then, we aims at to discuss this model of ethnography that set the borders among reality and fiction, subject and object.

Keywords: documentary, ethnography, reality and fiction, ethno-fiction, transsexuality

Introdução

O trabalho se centrará no tipo de documentário classificado como Etnoficção, tentando buscar aspectos que o diferenciem dos demais tipos de documentários. O filme que servirá de objeto de análise neste artigo será a etnoficção *Transficção* (*Transfiction*, de Johannes Sjöberg, 2007), em que o autor narra o cotidiano de duas transexuais moradoras do centro da cidade de São Paulo. Os aspectos teóricos serão aqueles usados pelo antropólogo Marcos Gonçalves, em *O Real Imaginado*, obra que analisa os filmes do

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob orientação do Prof. Dr. Mauro Rovai. Membro do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (VISURB), coordenado pela Profa. Dr^a. Andréa Barbosa. E-mail para contato: jose.fernando@ig.com.br

cineasta Jean Rouch, considerado o idealizador deste tipo de documentário². Os filmes de Rouch buscam um afastamento de determinadas formas de produção de documentários etnográficos em que o antropólogo ou cineasta tem o controle da observação sobre o outro. Nas suas produções, os observáveis se tornam protagonistas de suas próprias ações, no sentido de que eles possam a construir “pela palavra o que são ou que pensam ou imaginam ser” (GONÇALVES, 2008:115). Os documentários rouchianos apresentam como características centrais, o uso das formas de ficção e imaginação como maneira de se produzir etnografias e, assim, se diferenciar dos modelos clássicos de etnografias nas quais os estatutos da realidade e verdade são importantes para se produzir conhecimento sobre o outro. Nos filmes de Rouch, ficção e imaginação, realidade e verdades não são oposições, mas maneiras que se complementam e se tencionam dentro de uma visão de mundo.

Um filme referencial de Rouch, no qual vislumbramos este tipo de estética é *Eu, um negro* (*Moi, un noir*, Jean Rouch, 1958), em que o diretor filma o cotidiano de um grupo de imigrantes nigerianos tentando sobreviver em Abidjan, na Costa do Marfim. Neste filme, Rouch pede aos africanos que encenem diretamente seus comportamentos, ações e reações através de cenas improvisadas. Sjöberg, inspirado no modelo de etnoficção de Rouch, propõe um modelo de encenação parecido para as duas transexuais moradoras de São Paulo.

O documentário Transficção

O documentário se inicia com Sjöberg segurando uma câmera na mão, gravando e combinando com as transexuais, Fábria Mirassos e Savana “Bibi” Meirelles, como será a proposta de filmagem em estilo etnoficção. Elas estão na frente de um salão de beleza, posicionadas diante da câmera do diretor, enquanto uma segunda câmera filma a conversa. O diretor explica para elas que o modelo de etnoficção é “um gênero de documentário etnográfico onde as protagonistas estão atuando suas vidas e de outras pessoas”. Fábria indaga se o espectador terá uma noção do que é verdadeiro ou falso. O diretor explica que o documentário será apresentado como uma ficção com método colaborativo, ou seja, “várias pessoas participarão com suas histórias”. Por fim, feito o acordo entre os três, que acontece diante dos olhos do espectador, a próxima sequência mostrará as “atrizes” combinando com seus amigos os personagens que cada um interpretará, ensaiando com eles algumas falas e expressões e mostrando os espaços que servirão de cenário para suas improvisações.

² Sobre o documentário de Sjöberg, existe um material teórico escasso e, por isso, acredito que este artigo contribuirá na produção teórica sobre o filme

Nesta sequência, Fábيا e Savana adotam os nomes de Meg e Zilda, respectivamente, e explicam como suas personagens serão construídas no etnodocumentário que se iniciará.

Na terceira sequência, com câmera em mão, Sjöberg acompanha Savana e sua amiga Marta Baião, que já atuam neste momento como Zilda e Hanna. Elas caminham durante o dia pela Praça Roosevelt e narram como era (e ainda é) a prostituição nas ruas de São Paulo. As personagens lembram acontecimentos e a relação que tinham com clientes, com outras prostitutas, com a polícia, moradores locais e também com os padres da Igreja Católica da praça. Durante a cena, o diretor privilegia o entorno do cenário (motéis, prédios e as ruas), mostrando também os passantes, jovens skatistas e demais frequentadores do local.

As sequências quatro e cinco mostram momentos em que Meg e Zilda comentam sobre mudanças e desejos com relação a seus corpos. Meg está sentada numa calçada em uma rua deserta com Eduardo (Carlos de Oliveira Rosa), que interpreta seu marido, e comenta com ele o desejo de mudar seu corpo, ter seios e “se sentir mais feminina”. Zilda é filmada andando de um lado ao outro na calçada da Rua Martins Fontes³ e compartilha suas memórias da infância, onde conta que gostava de brincar com brincadeiras “ditas” de meninas, acabando por narrar o processo de se assumir homossexual, travesti e transexual, sequencialmente, até começar a se prostituir. Para Zilda, este foi um processo de aceitação e orgulho, marcado por dificuldades e opressões. Entre estas duas sequências, bem como durante elas, são mescladas imagens noturnas da cidade, onde são mostrados prostitutas e garotos de rua. As cenas de Meg acontecem, predominantemente, durante o dia, enquanto as de Zilda ocorrem no período da noite.

A seguir, Zilda nos conduz a uma pequena loja de cosméticos e roupas íntimas, onde mostra peças e acessórios adequados ou nas palavras da protagonista: “indispensáveis para uma transexual que trabalha como prostituta ou que sai à noite para curtir”. A sequência número sete é uma das poucas no documentário em que Fábيا e Savana encenam juntas. Meg vai ao encontro de sua amiga para partilhar da sua decisão de tomar hormônios. Zilda explica que “já tomou”, “não precisa ter medo” e que fez os três processos: “tomar hormônio, aplicar silicone e cirurgia de prótese de silicone”. As duas compram os produtos na farmácia e logo após se dirigem para residência de uma delas, na qual Meg ingere os hormônios e depois recebe a aplicação de silicone. Meg se mostra muito nervosa e com medo, mas decidida a passar por esses processos.

A oitava sequência acontece em um momento em que a seleção brasileira de futebol está festejando sua vitória. Pessoas gritando nas ruas, dentro dos bares e nas

³ Via do centro de São Paulo, próximo à Praça Roosevelt.

janelas dos prédios. Zilda caminha pela rua e acompanha de longe os festejos, quando, de repente, seu celular toca: “Zilda! Ok. Então, olha, sou do mesmo jeito que você viu aí na foto”. Zilda conversa com seu possível cliente e descreve para ele seus atributos físicos e as condições do programa. Aderaldo Maia interpreta Renato, um senhor de cerca de 40 anos, que marca o programa para “tirar uma curiosidade” em como seria praticar sexo com uma transexual. As cenas do encontro acontecem dentro do quarto de Zilda, onde, através dos diálogos com Renato, o espectador é levado a compreender como é o atendimento de programa de uma transexual.

O próximo conjunto de cenas mostra a relação que as transexuais têm com o preconceito cotidiano com relação às suas escolhas. Meg escolhe narrar os constrangimentos que ela sofre nas esferas mais íntimas, enquanto Zilda encena situações preconceituosas sofridas no espaço público, como no momento de procurar um emprego ou um lugar para morar. Meg e Eduardo se encontram na cozinha e ela comenta com o parceiro sobre a abordagem que sofreu por parte de algumas mulheres no banheiro feminino de um restaurante, que diziam que chamariam a polícia caso Meg não se retirasse daquele recinto. Deste episódio, a conversa parte para o relacionamento que Eduardo tem com Meg: ele a vê como uma mulher mas os outros não, e, por isso, se sente inseguro em demonstrar afeto por ela na frente dos outros. Ela o questiona se não seria melhor que tivessem um relacionamento escondido. Eduardo responde que seria mais fácil. Meg rebate que, na maioria das vezes, “o problema é mais dele do que dos outros” e termina a sequência com a fala abaixo, que serve de ligação com as próximas cenas que acontecerão na escola em que estudava:

Quando estava na pré-escola, eu era um menino, mas que parecia menina, só. Quando eu estava na segunda série, eu era um menino que parecia uma menina, por isso eu era um viadinho. Quando estava na quinta série, eu era uma menina que tinha nome de menino e ninguém sabia o quê que eu era direito.

A câmera filma Meg e Eduardo entrando em um espaço escolar. Meg mostra a sala que frequentava quando estudava ali, enquanto narra sua adolescência na escola, contando que sempre apanhava dos outros garotos, que exigiam que ela “virasse homem”. Enquanto isso, a câmera foca nos alunos brincando em roda de braços juntos, em oposição a sua fala carregada de sentimentos de segregação perante os antigos colegas. Meg mostra para Eduardo os locais onde geralmente aconteciam estes embates, evidenciando, principalmente, o lugar onde bateu em um garoto, jogando a cabeça dele contra o asfalto. Esta cena Meg escolhe narrar e interpretar mimeticamente as ações (como se fosse naquele

dia) e não opta usar outras pessoas para encená-las. Para Meg, foi um período difícil, pois precisou abandonar a escola por não ter estrutura psicológica para aguentar “quarenta alunos numa sala enchendo o saco”. A cena encerra com seu desabafo sobre como se sente quando percebe pessoas ao redor cochichando, afirmando que acredita estarem sempre “cochichando sobre mim”. A câmera mostra o casal de costas se distanciando com um pôr do sol ao fundo. Um corte seco na cena e o casal é mostrado novamente em sua residência, discutindo sobre Meg não querer mais sair de casa para não enfrentar os olhares atravessados das pessoas diante de sua presença.

As cenas escolhidas por Savana compõem as mesmas questões semelhantes às de Meg. Nestas sequências, Zilda não narra sobre como se dá o preconceito, mas opta por interpretar situações preconceituosas, convidando amigos para encená-las. A primeira cena ocorre numa agência de empregos, onde uma empregadora, interpretada por Lucy Kohn, justifica a não contratação de Zilda por causa de seu nome de seu registro: “Paulo”, o que, segundo ela, acarretará em confusão por parte dos clientes e patrões, pela sua voz rouca, justificando que os clientes não compreenderiam suas especificidades, nas palavras dela, que aparentam uma anormalidade. Com o segundo empregador a situação se repete. Interpretado por Pancho Capeletti, o personagem está fumando compulsoriamente enquanto a dispensa, alegando que o currículo é bom mas que, por causa da “confusão de nomes”, não a contratará. Assim que Zilda sai da sala, o empregador liga para um amigo e comenta sobre o ocorrido: “este mundo está louco”, “funcionário é funcionário, funcionária é funcionária”, finalizando: “Palmeiras ou Corinthians, quanto foi o jogo?”.

Todas as sequências da busca por um apartamento partem da necessidade de Zilda se mudar para um lugar menor, pois suas economias estão acabando, está difícil encontrar um emprego que a aceite e ela precisa sobreviver com o pouco dinheiro que ganha com a prostituição. Savana escolhe dois cenários para mostrar essa busca, que, assim como a procura pelo emprego, também são permeadas por gestos e falas preconceituosas, principalmente partindo do olhar que os personagens dirigem a Zilda. Heitor Goldfluss e Vicente Figueredo interpretam dois personagens que estão alugando seus apartamentos. No momento em que dão de cara com Zilda, entretanto, eles desistem de alugar seus imóveis e não aceitam mais negociar com ela. Diferentemente dos empregadores mostrados nas sequências anteriores, os proprietários sequer esperam explicações de Zilda sobre sua transexualidade, eles não a deixam entrar, acionam imediatamente uma desculpa, alegando que os apartamentos já haviam sido alugados, ainda que Zilda tivesse demonstrado interesse e agendado pouco antes, pelo telefone, a

visita aos imóveis. Após discussões, os locatários a deixam falando sozinha ou fecham a porta na cara dela.

Nas últimas sequências de *Transflicção*, Savana e Fábيا interpretam seus sonhos e desejos. Esses elementos que acompanham o plano da imaginação das atrizes se aproximam das etnoficções de Rouch. Em *Transflicção* e *Eu, um negro* é permitido aos protagonistas que construam seus sonhos de mudanças de vida, para que o público possa ter acesso àquilo que mais desejam. Os negros de Treichville desejam ser lutadores de boxe ou reconstruir uma nova vida no seu país de origem (Níger) e demonstram este desejo através de sua narração e de ações permeadas de nostalgia. Por outro lado, quanto às transexuais do filme de Sjöberg, as aspirações permeiam desejos de mudança de país ou de esquecerem um passado permeado por traumas. Zilda encena sua despedida rumo à França e acredita que conseguirá ter uma vida feliz e normal, da mesma forma que as das pessoas não transexuais. Ela narra ainda outras experiências de amigas “trans e travestis” que se “deram bem lá fora”, enquanto na tela aparecem imagens da capital francesa, Paris. O convite parte de um cliente francês chamado Philippe, interpretado por Pascoal Roger-Praud. Ele conhece Zilda em um programa e faz o convite para que fiquem juntos e morem na França. Zilda termina o documentário entrando no Aeroporto de Congonhas em direção à sala de embarque. A cena corta para imagens de um avião sendo carregado com bagagens e outras da bandeira francesa e de pontos turísticos de Paris. Meg, ao terminar de maquiar Zilda (antes da sua viagem), se senta numa cadeira, com cigarro em mãos, inclina a cabeça no encosto do móvel com ar pensativo. Acontece um corte na sequência e aparece a mesma rua das cenas filmadas na escola. Meg aparece correndo como se tivesse fugindo. A câmera filma como se acompanhasse sua fuga, nos oferecendo imagens tremidas e urgentes. A personagem, cansada, se senta na guia da calçada e a câmera acompanha três jovens caminhando e jogando bolinhas de papel entre eles. Eles passam por Meg e a câmera, como se fosse o próprio olhar da atriz, os acompanha se distanciando. Sjöberg pergunta para Meg como ela deseja que termine sua cena. Ela responde ao diretor que quer terminar entregando flores ao marido. Este é, então, o único momento do documentário em que se ouve a voz do diretor perguntando algo para os “entrevistados”. Fábيا interpreta sua cena final e diz (câmera focada em seu rosto) que não se importa se o espectador entenderá ou não esta metáfora: “nós não estamos aqui para entender as coisas, esta é a verdade”. A etnoficção termina, dessa forma, com Fábيا maquiando e travestindo o próprio Sjöberg.

Elementos da etnoficção presentes no documentário *Transflicção*

Alguns elementos que caracterizam *Eu, um negro* como um filme de etnoficção também aparecem e podem ser percebidos em *Transficção*. O primeiro elemento que podemos destacar são as escolhas dos tipos sociais e as formas pelas quais eles são representados. Em *Transficção*, Sjöberg convida duas transexuais não para narrar curiosidades “exóticas” sobre o “mundo da transexualidade” ou se ater somente na discussão clássica da sua relação ou aceitação com o corpo e o preconceito. O diretor opta por mostrar como elas vivem cotidianamente, enfatizando suas relações com os amigos, com o trabalho, englobando, dessa forma, seus processos de reconhecimento do corpo e as formas com as quais elas lidam com o preconceito, usando, para isso, elementos de suas histórias de vida. Na etnoficção *Eu, um negro*, Rouch convida um grupo de jovens imigrantes nigerianos que vivem e trabalham em Abidjan (Costa do Marfim) para “fabular” o cotidiano em que vivem. O diretor não mostra, neste documentário, os negros como povos primitivos, envolvidos em rituais religiosos ou em alguma relação de trabalho servil ao homem branco. Os negros de Rouch estão imersos numa África em processo de descolonização e urbanização desenfreada e mal planejada, que acarreta, nas cidades maiores, problemas clássicos conhecidos das metrópoles latino-americanas e asiáticas, como pobreza, violência e altas taxas de desemprego. Abidjan é importante na construção desta narrativa pois se apresenta como o lugar do sonho de uma vida melhor, ao mesmo tempo em que aparece como motivo de frustrações para estes personagens. De maneira diferente, em *Transficção* a cidade de São Paulo não é problematizada enquanto lugar adequado ou não para as transexuais do filme. No entanto, na cena final de Zilda, podemos notar a idealização da França como um lugar melhor do que o Brasil para uma transexual viver.

Com isso, é possível notar que ambos os grupos fazem uma etnografia de suas próprias vivências e dos grupos aos quais estão inseridos, passando-se por personagens ideais, na medida em que encenam suas experiências através de um jogo entre ficção e realidade. Nas palavras de Gonçalves, *Eu, um negro* tem como proposta etnográfica

Demonstrar de forma etnograficamente densa, através de sua narração dramática, a dificuldade de migração, os desejos, as frustrações, os valores que estão em jogo quando se é estrangeiro, o viver em um outro país e, sobretudo, enfrentar naqueles dias a urbanização da África. (GONÇALVES, 2008:95).

As etnografias apresentadas nos dois documentários se baseiam numa “potência do falso”, termo este que Rouch explora e que Gonçalves também desenvolve sua obra.

Para o autor, a “potência do falso” valoriza múltiplos pontos de vista ao transpassar as barreiras do real e do ficcional dos personagens e, a partir da proposta de Geertz, ressalta a etnografia pensada como ficção, ou seja, como algo construído e não em oposição aos conceitos de verdade ou real (ibidem, p. 147). Portanto, esse tipo de proposta, na qual os entrevistados atuam outros papéis em situações cotidianas que vivenciam ordinariamente, é central na definição de uma etnoficção.

Outra característica importante do método denominado etnoficção é o acordo feito diante da câmera entre diretor e personagens, explicando principalmente o método. Em *Eu, um negro*, Rouch faz comentários em *off* sobre a proposta do filme:

Todos os dias jovens parecidos com os personagens deste filme chegam às cidades da África. Abandonaram o campo, a escola, a família, para tentar entrar no mundo moderno. Não sabem fazer nada e sabem fazer tudo. São uma das doenças das novas cidades africanas: a juventude desempregada [...]. Durante 6 meses acompanhei um grupo de jovens emigrantes nigerianos em Treichville, arredores de Abidjan. Propus-lhes fazer um filme onde teriam seus próprios papéis, onde podiam dizer tudo e fazer tudo. Foi assim que improvisamos este filme (ROUCH em *Eu, um negro*).

Com esta narração, Rouch apresenta seu recorte, explica quem são os entrevistados, onde eles estão e como será feito o filme. Omarou Ganda interpreta o herói do filme, Edward G. Robinson, nome de algum artista de cinema; Petit Touré interpreta Eddie Constantine; enquanto Lemmy Cautiun, um agente federal americano. Da maneira semelhante, em *Transficção*, na primeira sequência o diretor também explica para as transexuais como será o método empregado no filme. Logo depois, elas aparecem falando um pouco sobre as personagens que interpretarão e combinando com os amigos os papéis que representarão no documentário. Outra semelhança entre as duas produções é que em vários momentos os negros e as transexuais, narram as suas próprias cenas e vivências. Em *Eu, um negro*, Omarou Ganda assume uma *voz over* que intercala com a de Rouch. Ganda aparece diante da câmera narrando ou, às vezes, usando *voz over*, enquanto Rouch nunca aparece, mas ouvimos sua voz. Suas vozes nunca são de autoridades, no sentido de impor um discurso ou verdades, elas estão sempre comentando ou refletindo através das imagens e, às vezes, as contrapondo. Porém, em *Transficção*, não acontece predominância de vozes em *off*, nem por parte das transexuais ou do diretor. Quando os personagens narram estão diante da câmera e quando não aparecem também não proferem vozes de autoridades. A predominância da voz de Rouch ou Sjöberg (este fala somente quando explica o método etnoficção) em primeira pessoa é uma característica destes

documentários, aproximando-os do modo participativo proposto por Nichols (2005), em que se pretende o engajamento participativo do cineasta nas suas obras. As vozes dos negros e das transexuais invocam um modo performático, em que os atores sociais têm como estrutura retórica a forma “nós falamos de nós para vocês” (NICHOLS, 2005:158, 172). Bragança (2004) comenta que a estrutura narrativa sem eixo de *Eu, um negro* se relaciona de maneira não unilateral provocando uma “verdade cena” compartilhada por atores, câmeras e espectadores, onde não existe terreno firme. Isso se dá pela forma dos diálogos “salpicadas de falas, de risadas e fragmentos de memória”, que narram e comentam ao mesmo tempo. *Transficção* aponta em vários momentos para essas características identificadas por Bragança no documentário africano, mas não consegue se concretizar – as falas, memórias e risadas são colocadas organizadamente no documentário sem que uma sobressaia sobre as outras, dando ao espectador um eixo linear ao acompanhar a etnoficção proposta.

Ruy Gardnier (2004) comenta que, ao apresentar personagens ficcionais interpretando arquétipos verdadeiros, *Eu, um negro* acaba criando um resultado compósito em que importa pouco se é “verídico” – no sentido de responder sinceramente a motivações reais. Com esse mesmo comentário também podemos pensar a construção das personagens transexuais de *Transficção*: elas contam e recontam suas trajetórias individuais e coletivas do grupo ao qual pertencem, tendo um processo de aproximação e distanciamento a todo o momento. Sjöberg, em alguns momentos, além da primeira cena, se mostra no documentário combinando ou intervindo: como na sequência final em que ele pergunta (segurando a câmera fechada em Fábria) como ela acha que poderia ser o final de sua personagem. Para estes diretores, é importante um pacto de *sinceridade* entre espectadores e aqueles envolvidos na produção dos documentários (pesquisados, diretores ou equipe técnica), sem que nada fique “escondido” aos olhos do público. Gonçalves, através de Rouch, nos ajuda a compreender este conceito de *sinceridade*. Para o diretor, “a *sinceridade* é atingida, quando ninguém está decepcionando ninguém, o que me interessa é a introdução de um imaginário do irreal” (ROUCH, 1995, apud GONÇALVES, 2008: 119). Ou seja, para Rouch, é importante manter este pacto diante dos espectadores, não “mascarando o fato de que este é um filme” (*idem*). Gonçalves (2008) também traz para o debate o conceito de *sinceridade* proposto pelo antropólogo John Jackson, que se aproxima do de Rouch, em que “*sinceridade* é uma forma de não essencializar o que é real do não real, revelando, portanto, uma outra dimensão do problema” (JACKSON, 2005 apud GONÇALVES, 2008:118). Desta forma, Gonçalves conclui que “a *sinceridade* aponta para a dimensão do vivido” (*ibidem*, p. 119) e Rouch, ao conceitualizar *sinceridade*, está propondo

ultrapassar “os planos do que seria ficção e realidade” (*idem*), mostrando que isso se dá, portanto, através da experiência da imaginação.

Uma das primeiras preocupações de Jean Rouch em fazer uma etnografia com os jovens de Abidjan era ter “acesso ao mundo do outro pela palavra do outro” (GONÇALVES, 2008:115) e, através dos filmes, proporcionar a estes jovens possibilidades de construir através de suas palavras seus modos de pensar e de imaginar, encenando através de improvisações estes desejos, sonhos, imaginações e fatos de suas vidas cotidianas. Gonçalves pontua que, para Rouch, “a etnografia só era possível se houvesse a crença na palavra daqueles que construíram o mundo narrativo” (*ibidem*, p. 117), afirmação evidenciada ao passar a palavra para Robinson para que ele construa o personagem Oumarou Ganda, para que assim se torne possível mostrar o próprio Robinson: “como máscaras, estes personagens davam conta de sua própria existência, crendo que era possível falar através de um outro sobre si próprio” (*idem*). Portanto, a imaginação, para Rouch, não é uma disputa da realidade e sim outra forma de se construir uma nova realidade: “é, neste sentido, que Rouch não tinha medo de ficção, pois para ele ficção, imaginação e realidade não produziam oposições” (*ibidem*, p.115), portanto “interessante pensar o imaginário enquanto fazendo parte da realidade ou pelo menos num discurso da realidade” (*ibidem*, p. 119).

Em *Transficção*, as transexuais mergulham num imaginário real para construir as histórias de suas personagens. Para que este “mergulho” aconteça, é construído o pacto de *sinceridade* entre elas, o diretor e o espectador, como é mostrado na primeira sequência do filme em que as “atrizes” combinando com o diretor e com os seus amigos como será cada atuação e participação. O espectador sabe que verá uma história que, de fato, não acontece no *instante presente* na qual está sendo filmada, como geralmente acontece nos documentários, mas sim através de interpretações improvisadas. Contudo, na etnoficção, os personagens/atores buscam elementos de suas próprias vidas e da vida de outras pessoas, criando uma interpretação que rompe as barreiras entre ficção e realidade. Nas histórias encenadas, são perceptíveis, no mínimo, quatro camadas discursivas que constroem estas narrativas:

1. As transexuais viveram aquelas situações;
2. As transexuais viram outras pessoas vivendo aquelas situações;
3. As transexuais ouviram histórias de pessoas que ouviram ou vivenciaram aquelas situações;
4. Essas histórias nunca aconteceram, mas é plausível que aconteçam.

Num primeiro exemplo, na segunda sequência, Zilda e Hanna caminham e conversam na Praça Roosevelt sobre como era vida de prostituição nesta praça. As duas interpretam prostitutas, porém, no desenvolvimento do documentário, permanece a dúvida se Savana e Marta Baião são prostitutas de fato, ao contrário de Fábria, que na vida além do documentário é cabeleireira (muitas cenas são gravadas dentro de um salão, que supostamente pode ser dela). Savana comenta que Hanna fez “programa” com jogador de futebol, porém isso poderia ter acontecido com alguma amiga ou ter sido lido numa matéria de jornal que noticiava este tema. Talvez elas nunca tivessem nenhum problema com os religiosos da Igreja, mas por saberem que não se comportam de acordo com as regras morais cristãs, isso de fato poderia a qualquer momento acontecer com elas ou com outras transexuais em outros pontos da cidade ou mesmo em outras cidades. Um segundo exemplo são as próprias narrativas de infância: ambas comentam como foi o processo de se assumir e a mudança de um corpo masculino para um feminino. Zilda descreve, num tom mais calmo, o momento em que ainda era criança brincando com roupas femininas, quando se descobriu homossexual e começou a adquirir um corpo feminino através do consumo de hormônios e, por último, a começar a se prostituir. Meg descreve sua infância como um processo mais dolorido, de não entendimento do que se passava no seu corpo e das perseguições que sofria na escola por conta da sua homossexualidade. Na décima primeira sequência, Meg visita sua antiga escola e descreve como se sentia coagida pelos amigos, bem como uma briga na qual apanhou e bateu num garoto que a ofendeu. Para o espectador, não importa se a infância das transexuais aconteceu fielmente da maneira como elas expuseram, porém ele sabe que esta realidade imaginada pode facilmente ter acontecido com elas ou com pessoas próximas delas. O próprio espectador é chamado a se lembrar de histórias que eventualmente tenham acontecido com transexuais, da forma como é interpretado no filme. No entanto, até aqui o espectador não pode se sentir enganado pelas próprias escolhas dramáticas do filme. Logo no início, Savana coloca que Zilda não tem nada de parecido com sua pessoa real: “não sou eu”. Acrescenta que o mais difícil, para ela, é interpretar as “coisas que ela precisa passar”. Fábria revela que “mesmo protegida por Meg, a personagem, sei ao mesmo tempo em que aquilo ali é uma grande mentira, sou eu mesma”. Poderíamos concluir, somente a partir deste trecho, que Savana usa Zilda para falar de outras transexuais e que Fábria usa Meg para falar dela mesma, mas, mesmo assim, durante o documentário, esse acordo sobre elas pode ser quebrado e Savana pode se ver falando sobre ela e Fábria sobre outras transexuais. Com isto, imaginação e realidade se tornam elementos indissociáveis de uma etnoficção sem que se oponham, mas que, como afirma Sztutman (2005, p. 247) ao refletir sobre os filmes de Rouch, não são verdades

visíveis, mas verdades fílmicas que se acendem pela imaginação, que somente são acessadas pela mediação da câmera.

Além de fazer uma etnografia da imaginação daqueles que estão sendo filmados, Rouch também não abria mão de filmar os sonhos dos negros de Abidjan. Para o diretor, “o sonho de um personagem não falsearia o filme, uma vez que o sonho estaria no mesmo nível de qualquer outra manifestação da vida social” (GONÇALVES, 2008: 130). Os negros de *Eu*, um negro tinham a liberdade de narrar e interpretar suas fantasias, nas quais eles poderiam ser artistas de cinema, sonhando ter esse mesmo status de celebridade e sucesso. Em *Transficção*, Meg e Zilda também sonhavam e mostravam na tela sonhos comuns de todo um grupo de transexuais. Elas queriam uma vida comum, com uma “casinha” e um trabalho digno, e, mais do que nunca, gostariam de ser tratadas com respeito, mesmo que isso, no caso de Zilda, significasse uma viagem para Paris, pois, nas suas palavras, “para se manter honesta como transexual no Brasil é muito complicado, por isso que entendo que a grande maioria vai para a Europa”. Desta forma, o sonho de Zilda era uma possibilidade de transformação de vida, sonho compartilhado e comum a grande parte das transexuais brasileiras. Na realidade, Zilda não viaja para a Europa, mas, com o cinema, realiza seu sonho.

A etnificção construída em *Transficção* segue o mesmo modelo rouchiano: a imaginação e o sonho, acompanhado com a pesquisa etnográfica e a representação de si mesmo para o outro (ou até para si mesmo), Sjöberg coloca o outro, a transexual, para falar sobre si mesma, e ele mesmo como diretor também se coloca neste encontro, às vezes como antropólogo fazendo perguntas ou passando esta tarefa as transexuais ou outros personagens, como Hanna, Renato e Eduardo. Este último é sempre quem provoca Meg com perguntas que ajudam a esclarecer ao espectador sua visão de vida sobre ser transexual. Ao final do documentário, Sjöberg resolve também se travestir. Com a participação do diretor dentro da encenação do documentário, ocorre uma diferenciação daquilo que se chama documentário observativo para documentário participativo. Nichols (2009) classifica, de acordo a presença do cineasta em campo, a forma como o documentário se estrutura. No primeiro modo, o diretor está em campo, filmando junto com os nativos, mas não tem um elemento de persuasão dos entrevistados. No modo participativo, “esperamos testemunhar o mundo histórico da maneira pela qual ele é representado por alguém que nele se engaja ativamente, e não por alguém que observa discretamente” (NICHOLS, 2009:154), ou seja, “a sensação da presença em carne e osso, em vez da ausência, coloca o cineasta ‘na cena’” (ibidem, p. 155), ou seja, presenciamos o

cineasta agindo e dialogando com os autores sociais, fazendo parte também da encenação.

Para Gonçalves:

[...] a encenação revela a própria artificialidade e intervenção da câmera no ato de filmar assim como aponta que o que é filmado depende, sobretudo, da relação entre quem filma e os que são filmados, sendo o filme, verdadeiramente, o produto desta relação (GONÇALVES, 2008:138).

Sobre as personagens, Gonçalves aponta que Deleuze, ao comentar *Eu, um negro*, afirma que as “personagens reais só poderiam ser mostradas através dos papéis fabulados” (Deleuze 2005 apud GONÇALVES, 2008, p. 144), ou seja, numa etnoficção:

[...] é necessário, antes de tudo, que o personagem seja primeiramente real para em seguida afirmar a ficção como potência e não como modelo: é preciso que ela comece a fabular para se afirmar ainda mais como real, e não como fictícia. A personagem está sempre se tornando outra, e não mais separável desse devir que se confunde com um povo (Deleuze, 2005: 176, apud GONÇALVES, 2008: 144).

Como foi mencionado, nos filmes de Rouch ocorre a exploração de uma “potência do falso”, em que muitos pontos de vista são valorizados através das inversões e reversões, através do antes e do depois do ser falso dos personagens. Assim, eles ultrapassam a barreira do ficcional e do real, razão pela qual os filmes rouchianos instituem um novo modelo de narrativas etnográficas. Para Menezes, os filmes etnográficos “são filmes que mais dizem *sobre as formas de se construir* o mundo que sobre este mundo propriamente dito” (MENEZES, 2003:94 apud GONÇALVES, 2008:147). Em *Transficção*, o pensamento deleuziano também se sustenta na medida em que Savana/Zilda e Fábria/Meg (e os demais amigos/personagens) fabulam suas histórias e rompem a barreira entre ficção e realidade, deixando o espectador diante de uma nova postura perante o documentário, ao passo que as próprias transexuais também veem as ficções criadas a partir de suas histórias reais como outras maneiras de se construir novas realidades.

Considerações Finais

Diante destas reflexões podemos considerar que *Transficção*, assim como os filmes de Jean Rouch quebram as barreiras entre filmes documentários e filmes etnográficos, de modo que “o cinema, a arte do duplo, é sempre a transição do mundo real para o mundo imaginário, a etnografia, a ciência dos sistemas de pensamento dos outros, é um permanente cruzar de um universo conceitual para outro” (ROUCH, 2003 apud

GONÇALVES, 2008:129). Os filmes, assim como a etnografia, não são simples representações, e as imagens, os gestos filmados e o texto escrito nos cadernos de campo não são reproduções de uma realidade. Portanto, Gonçalves conclui:

[...] há produção concreta de ações e de relações e, portanto, de afeto e de sentimentos cujas consequências fogem a uma encenação pré-estabelecida. A ficção se torna realidade, experiência compartilhada, ela constrói um autêntico vivido, pois ela nada mais é que uma *mise em scène* do plausível e não uma dramatização narrativa inteiramente pré-concebida. (PIAUT 1995 b: 188, apud GONÇALVES, 2008: 135).

Transficção se constrói imagetivamente com a dissolução das antinomias sujeito e objeto, ficção e realidade, e, com isto, seu processo de construção se sustenta na relação do outro com outro, provocando, assim, um novo pensar na epistemologia antropológica.

Referências bibliográficas

AMOUNT, Jacques. *A estética do filme*. Campinas: Papyrus Editora, 2011

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

BRAGANÇA, Felipe. O teatro vasado do real. In: *Contracampo*. Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/60/oteatrovasadodoreal.htm>. Acesso em: 14 mai. 2013.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, artes e do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GARDNIER, Ruy. Atualidade de Jean Rouch. A pirâmide humana (1961) e Pouco a pouco (1969) In: *Contracampo*. Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/60/piramidepetit.htm>. Acesso em: 14 mai. 2013.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Paulo Emílio Salles. A personagem cinematográfica. In: J. Guinsburg (Org). *A personagem de ficção - Coleção debates*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GONÇALVES, Marco Antonio. Ficção, imaginação e etnografia: a propósito de Eu, um negro. In: *O Real imaginado*. Rio de Janeiro: Top Books, 2008.

_____. *Jean Rouch: a diferença como adição*. Disponível em: http://www.nextimagem.com.br/6-rouch_texto-marco.htm. Acesso em: 14 mai. 2013.

HEIDER, Karl. Uma história do filme etnográfico. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 1, 1999.

HENLEY, Paul. Cinematografia e pesquisa etnográfica. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro:UERJ, n. 9, 1999.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

MACDOUGALL, David. De quem é essa história? In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 5, 1997.

MENEZES, Paulo. O cinema documental como Representificação: verdades e mentiras nas relações (im)possíveis entre representação, documentário, filme etnográfico, filme sociológico e conhecimento. In: CAIUBY et al (Org). *Escrituras da imagem*. São Paulo: Edusp, 2004.

MENEZES, Paulo. Lesmaitresfous, de Jean Rouch: Questões epistemológicas da relação entre cinema documental e produção de conhecimento. In: BARBOSA, CUNHA e HIKIJI (Orgs) *Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas: Papius, 2009.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papius, 2005.

SZTUTMAN, Renato. Jean Rouch: um antropólogo-cineasta. CAIUBY et al (Org.). In: *Escrituras da imagem*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Imagens–transe: perigo e possessão na Gênese do cinema de Jean-Rouch. In: BARBOSA, CUNHA e HIKIJI (Orgs) *Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas: Papyrus, 2009.

VANOYE, Francis; GOLLOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Campinas: Papyrus Editora, 2011.

Filmografia

EU, UM NEGRO. Dir. Jean Rouch. *Moi, un noir*. Costa do Marfim, 1958. 73 min.

TRANSFICÇÃO. Dir. Johannes Sjoberg. Transficción. Brasil/Inglaterra, 2007, 50 min.

O corpo utópico, as heterotopias¹Ramon T. P. Brandão²

O livro *O Corpo Utópico, as Heterotopias*, de Michel Foucault, reúne duas conferências radiofônicas proferidas pelo autor nos dias 7 e 21 de Dezembro de 1966, respectivamente, no France-Culture, além de um posfácio assinado por Daniel Defert.

As conferências trazem à tona um Foucault pouco conhecido, que se manifesta a partir de outro referencial metodológico – pouco comum em seus estudos de até então – e expressando-se em outro tom, mais próximo da literatura e, talvez por isso, figurando através de uma comunicação bastante íntima e quase confessional.

No primeiro capítulo – *O Corpo Utópico* – Foucault, partindo de Marcel Proust, afirma que o corpo é, em primeiro lugar, “o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo” (2013, p.7). O corpo seria, então, uma “*topia*” - implacável em sua existência -, um lugar sem recurso ao qual estamos todos condenados.

As utopias – retoma o autor –, então, teriam sido criadas contra o próprio corpo, contra a corporeidade do corpo, “como que para apaga-lo” (2013, p.8). A noção de utopia, portanto, conclamaría um lugar fora de todos os lugares, um lugar “onde eu teria um corpo *sem corpo*” (2013, p.8).

Um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, infinito na sua duração, solto, invisível, protegido, sempre transfigurado; pode bem ser que a utopia primeira, a mais inextirpável no coração dos homens, consista precisamente na utopia de um corpo incorporal. O país das fadas, [...] onde os corpos se transportam tão rápido quanto a luz, o país onde as feridas se curam como um bálsamo maravilhoso na duração de um relâmpago, o país onde se pode cair de uma montanha e reerguer-se vivo, o país onde se é visível quando se quiser, invisível quando se desejar. (2013, p.8)

Ademais, no entanto, haveria uma segunda utopia; negativa, de fato “feita para apagar os corpos” (2013, p.8). Utopia que, ao contrário do supracitado país das fadas, eclodiria do país dos mortos. Um de seus exemplos “são as grandes cidades utópicas que nos foram deixadas pela civilização egípcia” (2013, p.8). Cidades nas quais se descobriu

¹ Resenha do livro de FOUCAULT, Michel. *O Corpo Utópico, As Heterotopias*. São Paulo: n-1 publications, 2013.

² Graduado e vinculado ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: ramonbrandao41@hotmail.com

centenas de corpos mumificados e que, nas palavras de Foucault, seriam “a utopia do corpo negado e transfigurado”. A múmia, portanto, “é o grande corpo utópico que persiste através do tempo” (2013, p.8) e que emerge através da morte.

Existiram também as máscaras de ouro que a civilização micênica colocava sobre os rostos dos reis defuntos: utopia de seus corpos gloriosos, possantes, solares, terror dos exércitos. Existiram as pinturas e as esculturas dos túmulos onde jazem os que desde a Idade Média prolongam na imobilidade uma juventude que não mais passará (2013, p.8 e 9).

Em nossos dias existem os corpos geometrizados pelo mármore, figuras matematicamente regulares e ostensivas sobre o quadro negro das lápides dos cemitérios. Contudo, é justamente ali, em meio à cidade de utopia dos mortos, que o corpo “torna-se sólido como uma coisa, eterno como um deus” (2013, p.9).

De modo consequente, em meio a tantas possibilidades quiméricas, a mais obstinada e vigorosa forma de utopia – dessas que apagam a tétrica topologia do corpo – e que, de acordo com Foucault, são constatáveis desde os confins da história ocidental, é o mito da alma.

A alma funciona no meu corpo de maneira maravilhosa. Nele se aloja, certamente, mas sabe bem dele escapar: escapa para ver as coisas através das janelas dos meus olhos, escapa para sonhar quando durmo, para sobreviver quando morro. Minha alma é bela, é pura, é branca; e, se meu corpo lamacento – de todo modo não muito limpo – vier a sujá-la, haverá mil gestos sagrados que a restabelecerão na sua pureza primeira. Minha alma durará muito tempo e mais que muito tempo, quando meu corpo vier a apodrecer. Viva minha alma! É meu corpo luminoso, purificado, virtuoso, ágil, móvel, tépido, viçoso; é meu corpo liso, castrado, arredondado como uma bolha de sabão (2013, p.9).

Eis aí, no corpo lamacento, as utopias que tentaram fazer desaparecer o próprio corpo. Utopia d’alma, dos túmulos e das fadas que tentaram infundavelmente fazer o corpo desaparecer. A questão, porém, que mantém o corpo vivo e sólido como rocha, é que o *corpo* não se deixa apagar tão facilmente; é mais complexo e vasto do que imaginamos. Possui, ele mesmo, lugares sem lugar; lugares profundos e fantásticos. Possui ele, certamente, lugares mais obstinados que a própria alma, que o túmulo, que o encantamento dos mágicos e das fadas. O corpo é, por vezes obscuro, por vezes luminoso.

“Minha cabeça, por exemplo, ah minha cabeça: estranha caverna aberta para o mundo exterior por duas janelas [...]. E dentro desta cabeça, como se passam as coisas?”

(2013, p.10). O corpo utópico; incompreensível, penetrável, opaco, aberto e fechado. Visível em um sentido, oculto em outro. Para que seja uma utopia, basta que seja um *corpo* (2013, p.10 e 11).

Todas aquelas utopias pelas quais eu esquivava meu corpo encontravam muito simplesmente seu modelo e seu ponto primeiro de aplicação, encontravam seu lugar de origem no meu próprio corpo. Enganara-me, há pouco, ao dizer que as utopias eram voltadas contra o corpo e destinadas a apaga-lo: elas nascem do próprio corpo e, em seguida, talvez, retornem contra ele (2013, p.11).

Para Foucault, independente das utopias se voltarem contra o corpo ou não, a única coisa certa é que o “corpo humano é o ator principal de todas as utopias” (2013, p.12).

Afinal, uma das mais velhas utopias que os homens contaram para si mesmos não é o sonho de corpos imensos, desmensurados, que devorariam o espaço e dominariam o mundo? É a velha utopia dos gigantes, que encontramos no coração de tantas lendas, na Europa, na África, na Oceania, na Ásia, essa velha lenda que há tão longo tempo nutre a imaginação ocidental, de Prometeu a Gulliver (2013, p.12).

Foucault nos fala que o corpo também é um grande ator utópico quando se trata de tatuagens, de maquiagens e de máscaras. Tais manifestações imagéticas, afirma o autor, depositam no corpo toda uma complexa teia de significações – que são, ao mesmo tempo, enigmáticas, cifradas, secretas, sagradas e que evocam para este mesmo corpo a “violência do deus, a potência surda do sagrado ou a vivacidade do desejo” (2013, p.12). Tais signos instalam o corpo em outro espaço, “fazem-no entrar em um lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo das divindades ou com o universo do outro” (2013, p.12). Sendo assim, elas se apresentam a nós como sendo operações pelas quais o corpo é arrancado de ser espaço e projetado em um espaço outro, para um universo que, de fato, é exterior ao seu.

Sua existência é estendida, também, pelo uso e consumo das modas. “Cor, coroa, tiara, vestimenta, uniforme – tudo isso faz desabrochar, de forma sensível e matizada, as utopias seladas no corpo” (2013, p.13). O corpo está *aqui*, portanto. Mas está, ao mesmo tempo, ligado a todos os lugares do mundo; ligado também a lugares que não fazem parte do mundo. Ora, é somente em relação a ele que todas as coisas estão dispostas, “e em relação a ele como em relação a um soberano” (2013, p.14).

O corpo é o ponto de partida do mundo, o “ponto zero”, lugar onde tudo se cruza e onde tudo existe para e por ele; é, portanto, o coração do mundo. “Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos” (2013, p.14).

Mas como percebemos nosso corpo, este lugar de onde tudo emana? As crianças, por exemplo, demoram muito para ao menos adquirirem consciência de seus corpos. Antes, se dão conta apenas de membros dispersos. Membros, cada um deles, que efetuam suas funções separadamente; cavidades e orifícios que ocupam diferentes lugares e possuem diferentes funções. O corpo, ali, somente é descoberto quando acessamos pela primeira vez a imagem do espelho. É somente pela imagem do espelho que as crianças percebem seu corpo como uma composição.

Um segundo exemplo se faz importante, e por mais contraditório que pareça, a antiguidade grega de Homero não tinha uma palavra específica em seu vocabulário para denominar a unidade do corpo.

Por paradoxal que seja, diante de Tróia, abaixo dos muros defendidos por Heitor e seus companheiros, não havia corpos, mas braços erguidos, peitos intrépidos, pernas ágeis, capacetes cintilantes em cima de cabeças: não havia corpo. A palavra grega para dizer corpo só aparece em Homero para designar cadáver (2013, p.15).

Seriam o cadáver – na forma da palavra grega que designava corpo – e o espelho, portanto, que nos ensinariam “que temos um corpo, que este corpo tem uma forma, que esta forma tem um contorno, que no contorno há uma espessura, um peso; em suma, que o corpo ocupa um lugar” (2013, p.15). São o espelho e o cadáver que asseguram uma experiência original e profunda da utopia do corpo.

Graças aos dois, da mesma forma, que nosso corpo não se reduz pura e simplesmente a uma utopia. O amor – fazer amor –, por exemplo, “é sentir o corpo refluir sobre si, é existir, enfim, fora de toda utopia, com toda densidade, entre as mãos do outro” (2013, p.16).

O amor, também ele, como o espelho e como a morte, sereniza a utopia de nosso corpo, silencia-a, acalma-a, fecha-a como se numa caixa, tranca-a e a sela. É por isso que ele é parente tão próximo da ilusão do espelho e da ameaça da morte; e se, apesar dessas duas figuras perigosas que o cercam, amamos tanto fazer amor, é porque no amor o corpo está *aqui* (2013, p.16).

Em consequência, agora no segundo capítulo - *As Heterotopias* - Foucault afirma que há países que não pertencem a espaço algum; são países “sem lugar e [com] histórias sem cronologia” (2013, p.19). São lugares que nasceram da cabeça dos homens, ou “no

interstício de suas palavras, na espessura de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar de seus sonhos, no vazio de seus corações; numa palavra, é o doce gosto das utopias” (2013, p.19).

Contudo, acredita o autor, em toda sociedade existem utopias localizáveis; “utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias” (2013, p.19).

Há, por exemplo, regiões de passagem – como ruas, trens, metrô, etc. –; há regiões de parada transitória – como os cafés, os cinemas, os hotéis, etc. – e há, por fim, regiões fechadas – como as do repouso e da moradia (2013, p.19).

No entanto há, da mesma forma, lugares que se opõe a todos os outros; lugares que são “destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que *contraespaços*” (2013, p.20).

As crianças, afirma o autor, conhecem bem estes lugares. “É o fundo do jardim [...], é com certeza o celeiro, ou melhor ainda, a tenda de índios erguida no meio do celeiro, ou é então – na quinta feira à tarde – a grande cama dos pais” (2013, p.20). Ora, não foram as crianças, por sua vez, que criaram esses *contraespaços*; foram os homens. “A sociedade adulta organizou, e muito antes das crianças, seus próprios *contraespaços*, suas utopias situadas, esses lugares reais fora de todos os lugares” (2013, p.20).

Isto posto, é em meio a tais reflexões que Foucault nos fala que sonha com uma ciência que teria por objeto esses espaços diferentes. Uma ciência que não “estudaria as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que verdadeiramente não tem lugar algum, mas as *hetero-topias*, espaços absolutamente outros” (2013, p.21). A ciência em questão, finalmente, se chamaria “heterotopologia”.

Um dos primeiros rudimentos dessa ciência que se anuncia é a de que não há, provavelmente, nenhuma sociedade que não seja constituída de alguma(s) heterotopia(s). Elas são, segundo o autor, permanentes em todo grupo humano.

Ademais, elas por vezes se assumem e se manifestam de formas absolutamente variadas, não havendo em nenhuma parte do globo “uma única forma de heterotopia que tenha permanecido constante” (2013, p.21). As sociedades, por exemplo, poderiam ser classificadas de acordo com as heterotopias que elas constituíssem. Por exemplo, nas sociedades ditas primitivas, haviam lugares privilegiados, lugares sagrados e lugares proibidos.

Como nós mesmos, aliás; mas estes lugares privilegiados ou sagrados são, em geral, reservados aos indivíduos “em crise biológica”. Há casas especiais para os adolescentes no momento da puberdade; há casas especiais reservadas às mulheres na época das regras; outras para as mulheres em trabalho de parto (2013, p.21).

Ora, ainda no século XIX, havia colégios designados apenas para rapazes e outros apenas para moças; havia o serviço militar: era preciso que as primeiras manifestações da sexualidade ocorressem em *outro lugar*. O exemplo da noite de núpcias é esclarecedor: “era preciso que a defloração da jovem não ocorresse na mesma casa onde ela nascera, era preciso que esta defloração ocorresse, de certo modo, *em parte alguma*” (2013, p.22).

No entanto, com o tempo, essas heterotopias biológicas foram cedendo seu lugar às heterotopias de desvio. Isso significa que lugares foram definidos para o conjunto de sujeitos que adotaram condutas desviantes, que em suas ações se distinguiram da média ou da norma exigida. “Daí as casa de repouso, as clínicas psiquiátricas, daí também, com certeza, as prisões” (2013, p.22).

Segundo pressuposto dessa ciência heterotopológica: Toda sociedade pode fazer desaparecer uma heterotopia que constituía outrora, ou então organizar uma que não houvesse existido ainda. “Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (2013, p.24). Exemplo disso é o teatro, que “perfaz no retângulo da cena toda uma série de lugares estranhos” (2013, p.24); ou o cinema, que em sua tela retangular sobre um espaço de duas dimensões “projeta-se um novo espaço de três dimensões” (2013, p.24). Ademais, o maior exemplo de heterotopia seria, talvez, o jardim; essa criação milenar oriental que nasceu a partir de uma significação mágica.

O tradicional jardim persa é um retângulo dividido em quatro partes que representam os quatro elementos de que o mundo é composto, no meio do qual, no ponto de junção dos quatro retângulos, encontrava-se um espaço sagrado: uma fonte, um templo. E, em torno do centro, toda a vegetação do mundo, toda a vegetação exemplar e perfeita do mundo devia estar reunida. Ora, se considerarmos que os tapetes orientais eram, na origem, reproduções de jardins – no sentido estrito de ‘jardins de inverno’ – compreenderemos o valor lendário dos tapetes voadores, tapetes que percorriam o mundo. O jardim é um tapete onde o mundo inteiro vem consumir sua perfeição simbólica e o tapete é um jardim móvel através do espaço (2013, p.24).

De modo conseqüente, as heterotopias são frequentemente ligadas a recortes no tempo e, assim sendo, algumas delas surgiram em meados da modernidade com o pretexto

de pararem o tempo ou, antes, depositarem-se ao infinito. É o exemplo das bibliotecas e dos museus³; heterotopias próprias à nossa cultura.

Existem, também, heterotopias que estão ligadas ao tempo não ao modo da eternidade, como supracitado, mas, antes, ao modo da festa. “Heterotopias não eternitárias, mas crônicas” (2013, p.25): é o caso, por exemplo, das feiras: “estes maravilhosos sítios vazios à margem das cidades, por vezes mesmo no centro delas, e que se povoam uma ou duas vezes por ano com barracas, exposições, objetos heteróclitos, lutadores” (2013, p.25), etc.

Há heterotopias que, por sua vez, não estão ligadas à festa, mas à passagem, “à transformação, ao labor de uma regeneração” (2013, p.26). É o exemplo das escolas, que sobretudo no século XIX, tinham por função fazer das crianças, adultos; de camponeses, citadinos; de ingênuos, espertos. Em nossos dias, o maior exemplo desta heterotopia é, segundo o autor, a prisão.

Por fim, Foucault demonstra um último princípio da heterotopologia: “as heterotopias possuem sempre um sistema de abertura e de fechamento que as isola em relação ao espaço circundante” (2013, p.26). Em geral entra-se nela porque se é obrigado (é o caso das prisões) ou quando se é submetido a ritos, a rituais de purificação (seja purificação religiosa, seja purificação higiênica - que ainda assim carrega consigo uma espécie de valor religioso).

Há heterotopias, ao contrário, que todo o mundo pode entrar, que são abertas ao mundo exterior, mas que, ao entrar, percebe-se tratar de uma mera ilusão; percebe-se que, na verdade, não se tinha entrado em lugar algum⁴.

O essencial da heterotopia, portanto, é seu potencial de contestação de todos os outros espaços; contestação que se exerce, geralmente, de duas maneiras: primeiro criando uma ilusão que denunciaria toda a realidade como, também, ilusória; ou, segundo, “criando um espaço real tão perfeito, tão meticuloso, tão bem disposto quanto o nosso é desordenado, mal posto e desarranjado” (2013, p.28). Neste último caso, seu maior exemplo foi a existência das colônias. Porém, com as colônias, temos uma heterotopia que se apresenta ingênua demais para querer realizar uma ilusão. Nas palavras do autor, este exemplo melhor se realiza com a figura do navio. O navio é, por fim, uma heterotopia por excelência.

³ Foucault diria que “é somente depois de terem inventado a escrita que a linguagem aspira a uma continuidade: mas é também porque ela não queira morrer que decidiu um dia concretizar-se em signos visíveis e indelévels” (2001, p.48).

⁴ “Por exemplo, nas casas do século XVIII na América do Sul, havia sempre, disposto ao lado da porta de entrada, mas antes da porta de entrada, um pequeno aposento diretamente aberto ao mundo exterior e que era destinado aos visitantes de passagem; ou seja, qualquer um, a qualquer hora do dia ou da noite, podia entrar nesse aposento [...], o indivíduo ali recebido jamais podia penetrar no interior da própria moradia familiar. Esse aposento era uma espécie de heterotopia inteiramente exterior” (2013, p.27)

E se considerarmos que o barco, o grande barco do século XIX, é um pedaço de espaço flutuante, lugar sem lugar, com vida própria, fechado em si, livre em certo sentido, mas fatalmente ligado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de zona em zona, de costa a costa, vai até as colônias procurar o que de mais precioso elas escondem naqueles jardins orientais que evocávamos há pouco, compreenderemos porque o barco foi, para nossa civilização – pelo menos desde o século XVI – ao mesmo tempo, o maior instrumento econômico e nossa maior reserva de imaginação. [...] Civilizações sem barcos são como crianças cujos pais não tivessem uma grande cama na qual pudessem brincar; seus sonhos então se desvanecem, a espionagem substitui a aventura, e a truculência dos policiais, a beleza ensolarada dos corsários (2013, p.30).

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. “A Linguagem ao Infinito”. In: _____. [1963] 2001. **Ditos & Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

_____. 2013. **O Corpo Utópico; As Heterotopias**. São Paulo, n-1 Edições.